

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

EDSON SABATINI RIBEIRO

**CRÉDITO RURAL E O ACESSO AO PRONAF B: um estudo de caso
no município de Lucélia - SP**

Presidente Prudente/SP
Novembro de 2019

EDSON SABATINI RIBEIRO

**CRÉDITO RURAL E O ACESSO AO PRONAF B: um estudo de caso
no município de Lucélia - SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciência e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

**Presidente Prudente/SP
Novembro de 2019**

R484c	<p>Ribeiro, Edson Sabatini</p> <p>Crédito rural e o acesso ao PRONAF B : um estudo de caso no município de Lucélia-SP / Edson Sabatini Ribeiro. -- Presidente Prudente, 2019</p> <p>234 f. : il., tabs., fotos, mapas + 1 CD-ROM</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente</p> <p>Orientador: Eduardo Paulon Girardi</p> <p>1. Agricultura familiar. 2. PRONAF B. 3. Camponês. 4. Políticas públicas. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

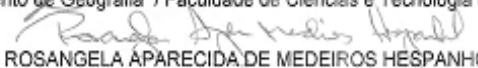
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: CRÉDITO RURAL E O ACESSO AO PRONAF B: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LUCÉLIA - SP

AUTOR: EDSON SABATINI RIBEIRO

ORIENTADOR: EDUARDO PAULON GIRARDI

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) - Departamento de Geografia /
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

VIDEOCONFERÊNCIA

Presidente Prudente, 13 de dezembro de 2019

DEDICATÓRIA

Recebi muita ajuda e apoio de pessoas especiais, para chegar até aqui. A todas elas devo bastante, porém, dedico esse trabalho ao meu esforço próprio, porque se eu não tivesse a aplicação, a garra, a determinação e resiliência para superar inúmeras adversidades, teria desistido.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Os desafios surgidos ao longo do período em que me dediquei à elaboração deste trabalho que ora apresento, se tornaram também um incentivo para continuar até a sua conclusão. Não foram poucos.

No entanto, meu objetivo tinha que chegar a termo, independente de quaisquer problemas e assim, a superação foi uma constante. Durante essa trajetória, ressaltando que seria muito difícil se eu estivesse só, muitas pessoas estiveram ao meu lado prestando apoio da forma como conseguiam, dentro das suas possibilidades. Por justiça, fica difícil apontar alguma como sendo a mais importante, pois, o conhecimento é o acúmulo de todas as experiências vividas pela humanidade, e esse conhecimento não é algo que, particularizado, seja grande suficiente para diferenciar as demais pessoas com as quais tive o privilégio de conviver.

Daí o caráter ecumênico e solidário do conhecimento, características essenciais a uma sociedade sadia, mas que estão desprezadas no momento atual brasileiro, que afugenta a esperança de crescermos enquanto povo e sermos cidadãos na plenitude. Um povo começa a construir sua cidadania quando se preocupa com o bem-estar coletivo. Uma sociedade é sadia quando alguns de seus membros não têm como objetivo estar acima do bem comum, que as diferenças comportamentais não traduzem o caráter de ninguém. Percebo então, que ainda temos um longo caminho a trilhar até que possamos nos considerar cidadãos brasileiros, de fato.

Assim, agradeço a algumas das pessoas que estiveram mais efetivamente envolvidas com esses meus momentos, antecipadamente me desculpendo, pois muitas não estarão citadas nominalmente. Mas, saibam todas envolvidas em alguma situação que passamos juntos, que a minha gratidão está expressa pelas palavras na construção deste texto. Sua ajuda, ainda que não citada, foi de imensa valia e agradeço muito.

Agradeço a minha família; aos meus filhos Lucas e Marco que me apoiaram em todos os momentos, especialmente a minha esposa Sandra Ribeiro da Silva, que

se tornou cúmplice de longas horas de estudos, privações e de passagens angustiantes quando o tempo que dispomos para executar as tarefas parece ser curto demais. Aos meus pais (*in memoriam*) por terem sempre me mostrado o quanto é gratificante ser uma pessoa de caráter e moral íntegros, valores que repassei aos meus filhos e que os tornam pessoas especiais.

Dedico meu agradecimento especial ao professor Eduardo Paulon Girardi, carinhosamente chamado de Girardi, por ter aceitado ser meu orientador desde a minha graduação e continuou na pós-graduação. Sua atenção, amizade, críticas, sugestões e indicações contribuíram, decisivamente, para meu aprendizado e aprimoramento.

Agradeço a todos os professores da FCT-Unesp, campus Presidente Prudente, que ao longo do curso de Geografia, sempre demonstraram muito carinho e atenção com a minha pessoa. Aos colegas de classe, especialmente à Bruna Dienifer Souza Sampaio, que partilhando das mesmas dificuldades, me incentivaram a seguir em frente, e a todos os colegas da FCT-Unesp com quem tive contato e convivência, pois, interferiram positivamente na construção de quem sou neste momento.

Agradeço às pessoas que se dispuseram a me atender nos meus trabalhos de campo e, especialmente, ao Osvaldo (Osvaldinho) e ao Alessandro (Marrone), pelas longas conversas, indicações e acompanhamentos pelos estabelecimentos agropecuários. Sem vocês a minha tarefa seria muito mais difícil. Novamente peço escusas por não citar mais nomes, mas são tantos, porém, não menos importantes, que a memória acaba me traindo nessa empreitada.

Por fim, mas não menos importante agradeço aos professores Doutores Carlos Alberto Feliciano e Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol, membros da minha banca no meu exame de qualificação, e à professora Doutora Janaína Francisca de Souza Campos Vinha, também membro da minha banca examinadora. Eles trouxeram observações, apontamentos e sugestões que corroboraram para a minha certeza de que, somente compartilhando do conhecimento que cada um tem, é que conseguimos crescer enquanto seres humanos.

EPÍGRAFE

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire

RESUMO

As políticas públicas de financiamento para a agricultura familiar, no Brasil, disponibilizam valores que giram em torno de 20% do Plano Agrícola e Pecuário do Governo Federal, ficando o agronegócio com 80% desses recursos. Em decorrência de fatores históricos ligados aos problemas fundiários, a parcela mais excluída dos agricultores familiares tem dificuldades de realizar tanto a produção quanto a posse e permanência na terra, quadro que fez surgir os movimentos sociais para mobilizar essa população na luta por uma reforma agrária. Pressionado pelas reivindicações dessa população, no ano de 1996 o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, explicitamente com o objetivo de financiar esse segmento produtivo, mas, implicitamente, como uma manipulação das elites agrárias em conter as agitações e proteger seus estabelecimentos agropecuários, apoiados pelo Banco Mundial, que financiou programas paralelos, como o Banco da Terra. O PRONAF foi, ao longo dos anos, sendo aperfeiçoado e novas linhas de crédito foram criadas, entre elas, o Microcrédito Rural PRONAF B, com os menores juros cobrados e também os mais baixos valores na linha dos financiamentos, para atender aquele camponês mais pobre (rendimento anual até R\$ 23 mil em 2018). Ao desenvolvermos estudos sobre a agricultura familiar, tomamos conhecimento sobre as disparidades entre o camponês mais pauperizado em relação aos demais no quadro agropecuário nacional. Para aprofundar o interesse que esta realidade despertou em nós, e aproveitando condições favoráveis em decorrência da aproximação geográfica, elegemos o recorte territorial do município de Lucélia, de porte pequeno, mas com configurações interessantes em seu território, como a presença de um significativo número de camponeses na categoria do PRONAF B, e a existência de uma grande planta de processamento de cana-de-açúcar. Nosso objetivo principal foi conhecer qual é o resultado dessa política pública de financiamento, para esse segmento que é o mais excluído dentro da agricultura familiar, em um pequeno município (população e economicamente). Nessa perspectiva, como objetivos específicos vamos identificar as características dos estabelecimentos agropecuários pesquisados; apontar os motivos que permitiram ou não o financiamento; descrever os impactos na produção e qualidade de vida daqueles que conseguiram acessar; relatar os pontos negativos segundo a ótica dos entrevistados e analisar os resultados alcançados por quem foi financiado. Para atingir esses objetivos adotamos como procedimentos metodológicos os relatos colhidos nos vários trabalhos de campo, entrevistas com agentes de órgãos públicos e pesquisas nos meios eletrônicos e impressos. Assim, conhecemos uma fração do cotidiano desse segmento, neste município. Como resultado de toda a pesquisa que desenvolvemos pudemos confirmar a nossa hipótese: há enormes dificuldades impostas pelo sistema financeiro, que afasta esse segmento da possibilidade de efetivar um financiamento para utilizar em seu estabelecimento agrícola.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; PRONAF B; camponês; Políticas Públicas

ABSTRACT

The public financing policies for family farming in Brazil provide values that are around 20% of the Federal Government's Agricultural and Livestock Plan, with agribusiness accounting for 80% of these resources. Due to historical factors linked to land tenure problems, the most excluded portion of family farmers has difficulties in carrying out both production and land tenure and permanence, a situation that has given rise to social movements to mobilize this population in the struggle for agrarian reform. Pressured by the demands of this population, in 1996 the government of Fernando Henrique Cardoso created the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, explicitly with the objective of financing this productive segment, but, implicitly, as a manipulation of the agrarian elites in containing unrest and protect their agricultural establishments, supported by the World Bank, which financed parallel programs, such as the Land Bank. PRONAF has been improved over the years and new lines of credit have been created, among them, the PRONAF B Microcredit, with the lowest interest charged and also the lowest amounts in the financing line, to serve that poorest peasant (annual income up to R \$ 23 thousand in 2018). When developing studies on family farming, we became aware of the disparities between the most impoverished peasant in relation to the others in the national agricultural framework. In order to deepen the interest that this reality aroused in us, and taking advantage of favorable conditions due to the geographical approach, we elected the territorial section of the municipality of Lucélia, small in size, but with interesting configurations in its territory, such as the presence of a significant number of peasants. In the PRONAF B category and the existence of a large sugarcane processing plant. Our main objective was to know what is the result of this public financing policy, for this segment that is the most excluded within family farming, in a small county (economically and population). In this perspective, as specific objectives we will identify the characteristics of the researched agricultural establishments; point out the reasons that allowed or not the financing; describe the impacts on production and quality of life of those who were able to access it; report the negative points from the perspective of the interviewees and analyze the results achieved by those who were financed. To achieve these objectives, we adopted as methodological procedures the reports collected in the various field works, interviews with agents of public agencies and research in electronic and printed media. Thus, we know a fraction of the daily life of this segment, in this county. As a result of all the research that we developed, we were able to confirm our hypothesis: there are enormous difficulties imposed by the financial system, which prevents this segment from the possibility of effecting a financing to be used in its agricultural establishment.

KEYWORDS: Family Farming; PRONAF B; Farmer; Public Policy

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Dados gerais sobre o município de Lucélia	39
QUADRO 2: Evolução da área plantada com lavoura temporária, em hectares, no município de Lucélia	50
QUADRO 3: Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Lucélia/2006	54
QUADRO 4: Demonstrativo do tamanho da área, forma de ocupação e tipo de produção nos estabelecimentos visitados em Lucélia/2018	54
QUADRO 5: Faixa etária, instrução e atividade dos camponeses entrevistados em Lucélia/2018	56
QUADRO 6: Participação da aposentadoria na renda do camponês pesquisado em Lucélia/2018	60
QUADRO 7: Equipamentos presentes nos estabelecimentos dos camponeses entrevistados em Lucélia/2018	61
QUADRO 8: Número de camponeses e origem dos financiamentos agrícolas em Lucélia/2006	62
QUADRO 9: Acessos, valores e destinação dos financiamentos aos camponeses entrevistados em Lucélia/2018	62
QUADRO 10: Distribuição por categoria do número e área dos estabelecimentos agropecuários em Lucélia/2006	118
QUADRO 11: Estabelecimentos agropecuários que tiveram receita na agricultura familiar em Lucélia/2006	119
QUADRO 12: Total de estabelecimentos agropecuários, número de produtores, vacas ordenhadas, volume produzido de leite, valor da produção, em Lucélia/2006.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Evolução da quantidade moída de cana pela Bioenergia em Lucélia	49
GRÁFICO 2: Evolução da faixa etária do camponês Pronafiano em Lucélia/2006.....	58
GRÁFICO 3: Faixa etária do médio agricultor não familiar e familiar não Pronafiano em Lucélia/2006	59
GRÁFICO 4: Comparativo de outras receitas entre estabelecimento agropecuário Pronafiano B e não Pronafiano em Lucélia, no ano de 2006.....	61

GRÁFICO 5: Relação entre as categorias de agricultores na ocupação do solo em Lucélia/2006	118
GRÁFICO 6: Número de estabelecimentos e categoria de produtor que produziram leite em Lucélia/2006	121
GRÁFICO 7: Número de vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários por categoria em Lucélia/2006	122
GRÁFICO 8: Volume da produção leiteira por categoria de agropecuarista em Lucélia/2006	124
GRÁFICO 9: Distribuição da receita da produção leiteira por categoria em Lucélia/2006 ..	126
GRÁFICO 10: Comparativo entre as categorias nos estabelecimentos agropecuários em Lucélia/2006	127
GRÁFICO 11: Comparativo entre número de estabelecimentos e valores financiados a todas as categorias pelo banco em Lucélia/2006	169

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Segmentos econômicos mais expressivos, com pessoal ocupado, pessoal assalariado e salários em Lucélia/2017	42
TABELA 2: População urbana/rural nos municípios que formam o EDR/Tupã.....	44
TABELA 3: Distribuição número/área dos estabelecimentos agropecuários no EDR/Tupã..	45
TABELA 4: Faixa etária do camponês Pronafiano em Lucélia no ano de 2006.....	56
TABELA 5: Área, unidades e valores financiados pelo PRONAF em Lucélia/2006	119
TABELA 6: Relação entre o número total dos estabelecimentos agropecuários em cada categoria e aqueles que produziram leite em Lucélia/2006	120
TABELA 7: Volume produzido de leite em relação ao número de vacas ordenhadas em Lucélia/2006	124
TABELA 8: Participação da produção leiteira na receita, por categoria em Lucélia/2006...	126
TABELA 9: Número de estabelecimentos agropecuários com máquinas e equipamentos em Lucélia/2006	140
TABELA 10: Motivos em escala nacional e municipal dos estabelecimentos agropecuários familiares que não acessaram financiamento em 2006.....	164
TABELA 11: Relação entre as categorias que obtiveram o financiamento em Lucélia/2006	170

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Máquinas automatizam o trabalho no corte da cana em Lucélia/2018	51
FOTO 2: Camponês A comercializando sua produção na feira-livre de Lucélia/2018	65
FOTO 3: Vista parcial da plantação de quiabos no sítio do entrevistado B	67
FOTO 4: Vista parcial da plantação de quiabos no sítio do entrevistado B	68
FOTO 5: Vista parcial da plantação de maracujá no sítio do entrevistado C	69
FOTO 6: Vista parcial da plantação de bananas no sítio do entrevistado C	70
FOTO 7: Vista parcial da plantação de urucum no sítio do entrevistado C	71
FOTO 8: Alguns camponeses vendem a sua produção na feira-livre, Lucélia/2018.....	72
FOTO 9: Cabeças de gado leiteiro no sítio do entrevistado D em Lucélia/2018.....	73
FOTO 10: Vista parcial da plantação de mandioca no sítio do entrevistado D	74
FOTO 11: Instalações rudimentares são comuns nos estabelecimentos Pronafianos B em Lucélia/2018	76
FOTO 12: Produção cafeeira no sítio do entrevistado F. Lucélia/20108.....	77
FOTO 13: Vista parcial da plantação de café no sítio do entrevistado F	78
FOTO 14: Paisagem bucólica explorada como fonte de renda pelo entrevistado G em Lucélia/2018	79
FOTO 15: Condições financeiras precárias também limitam o camponês de acessar crédito bancário, Lucélia/2018.....	81
FOTO 16: Equipamentos danificados e velhos têm baixa produtividade, Lucélia/2018	83
FOTO 17: Criação de porcos é boa alternativa para aumentar a renda do entrevistado I, em Lucélia/2018	84
FOTO 18: Plantel bovino pode atender o fornecimento de leite ou carne	123
FOTO 19: Ordenha manual é uma realidade para o Pronafiano B em Lucélia/2018	125

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1: Média salarial de diarista na região do EDR/Tupã, em 2018	173
---	-----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização do município de Lucélia no Estado de São Paulo.....	38
MAPA 2: Localização dos estabelecimentos agropecuários visitados em Lucélia/2018	53

ORGANOGRAMA

FLUXOGRAMA 1: Roteiro das entrevistas realizadas na UNESP e em Lucélia.....	33
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – AGRICULTURA FAMILIAR

AQAB - ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

ASSORURAL – ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS DE LUCÉLIA

ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

BB – BANCO DO BRASIL

BC – BANCO CENTRAL

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL

BIRD - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CAIC – COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CASUL – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PARAPUÃ

CATI – COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL

CDC – CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR

CEAGESP – COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CEB's – COMUNIDADES ECLESIASTICAS DE BASE

CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CEFET - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

CEGET – CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DO TRABALHO

CEMOSI – CENTRO DE MEMÓRIA, DOCUMENTAÇÃO E HEMEROTECA SINDICAL

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CMDR – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CMN – CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
CNDR – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CNDRS – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
COCAMP – COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO PONTAL
COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR
COLELU – COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DA REGIÃO DE LUCÉLIA
CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONDRAF – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
CPF – CADASTRO DA PESSOA FÍSICA
CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CRFB – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DAP – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF
DR - DESENVOLVIMENTO RURAL
EDR – ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
EF – ENSINO FUNDAMENTAL
EFI - ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
EFC - ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
EM – ENSINO MÉDIO
EMI – ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
EMC – ENSINO MÉDIO COMPLETO
EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA
E.T. - EDITORES TÉCNICOS
ETEC – ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL
ETC - ENSINO TÉCNICO COMPLETO
EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FAESP – FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FAI – FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS
FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA
FCT – FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
FUNRURAL - FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

GT – GRUPO DE TRABALHO

ha – HECTARE

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

IOF – IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS

ITESP – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LCA - LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO

LULA – LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

LUPA – LEVANTAMENTO CADASTRAL DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIAS

MAARA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA
AGRÁRIA

MCR – MANUAL DE CRÉDITO RURAL

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MP – MEDIDA PROVISÓRIA

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

NE – NÃO ESTUDOU

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

NI - NÃO INFORMADO

NP – NÃO PAGINADO

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

OPEP - ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO

ORG - ORGANIZADO

P – PÁGINA(s)

PAA - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PCA – PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

PET – POLIETILENO TEREFTALATO

PGPAF – PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PGPM – PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PMDR – PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PNCR – PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

PNPB – PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E USO DO BIODIESEL

PNRA – PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

PPAIS – PROGRAMA PAULISTA DA AGRICULTURA DE INTERESSE SOCIAL

PQA – PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

PROÁLCOOL – PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL

PROCERA – PROGRAMA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA A REFORMA AGRÁRIA

PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

PRONAMP – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR RURAL

PRONATEC - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

PROVAP – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

RT – RENDA TOTAL

SEAD – SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SEAF – SEGURO DA AGRICULTURA FAMILIAR

SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

SIDRA – SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA

SM – SALÁRIO MÍNIMO

SP – SÃO PAULO

TV – TELEVISÃO

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

UTE - UNIDADE TÉCNICA ESTADUAL

VBP – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

VCO – VALOR DE CUSTO DE OPORTUNIDADE

ZEE - ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO E ECOLÓGICO-ECONÔMICO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1	30
1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	30
1.1 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO METODOLÓGICO.....	33
1.2 – CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LUCÉLIA.....	37
1.2.1 - O Agronegócio.....	47
1.3 - CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PESQUISADOS	53
1.4 - CARACTERÍSTICAS DOS CAMPONESES ENTREVISTADOS	55
1.4.1 – APONTAMENTOS SOBRE OS ENTREVISTADOS	63
CAPÍTULO 2	90
2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO AGRÍCOLA.....	90
2.1 - Políticas públicas: a força e grandeza da agricultura familiar	92
2.2 - Crédito rural	96
2.3 - Políticas de financiamentos para a agricultura familiar: PROCERA; PROVAP; PRONAF	102
2.4 - A História por trás do surgimento do PRONAF	104
2.5 - O Camponês Pronafiano B no município de Lucélia/SP	117
2.6 – LEITE: importante fonte local de renda para o camponês	120
2.7 - PRONAF: posicionamentos críticos a essa política de crédito	129
CAPÍTULO 3	135
3 - ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO	135
3.1 - As relações de poder na configuração do território.....	143
3.2 – Paradigmas: disputa ideológica pelo território e poder.....	148
3.3 - O Camponês e o Agricultor Familiar: uma única realidade	152
3.4 - ESCALAS: a compreensão da natureza das realidades.....	163
3.5 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182
APÊNDICE 1	192
Transcrições de todas as entrevistas realizadas.....	192

APÊNDICE 2	228
1 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CAMPONESES	228
2 - QUESTIONÁRIO APLICADO NA ASSORURAL.....	230
3 - QUESTIONÁRIO APLICADO NA CASA DA AGRICULTURA	231
4 - QUESTIONÁRIO APLICADO NO SINDICATO PATRONAL RURAL.....	233
5 - QUESTIONÁRIO APLICADO NO BANCO DO BRASIL.....	234

INTRODUÇÃO

O escopo desta pesquisa foi apresentar uma análise sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma política pública do Governo Federal para o financiamento da agricultura familiar. Nosso foco centralizou-se em uma das suas linhas de crédito que é conhecida como Microcrédito Rural PRONAF B, existente dentro do programa maior, cujo público-alvo é denominado pela literatura oficial de Pronafiano B.

Nossa pesquisa teve como **objetivo principal** conhecer o resultado dessa política pública de financiamento, para esse segmento que é o mais pauperizado dentro da agricultura familiar, em um pequeno município (população e economicamente). Para nos auxiliar nessa empreitada definimos alguns **objetivos específicos**, os quais tiveram um direcionamento mais pontual, quais sejam:

- a) identificar as características dos estabelecimentos agropecuários que foram pesquisados e estão inseridos nas regras desse programa;
- b) apontar os motivos dos agricultores desses estabelecimentos buscarem ou não o financiamento;
- c) descrever os impactos na produção e qualidade de vida desses camponeses que se beneficiaram dos recursos;
- d) relatar, segundo os camponeses entrevistados, o que consideram pontos negativos para a concessão do financiamento;
- e) analisar os resultados alcançados na vida dos camponeses entrevistados que conseguiram o financiamento.

Selecionamos como base de pesquisa o município de Lucélia, localizado na região oeste do estado de São Paulo, e os motivos dessa escolha estão mais bem explanados na caracterização municipal, no capítulo que dedicamos às metodologias.

Partimos da **hipótese** de que, mesmo sendo uma política pública que tem como objetivo financiar estabelecimentos agropecuários familiares mais excluídos, o PRONAF B não consegue grande alcance neste segmento vez que disponibiliza o crédito por meio do sistema bancário. Ainda que esse crédito seja subsidiado, ele possui as mesmas características de garantias dos empréstimos convencionais, restringindo o alcance de seus objetivos propostos. O Programa poderia garantir mercado consumidor ao camponês, instituindo como política de Estado, a aquisição

de alimentos por todos os entes administrativos públicos, somente desses agricultores, nos mesmos moldes do que já se instituiu com o PAA e o PNAE que, atualmente, estão sofrendo cortes de verbas e desmonte operacional que beira a sua inviabilização, conforme relatos em nossas entrevistas e notícias veiculadas pela mídia, notadamente da página inicial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As características desse Programa, segundo informações do BNDES, foram definidas no Decreto nº. 1.946/96, que criou o PRONAF. Em 1999, as categorias A, B, C, D foram criadas dentro do programa, pois se identificou uma enorme heterogeneidade na agricultura familiar e, de certa forma, o programa estava replicando as diferenciações entre os agricultores mais bem estruturados, que no caso estavam na região Sul, onde 65% dos valores até então financiados foram alocados. Nessa reestruturação, foi criada a linha do Microcrédito Rural PRONAF B, conceituando o agricultor deste perfil em Pronafiano B, sendo ele um agricultor familiar que compõem as unidades familiares de produção rural, que

- a) comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa;
- b) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$ 23.000,00 (valor para 2018), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP);
- c) tenham 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por quaisquer componentes familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
- d) não contratem trabalho assalariado permanente (BNDES, 2019).

A DAP é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtida tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica) (MAPA, 2018). As regras que orientam o financiamento são estipuladas pelo governo. Assim, para este financiamento, as taxa de juros são de 0,5% ao ano, com cobertura de até 100% do valor dos itens financiáveis, quando se

destinar à linha de investimentos e tendo valor máximo do financiamento para os limites individuais de R\$ 5 mil e para a família de até R\$ 15 mil, considerando-se o somatório dos financiamentos concedidos com direito a bônus de adimplência¹, caso seja concedido.

A concessão de novos créditos nesta linha fica condicionada à prévia liquidação do financiamento anterior. Também é determinado um prazo de dois anos para quitação do valor concedido, com direito ao bônus de adimplência (desconto) de 25% sobre cada parcela da dívida que for paga até a data de seu vencimento. Esse bônus será de 40% quando o financiamento se destinar a empreendimento localizado no semiárido da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e desde que sejam destinados a projetos que contemplem financiamentos de itens referentes às seguintes ações: sistemas produtivos com reserva de água; sistemas produtivos com reserva de alimentos para os animais; recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais; recuperação e fortalecimento da pecuária e pequenas criações; agroindústria para diversificação e agregação de valor à produção; agricultura irrigada do semiárido. As garantias exigidas são de livre negociação entre a instituição financeira credenciada e o beneficiário do financiamento, observadas as normas pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN) (BNDES, 2019).

Para atingirmos os objetivos almejados, organizamos a dissertação em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. No capítulo 1 o título é *Procedimentos metodológicos e caracterização do objeto de estudo*. Como subtópicos deste capítulo – 1.1 - explicamos o planejamento metodológico que adotamos; na sequência, apresentamos o subtópico 1.2 com as características do município de Lucélia e inserimos o subcapítulo 1.2.1 sobre *O Agronegócio*, que está presente no município pela existência de uma grande planta de processamento da cana-de-açúcar. Em seguida caracterizamos os estabelecimentos agropecuários pesquisados, com o subtópico 1.3. Passo seguinte, no subtópico 1.4, discorreremos sobre as características dos camponeses entrevistados, e encerramos o capítulo 1 com o subcapítulo 1.4.1 onde, baseados nas entrevistas fazemos apontamentos sobre todos os nossos entrevistados.

¹ Que cumpre no devido termo todas as obrigações contratuais; que adimple (FERREIRA, 2004, p.51).

O capítulo 2 tem o título *Políticas públicas de financiamento agrícola*. Iniciamos com um breve resgate histórico sobre o modelo de ocupação do território nacional, baseado na lógica da concentração fundiária que não promovia a distribuição de terras, e não permitia a fixação do camponês no campo. Este capítulo está dividido em sete subcapítulos: 2.1: discorremos sobre *Políticas Públicas: o que são, quem as planeja e aplica*; 2.2: apresentamos *O Crédito rural* e todo o arcabouço legal pertinente à sua implantação; 2.3: *Políticas de financiamentos para a agricultura familiar: PROCERA; PROVAP; PRONAF*, onde elaboramos uma retrospectiva dos programas que já foram instituídos voltados à agricultura familiar; 2.4: *a História por trás do surgimento do PRONAF*, com uma breve revisão histórica para descrevermos as forças que atuaram no surgimento do Programa desde antes da sua criação até os dias atuais. Também produzimos uma detalhada explanação sobre o Programa, abordando os mecanismos que regulamentam a concessão do financiamento; 2.5: *O Camponês Pronafiano B no município de Lucélia/SP*, para conhecermos melhor o nosso público-alvo; 2.6: *Leite: importante fonte de renda para o camponês*, no qual usamos gráficos, tabelas e quadros para mostrar a importância que esse produto tem na renda dos estabelecimentos agropecuários; 2.7: *PRONAF: posicionamentos críticos a essa política de crédito*, no qual, baseado em estudos de vários pesquisadores que apontam erros e deficiências nessa forma de prestar assistência financeira. Também indicam outros caminhos possíveis para assistir e fixar o camponês no estabelecimento agropecuário não apenas por meio do fornecimento do crédito.

No capítulo 3, apresentamos o título *Espaço geográfico, território e desenvolvimento*, e amparamos sua análise mediante cinco subcapítulos, a saber: subcapítulo 3.1: *as relações de poder nas configurações territoriais*, sob a ótica de vários autores; subcapítulo 3.2: *paradigmas: disputa ideológica pelo território e poder*; subcapítulo 3.3: *o camponês e o agricultor familiar: uma única realidade*; subcapítulo 3.4: *escalas: a compreensão da natureza das realidades*. Encerramos o capítulo 3 com o subcapítulo 3.5: *desenvolvimento territorial*, cujo objetivo é demonstrar os usos possíveis e as várias construções territoriais quando o espaço é fracionado, encerrando este capítulo.

Nas *considerações finais* procuramos sintetizar toda a nossa pesquisa, e também nos posicionar sobre os vários temas que desenvolvemos para, a seguir, mostrarmos as nossas *referências bibliográficas*, encerrando esta dissertação com

os *apêndices* e os *questionários* elaborados e aplicados por nós. Permeando todo o nosso texto, sistematizamos por meio de tabelas, mapas, fotos, figuras, quadros e gráficos, os diversos dados que conseguimos captar.

Nosso interesse por esse estudo foi despertado ainda na graduação, quando desenvolvemos a Iniciação Científica, ao participarmos do projeto de atualização do Atlas da Questão Agrária Brasileira (AQAB, disponível em <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>), no qual coube a nós a seção do mapeamento da agricultura familiar no Brasil. Uma das realidades mais marcantes nesse trabalho se revelou na disparidade da distribuição das terras verificada por meio do Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): $\frac{3}{4}$ das terras de todos os estabelecimentos agropecuários brasileiros estão concentrados em apenas $\frac{1}{4}$ dos estabelecimentos.

Sendo a existência da pobreza no campo um dos principais problemas da questão agrária e, considerando a importância das políticas públicas para a sua resolução, propusemos neste trabalho um estudo de caso centrado no município de Lucélia, no estado de São Paulo. Neste município, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, 61% dos estabelecimentos agropecuários são familiares, considerando-se os critérios adotados pela lei nº. 11.326/2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar. No capítulo das metodologias, caracterizamos mais detalhadamente este município e as razões de tê-lo escolhido.

Utilizamos o conceito de camponês para designar o agricultor de base familiar, pois, a partir dos nossos referenciais teóricos, é o mais adequado para entendê-lo. Contudo, desde já deixamos patente que, embora haja correntes teóricas que optem por um ou outro conceito (camponês ou agricultor familiar), nossa perspectiva é de que se trata do mesmo sujeito, não havendo diferença na realidade, mas sim um posicionamento político-ideológico.

Tal decisão foi embasada por todas as situações que passamos a conhecer ao longo de nossa formação acadêmica, na graduação e na pós-graduação, em sala de aulas, congressos, visitas em assentamentos e vários trabalhos de campo dos quais participamos e ajudaram a construir nosso referencial conceitual.

Aprofundando um pouco mais, nesse debate e aflorou as correntes paradigmáticas representadas pelo Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), cada qual conceituando o agricultor de

base familiar em concordância com seu referencial teórico/metodológico/ideológico, imprimindo seu entendimento sobre a questão agrária.

Assim, para o PQA o sujeito é o camponês e para o PCA o sujeito é o agricultor familiar. Ambos comportam o mesmo sujeito social, o que muda são as lentes do pesquisador. Trata-se de um fato normal nas ciências sociais. O que queríamos com este debate era deixar claro nosso posicionamento em relação ao atendimento de algumas das necessidades do camponês caracterizado como Pronafiano B neste município, ligadas ao financiamento de sua produção agrícola. Posto isso, apresentamos algumas teorias e estudos realizados por alguns pesquisadores da questão agrária brasileira.

Na linha conceitual dos paradigmas sobre a questão agrária brasileira sob o viés do PCA, Abramovay (1998) em sua leitura do desenvolvimento agrário, entende que há toda uma conjuntura econômica e tecnológica que conduzirá o camponês a produzir para o mercado e o fará integrar-se a ele, transformando o camponês em agricultor familiar. Dessa forma, ele perderá as características de sua gênese camponesa. Para esse autor o campesinato está fadado ao desaparecimento porque constitui uma economia imperfeita, e o seu desaparecimento, ou metamorfose, ocorrerá quando ele estiver totalmente integrado ao mercado, e isso seria determinante para a sua permanência no campo e a reprodução social. É um posicionamento que outros autores consideram inserido na perspectiva paradigmática do capitalismo agrário, o PCA.

Discordando de Abramovay, Fernandes (2005a) compreende que a bipartição transformadora do camponês em agricultor familiar não representa a sua metamorfose, mas sim, explicitamente revela uma dicotomia resultante do processo de diferenciação do camponês. Fernandes entende que não faz nenhum sentido a separação em duas categorias quando na realidade se trata de sujeitos diferenciados, e ainda assim, continuam constituindo a mesma categoria. Alerta que são construções teóricas, duas opções que se apresentam das quais o pesquisador se define por um dos dois paradigmas, visto que são diferentes modelos para analisar o desenvolvimento da agricultura. Por esse prisma ele afirma: “É neste quadro teórico-político que se concebe a diferenciação e a metamorfose” (FERNANDES, 2005a, p.18).

Girardi (2008) sustenta que o PQA traz uma análise do campo sob a ótica da teoria marxista. Assevera que a centralidade dessa discussão está assentada na

renda da terra, na diferenciação e recriação do campesinato e nos conflitos com suas consequências negativas provocadas pelo desenvolvimento capitalista no campo. Seu posicionamento é contrário à ideia de que o camponês vai sofrer uma metamorfose e passar a ser identificado como um agricultor familiar, dada a enorme diversidade de formas produtivas e estratégias adotadas por ele em seu relacionamento com o mercado capitalista. Relacionar-se com o mercado, servir-se dele, nos dias atuais é um imperativo e pudemos observar a dinamicidade e a resiliência existentes nesse relacionamento dado que vivenciamos experiências muito intensas em algumas ocasiões, as quais apresentamos no decorrer do trabalho.

À vista disso, os dois termos foram utilizados por nós ao percebemos que, sendo o mesmo sujeito, suas características se mantêm e o viés ideológico ofereceu o entendimento conforme a abordagem adotada para cada realidade apresentada.

As experiências que nos foram possibilitadas por meio dos trabalhos de campo que desenvolvemos nos permitiu um contato pessoal bastante rico. Esse contato foi indispensável para o desenvolvimento da pesquisa. No capítulo das metodologias fizemos maiores detalhamentos acerca dos procedimentos adotados para o desenvolvimento dessa prática.

Assim, reconhecemos a unicidade de cada personagem enquanto pessoa dotada de singularidades e sociabilidades construídas no lugar, no espaço em que uma pessoa mais tem afinidades com as outras pessoas, onde há mais valor sentimental e a significação do bairro traz uma carga emocional da vivência, crescimento e desenvolvimento físico e emocional de cada um, conforme Santos afirma:

Nisso o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (SANTOS, 2002, p.56).

Concordamos com a afirmação de Santos, pois quando chegamos ao estabelecimento agropecuário do entrevistado e a pessoa que nos indicou e nos acompanhou até lá, ao se identificar e não ser reconhecida de imediato, passou a citar seus pais, amigos e as construções que havia naquele lugar. Isso provocou a lembrança do nosso entrevistado, que também passou a falar sobre os acontecimentos que foram modificando esse bairro, dando-lhe a atual configuração.

Mas, não foi somente neste bairro que pudemos perceber a existência de lugares que têm uma carga emotiva bastante acentuada para cada um. Foi comum em nossas conversações observarmos as falas carregadas de lembranças que, subjetivamente, revelavam sentimentos de pertencimento, de dependência afetiva e, principalmente, de um processo construtivo da família enquanto unidade produtiva. Observamos nas falas a tristeza e o dissabor experimentado com a dissolução desse modo de vida, provocada pela necessidade dos filhos saírem em busca de meios de sobrevivência para, também, constituírem suas próprias famílias, porém, afastadas do campo.

Tivemos a oportunidade, ao realizarmos entrevistas com as pessoas ligadas aos órgãos públicos e organizações, por exemplo, na Associação Rural dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Lucélia (ASSORURAL), Casa da Agricultura, Sindicato Patronal dos Produtores Rurais e com a funcionária do Banco do Brasil, de conhecer as diversas visões que permeiam as relações de poder entre o camponês e as instituições criadas para lhe dar assistência.

O desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou vivenciarmos experiências riquíssimas por intermédio do contato pessoal, particularmente com os camponeses, ouvindo suas ansiedades, esperanças e desesperanças com relação a um modo de vida que não é valorizado pela sociedade atual.

Devido à alta taxa de habitantes nas cidades, foi priorizado o mundo urbano, o uso de tecnologias avançadas no campo para a produção de grandes volumes de *commodities*, levando a um consumismo inconsequente que está exaurindo os recursos naturais de uma maneira muito mais rápida do que a Natureza tem condições de repor.

Também observamos a ausência acentuada dos poderes públicos responsáveis por prestar um mínimo de assistência técnica e financeira aos camponeses mais pobres. Todos os camponeses que entrevistamos nos relataram dificuldades semelhantes, seja pela falta de assistência técnica, pela dificuldade que o banco impõe para efetivar o financiamento, pela carência de mão de obra que obriga o agricultor a empenhar sua própria força e, quase que uma rotina, a de sua esposa.

Encontramos nos estabelecimentos agropecuários visitados, uma população mais idosa desenvolvendo as atividades agropecuárias. A justificativa dada pelos entrevistados foi de que, seus filhos se mudaram para a cidade onde tem trabalho e

salários melhores, ou ainda pelo motivo da pouca mão de obra disponível no mercado local ser cara e nem sempre de qualidade. Foi uma alegação que ouvimos de quase todos.

A única exceção que encontramos em nossas entrevistas foi do camponês entrevistado B, o qual nos afirmou que já ensina ao seu filho de três anos os segredos da terra, para que ele aprenda a gostar e fique lá no estabelecimento rural, ainda que ele o ocupe em regime de comodato², mas acredita que conseguirá ser proprietário quando a herança familiar for dividida.

Nessa conjuntura compreendemos o porquê de não termos encontrado nenhuma pessoa jovem trabalhando nos estabelecimentos agropecuários que visitamos. A idade avançada dos camponeses pesquisados chamou nossa atenção e nos fez perguntarmos, primeiro a nós mesmos e depois aos nossos entrevistados, sobre quem assumirá os trabalhos no estabelecimento quando eles já não tiverem mais condições físicas para isso.

A realidade que descobrimos neste ambiente nos deu o entendimento de que os obstáculos sobre a reprodução social se instalou dentro da família. Ela já não forma os braços que a lavoura necessita, visto que os pais incentivam seus filhos estudarem para conseguirem um emprego na cidade, que lhes garanta melhores condições de sobrevivência. Na roça eles não terão a segurança e garantia para isso, já que a renda auferida com a produção agropecuária é incerta e muito pouca. Percebemos nessa fala o quão contraditória é no sentido da continuidade da família como a provedora da mão de obra necessária para o desenvolvimento da produção familiar.

Podemos afirmar que esse quadro se insere na lógica do capitalismo em sua expansão na agricultura, o qual precisa criar um ambiente de consumo para os implementos industriais produzidos nas cidades, conforme Kautsky (1980[1898]) apontou. Mas, também é o resultado do descaso do poder público que não oferece condições para esse estrato social permanecer no campo. Há políticas públicas direcionadas ao financiamento da produção agropecuária. Mas elas visam e apoiam outros interesses uma vez que são gestadas sob a ótica da produtividade econômica, para atender a produção destinada aos mercados exportadores.

² Empréstimo gratuito de coisa não fungível (que não se gasta), a qual deve ser restituída no tempo convencionado (Novo Dicionário Aurélio, p.506, 2004).

Um exemplo que evidencia essa lógica se percebe nos valores monetários que o governo destinou aos dois segmentos econômicos no ano de 2018, ou seja: àquele dito moderno e competitivo que produz para a exportação, o volume de recursos destinados ao seu financiamento girou em torno de duas centenas de bilhões de Reais. Para a agricultura familiar foi destinado algo em torno de 20% de deste total; segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Conforme podemos observar no quadro 10 (pág. 117), em Lucélia há um total de 516 estabelecimentos agropecuários, ocupando 23.336 hectares. Do total de estabelecimentos agropecuários, 139 não têm as características dos Pronafianos (26,55%) e ocupam uma área de 18.263 hectares (78,26% do total). Dos 377 estabelecimentos agropecuários restantes que atendem as regras do PRONAF, ocupando uma área de 5.073 hectares (21,74% do total), 247 estão dentro das normas do PRONAF B (47,87 % do total), ocupando área de 3.165 ha (13,56% do total). Esses dados evidenciam a alta concentração fundiária no município, pois, quase que a metade dos estabelecimentos agropecuários ocupa somente 1/7 de toda a área destinada à agricultura.

O PRONAF é apontado pelo governo como o apoio disponível ao agricultor familiar, mas quando aprofundamos a análise sobre a sua abrangência, percebemos que há uma seletividade na sua concessão que beneficia alguns segmentos produtivos, enquanto outros têm muitas dificuldades para conseguirem. Como é o caso específico do público denominado Pronafiano B, dentro da realidade do município de Lucélia, que expuseram nas entrevistas algumas dessas dificuldades.

Porém, quando pesquisamos por meio dos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário 2006, essa mesma seletividade se revelou em outras escalas territoriais, apontando para uma disputa política e econômica na concessão dos financiamentos. Essa realidade aliada à concentração na distribuição das terras afeta o desenvolvimento territorial, privilegiando uma pequena camada social que detém o poder político e econômico, enquanto que uma vasta população disputa entre si, os poucos recursos que lhes são destinados.

CAPÍTULO 1

1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Quando planejamos e formatamos a pesquisa de campo que pretendíamos realizar, não sabíamos quantos camponeses iríamos visitar. Queríamos o maior número possível. Tínhamos informações sobre as instituições públicas que trabalham o segmento da agricultura. Assim, iniciamos os contatos pela ASSORURAL, acreditando que era o local mais adequado para chegarmos aos camponeses. Porém, nessa entidade só conseguimos algumas informações e a indicação sobre a feira-livre, na qual conseguimos conhecer o primeiro camponês entrevistado.

A nossa preocupação estava em interferir o menos possível na rotina das pessoas. Era necessária uma forma de abordagem que considerasse o seu contexto, a sua realidade, os fatores que eram importantes a ele, muitas vezes culturais, educacionais, sociais, ambientais ou econômicos. De igual maneira, como pesquisador precisávamos fazer uma devolutiva sobre os resultados das pesquisas aos nossos entrevistados. Nesse sentido, à medida que iniciávamos a entrevista explicávamos que todo o trabalho, após sua conclusão, estaria disponível no repositório da UNESP de Presidente Prudente, e entregávamos um papel com o endereço eletrônico, onde poderiam acessar e ler por completo.

Elaboramos um questionário específico a cada um dos grupos que pretendíamos ouvir, com questões formuladas segundo o nosso entendimento sobre o que queríamos saber, dos quais anexamos cópias na parte dos apêndices. Efetuamos nossas entrevistas com o presidente da ASSORURAL, com o engenheiro da Casa da Agricultura municipal, com o presidente do Sindicato Patronal dos Produtores Rurais de Lucélia, com nove camponeses que nos foram sendo indicados à medida que desenvolvíamos as entrevistas e com a gerente da carteira agrícola do Banco do Brasil, todos do município de Lucélia. O nosso décimo camponês entrevistado é um assentado do MST de outro município. As entrevistas não se desenvolveram necessariamente nesta mesma ordem, porque as oportunidades de cada um para nos atender, precisavam se encaixar em suas rotinas, sem atrapalhá-las.

Apoiamo-nos e inserimos partes dos conteúdos dessas entrevistas ao longo do texto, sempre que entendíamos poder eles nos dar a oportunidade de aproximar a teoria com as realidades encontradas e vivenciadas. Fizemos assim, um contraponto às análises dos autores que utilizamos para o desenvolvimento do texto, pois acreditamos que o enriquecimento dessa forma de construção da dissertação possibilitou comparações tanto de discordância quanto de concordância com os elementos teóricos oportunizando, no nosso entendimento, mais uma forma de aproximação com a realidade de cada um.

Procuramos sistematizar a nossa experiência no convívio com os nossos entrevistados apresentando os dados colhidos, por meio de tabelas, quadros, figuras, gráficos, mapas, fotos e transcrições fiéis dos diálogos ocorridos e confrontando com as nossas observações *in loco*. Orientando os objetivos principal e específicos desta pesquisa, investigamos junto aos nove camponeses entrevistados em Lucélia, as lacunas, os avanços e limites das políticas públicas de fortalecimento da agricultura de base familiar, dada a sua importância para a sociedade como um todo. Nesse intento, boa parte da pesquisa se desenvolveu no próprio município.

A dinamicidade das relações sociais no campo se revelou principalmente pelos depoimentos, relatos e na convivência que tivemos quando aplicamos os questionários ao público-alvo neste município, indo até os estabelecimentos e se envolvendo em algumas atividades no campo, como colher quiabos, vistoriar cachos de bananas e cercar as bases dos pés de maracujás (os troncos) para que os lebrões não roessem. Essas atividades aconteciam concomitantemente à aplicação dos questionários, em uma conversa bastante descontraída pelo sítio, ou quando parávamos para descansar, enquanto aproveitávamos para fazer alguns apontamentos.

Compusemos juntos com os camponeses A e C, momentos do comércio na feira-livre, ajudando a vender os produtos, a montar e desmontar as barracas. Participamos de reunião no Sindicato Rural, convidados que fomos pelo seu presidente, em um processo de convivência que criou uma riquíssima experiência e permitiu nos aproximarmos bastante dos sujeitos pesquisados, o que nos possibilitou, a partir de um olhar científico, maiores detalhes sobre o processo da pesquisa.

Efetuamos observações e conversas que serviram de complementação ou contraponto a alguma discussão teórica e foram inseridas ao longo do texto, mostrando a existência de uma dinamicidade na vida no campo difícil de ser assimiladas somente por teorias, dada a rapidez e as múltiplas relações que surgiram a cada momento. Nas entrevistas e questionários realizados com os camponeses que mantivemos contato, as verdades despontaram sem pedir licença, desvendando as realidades inerentes a esse estrato social. Foram quatro meses de contatos frequentes com os nossos entrevistados.

Diante desse quadro, empregamos nessa pesquisa, além de elementos quantitativos, também a metodologia da pesquisa qualitativa, adotando as técnicas da observação participante e das entrevistas semiestruturadas. Encontramos em Paulilo o amparo seguro para tomarmos essa decisão:

A imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social do qual emergem, é condição essencial para o seu desenvolvimento. Através dela, consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo (PAULILO, 1999, p.183).

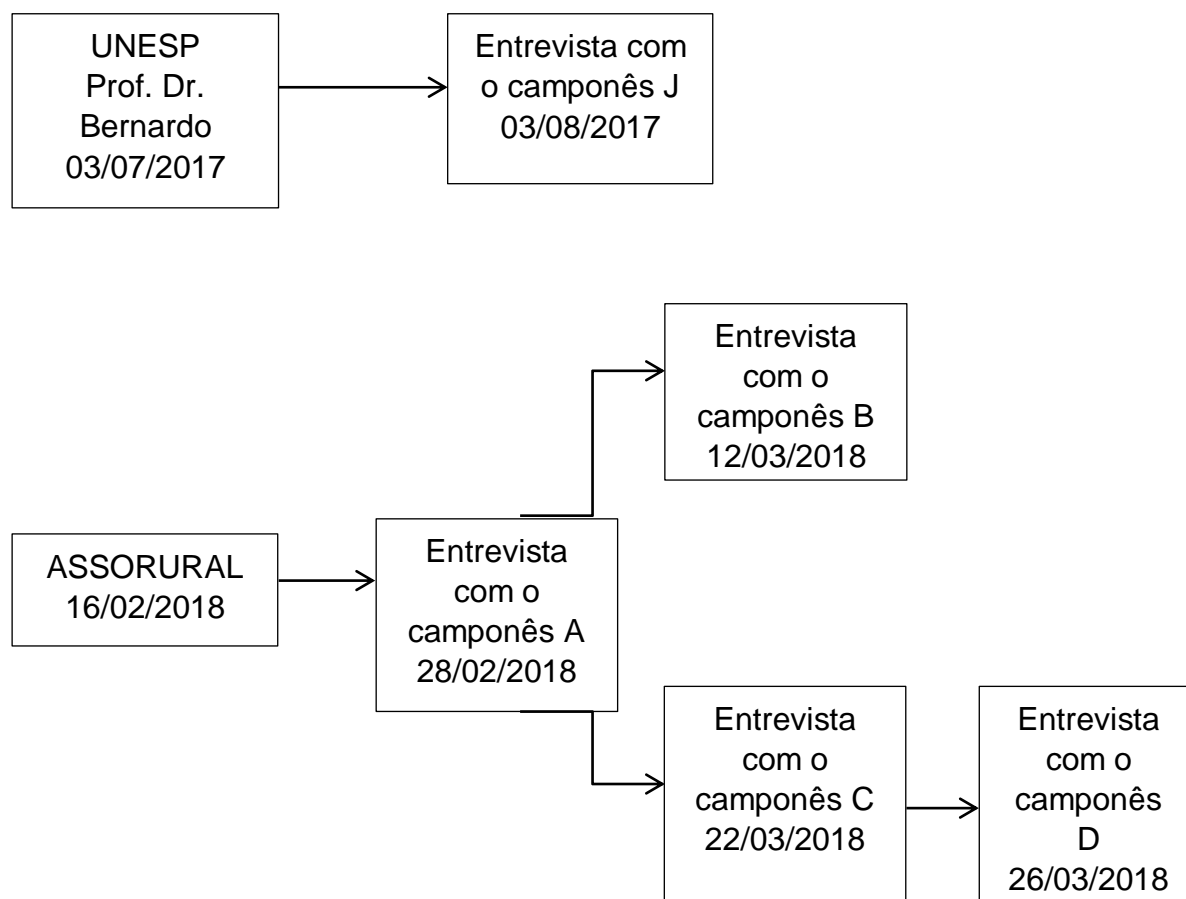
Também houve momentos em que iniciávamos um assunto e deixávamos o nosso entrevistado fazer o seu relato sobre a sua vida, neste caso, o camponês, sem se preocupar demasiadamente com a autenticidade e ordenamento das ideias e falas dos relatos, já que na formulação da nossa proposta sabíamos que iríamos trabalhar com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões pessoais construídas ao longo de uma vida. Ainda que a teoria aponte um padrão de comportamento, a dinâmica das realidades constroem outros muito mais diversificados. Era, conforme indicou Paulilo (1999), inevitável que houvesse um aprofundamento na complexidade de fatos e processos particulares e específicos às pessoas desse segmento.

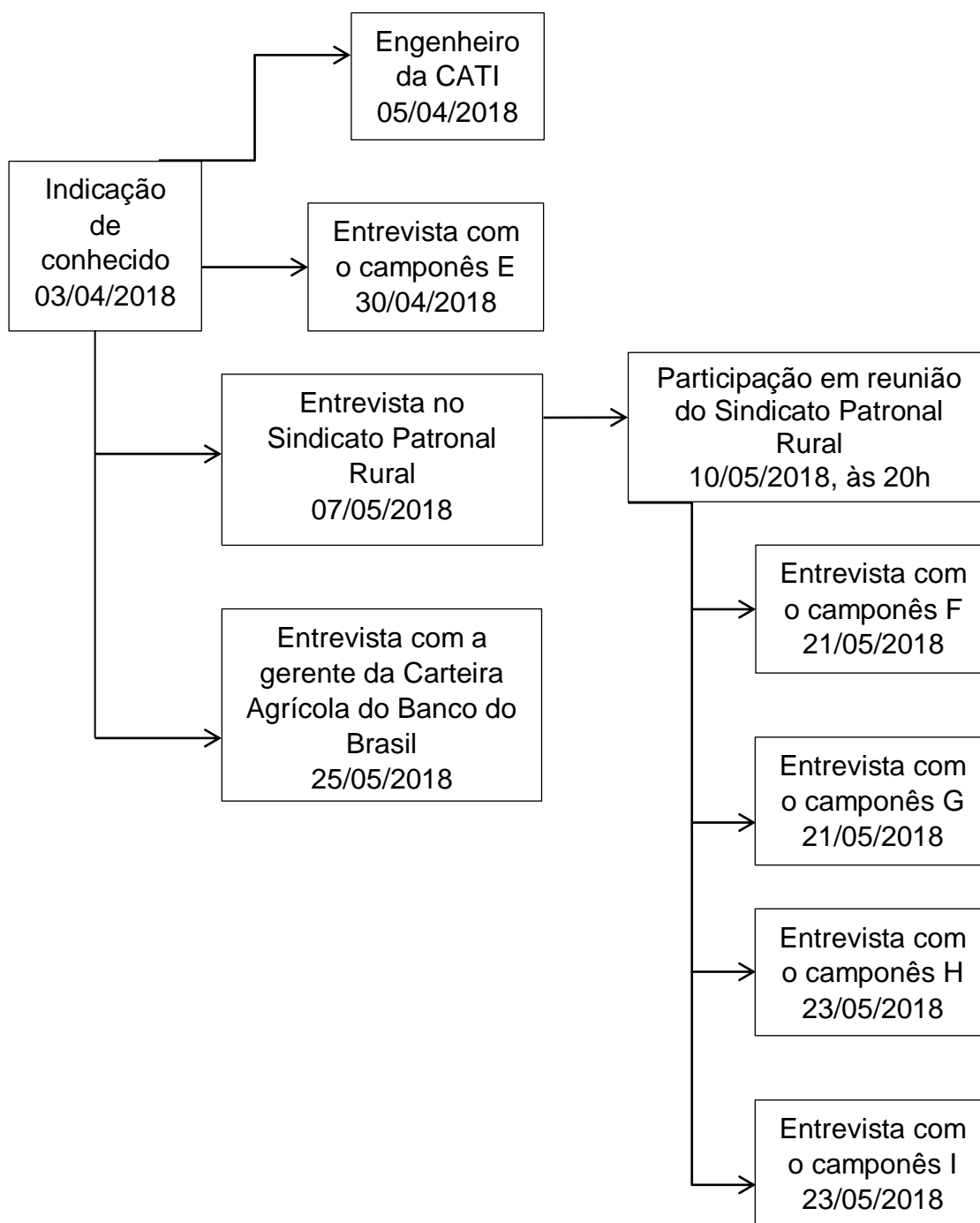
Conquanto que sejam pessoas com sua cultura própria e um vocabulário peculiar que devem ser respeitados por todos, distante de quaisquer perspectivas maniqueístas, optamos por uma transcrição o mais próximo possível dos parâmetros formais da língua, pois, segundo esse autor, a magnitude de um trabalho acadêmico deve considerar seu caráter holístico, se tiver a pretensão de se fazer assimilável pelo maior número possível de leitores (PAULILO, 1999).

1.1 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO METODOLÓGICO

Iniciamos este subcapítulo mostrando um fluxograma sobre o desenvolvimento do nosso trabalho de campo, e dos elementos informativos apresentados ao longo de todo o texto. Dessa forma, acreditamos ter demonstrado como logramos obter uma parte dos dados, as entrevistas e outras informações prestadas.

FLUXOGRAMA 1: Roteiro das entrevistas realizadas na UNESP e em Lucélia





A ASSORURAL foi o ponto que definimos para o início de nossa inserção no universo dessa pesquisa, conquanto acreditávamos que seria a fonte principal das informações básicas para todo o seu desenvolvimento. Foi a nossa primeira entrevista e ela ocorreu com o seu presidente no dia 16/02/2018, das 14h às 14h50. Um dos objetivos era conseguir acesso ao maior número possível de camponeses com pequenos estabelecimentos rurais que se enquadrassem como Pronafianos B. Esse contato foi importante vez que o presidente nos informou da existência de uma

feira-livre que ocorre no município, às quartas-feiras, local onde poderíamos conversar com alguns camponeses sobre nossa pesquisa, mas ele mesmo não nos indicou ninguém. Disse apenas que estaria por lá e que nos encontraríamos. No capítulo dois deste texto analisamos todas as entrevistas e fizemos ponderações acerca dos seus conteúdos.

No dia 28/02/2018, às 18h fomos para Lucélia visto que era uma quarta-feira e planejávamos começar logo com as entrevistas dirigidas aos camponeses. Ao chegar lá, caminhamos por entre as barracas e pessoas, quando deparamos com o Presidente da ASSORURAL conversando com um feirante, em uma barraca que estava vendendo legumes e frutas. Ao nos aproximar e cumprimentar o presidente, ele nos apresentou à pessoa dona da barraca, explicou sobre a nossa pesquisa e que precisávamos entrevistar pessoas que viviam e trabalhavam no campo. Após nossa identificação falamos sobre nosso propósito mais detalhadamente e realizamos nossa primeira entrevista com um camponês.

Encerramos a entrevista, com esse camponês que se dispôs a nos acompanhar e apresentar outros camponeses que ele conhecia. Definimos este entrevistado como o entrevistado A, e o citamos aqui considerando que foi por meio dos seus relacionamentos pessoais que conseguimos acesso aos camponeses entrevistados B e C.

Quando o entrevistado A nos acompanhou para entrevistarmos o casal de camponeses que identificamos como C, esse casal nos indicou o nosso entrevistado D, cujo estabelecimento agropecuário faz divisa com o deles. Para realizar a entrevista com D, fomos sozinhos até ele. Já com o nosso entrevistado E foi a indicação de um conhecido.

Também foi por meio de conversas que mantivemos com esse mesmo conhecido que soubemos da existência de um morador de Lucélia, ligado à política e sendo o atual presidente do Sindicato Rural, possuidor de grande conhecimento da história e das pessoas locais. Após pesquisarmos na internet, conseguimos o número do telefone do Sindicato Patronal dos Produtores Rurais. Fizemos um contato e agendamos uma reunião para o dia 07 de maio de 2018, às 09h, que se estendeu até às 11h30. Na data e horário combinados nos encontramos na sede do Sindicato. Depois de nos apresentarmos e esclarecermos os nossos objetivos, se desenvolveu uma descontraída conversa, totalmente diferente do ocorrido na ASSORURAL.

Foi durante essa entrevista no Sindicato que seu presidente nos convidou para uma reunião com os agricultores familiares sindicalizados, que estava marcada para o dia 10/05/2018, às 20h, em uma instalação de lazer cedida pela prefeitura. A entrevista e a reunião se encontram nos apêndices, porém, entendemos ser importante referenciar essa reunião, pois foi lá que conseguimos conversar e marcar entrevistas com quatro camponeses que se dispuseram a nos receber.

Boa parte dos outros alegaram que precisavam trabalhar a terra e não conseguiriam um tempo para a entrevista. Mesmo assim, acreditamos que os conteúdos apresentados pelos quatro camponeses que nos concederam as entrevistas (entrevistados F, G, H, I), refletem uma realidade comum que ouvimos nas manifestações durante a reunião, sem desconsiderar que cada caso tem suas particularidades específicas. Adotamos uma ordem cronológica para as apresentações dessas entrevistas, que também nos orientou na identificação pela ordem alfabética dos nossos entrevistados.

Avaliamos como interessante e muito apropriado inserirmos a entrevista que fizemos com o assentado - Entrevistado J, fora do nosso trabalho de campo em Lucélia, pois ele é um membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Assentamento Gleba XV, no município de Rosana. Sua visão sobre o financiamento da agricultura tem uma amplidão territorial para além do município, pois o MST é uma liderança nacional e tem visão diferente em relação às políticas públicas de crédito, dado que nos deu uma noção sobre as várias dificuldades enfrentadas pelos camponeses. Essa entrevista foi sugerida pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes como uma tarefa para as aulas de Teoria dos Territórios e da Questão Agrária.

São problemas muito semelhantes que afetam os camponeses, independente se ele é um assentado e resida em outro município que não aquele ao qual propomos pesquisar, ou se ele adquiriu seu estabelecimento agropecuário na luta pela posse da terra, ou a comprou ou está na terra produzindo de outra forma, como foi o caso que encontramos de camponeses trabalhando a terra em regime de comodato.

Apesar de Lucélia não ter nenhum tipo de assentamento, percebemos que as realidades vividas pelos dois segmentos, ou seja, assentados e aqueles que adquiriram o estabelecimento agropecuário pela maneira convencional de compra ou herança, são muito próximas quanto às dificuldades enfrentadas na produção,

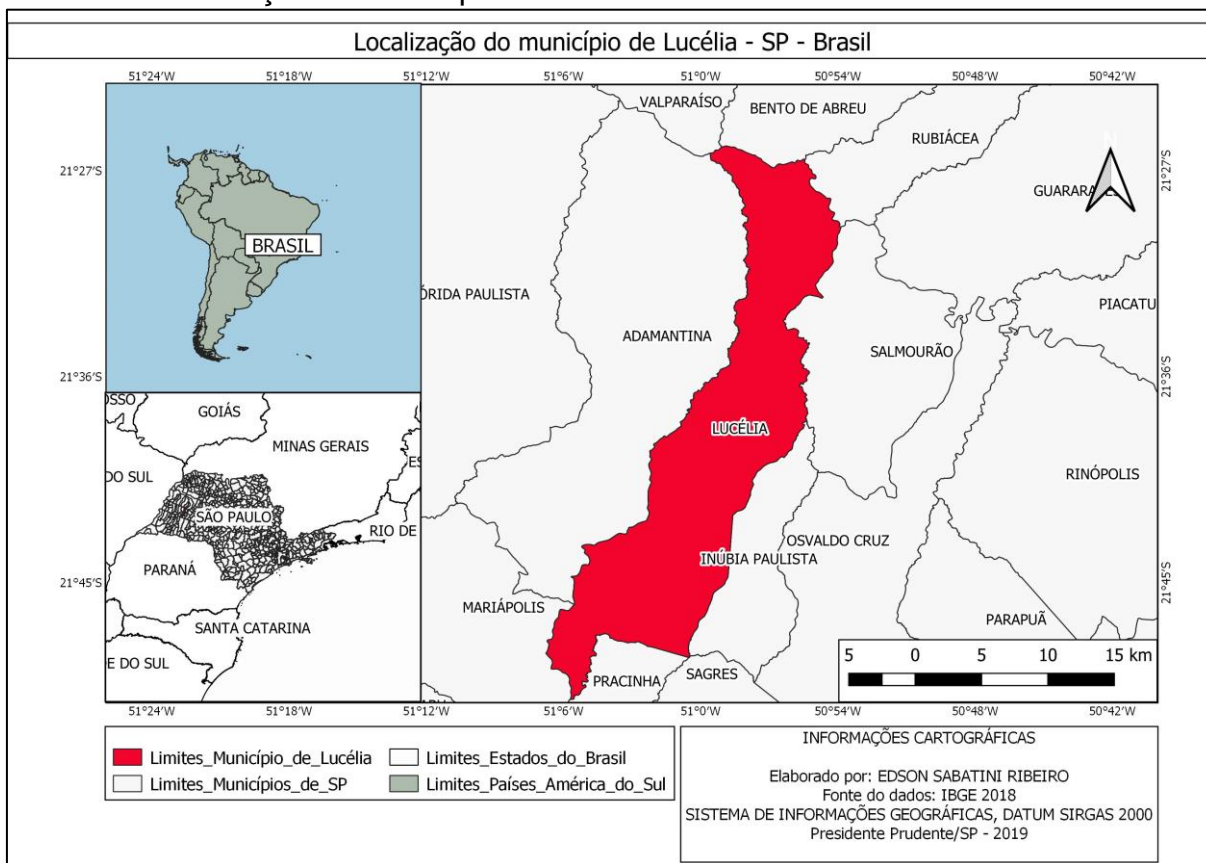
permanência na terra, reprodução social, comercialização e obtenção de financiamento. Podemos constatar que quando se está na parte mais inferior do estrato social, as oportunidades oferecidas pelo sistema bancário são muito menores e as regras na concessão de um financiamento formam um emaranhado legal que distancia essa possibilidade.

1.2 – CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LUCÉLIA

O município por nós definido para desenvolvermos nossos estudos é Lucélia, que está localizado na região oeste do estado de São Paulo, em uma área conhecida como Nova Alta Paulista (mapa 01).

Este município começou a ser demarcado em 1914 e concluído em 1918. Sua colonização começou em 1927, com as primeiras fazendas destinadas ao cultivo do café. Houve um movimento migratório de eslavos e russos como seus primeiros habitantes, mas suplantados por brasileiros, japoneses e italianos. Em 1929, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), iniciou a venda de lotes (PREFEITURA DE LUCÉLIA, 2017).

Em relação ao processo imigratório, grande parte dos colonos que chegaram ao Brasil foi destinada ao trabalho nas fazendas de café para suprir a mão de obra escrava, e também porque iniciava um processo de expansão da produção e ampliava a concentração fundiária, notadamente no Estado de São Paulo, principiando um processo desenvolvimentista e de ocupação territorial que o tornaria o estado mais rico da nação (FERNANDES, 2014). Assim, a ocupação sobre a região centro-oeste do estado paulista, no início do Século XX, avançou com muita rapidez, abrindo novos espaços produtivos para ampliar a acumulação capitalista com o café e implantando as ferrovias para o seu escoamento.

MAPA 1: Localização do município de Lucélia no Estado de São Paulo

ELABORADO POR: Edson Sabatini Ribeiro, 2019

Lucélia está inserida em uma região que se convencionou chamar atualmente de Nova Paulista. Há uma luta dos prefeitos os municípios que a compõe, pelo reconhecimento político por parte do governo estadual a fim de que seja legalizada como uma nova Região Administrativa, independente das atuais a que seus municípios estão vinculados. Na atualidade, Lucélia está vinculada à Região Administrativa de Presidente Prudente.

QUADRO 1: Dados gerais sobre o município de Lucélia

Código do Município: 3527405
Lucélia - Gentílico: luceliense
Arborização de vias públicas: 98,4% (2010)
Área territorial: 314,810 km ²
Densidade demográfica: 63,17 hab/km ² (2010)
Despesas empenhadas: R\$ 44.593.981,47 (2017)
Escolarização 6 a 14 anos: 99,4 % (2010)
Esgotamento sanitário adequado: 95,3% (2010)
Estabelecimentos de Saúde SUS: 5 estabelecimentos (2009)
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: 0,752 (2010)
Mortalidade infantil: 5,85 Óbitos por mil nascidos vivos (2017)
Percentual das receitas oriundas de fontes externas: 84,6% (2015)
Pessoal ocupado: 8.417 pessoas (2017)
PIB municipal: R\$ 283.426,000,00 (2016)
PIB per capita: R\$ 18.542,56 (2016)
População com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo: 35% (2010)
População estimada: 21.747 pessoas (2019)
População ocupada: 39,2% (2017)
População rural: 2.663 (2010)
População total: 19.882 (2010)
População urbana: 17.219 (2010)
Receitas realizadas: R\$ 54.482.537,75 (2017)
Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,7 salários mínimos (2017)
Urbanização de vias públicas: 30,6% (2010)

FONTE: IBGE – cidades e estados. **ORG.** Edson Sabatini Ribeiro, 2019

Analisando alguns dados do quadro 1, destacamos o PIB municipal em 2016 apontado pelo IBGE, que foi de R\$ 283.426 milhões, e o PIB *per capita* de R\$ 18.542,56, nesse mesmo ano. No entanto, o salário médio dos trabalhadores que estão na formalidade é de R\$ 1.580,17 (1,7SM) bruto. Para um município de pequeno porte, como é este caso, trata-se de um valor que exige empenho dos membros de uma família, que estão em condições de trabalhar, na busca por um emprego para atender as necessidades básicas. Comparando esse valor com aqueles declarados pelos nossos entrevistados, percebe-se que é muito mais vantajoso sair do campo e ir trabalhar na cidade, considerando que no campo o trabalho exige empenho todos os dias da semana, não tem 13º salário, nem férias e nem descanso remunerado, além de ser um serviço que exige muita força física.

Segundo o IBGE (PNAD, 2011), em Lucélia o Índice de Gini³ da renda estava em 0,687, acima da média do estado de São Paulo (0,534), e da média nacional (0,515) e indicando que há desigualdades importantes.

É bastante relevante a tabela 1 (p. 40), posto que nela podemos observar e analisar como está distribuído o PIB no município de Lucélia. Destacamos as quatro maiores atividades para uma rápida análise, isto é, aquelas que empregam mais, tem uma folha salarial mais volumosa e geram mais impostos ao município.

Essas quatro áreas de geração de riqueza neste município estão diretamente interligados com as atividades do agronegócio suco energético, ou seja, a indústria de transformação, com 40 (4,63%) unidades produtivas, emprega 940 pessoas (11,17%) do total da mão de obra local. Essa área compreende as atividades que “envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos” (IBGE-CNAE, 2019, p. 163); a área do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, formada por 320 (37,08%) unidades produtivas, empregando 1.255 pessoas (14,91%). Ela engloba a “[...] venda por atacado e a varejo de veículos automotores e motocicletas novos e usados e de peças e acessórios para esses veículos, inclui também as atividades de manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas” (IBGE-CNAE, 2019, p.326). Esta divisão abrange também as atividades de “[...] representantes comerciais e agentes do comércio, por atacado e a varejo de veículos automotores e motocicletas e as vendas sob consignação desses produtos” (IBGE-CNAE, 2019, p.326); a área de atividades profissionais, científicas e técnicas, possuindo 35 unidades, (4,06%), gerando 4.191 postos de trabalho (49,79%), se tornando a área que mais emprega nesse município. Ela atende as atividades especializadas profissionais, científicas e técnicas, exigindo uma formação profissional específica normalmente com elevado nível de qualificação e treinamento (em geral educação universitária). O conhecimento especializado (expertise) é o principal elemento colocado à disposição do cliente por essas empresas. Estas atividades compreendem as “[...] atividades jurídicas, contabilidade, arquitetura e engenharia, pesquisa científica, publicidade, pesquisa de

³ Coeficiente de Gini é um parâmetro internacional usado para medir as desigualdades sociais. Varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do 0 maior é a distribuição, mais próximo do 1 maior é a concentração.

mercado, fotografia profissional, consultorias e serviço veterinário” (IBGE-CNAE, 2019, p.445).

Por fim, a área da administração pública, defesa e seguridade social incorporando as atividades que:

[...] por sua natureza, são normalmente realizadas pela Administração Pública e, como tal, são atividades essencialmente não mercantis, compreendendo a administração geral (o executivo, o legislativo, a administração tributária, etc., nas três esferas de governo) e a regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país (grupo 84.1); as atividades de defesa, justiça, relações exteriores, etc. (grupo 84.2); e a gestão do sistema de seguridade social obrigatória (grupo 84.3). A natureza jurídica não é em si mesma um fator determinante para a classificação de uma unidade nesta seção, e sim o fato de exercer atividade que, por sua natureza específica, é de prerrogativa do Estado. Inclui unidades que são entidades criadas por lei, com personalidade jurídica própria, que realizam atividades de suporte à administração pública com a finalidade de facilitar a gestão de recursos públicos, dando suporte em áreas de função típica do Estado, na execução de ações tais como: compras de bens e serviços, contratação de serviços com a finalidade de desenvolvimento econômico e social, administração e gestão de recursos humanos, etc. (IBGE-CNAE, 2019, p.473).

Nessas circunstâncias, o poder público local (e nas outras escalas) passa a ser um importante gerador de postos de trabalho, que nas três áreas de sua atuação constitucional, ou seja, segurança pública, saúde e educação, emprega 719 funcionários, representando 8,54% dos postos de trabalho local.

Na área da agropecuária, embora tenha 137 unidades produtivas apontadas pelo IBGE-CNAE, representando 15,87% das unidades econômicas, ela aponta o emprego somente de 112 pessoas, representando apenas 1,33% do total da mão de obra empregada. Nossa leitura para essa realidade é de que essa atividade está muito dispersa e desenvolvida de maneira informal, considerando que a população rural representa 13,39% do total, conforme apontado no quadro 1.

Os quatro setores que se destacam possuem 398 pontos empregadores (46,12%), com 7.066 trabalhadores (83,95%). Isso representa a quase totalidade dos empregos formais do município. Ainda que haja o deslocamento de camponeses ou de seus filhos para trabalharem na cidade, o trabalho no campo, mais uma vez, se distancia da segurança, social e monetária, que os empregos citadinos oferecem, deixando na área rural somente aquelas pessoas possuidoras apenas do conhecimento de plantar e, conforme atestamos, em idade mais avançada .

TABELA 1: Segmentos econômicos mais expressivos, com pessoal ocupado, pessoal assalariado e salários em Lucélia/2017

SEGMENTOS ECONÔMICOS LOCAIS DE ATIVIDADES-CNAE 2.0*	Nº unidades locais	Pessoal ocupado	Pessoal assalariado	Salários (Mil Reais)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	137 (15,87%)	112 (1,33%)	3	171 (0,10%)
Indústrias de transformação	40 (4,63%)	940 (11,17%)	901	40.318 (24,27%)
Construção	29 (3,37%)	57 (0,68%)	35	1.551 (0,93%)
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	320 (37,08%)	1.255 (14,91%)	916	18.740 (11,28%)
Transporte, armazenagem e correio	101 (11,70%)	246 (2,92%)	150	3.671 (2,21%)
Alojamento e alimentação	38 (4,40%)	107 (1,27%)	71	1.103 (0,66%)
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	13 (1,51%)	105 (1,25%)	94	5.871 (3,53%)
Atividades profissionais, científicas e técnicas	35 (4,06%)	4.191 (49,79%)	4.164	68.929 (41,49%)
Atividades administrativas e serviços complementares	40 (4,63%)	279 (3,31%)	236	2.037 (1,23%)
Administração pública, defesa e seguridade social	3 (0,35%)	719 (8,54%)	719	17.605 (10,60%)
Educação	14 (1,62%)	99 (1,18%)	89	1.211 (0,73%)
Saúde humana e serviços sociais	29 (3,36%)	169 (2,01%)	147	2.572 (1,55%)
Outras atividades de serviços	30 (3,48%)	55 (0,65%)	46	810 (0,49%)
Total	863	8.417	7.630	166.141

* Representados somente os setores de maior expressividade econômica, no ano de 2017

FONTE: IBGE - Classificação Nacional de Atividade Econômica-CNAE-2.0; tab. 6450. **ORG.** Edson Sabatini Ribeiro, 2019

Assim, como mais da metade dos estabelecimentos agropecuários nesse município estão inseridos nas normas criadas para o público do Microcrédito Rural

PRONAF B, não é esse segmento agropecuário que emprega formalmente aquelas 112 pessoas da mão de obra alocada na agricultura deste município, conforme aponta a tabela 01, fato que pudemos observar pelas nossas entrevistas. Também ressaltamos que em Lucélia, apenas 16 camponeses fizeram uso da linha de financiamento do Microcrédito Rural Pronaf B, segundo dados disponibilizados pelo IBGE, divulgado por meio do Censo Agropecuário do ano de 2006, representado na tabela 9 (p.140).

Em termos de localização espacial, o município nos oferece melhores condições de acesso aos órgãos públicos como a Casa da Agricultura, Banco do Brasil, Sindicato Rural e ASSORURAL, onde foi desenvolvida parte das pesquisas. Também o contato físico com os camponeses foi facilitado, devido às relações sociais por nós já estabelecidas naquele município.

Outro ponto forte que teve peso na escolha desse município deve-se ao fato de residirmos na cidade de Osvaldo Cruz, que dista cerca de vinte quilômetros de Lucélia, utilizando a Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros. Esse detalhe nos possibilitou uma redução de custos nos nossos deslocamentos intermunicipais. Desse modo, pudemos programar visitas em dias e horários apropriados ao camponês, evitando interferir nas suas tarefas. Também nos permitiu a participação em reunião noturna no Sindicato Rural local, o que nos possibilitou ampliarmos nossos contatos com os camponeses.

Há também outros fatores que o torna semelhante aos demais municípios paulistas localizados nessa região e que estão incorporados ao Escritório de Desenvolvimento Rural – EDR/Tupã⁴, como a concentração fundiária, o elevado número de camponeses pobres. Entendemos que se há semelhanças, elas estarão presentes tanto nos problemas, quanto nas possíveis soluções. No entanto, não

⁴ De maneira a atender as necessidades estratégicas de gestão de cada região, o estado foi dividido em 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR). Essa divisão do estado em áreas de EDR foi definida a partir do Decreto nº 41.559, criado em 1º de janeiro de 1997, em que cada EDR possui a estrutura de um corpo técnico, um núcleo de apoio administrativo e casas da agricultura, sendo sua subordinação estabelecida de acordo com sua localização geográfica e características da produção agropecuária. A atribuição dos EDR's é planejar, coordenar e apoiar a execução das atividades relativas aos planos regionais e municipais de desenvolvimento rural, a extensão rural e assistência técnica, aos levantamentos e diagnósticos necessários à elaboração de políticas, a planos de desenvolvimento rural e outras necessidades do Governo do estado, no âmbito da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) (2017, p.172).

podemos tomar isso como uma regra, considerando as vicissitudes inerentes a cada lugar.

Dentro dessa realidade que inicialmente toda pesquisa e pesquisador são inseridos a necessidade maior é ter a consciência de que nada acontece por si só. Sempre haverá uma composição de fatores diversos que estarão juntos formando determinada realidade. É o nosso *olhar geográfico*.

Segundo os dados do IBGE indicam, há uma alta concentração populacional urbana, conseqüentemente, baixa densidade populacional no campo, nos municípios⁵ que formam o EDR/TUPÃ.

TABELA 2: População urbana/rural nos municípios que formam o EDR/Tupã

MUNICÍPIO	ÁREA (km ²)	Pop. Total	Pop. Urb. 2010	%	Pop. Rural 2010	%
Arco-Íris	264,904	1.925	1.097	57	828	43
Bastos	170,912	20.445	17.608	86,1	2.837	13,9
Herculândia	364,252	8.696	7.921	91,1	775	8,9
Iacri	321,948	6.419	5.050	78,7	1.369	21,3
Inúbia Paulista	87,119	3.630	3.177	87,5	453	12,5
Lucélia	314,81	19.882	17.219	86,6	2.663	13,4
Osv. Cruz	248,038	30.917	27.782	89,9	3.135	10,1
Parapuã	366,663	10.844	8.896	82	1.948	18
Pracinha	63,054	2.858	1.369	47,9	1.489	52,1
Queiróz	234,914	2.808	2.385	84,9	423	15,1
Rinópolis	358,481	9.937	8.638	86,9	1.299	13,1
Sagres	147,935	2.395	1.819	75,9	576	24,1
Salmourão	172,934	4.818	4.321	89,7	497	10,3
Tupã	627,986	63.476	60.930	96	2.546	4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2010. **ORG.:** Edson Sabatini Ribeiro

A questão da concentração fundiária nos municípios que compõem esse EDR reflete realidades semelhantes, havendo paralelas entre as situações apuradas, como por exemplo, a concentração de muitas terras nas mãos de poucos agricultores, em detrimento de uma elevada parcela de agricultores com porções muito pequenas.

⁵ Os quatorze municípios que formam o EDR/TUPÃ, por ordem alfabética, são: Arco-Íris, Bastos, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Lucélia, Osvaldo Cruz, Parapuã, Pracinha, Queiróz, Rinópolis, Sagres, Salmourão e Tupã.

TABELA 3: Distribuição número/área dos estabelecimentos agropecuários no EDR/Tupã

Município	Nº estabelecimentos					Área dos estabelecimentos (ha)				
	Total	Não familiar	%	Familiar	%	Total	Não familiar (ha)	%	Familiar (ha)	%
Arco-Íris	309	99	32	210	68	24.713	19.469	79	5.244	21
Bastos	377	112	30	265	70	14.721	10.862	74	3.859	26
Herculândia	622	164	26	458	74	35.731	28.885	81	6.846	19
Iacri	360	119	33	241	67	30.533	25.644	84	4.890	16
Inúbia Paulista	116	33	28	83	72	10.410	8.679	83	1.731	17
Lucélia	516	111	22	405	78	23.336	17.405	75	5.931	25
Osvaldo Cruz	708	181	26	527	74	28.330	21.387	75	6.944	25
Parapuã	626	227	36	399	64	30.491	24.942	82	5.549	18
Pracinha	76	29	38	47	62	5.362	4.176	78	1.186	22
Queiroz	82	48	59	34	41	23.641	22.608	96	1.033	4
Rinópolis	654	111	17	543	83	32.152	22.847	71	9.305	29
Sagres	248	73	29	175	71	10.163	7.264	71	2.900	29
Salmourão	187	51	27	136	73	27.225	25.036	92	2.190	8
Tupã	1.021	314	31	707	69	66.252	55.886	84	10.366	16

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 2006. **ORG.:** Edson Sabatini Ribeiro

Lucélia possui 247 (47,87%) estabelecimentos agropecuários com as características do PRONAF B de um total de 516, ocupando 3.165 ha, ou seja, 13,56% de um total de 23.336 ha. Ainda que não pode se estabelecer uma regra geral para essas realidades, pelo motivo de carecer de estudos mais pontuais, podemos dizer que possíveis soluções indicadas para um determinado problema, por exemplo, mudanças das regras para o financiamento destinado ao Pronafiano B quanto às garantias exigidas como caução, poderão ser adotadas em outros municípios.

É oportuno lembrar que o tamanho da área está definido em módulos fiscais, conceituado pela Lei nº. 6.746/1979⁶ e também na Lei nº 8.629/1993 - Art. 4, II e III, o que define como pequeno estabelecimento rural (imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais). Da mesma forma, a Lei nº. 11.326/2006 conceituou o estabelecimento agropecuário destinado aos benefícios para a

⁶ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "estabelecimento agropecuário familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizado o estabelecimento. O tamanho do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (EMBRAPA, 2019).

agricultura familiar, via PRONAF, como sendo aquela constituída de até quatro módulos fiscais. O tamanho do módulo fiscal é utilizado como parâmetro legal para a sua aplicação em diversos contextos, como na definição de benefícios atribuídos ao estabelecimento rural familiar. Portanto, para o município de Lucélia o tamanho do módulo fiscal foi definido em 20 hectares.

Outro fator que julgamos importante e que foi considerado por nós na escolha desse município, muito embora não componha diretamente o escopo da pesquisa, é a existência em seu território de uma grande planta de processamento da cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível e açúcar (criada no ano de 1980). Nos questionários que elaboramos e aplicamos aos vários personagens envolvidos em nossa pesquisa, fizemos uma pergunta sobre essa realidade.

Algumas políticas públicas foram concebidas para o favorecimento da monocultura que, para essa região, desde o início de sua ocupação, é uma realidade marcante. Sendo uma região de colonização relativamente recente, lhe foi atribuída a função de fornecedora de produtos agrícolas, estabelecida por um projeto político-econômico baseado na predominância das grandes culturas e na pecuária como características marcantes (GIL, 2007).

Primeiro foi o café, seguido de perto pela criação do gado bovino, leiteiro ou de corte. Depois, impulsionado internamente pelas intempéries e, externamente, pelo aumento brutal do preço do petróleo, esta região foi atingida por outra política pública que criou o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). A cana-de-açúcar passou a ocupar boa parte do território do oeste paulista anteriormente ocupada pelo café que, após a grande geada de 1975, entrou em decadência (GIL, 2007).

Por este ângulo, a autora nos oferece uma visão sobre os interesses do capital nessa região, mostrando que seu desenvolvimento econômico e territorial experimentou um impulso grande no sentido de demandar a implantação dos trilhos ferroviários, mas sem a presença efetiva do Estado, ao afirmar que:

O desenvolvimento do Estado de São Paulo, a exemplo do que sempre ocorrera no país, não emanava de um plano central, ao contrário, ganhava a forma que se desenhava espacialmente o avanço do capital. Interligando áreas de produção, portos de exportação, a capital, e as principais cidades-polos da época, as ferrovias desempenharam papel estratégico na conjuntura econômico-política-social paulista e nacional ao longo da primeira metade do século XX. Elas foram traçadas e conduzidas pelos interesses dos gestores, dos produtores e dos comerciantes de café, e os longos quilômetros de seus trilhos eram estendidos depois que o

povoamento e a produção agrícola assegurassem fretes que compensassem a sua instalação (GIL, 2007, p.97).

Para essa autora, inicialmente a colonização do Oeste Paulista ocorreu graças à cultura cafeeira, porém a emancipação dos primeiros municípios efetivou-se somente durante o século XX. Os primeiros a passarem por esse processo foram Araçatuba (1908), Presidente Prudente (1917), Ourinhos (1918), Lins (1920) e Marília (1929). A colonização mais recente realizou-se na Alta Paulista e ela transcorreu à medida que a cafeicultura aumentava sua produção, exigindo assim, a construção do Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

A princípio, até 1941, os novos trilhos iam até o município de Tupã. A partir de 1949, os trilhos foram estendidos até o município de Tupi Paulista. A colonização da região foi possibilitada graças aos investimentos da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), que a partir de 1917, trouxe diversos trabalhadores rurais, a maioria de origem imigrante, para colonizar a região. A Companhia dividiu a região em pequenas propriedades rurais, que contavam geralmente com extensões territoriais entre 10 a 50 alqueires de terra, todos servidos com estradas e eletricidade. Durante o domínio da ferrovia, a região teve grande desenvolvimento inicial, aliada ainda à expansão do café, apesar da cultura não estar mais no auge como era naquela época anterior à crise de 1929 (GIL, 2007, p.94).

São acontecimentos que expressam a existência de um encadeamento de ações conduzidas pelo capital, que se apodera das instituições políticas e que afetam diretamente o desenvolvimento municipal e o camponês em sua forma de ser, social e economicamente. Inclusive para tomar a decisão de ir ou não ao banco para obter um financiamento, e se servir de uma política pública que, em tese, foi gestada para apoiá-lo.

1.2.1 - O Agronegócio

Considerando que as mudanças operadas recentemente na agricultura brasileira foram profundas e provocou uma reconfiguração da realidade produtiva do campo, as realidades sociais também sofreram mudanças profundas. Outra consequência foi a difusão intensiva do agronegócio, sendo que na divisão internacional do trabalho coube ao Brasil reforçar a posição de destaque como fornecedor de *commodities* agropecuárias e minerais (GIRARDI, 2008).

Essas mudanças ocorreram de forma rápida e sem planejamento por parte do Estado quanto ao processo de expulsão de mão de obra do campo e a necessária

absorção por outros setores, principalmente urbanos, aprofundando os problemas nas cidades, em razão delas não conseguirem atender as novas demandas dado o ritmo acelerado em que foram surgindo. Por sua vez, os problemas da questão agrária foram agravados pela pauperização, desintegração do campesinato, despovoamento do campo e a concentração fundiária (OLIVEIRA, 2007; GIRARDI, 2008).

Faz-se necessário aqui, antes de continuarmos analisando os dados colhidos, conceituarmos o que se entende por *agronegócio*. De fato, o termo surgiu na década de 1950, mais precisamente em 1957, em Harvard, EUA, quando John Davis e Ray Goldberg definiram *agribusiness* como sendo:

[...] o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento, distribuição e consumo dos produtos agropecuários in natura, ou industrializados (tradução livre) (DAVIS; GOLDBERG, 1957, n.p.).

Quando essa concepção chegou ao Brasil, foi adaptada pelos empresários para *agronegócio*. Uma das características do agronegócio é a concentração fundiária e a aplicação intensiva de insumos e tecnologia para a produção de *commodities*, onde se pratica a monocultura destinada aos mercados externos, segundo Fernandes (2014). Para este autor, esse sistema se expressa por meio de suas partes interessadas (*stakeholders*) com o objetivo de manter o domínio do campo e de todo o processo produtivo da agropecuária, à montante e à jusante. Um dos posicionamentos do agronegócio, por exemplo, é lutar contra a Reforma Agrária, pois entende que é necessário haver um estoque de terras livres para o crescimento do agronegócio (FERNANDES, 2014).

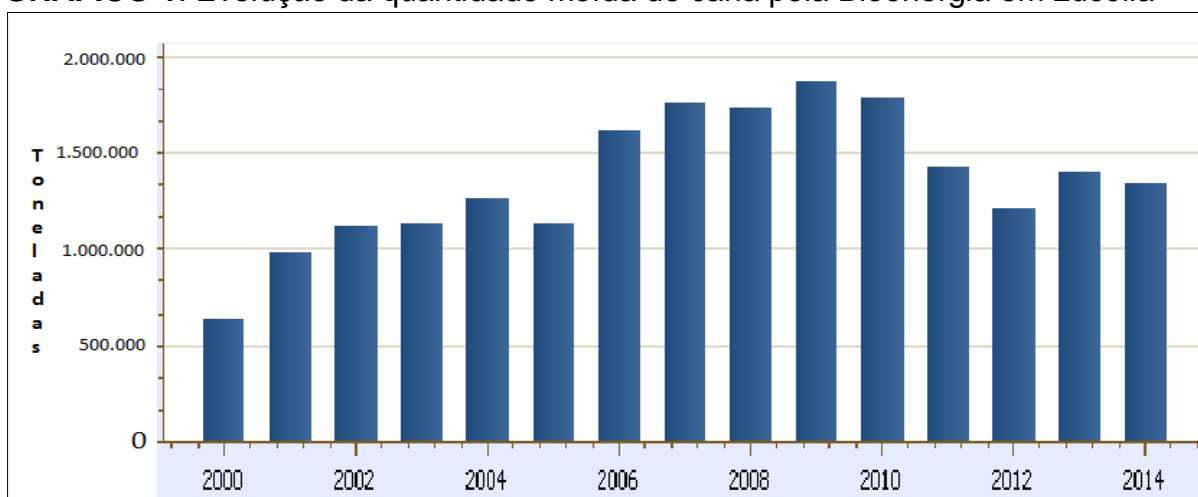
Neste caso, fatores históricos ajudam a compreender o avanço do agronegócio voltado ao setor canavieiro. Em 14 de novembro de 1975, premido pelo aumento brutal no preço internacional do petróleo, imposto no ano de 1973 pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), foi criado o Programa Nacional do Álcool, o Proálcool, pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do etanol, visando diminuir a dependência do país das fontes externas de energia, ampliando a base da política de combustíveis automotivos. A partir da implantação dessa política pública de desenvolvimento pelo governo federal, houve um grande crescimento no plantio de cana-de-açúcar para a produção de álcool

combustível. Essa atividade econômica se expandiu por boa parte do sudeste brasileiro, notadamente em território paulista, tornando-se um marco econômico local e regional (GIL, 2007).

No município luceliense, a expansão canavieira começou no início da década de 1980, impulsionada por interesses econômicos dos grandes fazendeiros que haviam sofrido enormes perdas e dizimação das suas lavouras de café, em decorrência da grande geada. Foi nesse ano de 1980 que também se instalou no município a Usina Central de Açúcar e Álcool pelos fazendeiros locais, tornando a cultura da cana-de-açúcar uma base importante da economia local (BIOENERGIA DO BRASIL, 2016).

A planta industrial suco energética da Bioenergia⁷ do Brasil S/A (atual denominação jurídica da Usina Central de Açúcar e Álcool), transformou a realidade da produção no município, utilizando-se de técnicas avançadas de manipulação genética não apenas para o aprimoramento da cana, mas também, criando um controle biológico sobre as pragas que atacam os canaviais, introduzindo espécies de biovespas, biovéria e biorrizium⁸ (BIOENERGIA DO BRASIL, 2016). A produção dessa empresa teve um acentuado crescimento a partir dos anos 2000, quando houve a retomada dos investimentos federais no setor suco energético, conforme retrata o gráfico 1.

GRÁFICO 1: Evolução da quantidade moída de cana pela Bioenergia em Lucélia



FONTE: Bioenergia do Brasil S/A

⁷ Criada em 07/04/2006, como subsidiária da Central de Álcool Lucélia para atuar como seu braço econômico.

⁸Todas as explicações técnicas sobre esses produtos podem ser encontradas em <http://www.biobrasil.com.br/biorrizium.aspx>

Esclarecemos também que todas as informações aqui postas foram conseguidas por meio de pesquisas na internet e no site do IBGE, pelo motivo de não conseguirmos agendar nenhuma entrevista com a usina, nem por contato telefônico e nem por e-mail.

A influência do avanço dos canaviais pode ser observada em números revelados pela pesquisa. A área produtora de alimentos vem diminuindo ano-após-ano e os produtos que deixam de ser plantados são aqueles que formam a base da alimentação de boa parte da população, segundo dados do IBGE, e que os camponeses têm maior participação em sua produção.

O quadro 2 mostra a área ocupada com o cultivo de cana-de-açúcar, em detrimento de outras culturas destinadas à alimentação humana.

QUADRO 2: Evolução da área plantada com lavoura temporária, em hectares, no município de Lucélia

Produto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Algodão herbáceo (em caroço)	90	50	50	50	50	-	-	-	-	20	65	70	30	-	-	-
Arroz (em casca)	10	10	10	10	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	4.100	4.100	5.867	5.318	6.360	5.997	8.300	8.300	7.300	7.300	9.000	7.800	6.800	9.289	7.890	7.620
Feijão (em grão)	150	-	-	-	-	-	-	-	-	12	15	24	30	30	10	10
Mandioca	-	65	-	15	22	11	10	10	10	10	10	-	-	5	5	5
Melancia	12	8	12	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho (em grão)	200	300	300	300	300	300	300	400	270	100	100	100	50	50	50	50
Tomate	75	20	50	75	80	15	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2015-tab. 1612. **Org.** Edson Sabatini Ribeiro

O resultado dessa expansão reflete o avanço do capital monopolista na agricultura, o que leva à concentração da terra, uma vez que pequenos e médios proprietários de terra, quando não vendem, arrendam suas terras para as usinas comprometendo, portanto, a produção de alimentos básicos, o que encarece estes produtos, os quais são adquiridos em outros municípios (HÉLIO DA SILVA, 2009; VALÉRIO, 2009).

Por sua vez, a consequência mais contundente em um cenário de expansão da monocultura canavieira é a precarização das relações no trabalho e, obviamente, da qualidade de vida dos agricultores, com o empobrecimento se acentuando: “A sincronia perversa entre a implosão das forças produtivas e o seu iminente descarte transforma contingentes de trabalhadores em refugio - que são simplesmente descartados [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p.13).

Para dar razão a essa assertiva de Thomaz Júnior, na região de Lucélia também tem sido intensificado o uso de máquinas colheitadeiras de cana, que dispensou um grande contingente de mão de obra, sem outra qualificação que não seja o corte correto da cana.

Como vem ocorrendo em várias outras regiões paulistas, essa realidade observada desnuda boa parte do discurso oficial e midiático, que apresenta o agronegócio como a fatia que dá certo na agricultura brasileira, sendo ele o responsável por elevar o país à elite agrícola mundial como grande produtora de *commodities*, destacando a geração de volumosas divisas para a balança comercial auferidas com as exportações. Essa realidade tem sentido quando observamos o quadro 2, onde se percebe a evolução das culturas no município de Lucélia. Nele, a expansão da produção de alimentos tem se mantido muito inferior ao volume que é produzido pelos canaviais.

FOTO 1: Máquinas automatizam o trabalho no corte da cana em Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Todos os dados demonstram o quanto o Pronafiano B está excluído do processo produtivo que realmente possibilita ganhos significativos, o que se comprova facilmente ao analisarmos os indicativos na coluna referente a esse tipo de agricultor. Embora seja a parcela com o maior número de estabelecimentos (mas também os que possuem menor área), isso não se traduz em uma maior participação na produção, muito ao contrário, ele tem a menor participação, lembrando que as categorias C, D, E, são os agricultores mais bem estruturados.

Não é somente a usina que tem interferência direta na vida do camponês. À primeira vista, as condições econômicas que a usina oferece, ou seja, um salário fixo no final do mês, férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, horários definidos de trabalho e plano de assistência à saúde, são atrativos proporcionados pelos empregos oferecidos na cidade. Uma parte dos trabalhadores que estão empregados nesse meio poderia trabalhar nas terras de sua família, ou se empregar em outros estabelecimentos agropecuários como diaristas em épocas de plantio ou colheita.

Porém, premidos pelas incertezas financeiras que a vida no campo oferece, principalmente quando o trabalhador rural deseja constituir família, faz com que os filhos, filhas e até mesmo alguns chefes dos estabelecimentos agropecuários deixem suas terras e procurem emprego na usina, ou em outras atividades ligadas a ela, conforme demonstrado na tabela 1 (p.40), como é o caso das oficinas mecânicas especializadas em caminhões e máquinas agrícolas, borracheiros, eletricitas, motoristas entre outras. Deparamos com essa realidade quando entrevistamos alguns camponeses ou conversamos com alguns profissionais das atividades citadas, como é o caso do nosso entrevistado E, cujo filho é mecânico de manutenção na usina de processamento da cana.

Em torno dessa usina estabeleceu-se uma ampla cadeia produtiva do setor terciário, que é o setor econômico relacionado aos serviços, oferecendo um rol de ocupações profissionais que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Como atividades econômicas deste setor, podemos citar o comércio, a educação, a saúde, as telecomunicações, os serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, entre outros, que empregam muitos trabalhadores e movimentam a economia local, um termômetro determinante para a

atividade econômica da cidade, com reflexos diretos no comércio do município (Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Lucélia, 2018).

1.3 - CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PESQUISADOS

MAPA 2: Localização dos estabelecimentos agropecuários visitados em Lucélia/2018



ELABORADO POR: Edson Sabatini Ribeiro, 2019

Mesmo com o significativo volume da cultura de cana-de-açúcar, proporcionalmente, a quantidade de estabelecimentos agrícolas com as características da agricultura familiar é grande no município, sendo destacado o número de camponeses Pronafianos B, contudo, a proporção da área total ocupada por esses estabelecimentos é bem reduzida. Da área territorial de 314 km², 23.336

hectares são destinados à agricultura, distribuídos em 516 estabelecimentos agropecuários, conforme exibido no quadro 3.

Desses estabelecimentos, 111 são de agricultura não familiar, ocupando uma área de 17.405 ha, enquanto que há 405 estabelecimentos caracterizados pela lei 11.326/96 como de agricultura familiar, ocupando uma área de 5.931ha, segundo apontou o IBGE no Censo Agropecuário de 2006.

QUADRO 3: Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Lucélia/2006

VARIÁVEL	ATIVIDADE	NÃO FAMILIAR	%	FAMILIAR	%	Total
Nº DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS(un)		111	21,51	405	78,49	516
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS(ha)		17.405	74,58	5.931	25,42	23.336

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006-tab. 1431. **Org.** Edson Sabatini Ribeiro

Refinando um pouco mais os dados de que dispomos e centralizando em nosso público-alvo, podemos dizer que na questão da ocupação das terras, essa camada social está situada entre os estabelecimentos agropecuários com menor área no quadro fundiário municipal, e somente um estabelecimento alcançando a medida de um módulo fiscal, que para esse município é de 20 ha, senão vejamos: entre os dez camponeses que entrevistamos, excluimos o entrevistado J por ser de outro município, e o entrevistado A, considerando que naquele momento, não desenvolvia nenhuma atividade agrícola, apenas estava trabalhando como feirante na sua barraca na feira-livre, além de fazer algum trabalho de limpeza do mato em sítios de seus conhecidos. Somando a área dos oito restantes chegamos a 102 ha de área total, conforme quadro 4.

QUADRO 4: Demonstrativo do tamanho da área, forma de ocupação e tipo de produção nos estabelecimentos visitados em Lucélia/2018

Entrevistado	Tamanho da área	Forma de ocupação	Tipo de produção
B	24 ha	Comodato	Legumes (quiabos) Leite
C	12 ha	Proprietário	Frutas e Urucum
D	12 ha	Proprietário	Leite
E	4,5 ha	Proprietário	Leite, Verduras Legumes
F	6,5 ha	Proprietário	Café e Legumes
G	14,5 ha	Proprietário	Leite e aluguel para lazer
H	19 ha	Comodato	Bovino para o abate
I	9,5 ha	Proprietário	Suíno para venda Produção de queijo Legumes (repolhos)

FONTE: Dados dos trabalhos de campo, no ano de 2018. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro - 2019

A leitura que fazemos sobre os dados apresentados no quadro 4, é de que mesmo com pequenas áreas, os camponeses que pesquisamos lutam contra as investidas para arrendar suas terras para o plantio da cana-de-açúcar e com isso, diversificam a produção de gêneros alimentícios, conseguindo abastecer parte das necessidades alimentícias da população local.

1.4 - CARACTERÍSTICAS DOS CAMPONESES ENTREVISTADOS

Neste subcapítulo vamos apresentar as características e analisar os conteúdos de todas as entrevistas que efetuamos com os camponeses e com os responsáveis pelos órgãos que estão diretamente ligados à agricultura no município de Lucélia. Também elaboramos quadros, gráficos e tabelas com os dados colhidos e os apresentamos para melhor entendimento, além de fotos dos estabelecimentos agropecuários visitados.

Nas nossas pesquisas em campo observamos e aferimos uma realidade que despertou a nossa preocupação com o fato de que o camponês está envelhecendo. Pior ainda, ao colhermos as respostas acerca do processo sucessório sobre quem assumirá os trabalhos no estabelecimento rural quando os atuais camponeses não mais reunirem condições físicas para tal, sentimos segurança na continuidade com a família apenas no caso do entrevistado A, cujo filho e nora moram no estabelecimento rural e pretendem continuar; com o entrevistado B que ensina seu filho pequeno a gostar e amar a terra, pois será dele, mas mesmo assim é uma incógnita se o filho vai mesmo ficar na terra quando se tornar adulto; com o entrevistado E, cujo filho pretende dar continuidade na produção do sítio, mas somente quando se aposentar na usina em que trabalha atualmente. Especificamente neste caso, não podemos desconsiderar que quando ele se aposentar, já terá uma idade mais avançada e sua capacidade física não será a mesma de quando trabalhava na usina.

Na tabela 4 (p.54) podemos observar as taxas de como está ocorrendo esse envelhecimento. Ele não se concentra só no Pronafiano B.

TABELA 4: Faixa etária do camponês Pronafiano em Lucélia no ano de 2006

Idade do camponês pronafiano em Lucélia na direção do estabelecimento em 2006								
Faixa etária	Pronaf B	%	Pronaf C	%	Pronaf D	%	Pronaf E	%
Menor de 25 anos	3	1,21	X	X	X	X	1	14,29
De 25 a menos de 35 anos	13	5,26	3	3,13	2	8,00	X	X
De 35 a menos de 45 anos	41	16,60	16	16,67	4	16,00	1	14,29
De 45 a menos de 55 anos	54	21,86	20	18,75	7	28,00	3	42,86
De 55 a menos de 65 anos	65	26,32	28	29,17	6	24,00	X	x
De 65 anos e mais	71	28,74	31	32,29	6	24,00	2	28,57
Total	247	100,00	96	100,00	25	100,00	7	100,00

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3342. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

No quadro 5 expomos alguns dados para nos ajudar a compreender melhor esse panorama:

QUADRO 5: Faixa etária, instrução e atividade dos camponeses entrevistados em Lucélia/2018

Entrevistado		A	B	C	D	E	F	G	H	I
IDADE (casal)	ELE	57	37	61	60	74	64	59	73	61
	ELA	NI	NI	55	60	68	70	55	61	58
INS TRU ÇÃO ⁹	ELE	EFC	ETC	EFI	EMI	EMI	EMC	EFI	EFI	EFI
	ELA	EFI	NI	EFI	EFI	EMC	EMC	EFI	NE	EFC
ATIVIDADE Desenvolvida		Agric Fei ra	Agric	Agric Feira	Pec uári a (leit e)	Agric	Agric	Pec uári a (leit e)	Agric	Agric Pecuá ria (leite)

FONTE: Dados dos trabalhos de campo, no ano de 2018. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Quando participamos da reunião no Sindicato, pudemos observar que não havia entre os presentes nenhuma pessoa com menos de cinquenta anos, o que nos confirmou posteriormente seu presidente. Ele, inclusive, falou com aflição que aquela turma não se renova há anos. Só vai morrendo ou vendendo os estabelecimentos e se mudando para a cidade. É uma realidade inquietante.

⁹ Significado das siglas de instrução: EFC: Ensino Fundamental Completo; EFI: Ensino Fundamental Incompleto; ETC: Ensino Técnico Completo; NI: Não Informado; EMI: Ensino Médio Incompleto; EMC: Ensino Médio Completo; NE: Não Estudou.

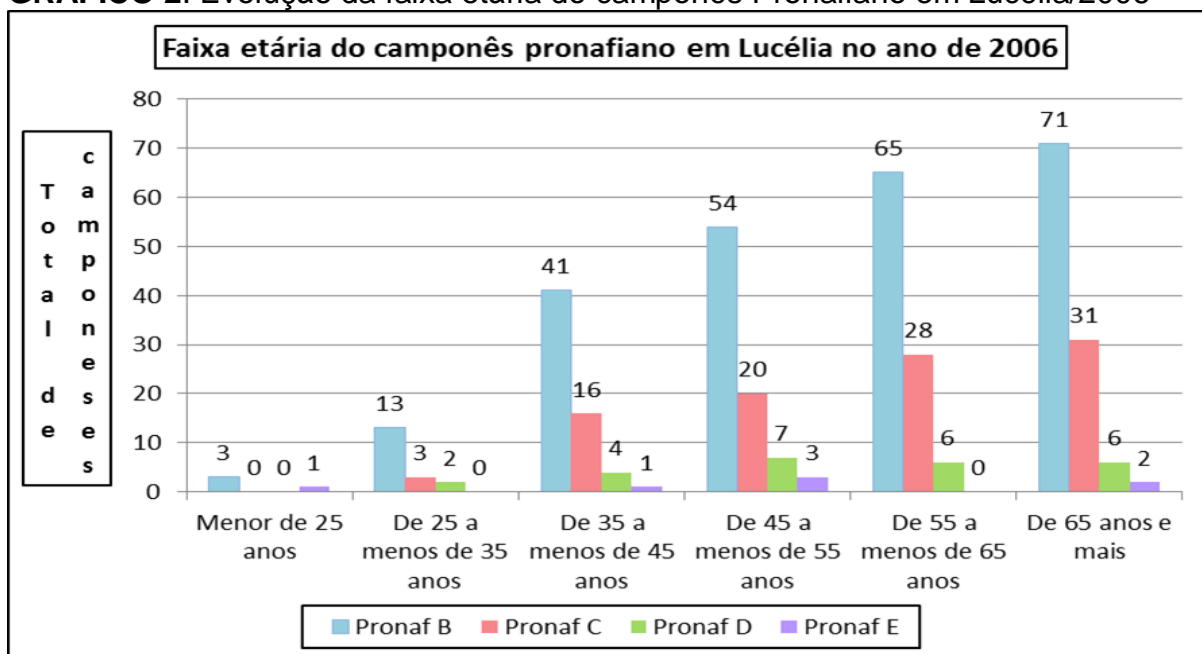
Com exceção do entrevistado B, em todos os outros estabelecimentos que visitamos, seus filhos e filhas foram embora, ou pensam em ir, buscando um emprego que lhes oferecesse maior segurança financeira, que fosse suficiente para manterem suas famílias. Uma possibilidade que o campo não consegue suprir satisfatoriamente.

Entrevistamos dez camponeses que nos foram sendo indicados e com todos eles, quando abordamos a questão sucessória de suas terras, só conseguimos três respostas positivas em relação à continuidade do estabelecimento agropecuário com suas famílias. As demais sete famílias não têm nenhuma perspectiva de que seus filhos assumam os trabalhos. Essa realidade está sendo construída posto que o campo não oferece condições para os filhos permanecerem no estabelecimento agropecuário, produzindo e comercializando seus produtos, ou seja, garantindo uma renda.

Em pesquisa realizada com os dados disponibilizados pelo IBGE, no Censo Agropecuário de 2006, apuramos que essa realidade se espalha por outras escalas, mas no caso do município de Lucélia, os dados nos revelaram que houve um envelhecimento muito intenso e essa situação retrata a verdade de que o campo não está oferecendo as condições econômicas, para a permanência das pessoas mais jovens, o que foi atestado pelos depoimentos dos nossos entrevistados.

Oferecemos outra visão desse mesmo problema por meio do gráfico 2. Nele, fica bem delineado o envelhecimento do campo, principalmente entre os Pronafianos B, mas também nos tipos C, D, E, que têm maior renda familiar, são mais bem estruturados financeiramente e foram redesignados para “Agricultores Familiares”, por meio da Resolução nº 3559¹⁰. Foi a partir desse documento que as categorias C, D, E, deixaram de ser designadas Pronafianos e passaram a “Agricultores Familiares”. Entretanto, como estamos trabalhando com o Censo Agropecuário de 2006, portanto anterior à mudança, essas categorias permearão todo o texto.

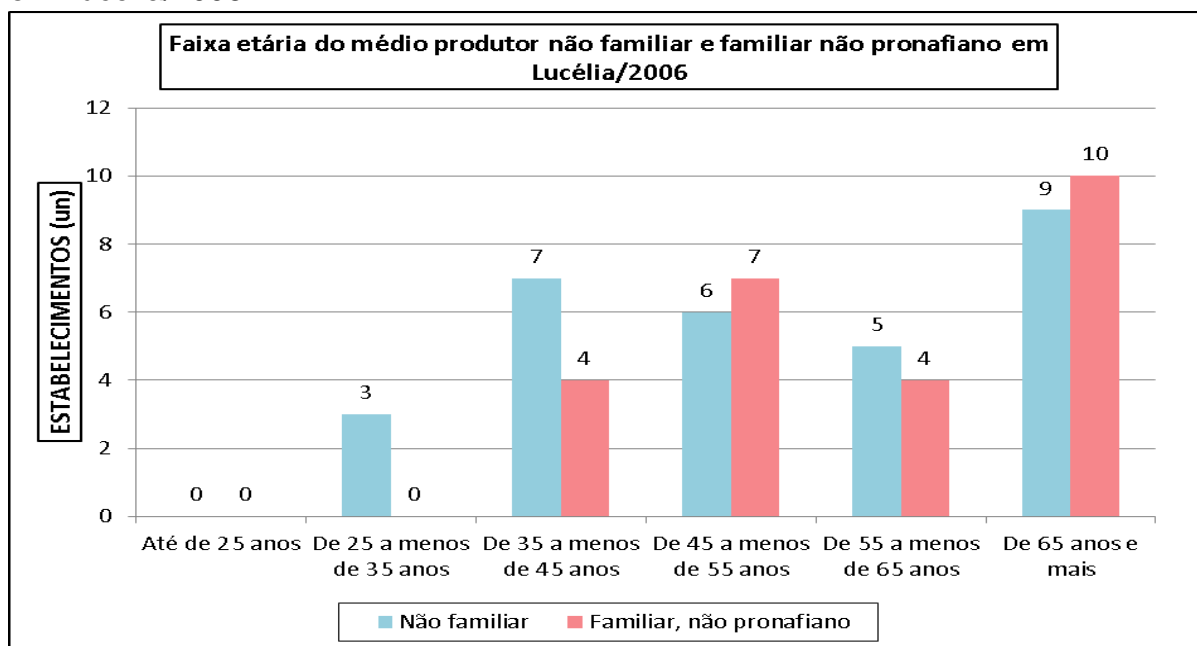
¹⁰ Banco Central do Brasil BCB, de 1º de julho de 2008, Seção: Beneficiários 2, item 11: Os agricultores que têm DAP válida e que integravam os Grupos C, D ou E do PRONAF, em caso de novos financiamentos, serão enquadrados como agricultores familiares conforme definidos na alínea "d", item 1.

GRÁFICO 2: Evolução da faixa etária do camponês Pronafiano em Lucélia/2006

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3342. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

No entanto, esse cenário não é problemático apenas para o camponês Pronafiano B do município de Lucélia. É generalizado, inclusive nos assentamentos do MST, no qual o depoimento do entrevistado J manifesta essa preocupação afirmando que o problema já está instalado até mesmo em sua própria família. Também não está estabelecido tão-somente na agricultura familiar. Conforme pudemos acompanhar pelas palavras do presidente do Sindicato Rural, que revelou a existência desse mesmo problema com os agricultores médios e familiares não Pronafianos, o que aferimos com os dados do Censo Agropecuário 2006, apresentados no gráfico 3.

GRÁFICO 3: Faixa etária do médio¹¹ agricultor não familiar e familiar não Pronafiano em Lucélia/2006



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006-tab. 4153. **Org.** Edson Sabatini Ribeiro, 2018.

É evidente que há, nesse caso, uma desproporcionalidade muito grande em relação à continuidade dos negócios com a agricultura. Enquanto o camponês Pronafiano B vislumbra o fim da sua atividade pela falta de sucessores, o médio e o grande produtor têm outra perspectiva. Seus descendentes podem optar se continuarão com a área e buscarão pessoas para administrar os seus negócios, em um movimento que não cessará.

A questão da idade está ligada umbilicalmente à questão da renda das pessoas mais idosas. É natural à medida que se envelhece, buscar o direito da aposentadoria. No campo, nem sempre é simples conseguir esse benefício dada as condições da sazonalidade das culturas, o que interfere diretamente na renda do camponês ao longo da sua vida. Com isso, quando chega o momento em que a pessoa já pode requerer sua aposentadoria, o calvário da comprovação dos recolhimentos à seguridade social, adia esse momento, quando não o inviabiliza.

¹¹ A definição de médio produtor rural, segundo o Banco do Brasil, é aquele que obtém renda bruta anual de até R\$ 2 milhões, considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele e 100% das demais rendas não agropecuárias. Ele pode financiar até R\$ 1,5 milhão por ano agrícola, com uma taxa de juros de 6% a.a., e um prazo de até 24 meses para quitar (BB, 2019, n.p.).

Ajuda a construir essa realidade o fato de que esse camponês quase nunca tem documentos fiscais para comprovar que realmente trabalhou, pois não é uma prática a emissão de notas fiscais sobre as vendas que efetua. Inclusive esse fato é um dos pontos que dificulta a concessão do financiamento junto ao banco, quando ele exige a comprovação de renda.

Entre os camponeses que entrevistamos, a aposentadoria é uma importante fonte de recursos que, na sua falta, dificultaria bastante a vida dele. Para dar uma mostra de como essa situação se apresenta, elaboramos o quadro 6, porém, ressaltando que esses dados foram informados pelos entrevistados, sem que possamos aferir por outro meio.

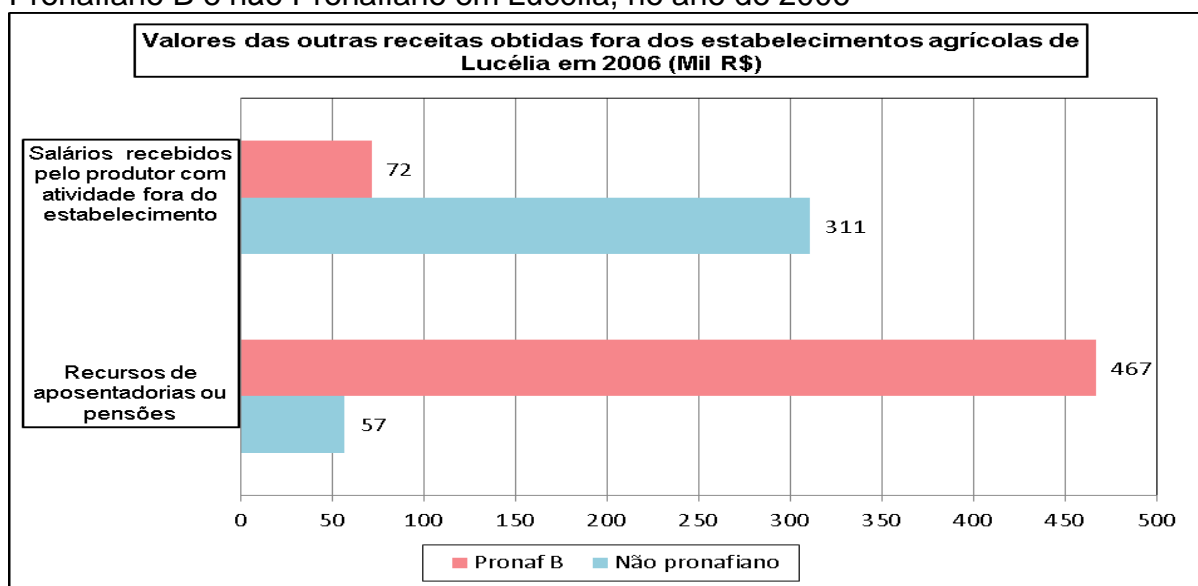
QUADRO 6: Participação da aposentadoria na renda do camponês pesquisado em Lucélia/2018

Entrevistado	A	B	C	D	E	F	G	H	I
RENDA BRUTA	1SM	1SM	2SM	2SM	2SM	2SM	2SM	2SM	1,5SM
ORIGEM	Agr Fei ra	Agr Leite	Agr Feira	Lei te/ Apose ntador ia	Lei te/ Apo sent ador ia	Apose ntador ia	Leit e e área de laze r	Apo sent ador ia	Agr Lei te
% da aposentadoria na renda bruta	-	-	-	60%	80%	80%	-	90%	-

FONTE: Dados dos trabalhos de campo, no ano de 2018. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

O gráfico 4 demonstra o peso da aposentadoria rural no orçamento familiar do Pronafiano B, no município de Lucélia em relação às outras categorias. Mesmo com valores baixos, em torno de 1,72 SM de renda bruta mensal (SM em 2018: R\$ 954,00), a aposentadoria é um importante recurso que ajuda a sustentar a família do camponês, e possibilita a sua permanência no estabelecimento agropecuário agrícola. Os apontamentos do rendimento médio mensal dos nossos entrevistados estão baseados em suas declarações.

GRÁFICO 4: Comparativo de outras receitas entre estabelecimento agropecuário Pronafiano B e não Pronafiano em Lucélia, no ano de 2006



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab. 3308. **ORG.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Outro ponto que interfere na produção dos nossos entrevistados se refere à posse de máquinas e implementos agrícolas existentes no estabelecimento. Apontamos os dados no quadro 7, para termos uma ideia sobre as condições de trabalho que cada um dos nossos entrevistados tem.

QUADRO 7: Equipamentos presentes nos estabelecimentos dos camponeses entrevistados em Lucélia/2018

Entrevistado	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Equipamento										
TRATOR	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Condições de uso	Retido pelo banco	-	Em uso	-	-	-	-	Parado (Motor fundido)	-	-
1-Arado de disco 2-Grade aradora 3-Pulverizador Costal 4-Semeadeira	1; 2; 4	Não	1; 2	Não	Não	3	Não	2; 4	Não	3

FONTE: Dados dos trabalhos de campo, no ano de 2018. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Podemos observar pelas informações e dados apurados em nossas entrevistas, que a situação desse estrato produtivo no campo tem enormes

dificuldades para se manter. Muito menos para adquirir equipamentos que lhes proporcione se desenvolver.

O que percebemos é que as políticas públicas de financiamento para a agricultura, neste caso o PRONAF, sob o viés do mercado financeiro, adota a racionalidade do mercado e busca o lucro e a segurança do retorno de seu dinheiro. O quadro 8 indica que, proporcionalmente ao número de estabelecimentos em cada categoria, os financiamentos concedidos contemplam os agricultores melhor estruturados financeiramente. Um ambiente em que o Pronafiano B fica muito distante.

QUADRO 8: Número de camponeses e origem dos financiamentos agrícolas em Lucélia/2006

	Total	Não pronafiano	Pronaf A	Pronaf B	Pronaf C	Pronaf D	Pronaf E
Bancos	79	26	-	15	27	8	3
Cooperativas de crédito	2	-	-	-	2	-	-
Parentes ou amigos	1	-	-	1	-	-	-
Total	82	26	-	16	29	8	3

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006-tab. 3320 - PRONAF. Org. Edson Sabatini Ribeiro

Para aprofundarmos nossa assertiva elaboramos o quadro 8, um espelho dessa realidade e que nos chama a atenção pelo fato de que apenas 15 agricultores Pronafianos B declararam ao IBGE terem adquirido crédito no ano do Censo Agropecuário de 2006. Os bancos dominam as concessões dos financiamentos demonstrando que a financeirização da economia, também tem forte presença na agricultura familiar, sobretudo em Lucélia.

Em nossa pesquisa no município de Lucélia, entre os nove entrevistados, cinco declararam que já utilizaram o financiamento do PRONAF B, dizendo que isso aconteceu há algum tempo. Houve quatro que não conseguiram acessar e as razões foram as exigências que o banco pediu. Elaboramos o quadro 9 com essas informações para melhor visualizarmos.

QUADRO 9: Acessos, valores e destinação dos financiamentos aos camponeses entrevistados em Lucélia/2018

ENTREVISTADO	ACESSOS	VALOR TOTAL	DESTINAÇÃO
A	2	R\$ 6Mil	Compra de gado engorda/Custeio
B	2	R\$ 7Mil	Compra de gado engorda/Custeio
C	2	R\$ 10Mil	Custeio

D	NÃO	-	-
E	3	R\$ 9Mil	Compra de gado leiteiro/Custeio
F	NÃO	-	-
G	NÃO	-	-
H	3	R\$ 15Mil	Compra de gado leiteiro/Custeio
I	NÃO	-	-

FONTE: Dados dos trabalhos de campo, no ano de 2018. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Atualmente, nenhum deles tem o financiamento em andamento, e aproximadamente 80% declarou que não pretende acessar novamente. As razões alegadas vão desde a incerteza para honrar o compromisso, até as dificuldades para atender as regras do banco, dentre elas, documentos probatórios de renda, como notas fiscais e a apresentação de um fiador. Nenhum camponês que entrevistamos alegou que não precisa de financiamento, mas sim, que não pretendem se endividar.

1.4.1 – APONTAMENTOS SOBRE OS ENTREVISTADOS

Entrevistamos dez camponeses, sendo que nove deles vivem em seus estabelecimentos agropecuários no próprio município, e um reside no município de Rosana, no Assentamento conhecido como Gleba XV. Todos eles têm características descritas pelo PRONAF B, conforme definidas em lei. Mesmo aqueles que são aposentados, sua renda familiar anual o classifica dentro deste programa. Assim, a renda, além da confirmação verbal de cada um dos entrevistados foi o critério que nos orientou na definição de quem é Pronafiano B. Também entrevistamos o presidente da ASSORURAL, o engenheiro da Casa da Agricultura, o presidente do Sindicato Patronal e a gerente da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, agência local. Apresentamos primeiro a entrevista do presidente da ASSORURAL esclarecendo que foi com ele que se deu o início de todo o nosso trabalho de campo. Na sequência, apresentamos as análises sobre todos os camponeses entrevistados em Lucélia, seguindo com um exame sobre as entrevistas com os outros três representantes dos órgãos administrativos.

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ASSORURAL: começamos apresentando o questionário ao presidente da ASSORURAL. Acreditávamos que seria o lugar em

que obteríamos o maior número de informações possíveis, inclusive de agendamentos com os camponeses. No entanto, foi o lugar onde menos obtivemos qualquer dado. Percebemos uma animosidade em seu presidente que só fomos entender mais tarde, quando descobrimos que a ASSORURAL, no ano de 2011 esteve envolvida em investigações conduzidas pela Polícia Federal e, cremos que seu comportamento hostil tenha sido por desconfiança de que estávamos em investigação policial. Não nos aprofundaremos nesse assunto porque não é o escopo da pesquisa. De positivo neste encontro destacamos apenas que o presidente se dispôs a nos apresentar um camponês, o que ocorreu na feira-livre da cidade o qual identificamos como nosso primeiro camponês entrevistado que nomeamos como *entrevistado A*.

ENTREVISTADO A: ele não tem um estabelecimento agropecuário seu, mas trabalha nas terras de outros, inclusive no sítio de sua ex-mulher, que recebeu de herança e um dos seus filhos mora e trabalha junto com a mãe. Ele nos disse que quando ainda vivia com a ex-mulher, conseguiu comprar um trator, o qual manteve em sua posse após a separação. Com ele, ganhou um bom dinheiro preparando solos para o plantio, ou arrendando terras e plantando, até que plantou algodão, colheu e entregou a uma firma local, mas quando foi receber, a firma havia falido e ele não recebeu nada. Em decorrência disso, atrasou o pagamento das prestações do trator e o banco o tomou, mas acredita que ainda vai conseguir reavê-lo pelo motivo de estar em negociação com o banco. Seu conhecimento sobre a agricultura foi passado pelo seu pai que o ensinou desde criança, e com o tempo foi aprendendo mais com as pessoas que conheceu.

Já usou o financiamento do PRONAF na época que arrendou um sítio para plantar algodão. Foi muito útil porque o manteve por todo o tempo da safra de algodão, mas que não pretende mais fazer nenhum tipo de dívida com o banco, apontando a dificuldade em pagar, a idade está avançando (57 anos) e não tem muito serviço na roça. Hoje a cana e as máquinas estão tomando o lugar das pessoas. Ele vende na feira e também de porta em porta, mas esse tipo de comércio está fraco e toma muito calote dos fregueses. Em nossa conversa ele disse que conhece muita gente e se ofereceu para nos apresentar a alguns camponeses e também nos acompanhar nos sítios. Foi por meio desse conhecimento que fomos apresentados aos nossos entrevistados B e C.

FOTO 2: Camponês A comercializando sua produção na feira-livre de Lucélia/2018

FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Com a perda da safra de algodão que ia lhe render um bom dinheiro, segundo sua fala, a vida ficou mais difícil ainda, e foi quando perdeu o trator para o banco, pois não tinha mais dinheiro. Tudo o que conseguiu comprar foi uma perua Kombi velha, montar a barraca na feira e vender frutas e legumes ao consumidor, para conseguir sobreviver. Sua perspectiva para o futuro ainda se assenta na esperança de resgatar o trator junto ao banco, mas sabe que não será fácil. De resto, espera a sua aposentadoria quando chegar à idade para isso, mas também tem consciência que será apenas o salário mínimo que receberá.

Sua atual companheira pouco pode lhe ajudar dada a sua deficiência de locomoção muito severa. Enfim, como pessoa nos pareceu ser um lutador e ter bastante conhecimento sobre a lida com a terra, mas também tivemos o pressentimento de que seu futuro não vai evoluir para uma condição melhor de vida. O que sabe fazer é trabalhar a terra para produzir alimentos, porém, em terras alheias. Caso houvesse uma reforma agrária verdadeira que viabilizasse àqueles camponeses sem terra, possuírem as suas, a história desse nosso entrevistado poderia ser muito diferente, pois ele nos disse várias vezes que o que sabe e gosta de fazer é trabalhar a terra.

ENTREVISTADO B: acertamos com o entrevistado A que no dia 12/03/2018 ele nos apresentaria a outro camponês, que nomeamos como sendo B. Chegamos até seu estabelecimento agropecuário de 24 ha às 09h10, e o encontramos no meio de sua roça de quiabos, colhendo aqueles que seriam vendidos nos próximos dias. No momento da nossa apresentação já foi possível observar o cuidado que tomava para não machucar as plantas que manejava. Percebemos que estavam bem tratadas e com ótimo aspecto. Os frutos estavam bem desenvolvidos e os pés muito firmes. Após nossa identificação, iniciamos as perguntas, mas antes ele disse que não poderia parar e nos atender.

Teríamos que acompanhá-lo por entre as plantas. Ele ia falando enquanto colhia, e foi assim que conversamos. Ele tem 37 anos de idade, casado e sua família é composta de três pessoas; ele, a esposa e um filho de três anos. Sua formação educacional é nível técnico em agricultura e além das culturas, considerando que também planta couve, almeirão e alface, ele tem doze cabeças de gado produzindo leite, o qual entrega na ASSORURAL. Sua renda bruta está em torno de um salário mínimo, e o leite contribui com 70% dela.

O restante vem da comercialização que ele mesmo faz com os mercados e de porta em porta, de tudo o que ele planta. Não possui trator ou outro tipo de implementos agrícolas e toca o sítio com a ajuda da esposa, mas como tem que cuidar do filho pequeno, sua participação é pouca. Uma das surpresas que tivemos com esse camponês foi com o seu nível de instrução. Ele nos disse que foi muito bom ter estudado e os conhecimentos que adquiriu tem ajudado bastante na produção.

FOTO 3: Vista parcial da plantação de quiabos no sítio do entrevistado B



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Outro ponto que nos surpreendeu foi a firmeza que demonstrou ao dizer que seu filho já é ensinado a amar a terra, e que tudo aquilo será seu, para dar continuidade na produção de alimentos. Também disse que já utilizou o crédito do PRONAF. Para o banco conceder o financiamento, ele deu algumas cabeças de gado como garantia, mas que isso ocorreu há um bom tempo e hoje não pensa em voltar a fazer novo financiamento. Afirma que os juros são altos e o prazo de carência de um ano é muito curto. Também não acha que a presença da usina interfira em seu trabalho, mas disse que até poderia ampliar a sua produção. Só não o faz porque é praticamente sozinho para tocar o trabalho e quando aparece alguém, quer ganham muito e trabalhar pouco.

Ele ocupa a área em regime de comodato, mas acredita e já está acertado com os demais herdeiros, quando da partilha, aquele pedaço de terra que cultiva deverá continuar com ele. Do nosso contato tivemos uma ótima sensação de que este camponês vai conseguir se estabilizar e sobreviver com boas condições. Primeiro, é muito consciente sobre a importância de ter e aplicar os conhecimentos

científicos que adquiriu com seus estudos. Isso aumenta a produção e reduz custos, segundo suas palavras.

FOTO 4: Vista parcial da plantação de quiabos no sítio do entrevistado B



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Depois, tem a consciência e a perspectiva da continuidade da família como fonte de produção e continuidade no estabelecimento agropecuário. E ainda, ao longo da nossa conversa, se mostrou atualizado com os rumos políticos do país, inclusive a sua decisão de não mais adquirir um financiamento é de que o governo que se instalou após a deposição de Dilma Rousseff, é voltado para satisfazer os interesses do agronegócio e acredita que o agricultor familiar não vai receber um tratamento que de fato o ajude. Assim, segundo suas palavras, é melhor dar o passo de acordo com o tamanho das pernas, do que se enfiar em um financiamento que poderá não conseguir pagar e se complicar com o banco.

ENTREVISTADO C: no dia 22/03/2018, às 08h40 fomos a esse sítio, acompanhados pelo entrevistado A, fazer a nossa entrevista. Ela já estava nos esperando e veio ao nosso encontro, nos convidando a entrar em sua casa. O

marido havia saído para vender maracujás e bananas que eles produzem no sítio, que tem 12 ha.

FOTO 5: Vista parcial da plantação de maracujá no sítio do entrevistado C



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Iniciamos a nossa entrevista e ela disse que tem 55 anos e o marido tem 61 anos. Eles têm três filhos - duas mulheres e um homem. No sítio ficou apenas a filha mais nova. Os outros dois já se casaram e foram para cidades distantes. Também reside em uma casa ao lado da sua, um outro homem que ajuda nas tarefas diárias da roça e recebe um pagamento mensal, além da casa para morar. Segundo ela, o casal tem o ensino fundamental incompleto e compraram o estabelecimento há mais de trinta anos. Ela disse que gosta da vida no campo e sempre viveu assim, pois nasceu na roça.

FOTO 6: Vista parcial da plantação de bananas no sítio do entrevistado C

FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Em seu estabelecimento agropecuário, além das frutas, eles criam algumas cabeças de gado (seis), com uma fornecendo leite. Quando precisam de algum dinheiro extra, vendem uma cabeça. Ela também disse que no estabelecimento agropecuário estão iniciando a plantação de urucum, com alguns pés já produzindo. A produção está toda comprometida com um determinado comprador do Estado da Bahia. O negócio é promissor, segundo suas palavras, e já estão preparando mais uma fração de terra para aumentarem a plantação.

Ela nos disse que a renda da família gira em torno de dois a três salários mínimos, excluindo o salário da filha, que trabalha em um escritório de advocacia. Possuem um trator e alguns implementos para trabalharem a terra, e disse que já fez uso do financiamento do PRONAF por duas vezes, usando o dinheiro na manutenção da estabelecimento agropecuário e da família, mas não pensam em fazer novamente porque têm medo de não conseguir pagar.

Também disse que não percebe nenhuma relação com a usina processadora de cana-de-açúcar, mas que já foram sondados se não queriam arrendar as terras

para o plantio da cana. Inclusive nos mostrou o sítio ao lado do seu com uma plantação de cana, e disse que o proprietário não conseguiu se manter na terra e acabou arrendando para a cana. Ela também nos mostrou um estabelecimento agropecuário do outro lado do seu e disse o vizinho só estava trabalhando com o gado. Ele também está em idade avançada e que não sabe o que fará, mas passou o seu nome e disse que poderíamos ir lá entrevistá-lo, o que fizemos posteriormente.

FOTO 7: Vista parcial da plantação de urucum no sítio do entrevistado C



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Quando perguntamos à entrevistada C sobre a continuidade dos trabalhos pela família no sítio por causa da idade que eles já têm, ela nos respondeu que não sabe. Os filhos não vão querer assumir nada, considerando que já têm suas profissões. Ela acredita que irão vender o sítio. Nas conversas com nossa entrevistada C, ela se lembrou do tempo em que seus filhos ainda moravam no sítio e ajudavam na tarefa diária. Essas conversas são importantes pois à medida que se desenvolvem, vai revelando um dos mecanismos que afastam a continuidade dos trabalhos na roça pelos filhos. Os pais se esforçam para que as crianças estudem. É comum ouvir a frase: “As crianças precisavam estudar pra ser alguém na vida

quando eles crescessem. Aqui eles não têm futuro. Com os estudos fica mais fácil de arrumar um trabalho na cidade, ganhar um dinheirinho pra casar e sustentar a família deles”.

FOTO 8: Alguns camponeses vendem a sua produção na feira-livre, Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Essa é uma realidade local, mas também está presente em grande parte do campesinato nacional, ditando novas regras de comportamento, que compromete o projeto de continuidade da família como provedora da mão de obra necessária à produção. Na interpretação de Woortmann, é uma adequação da tradição camponesa que reinterpreta a coletividade familiar, assim posta:

Com a emergência de projetos de vida individuais, a migração muda de significado. De migração estruturante (a dos não-herdeiros), passa-se para uma migração desestruturante, ditada não mais pelos interesses da Casa-Tronco, mas pelos interesses do indivíduo (WOORTMANN, 1990, p.55).

São colocações desse tipo que explicitam a maneira de enxergar a vida no campo como uma impossibilidade de se realizar, de ser uma pessoa bem sucedida

na vida, muito embora haja uma enorme subjetividade nessa concepção de realização na vida. Mas, ela manifesta a desmotivação provocada por uma realidade de enormes dificuldades de acesso aos meios técnicos, financeiros, de comercialização dos produtos gerados pelo trabalho cansativo e diário que a agricultura exige.

A nossa leitura sobre esse casal de camponeses é de que conseguem, atualmente, se manter pela produção que tem, mas futuramente os filhos deverão vender o estabelecimento e dividirem os recursos, considerando que eles já estão morando em cidades maiores e, segundo os depoimentos desses camponeses, não têm interesses em assumir os trabalhos no campo.

ENTREVISTADO D: no dia 26/03/2018, às 09h14 conversamos com o entrevistado D. Nessa oportunidade o entrevistado A não nos acompanhou, fomos sozinhos. Ele disse que tem 60 anos de idade e a esposa também tem 60. Ele completou o ensino médio e a esposa completou o ensino fundamental.

FOTO 9: Cabeças de gado leiteiro no sítio do entrevistado D em Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

É associado na ASSORURAL e também na COLELU. São proprietários há trinta anos do sítio que tem 12 ha, desenvolvendo atualmente a atividade leiteira

com cerca de vinte cabeças. O leite entrega na cooperativa. Tem dois filhos que são funcionários públicos em cidades distantes. A renda do casal é de um salário mínimo da aposentadoria da mulher, e o leite que contribui com 70% aproximadamente e ajuda a elevar para dois salários mínimos, o que é sua renda bruta. Disse que já plantou legumes e feijão e que já participou do PAA, mas agora houve um grande corte nas verbas e só tem trabalhado com o leite.

Ao nos falar isso, mostrou uma plantação de mandioca em um lado do estabelecimento agropecuário e disse que tudo aquilo era para entregar para o PAA, mas devido ao corte, só lhe resta dar como ração ao gado, senão perde tudo. Perguntamos então se ele conhece o PRONAF e a sua resposta foi de que conhece, mas nunca tentou um financiamento dizendo que é difícil pagar as mensalidades e nos fez um questionamento sobre a sua plantação de mandioca que estava destinada ao PAA: *se neste caso tivesse feito o financiamento para plantar essa roça, como ficaria para pagar as mensalidades se não teria a quem vender?*

FOTO 10: Vista parcial da plantação de mandioca no sítio do entrevistado D



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Disse-nos que também já plantou café muitos anos atrás, mas que hoje não planta mais em razão da mão de obra está cara, isso quando acha alguém que

queira trabalhar, em decorrência do serviço ser extenuante. Não possui trator ou implementos agrícolas. Em relação à usina de cana não vê como ela interfere no seu dia a dia, e acha que é boa por movimentar a economia local, dar emprego para muita gente. Na questão sucessória não tem nem ideia sobre quem assumirá o sítio. Os filhos já têm emprego e não virão morar nele. A tendência é venderem o estabelecimento agropecuário e dividirem o dinheiro.

Esse camponês nos pareceu uma pessoa muito crítica em relação à política local, apontando que nem o prefeito atual nem os seus antecessores nunca apoiaram o pequeno agricultor familiar, não tem nem mesmo uma secretaria da agricultura no município, tanto que a assistência técnica, quando ele precisa dela, contrata um veterinário particular. Ele acha que a tendência é a terra ficar nas mãos dos ricos. A nossa leitura sobre esse camponês é de que o casal vive o seu dia a dia sem nenhuma perspectiva de desenvolver outras atividades econômicas, conforme disseram. Apenas vivem o momento.

ENTREVISTADO E: no dia 30/04/2018, chegamos nesse sítio de 4,5 ha às 08h. Após as apresentações iniciamos a nossa entrevista com o proprietário. Ele nos disse que tem 74 anos de idade e a sua esposa está com 68 anos. O sítio é pequeno, mas o suficiente para ele trabalhar com leite. Tem também uma pequena horta em frente à casa e cria algumas galinhas e porcos para o consumo da família. A renda familiar gira em torno de dois salários mínimos, basicamente formada pelas aposentadorias, com alguma contribuição do leite, que ele entrega na ASSORURAL.

Também nunca participou dos programas do governo para fornecimento de alimentos, mas conhece o PRONAF, e que já utilizou esse financiamento por três vezes para a compra de gado leiteiro. Só que agora não consegue mais por causa da idade e das garantias que o banco exige. Não possui nenhum implemento agrícola e nem trator. Em relação à sucessão no estabelecimento agropecuário disse que um dos seus filhos pretende assumir os trabalhos, mas isso só ocorrerá após esse filho que está com cinquenta e cinco anos (no dia da entrevista) se aposentar porque atualmente está trabalhando na usina de cana. Sobre a usina ele só fez elogios. Na nossa leitura sobre esse casal camponês é de que estão no limite das suas possibilidades de trabalharem a terra e mantêm apenas o necessário.

FOTO 11: Instalações rudimentares são comuns nos estabelecimentos Pronafianos B em Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

A esperança do filho assumir é um bom sinal de que o estabelecimento agropecuário continuará com a família, mas somente com a sua aposentadoria, o que certamente, também o limitará nas atividades agrícolas. A tendência é de que mantenha o que já existe, sem perspectivas de crescimento da produção. A reposição da mão de obra familiar está em segundo plano, esperando a aposentadoria do filho empregado na usina. É certo que será de sua aposentadoria que manterá o estabelecimento agropecuário, como acontece agora com os atuais proprietários.

ENTREVISTADO F: no dia 21/05/2018, às 09h estávamos chegando ao estabelecimento agropecuário de 6,5 ha desse camponês que na reunião do Sindicato, foi o primeiro a se dispor em nos receber. Como já havíamos nos apresentados, fomos direto às perguntas. Ele tem 64 anos, e antes de se aposentar trabalhava na área administrativa de uma indústria e a sua esposa tem 70 anos, e

também se aposentou no magistério, dando aulas em Lucélia no ensino fundamental, ele com o ensino médio completo e ela com formação no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM).

São casados e têm dois filhos também casados morando em cidades distantes. Esse casal de camponês não trabalha com o leite e nem tem gado. Também não tem trator, mas mantém alguns equipamentos agrícolas. Compraram o estabelecimento agropecuário há quatro anos, onde plantam café em boa parte dela. Mantêm um pomar e uma horta onde produzem para o consumo familiar, e ainda vendem alguns produtos quando alguém vai até lá para adquirir. Criam galinhas soltas pelo sítio, que é para manter as cobras afastadas e também para consumo.

Nunca participaram dos programas do governo para o fornecimento de alimentos e conhece o PRONAF. Quando decidiu plantar café foi até o banco só que não tinha nenhuma nota fiscal para provar seus rendimentos, e também não tinha gado ou máquinas para oferecer como garantia e o banco não aceito apenas as suas aposentadorias. Assim, plantaram o café com recursos próprios.

FOTO 12: Produção cafeeira no sítio do entrevistado F. Lucélia/20108



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Sobre a assistência técnica, o município não oferece nenhuma. Quando precisam de ajuda nesse sentido, conversam com o pessoal da CASUL, que o orienta. Quanto à existência da usina de cana, não fez nenhuma relação com suas vidas, mas disse que já foi procurado para arrendar suas terras e recusou o negócio proposto. Também não sabe o que será feito do estabelecimento agropecuário quando não mais puder trabalhar nela, pelo motivo dos filhos já estarem com suas vidas definidas e não irão morar no sítio.

Analisamos esse casal como alguém que realizou um sonho e vive o momento, sem nenhuma esperança em manter o estabelecimento com a família. Quando tentaram o financiamento do PRONAF e descobriram a barreira das exigências feitas pelo banco, passaram a conhecer a realidade do pequeno agricultor familiar que é muito difícil. Se não tivessem alguma economia para investir no café, provavelmente nem permaneceriam com o estabelecimento agropecuário.

FOTO 13: Vista parcial da plantação de café no sítio do entrevistado F



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Acreditamos que no futuro este estabelecimento será vendido ou arrendado pelos herdeiros, por causa de não haver nenhuma perspectiva de continuidade das atividades agrícolas com a família.

ENTREVISTADO G: também no dia 21/05/2018 fizemos a entrevista com o segundo camponês agendado na reunião do Sindicato. Chegamos ao seu estabelecimento agrícola de 14,5 ha às 11h20, e iniciamos a nossa conversa. Ele tem 59 anos de idade e sua esposa tem 55, a família mora na cidade e comprou o sítio há oito anos para trabalhar nele porque gosta e sempre trabalhou na roça. No estabelecimento agropecuário não tem trator ou outros equipamentos e quando precisa, ele aluga.

A renda da família está em torno de dois salários mínimos e o leite contribui com aproximadamente 80% desse total. Já houve época em que entregou vários tipos de alimentos no PAA, mas com o corte promovido pelo governo Temer, precisou se adaptar, dividindo o estabelecimento agropecuário em duas partes: uma maior para pasto e criação do gado leiteiro que conta com vinte cabeças; dez produzindo e dez no descanso. A outra menor, onde tem uma casa e um laguinho é para ser alugada para fins de semana e final de ano.

FOTO 14: Paisagem bucólica explorada como fonte de renda pelo entrevistado G em Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Francisco Graziano da Silva tem uma visão maior sobre esse nicho econômico que está ao alcance do camponês. Ele diz:

[...], qualquer política de desenvolvimento rural precisa que, hoje, o rural é maior que o agrícola ou o pecuário. As imensas oportunidades de negócio oferecidas pelo turismo rural e ecológico, o lazer no campo, surgem como valiosas alternativas de renda e emprego. Mais que a agricultura, o mundo rural envolve crescentemente atividades de natureza variada nos pequenos municípios, chamados de urbanos pelo IBGE, porém eminentemente dependentes da dinâmica do campo (GRAZIANO DA SILVA, 2015, p.159).

Também planta cana em uma pequena área para fazer silagem para o gado em épocas mais secas e pouco capim no pasto. Disse que já recebeu proposta da usina para arrendar suas terras, mas que recusou por causa do jeito que a usina prepara a terra para plantar cana, quando vão embora é preciso investir muito nela para que volte a ser boa para o plantio de alimentos. Já tentou o financiamento do PRONAF, mas que o banco exigiu a apresentação das notas fiscais, o que ele não tinha e não aceitaram somente a renda advinda do fornecimento ao governo. Tem três filhos; dois homens que já foram para outras cidades e uma filha que ainda mora com eles. Ela estuda e já falou que quando concluir a sua formação também irá embora. Não vê nenhuma relação entre a usina e ele, alegando que ela não o afeta em nada.

Em nossa opinião, esse camponês arriscou em um negócio diferente ao destinar parte de suas terras para o lazer. São formas diferentes de obter alguma renda e há vários autores que afirmam não ser a produção de alimentos a única fonte de renda possível para o camponês. Guzmán e Molina (2013), por exemplo, aponta que o ecoturismo é uma das formas de obter rendimentos com a terra e ainda preservar os recursos naturais e o meio ambiente.

ENTREVISTADO H: foi o terceiro camponês com quem conseguimos obter uma entrevista por meio do Sindicato. No dia 23/05/2018, às 08h10, fomos para a entrevista e ele nos recebeu sob um pé de abacates, em frente à casa, que de longe parecia bem simples. Para chegarmos até sua casa, já dentro de seu estabelecimento agropecuário que tem 19 ha, passamos por áreas que estavam tomadas pelo mato. Ali, não havia nenhum vestígio de pastos ou outras culturas. Iniciamos a conversa e ele nos disse que tem 73 anos e a sua atual companheira

está com 61 anos. Ele é desquitado da primeira mulher, com quem teve uma filha e dois filhos.

Os três filhos já são casados e se mudaram para cidades distantes. Com a atual mulher, tem um filho com problemas mentais, exigindo muita atenção sua, por essa razão ela pouco o ajuda nas tarefas da roça. Quem o ajuda é um irmão seu que mora em outra casa dentro do mesmo estabelecimento rural. Disse que a área que trabalha possui 19 ha e a ocupa em comodato, vez que toda a fazenda está em disputa judicial com os demais herdeiros.

Falou que sua renda mensal está em dois salários mínimos, 100% formada pelas aposentadorias dele e da mulher. Mas que cria gado para a engorda e quando a situação fica mais difícil, vende algumas cabeças. Produz olerícolas para o consumo da família e vende quando alguém passa pelo seu sítio e compra. Não possui nenhum implemento agrícola, mas tem um trator que está parado por problemas mecânicos e não tem dinheiro para consertar.

FOTO 15: Condições financeiras precárias também limitam o camponês de acessar crédito bancário, Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Quando era mais novo chegou a entregar alimentos no PNAE, mas hoje não participa mais de nenhum programa do governo dado que não consegue trabalhar muito devido aos seus problemas de saúde. Também já utilizou o financiamento do PRONAF por três vezes. O dinheiro foi investido na compra de gado para a engorda e também para o plantio de feijão, café e um pouco para manter estabelecimento agropecuário e a família até a comercialização de seus produtos. Hoje já não consegue mais nada no banco por causa das exigências que são feitas, principalmente de notas fiscais e de um avalista, coisa que é muito difícil achar quem se dispõe a ser.

Ele também disse que não vê nenhuma relação entre os trabalhos no estabelecimento agropecuário e a usina de cana. Quanto ao futuro, acha que quando morrer a atual mulher vai ter mais dificuldades para viver, tanto pelo seu filho, quanto à condição jurídica em que se encontra toda a propriedade. Conforme já dissemos, quando adentramos no estabelecimento agropecuário percebemos certo abandono e depois de ouvir sua história e ver as condições que a família vive, chegamos à conclusão de que aquela família tem dificuldades materiais. Observamos em todas as dependências da casa e do estabelecimento por onde passamos que estavam muito mal cuidadas, quase que abandonadas. O seu automóvel é bem velho e mal conservado. O seu trator está parado em um canto e necessita de muitos reparos para ter condições de uso.

FOTO 16: Equipamentos danificados e velhos têm baixa produtividade, Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Seu gado, que ele nos levou até o pasto para conhecer, tem um aspecto de doente, com marcas de feridas pelo corpo, mas disse que com a chegada da época das chuvas, o capim cresce, o gado engorda e ele vende a um bom preço. A nossa opinião é de que esse estabelecimento agropecuário, na forma em que está, será vendida quando ele vier a falecer. Não vimos nenhuma probabilidade de continuidade da família no estabelecimento, ou de evolução econômica.

ENTREVISTADO I: esse é o quarto e último dos camponeses que conseguimos agendar pelo Sindicato. No dia 23/05/2018, chegamos por volta das 10h a esse estabelecimento agropecuário que tem 9,5 ha. Ele estava no meio da plantação de repolhos, que é grande e está bem cuidada, considerando a aparência das plantas. Cumprimentamo-nos e começamos a conversar lá mesmo no meio da roça, enquanto ele ia limpando a plantação, e dizendo que estava sozinho e que a sua esposa havia saído para fazer entregas nos mercados e clientes consumidores das

hortaliças e dos queijos que fabricam. Ele disse ter 61 anos de idade e ela tem 58 anos.

Eles têm duas filhas; uma que se casou e foi para a cidade, e a outra que mora lá e estuda nutrição. Ele tem o ensino fundamental incompleto e a esposa tem completo. No sítio produzem também mandioca, abóbora, hortaliças e legumes que vendem nos mercados da cidade e para alguns feirantes que vão lá no sítio comprar. Ele também nos mostrou algumas cabeças de gado leiteiro e usam o leite para fazer queijos e vender de porta em porta, pois já tem a clientela feita. Também nos levou ao local onde cria seus porcos, dizendo que no final de ano a procura é grande por leitões, o que ajuda a completar a renda da família que gira em torno de dois a três salários mínimos.

FOTO 17: Criação de porcos é boa alternativa para aumentar a renda do entrevistado I, em Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Nem todo o leite é usado para fazer queijo, uma parte eles entregam na COLELU e ajuda com 50% da renda familiar. Não possui trator ou implementos agrícolas e disse só com a enxada ele consegue tocar os serviços da roça. Sua

mulher chegou das entregas e também se juntou a nós. Ela nos pareceu ser bem informada e quando falamos sobre o PRONAF, foi ela quem explicou que já tentaram o financiamento, mas as exigências do banco são tantas que não conseguem, principalmente por causa do avalista que eles pedem. Ninguém quer ser. Também disse que não participam de outros programas governamentais de entrega de alimentos.

Para o casal, a existência da usina é boa e dá emprego para muita gente, inclusive a sua filha quando terminar os estudos irá tentar uma vaga de nutricionista. Em relação ao processo sucessório, acreditam que o estabelecimento agropecuário será vendido ou arrendado, porque as filhas não querem ficar. Neste estabelecimento percebemos que tudo é muito bem cuidado, tanto a agricultura, quanto os animais. Sua esposa é quem faz a movimentação das vendas e o controle das entregas e o homem é a mão de obra da produção.

Aparentemente eles não têm problemas financeiros e conseguem viver da produção, considerando que não são aposentados. Pelo menos no aspecto da conservação do patrimônio e da produção, aparentemente o casal vive bem com a renda proporcionada pelas atividades agropecuárias. Percebemos também que há uma adaptação na produção, conforme forem as exigências dos seus consumidores, tanto na questão do leite e na produção de queijo, quanto na venda dos leitões no final do ano. Também sobre os produtos agrícolas que plantam. Ele disse que tem época que só planta verduras, em razão do consumidor pedir muito. Observamos que é uma família organizada em torno da agropecuária e que consegue se manter com seu trabalho, mas sem possibilidade de continuidade na família porque só tem filhas e como ele trabalha sozinho na terra, há limites que o impede de plantar mais.

Vamos, na sequência, analisar as entrevistas realizadas com as pessoas representantes dos órgãos administrativos. Como já apresentamos no início deste capítulo, a entrevista na ASSORURAL, vamos continuar pela ordem como foram sendo realizadas.

ENTREVISTA NA CASA DA AGRICULTURA: o engenheiro agrônomo Jonathan, nos recebeu no dia 05/04/2018, às 07h50. Nosso contato pessoal foi bem rápido e ele sugeriu deixarmos o questionário para, posteriormente, nos enviar, o que ocorreu após seis semanas. O que percebemos é que neste caso, o governo está preocupado em fornecer respostas-padrão.

No nosso entendimento, ele nos apresentou uma realidade muito formal e eficiente, a qual pudemos confrontar com a situação que encontramos no campo e nos foi dito e mostrada pelos camponeses. A distância entre as duas visões de produção no campo é enorme e a do camponês está muito mais próxima da realidade, pelo menos daquela que vivenciamos. Fomos buscar no próprio *site* do LUPA e expomos ao longo do nosso trabalho, alguns dados levantados, posto que pelas resposta fornecidas, não havia nenhuma informação relevante.

ENTREVISTA NO SINDICATO PATRONAL RURAL: ocorreu no dia 07/05/2018, às 09h, com o presidente que tem 60 anos de idade e formação em técnico em agronomia. Possui um pequeno estabelecimento agropecuário, já esteve envolvido com a política local, ocupando o cargo de vereador e também é o presidente do CMDR. Sua visão sobre a agricultura familiar é de que o governo falha na assistência que deveria dar, seja ela técnica, financeira ou de apoio no momento da comercialização

Toda a nossa entrevista está bem detalhada no apêndice, porém o que pudemos observar nele é de que a sua visão sobre os caminhos da agricultura familiar passa, necessariamente, pela especialização produtiva do agricultor. Perguntamos se o município contava com uma secretaria para a agricultura, sua resposta foi de que já houve, mas foi desmobilizada pela política local e as atribuições que desenvolvia foram assumidas pela CATI.

Também foi taxativo ao afirmar que todos os agricultores sindicalizados são proprietários de seus imóveis, com toda a documentação necessária para provar, e mostrou desalento ao responder que infelizmente essa turma está em idade avançada para trabalhar na terra e os filhos foram embora em decorrência do campo não oferecer boas condições para os jovens permanecerem no estabelecimento agropecuário. Disse também que o leite é o principal produto que compõe a renda familiar, quando não é a aposentadoria, depois vem os hortifrúti e o gado para o corte.

Enalteceu a existência do PAA como um ótimo programa de apoio ao agricultor familiar e lamentou as dificuldades financeiras que vem enfrentando o atual governo, e que acaba tendo reflexos negativos sobre o programa da alimentação. Destacou a assistência técnica que o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) oferece ao agricultor familiar, tanto na sua formação

técnica, quanto na comercialização dos seus produtos, mas quando citamos o Microcrédito Rural PRONAF B, cortou de imediato esse assunto, alegando que o Sindicato não tem nenhum envolvimento com essa forma de financiamento, ou quaisquer outras, mas disse que a parte política do PRONAF, como o CMDR e o PMDR é assunto que o Sindicato também atua, inclusive ele é o atual presidente do CMDR.

Disse que o PAA é um bom programa, mas exaltou a criação do governo do estado de São Paulo nessa área com o Programa Paulista de Agricultura de Interesse social (PPAIS), um programa cópia do PAA que o governo estadual paulista tentou imitar. Também disse que é necessário haver mais incentivos ao setor de exportação agropecuário, apontando ser o Brasil forte nessa área. Como fechamento da nossa entrevista, pedimos que nos dissesse o seu ponto de vista sobre o que o governo deve fazer para apoiar o agricultor familiar e sua resposta foi de que é preciso liberar muito mais recursos financeiros para o setor da agricultura familiar, pois sem dinheiro nenhum campo produz, segundo suas palavras. Foi uma ótima entrevista já que pudemos dimensionar a questão paradigmática presente em seu discurso.

ENTREVISTA COM A GERENTE DA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO BANCO DO BRASIL:

ocorreu no dia 25/05/2018, a partir das 16h. Ela tem 51 anos de idade e é funcionária do banco há 29 anos. Iniciamos perguntado qual a base jurídica que o banco adota para a concessão do financiamento. Ela nos respondeu que são todas as normativas vinculadas ao financiamento pelo PRONAF, editadas pelo BC e MDA, atualmente substituído pela SEAD, principalmente a Lei 11.326/06 e a Resolução 3559/08 do BCB. Em relação ao proponente de financiamento pelo PRONAF, o banco analisa sua ficha de crédito, a capacidade de financiamento, se desenvolve atividades compatíveis com essa linha de crédito e a organização que o agricultor faz de sua produção e venda.

Mas o que ela ressaltou mais é que o banco valoriza muito a viabilidade da proposta de produção em relação ao mercado, ou seja, o projeto deve indicar o que será produzido e as perspectivas de comercialização. Em termos das garantias que o banco pede e aceita são bens como máquinas (trator e implementos de maior valor), animais e, principalmente, o avalista, o qual também passa pelo mesmo processo de análise de sua ficha. Em relação à inadimplência dentro do PRONAF, a

orientação da direção do banco é cortar o crédito para a agência quando o limite de 2% do valor total destinado ao financiamento for atingido, mas que na agência de Lucélia é quase inexistente o problema da inadimplência.

Quisemos saber se o banco penhora ou faz o arresto do imóvel e ela foi taxativa ao afirmar que na agricultura familiar essa prática é proibida por lei. Em relação ao financiamento para o PRONAF, ela disse que há muitos contratos nas várias linhas, mas que para o PRONAF B, o volume é muito baixo, não alcançando nem 20% do total dos contratos, e aqueles que conseguem, 80% do volume total liberado é destinado ao custeio do estabelecimento agropecuário. Disse que o Programa Mais Alimento é a linha que tem mais contratos.

Segundo seu entendimento o público-alvo do PRONAF B tem pouca informação sobre o programa e muita história repassada por outras pessoas. Isso vai criando na cabeça deles uma realidade diferente do que existe de fato, e põe medo no lugar da informação precisa, o que acaba afastando essa faixa do programa. Também disse que o banco pede um projeto elaborado de forma técnica para conceder o financiamento e existem escritórios que fazem esses projetos. Outra questão que apresentamos foi sobre os indicadores de melhorias socioeconômicas após a concessão do financiamento.

Sua resposta foi de que o banco não faz esse acompanhamento, mas chega ao seu conhecimento que na maioria dos casos positivados, quando o camponês aplica os recursos de acordo com o projeto, os resultados são muito bons. Também citou que os maiores empecilhos que dificultam o financiamento está na negativação do nome do proponente, e a falta de notas fiscais para provar a sua movimentação de caixa. Esses são os maiores problemas que afastam grande parte dos pequenos agricultores, principalmente daqueles que estão na faixa do PRONAF B. Quanto à origem do dinheiro destinado ao PRONAF, ela nos disse que há uma dotação orçamentária planejada inserida no Orçamento Geral da União (OGU), mas que sempre é muito menor o montante destinado à agricultura familiar, do que aquele que é destinado ao agronegócio.

Neste momento perguntamos se ela percebia alguma relação entre o Pronafiano B permanecer em seu estabelecimento agropecuário e produzir, com a usina de processamento de cana existente no município, e ela nos disse que não via nenhuma ligação, salvo alguns casos quando ele resolve arrendar para o plantio da cana. Disse também que se o camponês tivesse mais conhecimento técnico sobre a

linha de financiamento que está ao seu dispor e as formas de conseguir acessar os recursos, certamente haveria aumento em sua produção. Também abordou um problema sobre o qual não perguntamos, mas disse ser bastante discutido com os camponeses que reclamam com ela da reposição da mão de obra nos estabelecimentos agropecuários, seja ele pobre ou rico, pequeno ou grande. Todos os agricultores conversam com ela sobre esse problema.

No seu entendimento, segundo o que tem conhecimento, para os pobres isso ocorre devido a necessidade dos filhos buscarem melhores salários nas cidades, e para os mais ricos, o problema está na sua formação educacional de melhor nível que possuem, e por isso não querem trabalhar no campo, nos estabelecimento agropecuários dos seus pais.

Isso, quando acontece, é em posição de comando e como a mão de obra nessa área anda escassa, precisam mecanizar a produção agrícola, o que força mais ainda o filho do pequeno a ir para a cidade em busca de emprego. Com a gerente conseguimos realizar uma ótima entrevista, a mais técnica de todas, mas nos confirmou que o Banco do Brasil se impõe como uma instituição financeira voltada para obter lucro, não para realmente amparar o camponês desprovido de condições produtivas satisfatórias.

CAPÍTULO 2

2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO AGRÍCOLA

Neste capítulo vamos conhecer um pouco mais a respeito da realidade que se instalou no campo, apresentando uma discussão teórico-conceitual sobre as políticas públicas direcionadas para o financiamento rural, por meio do PRONAF. Trouxemos para o debate uma síntese de sua evolução, com a apresentação de estudo de caso no município de Lucélia, localizado no oeste paulista.

O embasamento teórico que foi utilizado para desenvolvermos essa proposta se apoiou em alguns pensadores que conceberam perspectivas sobre o alcance, as mudanças e os interesses que estão envolvidos na elaboração e aplicação das políticas públicas. Somou-se a essa pretensão, apontamentos e estudos elaborados por alguns autores e órgãos públicos que, direta ou indiretamente, estão relacionados e ajudaram na compreensão da questão agrária e seus reflexos no território, onde acontece a produção agrícola em pequenos estabelecimentos agropecuários, entendendo-a como a atividade que é praticada pelo camponês brasileiro.

A disputa pela divisão da terra no Brasil tem sua gênese no processo de ocupação do território brasileiro quando, por decisão além-mar, ele foi dividido em Capitanias Hereditárias e entregue, inicialmente, aos nobres e outros cidadãos influentes e com grandes posses, que formavam a aristocracia portuguesa, para, após o primeiro período da invasão portuguesa no continente sul-americano se tornar um meio de controle social nas mãos da elite econômica já instalada por aqui. A questão fundiária atual é, portanto, um desdobramento do processo de colonização baseado em um modelo de exploração dos recursos naturais e concentração de terras (FERNANDES, 1999; SAMPAIO, 2010; MARTINS, 2013).

Já no século XVI, começamos a fornecer madeira a Portugal, empregando o trabalho escravo dos indígenas em sua extração, portanto, um atendimento às demandas externas. Posteriormente, a cultura da cana-de-açúcar se estabeleceu como um modelo de produção em latifúndios, praticando a monocultura para fornecer açúcar ao mercado externo. Nota-se que a concentração fundiária e a produção de *commodities* não são problemas atuais: têm raízes históricas (MARTINS, 2013; GRAZIANO DA SILVA, 2015).

Seguiu-se com o ciclo do ouro, considerando o período em que a extração e exportação desse minério figuravam como principal atividade econômica na fase colonial do país e teve seu início no final do século XVII, época em que as exportações do açúcar nordestino decaíam pela concorrência mundial do mercado fornecedor, notadamente a produção das Antilhas. Desde o início de sua constituição, o Brasil tem no processo de produção de *commodities* vegetais e minerais a gênese de sua economia. (CARTER, 2010; SAMPAIO, 2010; MARTINS, 2013).

Concomitantemente, as relações sociais também foram construídas em um modelo de exploradores e explorados, dentro de uma estrutura social escravagista altamente excludente. Primeiro com o trabalho escravo do índio, depois, com o trabalho escravo do negro africano, até a vinda de colonos europeus e japoneses que ocuparam o lugar dos negros, devido à abolição da escravidão por pressão da Inglaterra, que necessitava de novos mercados para seus produtos industrializados (CARTER, 2010; SAMPAIO, 2010; FERNANDES, 2014).

Com o advento da abolição da escravidão, os negros foram dispensados sem nenhum apoio financeiro, ou algum tipo de assistência técnica ou um pedaço de terra que pudessem praticar uma agricultura de subsistência, que lhes dessem condições de trabalho e vida dignas. Mas, tanto aos negros quanto aos imigrantes brancos, o acesso à aquisição de uma área onde pudessem plantar e subsistir, já havia sido negado quando foi criada a Lei de Terras em 1850, objetivando o controle do território:

Nesse quadro, como impedir que imigrantes e libertos se embrenhem pelos imensos espaços despovoados do país, abrindo pequenas roças de subsistência e formando um campesinato? A única maneira de evitar esse risco era a transformação da terra em mercadoria de preço inacessível às classes pobres e impedir a apropriação das terras devolutas por qualquer outro meio que não a compra (SAMPALIO, 2010, p.398-399).

A seleção na vinda de uma mão de obra branca, europeia, não foi aleatória. Escolheu-se os camponeses mais pobres, despossuídos de bens, com apenas o conhecimento sobre a agricultura. Essa camada da população não possuía as condições financeiras para comprar um lote, sendo obrigada a trabalhar nas fazendas, as quais empregavam uma seletividade, discriminando o escravo negro e explorando os brancos sob a alegação que eram muito mais produtivos e tinham

experiência com a terra, haja vista que na Europa já eram camponeses (SAMPAIO, 2010; MARTINS, 2013).

O que essa realidade criou foi uma horda de despossuídos que só se fez aumentar ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que se realizava um processo de concentração de terras e expulsão acentuada da população do campo. Uma realidade que Fernandes (1999) aponta como sendo explosiva e que deu azo ao surgimento dos movimentos reivindicatórios lutando por uma Reforma Agrária, no século XX. Para contornar o quadro de agitação que se estabelecia com as lutas pela reforma agrária, era necessário criar políticas públicas para amenizar a pressão.

2.1 - Políticas públicas: a força e grandeza da agricultura familiar

Contextualizando hodiernamente a força da agricultura familiar brasileira, é preciso apontar o grau de participação que os seus produtos assumem no cenário nacional. Dessa maneira, segundo dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, cerca de 70% do alimento que chega à mesa do brasileiro é produzido pelo agricultor familiar. Os dados indicam que a agricultura familiar produziu 83,2% da mandioca, 69,6% do feijão, 45,6% do milho, 38% do café, 33,1% do arroz e 21,2% do trigo do Brasil. Na pecuária, a agricultura familiar é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. Além disso, a agricultura familiar tem um papel preponderante no cultivo de determinadas culturas, como por exemplo: a do gergelim e a do maracujá (IBGE - Censo Agropecuário 2006).

De acordo com os dados recolhidos por esse Censo Agropecuário, toda essa produção vem do trabalho realizado em um contingente de 4.367.902 estabelecimentos agropecuários familiares. Do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 84,4% pertencem a grupos familiares, sendo que a metade deles está na Região Nordeste. Esses estabelecimentos representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área total destinada aos estabelecimentos agropecuários brasileiros, que é de 333.680 milhões de hectares. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% (ou 253.430 milhões de hectares) da área de produção (IBGE, 2006).

A agricultura familiar responde por 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) (calculado com base no volume da produção e nos preços médios de mercado). De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar, aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura (IBGE - Censo Agropecuário 2006).

Mesmo assim, parte considerável desses camponeses não recebe a devida atenção do Poder Público, em razão de serem desenvolvidas poucas políticas públicas eficazes com a finalidade de amparar o agricultor familiar menos capitalizado. É necessário garantir sua produção e reprodução no contexto de concorrência direta com a grande produção capitalista, via importações, a preços menores daqueles alimentos que o agricultor familiar brasileiro poderia produzir em sua roça e oferecer ao mercado interno (DESMARAIS, 2013).

Excetuando a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), por meio da Lei nº. 4.595/64, conhecida como Estatuto da Terra, não havia políticas públicas específicas de financiamento agrícola para amparar o sujeito até então denominado de “pequeno produtor”. Mais tarde e em caráter muito específico, surge o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, criado no ano de 1986 para financiar os camponeses assentados e impulsionar os assentamentos realizados pelo INCRA. No ano de 1994 foi lançado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAPE, que visava atender a safra de verão 1994/95. No entanto, ainda não aparecia a denominação de agricultor e agricultura familiar. Sua duração foi curtíssima, porém, ele foi o embrião do PRONAF, pois as suas definições acerca das diretrizes sobre o sujeito, a área e as condições de produção foram incorporadas, no ano de 1996, no texto de criação desse programa reconhecidamente como o mais importante para a agricultura familiar.

O Decreto que criou o PRONAF surgiu em um momento de enorme ebulição e pressão dos movimentos sociais, que lutavam pela Reforma Agrária. O programa se caracterizou por uma sistematização metodológica semelhante aos estudos desenvolvidos no âmbito de um projeto que estava em andamento, de cooperação técnica entre a *Food and Agriculture Organization* - FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Dessa maneira, a formulação das propostas apresentadas pelo PRONAF, seguiu de perto as ponderações sobre as

realidades que iam sendo desnudadas com o desenvolvimento dos estudos da FAO/INCRA (MATTEI, 2005).

Esses estudos culminaram com a apresentação do relatório denominado “Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto” - INCRA/FAO, projeto esse desenvolvido entre o período de 1994 até o ano de 1998. Por meio dele, foram estabelecidos critérios baseados na renda para a classificação dos agricultores familiares no Brasil. Até aquele momento, o agricultor de base familiar era denominado genericamente de “pequeno produtor rural”. (GUANZIROLI, 2007)

Pelo seu pioneirismo, esse estudo concebeu um retrato detalhado e uma primeira classificação da agricultura familiar no país. Nele, foram apontados desníveis importantes e graves na distribuição da renda no campo, e ofertou um agrupamento com quatro tipos de agricultor. Estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, o termo “agricultor” e “agricultura familiar” para designar o sujeito e a atividade que era tratada como “pequeno produtor rural” (MATTEI, 2005).

Mais tarde, essa tática de aproximar a teoria com a realidade também foi utilizada pelo IBGE na divulgação dos dados do Censo Agropecuário 2006, que adaptou sua metodologia às novas orientações a partir da edição da Lei nº. 11.326/2006, promulgada em 26 de julho do ano de 2006 e que ficou conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, tornando-se um marco regulatório para esse segmento produtivo rural. Instituiu o personagem “Agricultor e Agricultura Familiar” como uma categoria de agricultores, possibilitando análises diferenciadas e mais amplas (GUANZIROLI, 2007).

A metodologia da pesquisa FAO/INCRA caracterizou os grupos através da Renda Total (RT), por entender que é a maneira mais próxima das suas realidades quanto à inserção no mercado, transformação e beneficiamento da produção e do autoconsumo. Esses organismos definiram os parâmetros dos tipos de agricultor familiar empregando a “diária média estadual¹²”, o qual teve como elemento

¹²O valor da diária estadual foi obtido pelo cálculo da média dos valores informados de remuneração de diarista na agricultura para os meses de junho de 1995, dezembro de 1995 e junho de 1996, segundo os dados do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (FAO/INCRA, 2000, p.12).

formador o “Valor do Custo de Oportunidade – VCO¹³”, comparando com uma renda anual e definindo os tipos da seguinte maneira:

- 1) TIPO A: com Renda Total¹⁴ superior a três vezes o VCO;
- 2) TIPO B: com Renda Total superior a uma vez até três vezes o VCO;
- 3) TIPO C: com Renda Total superior à metade até uma vez o VCO;
- 4) TIPO D¹⁵: com Renda Total igual ou inferior à metade do VCO.

A FAO baseou seus estudos na metodologia de sistemas agrários desenvolvida pela escola francesa de estudos agrários (FAO, 2000), evidenciando que o foco está nas relações sociais de produção e sua inserção no mercado. Obedecendo a essa lógica, percebemos que a classificação do agricultor familiar conforme sua renda atende aos interesses do mercado, pois no momento em que ele vai ao banco em busca de financiamento, há uma seletividade em relação à capacidade do candidato ao financiamento em pagar o valor financiado, quais as garantias que pode oferecer, e qual é a viabilidade do projeto apresentado para a execução final no campo. Essa realidade está confirmada pela gerente da carteira agrícola do BB, na entrevista que realizamos em 25 de maio de 2018, a qual transcrevemos e disponibilizamos no apêndice deste trabalho.

Em um primeiro momento, o governo brasileiro não optou apenas por uma metodologia semelhante na idealização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF. Conforme aponta Guanziroli (2001), ao incorporar a lógica taxonômica adotada pela FAO/INCRA, ele também acresceu outras características que distinguem a agricultura de base familiar daquela classificada como agricultura patronal, adotando uma tipologia simples para a classificação dos agricultores, partindo de condições basilares no processo de produção que procuram reagir e dar respostas a um conjunto de variáveis externas.

¹³Operacionalmente, tomou-se o *Valor do Custo de Oportunidade (VCO)* como sendo o valor da diária média estadual, acrescido de 20% (a inclusão deste percentual, embora arbitrário, justifica-se porque as diárias são muito baixas e não asseguram a estabilidade do agricultor), e multiplicado pelo número de dias úteis do ano (calculado em 260), tendo em vista a comparação com a renda anual (FAO/INCRA, 2000, p.40).

¹⁴Renda Total é o cálculo do Valor Bruto da Produção + Receita Agropecuária Indireta + Valor da Produção da Indústria Rural – Valor Total das Despesas (FAO/INCRA, 2000, p.15).

¹⁵De acordo com a tipologia elaborada pelo PRONAF, o Tipo D definido pela FAO/INCRA, está representado pelo Tipo B, nas tabelas do programa Microcrédito Rural PRONAF B, que é aquele mais pauperizado.

À vista disso, foram adotadas como condições distintivas para se enquadrar no perfil de agricultor familiar, os estabelecimentos e os agricultores que correspondiam às seguintes orientações: área regional máxima de até quatro módulos fiscais; a direção dos trabalhos do estabelecimento deve ser exercida pelo agricultor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Nesse último item foi necessário separar os membros maiores de quatorze anos, daqueles abaixo desse limite para atribuir apenas metade do seu tempo empreendido na produção do estabelecimento, considerando sua capacidade física e seu envolvimento em outras atividades, como as educacionais (GUANZIROLI, 2001). Sendo assim, no PRONAF não foi estabelecida uma tipologia com foco unicamente na renda, embora ela seja um dos componentes presentes em seu escopo, inserido no crédito rural.

2.2 - Crédito rural

A agropecuária é uma das principais atividades da economia brasileira. Os produtos são consumidos internamente e também exportados, o que exige a realização de investimentos na melhoria dos estabelecimentos agropecuários e uso de tecnologia. O crédito rural foi criado dentro dessa lógica, e é um financiamento voltado para produtores e cooperativas com o objetivo de melhorar os processos realizados e agregar valores. Além disso, pode ser utilizado para custear a produção, gerar investimentos e comercialização dos produtos.

É um financiamento que auxilia produtores rurais, associações e cooperativas a expandir suas operações, fazer investimentos e custear a produção e a comercialização dos itens agropecuários, segundo informações colhidas no Portal Brasil (2019). Esse tipo de financiamento é importante porque o setor agropecuário tem uma dinâmica que se apoia na disponibilidade de recursos monetários para a safra anual.

O Conselho Monetário Nacional aprovou medidas que assegurou R\$ 31,22 bilhões à disposição para custeio, comercialização e investimento, para pequenos e médios produtores na safra atual (2018/2019). Os valores serão destinados para operações de custeio agrícola e pecuário no âmbito do PRONAF e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Segundo nota divulgada pelo Ministério da Agricultura, a alocação desses adicionais tem caráter temporário, com vigência entre 1º de fevereiro e 30 de junho de 2019. No entanto, o Plano

Agrícola e Pecuário 2018/2019, destinou R\$ 190,25 bilhões para as operações de custeio, comercialização e investimento para o setor do agronegócio (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2019).

Outra mudança aprovada pelo conselho ajusta as regras de financiamento agrícola por meio das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A decisão permite que os recursos captados, alocados para o crédito rural passem a ser aplicados em condições livremente pactuadas entre as partes, ou seja, financiado e financiador discutem e se ajustam sobre o destino dos valores. O objetivo é assegurar mais recursos para o financiamento das atividades rurais nos próximos anos (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR, 2019).

Não é só de boas notícias ou planos que visam beneficiar o camponês que o crédito rural é lembrado. Há questionamentos de autores que entendem de outra forma, ou seja, como é um sistema financeirizado, as regras são excludentes para um grande número de camponeses. Surge um alerta:

O grande gargalo encontra-se no crédito rural: apenas 14,7% dos agricultores paulistas têm acesso aos financiamentos rurais. Entre os menores de 50 hectares, somente 12,3% recebem crédito para produzir. Na agricultura, como o ciclo de produção é longo, desde o plantio até a colheita. A "alavancagem" financeira é fundamental. Mas isso não está ocorrendo (GRAZIANO DA SILVA, 2015, p.156).

Concordamos com esse autor na denúncia que faz posto que pudemos verificar sua ocorrência com os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário 2006, e elaboramos a tabela 8 (p.126) para melhor demonstrar essa realidade no recorte territorial municipal. A perspectiva do camponês, principalmente aquele que está na linha do Microcrédito Rural PRONAF B, em conseguir um financiamento é barrada pelas exigências feitas pelo banco, conforme alguns depoimentos que colhemos nas nossas entrevistas.

O financiamento voltado para atividades agropecuárias é resguardado pelo SNCR. Os principais operadores dessa estrutura são os bancos e as cooperativas de crédito. O SNCR tem suas normas de aplicação de recursos aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A publicação das diretrizes é feita pelo BACEN no Manual de Crédito Rural (MCR), com base na lei que institucionalizou o crédito rural e especificou que o CMN deve estabelecer as normas operativas de acordo com as seguintes situações:

- análise, origem e dotação dos recursos que devem ser aplicados;

- diretrizes sobre a aplicação e controle;
- critérios seletivos e prioritários para a distribuição do crédito;
- fixação e ampliação dos programas de crédito agropecuário para abranger todas as formas de suplementação, incluindo o refinanciamento;
- Os recursos disponibilizados variam conforme a safra e suas projeções. Eles são originários de diferentes fontes;
- 40,8% provêm da poupança rural;
- 36,6% são originados dos recursos obrigatórios, que são um percentual da quantia total dos depósitos à vista feitos nos bancos repassados compulsoriamente para o crédito agropecuário;
- 10,3% são derivados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- 6,7% vêm dos fundos constitucionais;
- 3,9% derivam de recursos livres;
- 1,7% parte do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Esses valores são operados por bancos e cooperativas de crédito. No entanto, o camponês tem mais vantagem com a segunda opção, conquanto a finalidade é efetivamente o fomento das atividades agropecuárias. Os recursos são direcionados para empresas, cooperativas de produtores rurais, agricultores e pecuaristas pessoas físicas. Há três formas de uso: custeio: voltado para o financiamento de despesas decorrentes do ciclo produtivo, como, por exemplo, a aquisição de insumos; investimento: direcionado para a compra de serviços e bens utilizados em diferentes ciclos produtivos, como é o caso de reformas em benfeitorias, aquisição de equipamentos e obras de irrigação; comercialização: financia as operações relativas à compra e venda de produtos — por exemplo, proteção de preços, estocagem e desconto de duplicata rural (DR) (PORTAL BRASIL, 2019).

O produtor que deseja obter acesso a esse tipo de financiamento precisa cumprir alguns requisitos, entre eles: “[...] apresentar plano simplificado, orçamento ou projeto técnico; definir um cronograma para uso e reembolso do valor; atentar-se às restrições e recomendações do Zoneamento Agroecológico e Ecológico-Econômico (ZEE)” (PORTAL BRASIL, 2019).

O projeto técnico, orçamento ou plano simplificado deve apresentar os motivos pelos quais o financiamento está sendo solicitado. Ele também deve

apresentar a localização, capacidade de pagamento e fluxo de reembolso. Esse documento deve ser entregue na cooperativa de crédito, que fará a avaliação das informações. Outras condições necessárias são: “[...] adequação, suficiência e oportunidade dos recursos; fiscalização pelo financiador; liberação direta aos agricultores ou por meio de associações formais e informais ou organizações cooperativas” (PORTAL BRASIL, 2019).

Os prazos de pagamento podem variar de acordo com a finalidade e a modalidade, a fonte dos recursos e o plano de produção. Já os juros dependem somente da origem do financiamento. As taxas cobradas estão situadas entre a menor porcentagem, 0,5% até 8%, dependendo muito das negociações entre o tomador e a instituição bancária.

A concessão do financiamento exige que a instituição realize fiscalizações de acordo com as seguintes situações:

Crédito de custeio agrícola: ocorre antes do período de colheita; financiamento do Governo Federal (EGF): realizado no curso da operação; crédito de custeio pecuário: acontece, pelo menos, uma vez durante a operação em um período no qual seja possível identificar a correta aplicação; crédito de investimento para reformas, construções ou ampliações de benfeitorias: realizado até o término do cronograma de execução, conforme está previsto; outros financiamentos: ocorre no prazo máximo de 60 dias depois de cada uso como forma de comprovação de execução de serviços, obras ou compras (PORTAL BRASIL, 2019, n.p.).

Vale a pena destacar que a fiscalização é obrigatória e direta. No entanto, ela é realizada por amostragens, e em algumas localidades ela pode estar ausente, conforme consta na entrevista com a gerente da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, da agência de Lucélia. O crédito agropecuário está sujeito à cobrança de algumas taxas. As principais são:

Remuneração financeira; Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); custo de prestação de serviços; despesas previstas no Proagro; prêmio de seguro rural, desde que sejam cumpridas as regras estipuladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados; sanções pecuniárias.

Os produtores rurais têm diferentes benefícios ao solicitar o crédito rural. Além de poder investir em suas atividades, comprar equipamentos ou expandir seus negócios, eles ainda alcançam outras vantagens financeiras. Algumas delas são: Taxas de juros reduzidas: Os percentuais cobrados são menores e ainda podem ser reduzidos de acordo com a modalidade de crédito selecionada. Geralmente, a variação ocorre de 0,5% a 10,5% ao ano. Ainda pode haver a isenção ou a redução de algumas tarifas de serviços; Modalidades adequadas para cada finalidade: Os recursos são voltados para cada tipo de finalidade — por exemplo, custeio ou investimento rural. Algumas opções disponíveis são: Funcafé (para os cafeicultores) e PRONAF e suas diferentes modalidades; Prazos de

pagamento facilitados: Os períodos podem variar conforme o tipo de custeio (PORTAL BRASIL, 2019, n.p.).

No entanto, costuma ser de 1 a 2 anos. Existem, ainda, os financiamentos do BNDES, que podem ter um prazo de pagamento de até 10 anos, com valores adequados à necessidade do camponês: O crédito agropecuário tem uma limitação de solicitação de recursos. No entanto, atende bem os camponeses, especialmente aqueles de pequeno e médio portes. O montante disponibilizado varia conforme a produção prevista, a viabilidade econômica do produto a ser plantado e a capacidade de pagamento: “O crédito voltado para o custeio agrícola permite que o camponês aumente a produção e sua produtividade, diversifique as atividades, melhore a renda e a qualidade de vida do camponês e da sua família” (PORTAL BRASIL, 2019, n.p.).

Esse financiamento tem como finalidade principal fomentar os investimentos rurais realizados por camponeses ou cooperativas. Além disso, é necessário facilitar o custeio da produção e a venda de produtos agropecuários de modo adequado e oportuno. Com isso, há o fortalecimento do segmento agropecuário. Ao mesmo tempo, a implantação de métodos racionais no sistema de produção é incentivada, o que possibilita a elevação da produtividade, a melhoria do padrão de vida e ao uso adequado dos recursos naturais.

Contudo, um dos principais benefícios é voltado ao fomento dos pequenos camponeses, arrendatários, posseiros e trabalhadores rurais, que podem adquirir e regularizar suas terras. O objetivo é fazer a agricultura familiar, alcançar o estímulo à geração de renda e o uso melhorado da mão de obra.

É importante destacar que o crédito agropecuário é de grande relevância para o desenvolvimento do PIB, já que as atividades agropecuárias impactam diretamente esse elemento. Desse modo, fica evidente que o crédito agropecuário é necessário para amparar os camponeses.

Assim, quem se beneficia do PRONAF são os camponeses que comprovam seu enquadramento pela DAP. Além disso, eles devem compor unidades familiares de produção rural. É importante destacar que o PRONAF também é direcionado para a categoria de agricultores familiares criados pela Resolução BACEN 3559/2008, e que tenham a renda familiar bruta nos últimos 12 meses de produção normal — que antecedem a solicitação da DAP — de até R\$ 360 mil (2017) (PORTAL BRASIL, 2019).

Cada uma dessas modalidades possui suas especificações e exige a comprovação de alguns requisitos. O banco orienta o interessado em obter um financiamento a consultar uma assessoria especializada, para verificar aquela que se encaixa melhor. Os financiamentos que ultrapassam os limites do PRONAF têm à sua disposição outras modalidades de crédito rural como: Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp): admite a contratação de operações de custeio agrícola ou pecuário e investimento; Funcafé: destinado ao custeio do ciclo produtivo e estocagem; Moderfrota: é voltado para a compra de equipamentos para beneficiamento de café e outras máquinas, como tratores, plataformas de corte, colheitadeiras, entre outras; Moderagro: direciona-se ao financiamento de projetos de expansão da produtividade e modernização do setor agropecuário, além de também custear ações de recuperação do solo e defesa animal; PCA Programa para Construção e Ampliação de Armazéns, para financiar cooperativas rurais e produtores para ampliar, construir, modernizar ou reformar armazéns; Inovagro: financia inovações tecnológicas nos estabelecimento agropecuários rurais para aumentar a produtividade e melhorar a gestão (PORTAL BRASIL, 2019, n.p.).

Essas informações têm apenas o caráter complementar para mostrar que o PRONAF é somente um dos segmentos do crédito rural, mas também um cipoal de regras, normas e instruções difíceis de serem entendidas pelo camponês.

Ouvimos de todos os camponeses que entrevistamos em Lucélia, reclamações acerca desse tipo de problema e eles expressaram seus descréditos quanto às possibilidades de conseguirem financiamentos, em decorrência da enormidade de condicionantes legais impostas para habilitá-los junto ao agente financeiro. Alguns até mesmo se mostraram muito céticos quanto às intencionalidades do governo em ajudá-los, apontando que poucos têm condições de vencerem esse tipo de dificuldade. Também fez parte das reclamações e é quase que uma unanimidade, a crença, por vivenciarem situações reais, de que só os grandes agricultores conseguem “pegar” financiamento. São narrativas que ouvimos dos nossos entrevistados.

Para os bancos há pouco interesse em financiar o camponês com as características do Pronafiano B, considerando os custos de um contrato com baixo valor são praticamente os mesmos de um contrato com valor elevado. Essa realidade já era apontada por Kautsky (1980 [1898]) no final do século XIX, que em suas assertivas indicava ser o interesse do banco não apenas pelo volume em dinheiro envolvido nos financiamentos mais elevados, mas a capacidade de saldar o financiamento, a possibilidade do beneficiado investir seu lucro no próprio banco e a possibilidade de concessão para novos financiamentos envolvendo quantias mais elevadas, são muito mais factíveis de ocorrerem.

Esse autor também apontou que o volume financiado a um agricultor melhor estruturado economicamente, em grande parte, era superior ao montante financiado a vários pequenos agricultores, porém, os custos e o trabalho gerados com esse contrato não eram o mesmo de dez contratos pequenos juntos, por exemplo: “[...] porque tem que ser um procedimento adotado individualmente, o que geraria dez contratos com os mesmos procedimentos burocráticos” (KAUTSKY, 1980 [1898], p.230/231).

Porém, o problema da seletividade bancária persiste. Por isso, entendemos que o programa está financeirizado, e nos amparamos em pesquisas que afirmam que o financiamento do PRONAF dirigido aos camponeses mais pobres, contém um risco para o qual os bancos participantes do programa tendem a não assumi-lo, ainda que o governo se disponha a cobrir os custos administrativos com cada operação contratual, equalizando as taxas de juros e pagando o *spread* bancário: a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele mesmo paga ao captar dinheiro. Varia de acordo com cada operação, dependendo dos riscos envolvidos, sendo mais alto para pessoas físicas do que para as empresas. (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

2.3 - Políticas de financiamentos para a agricultura familiar: PROCERA; PROVAP; PRONAF

Anteriormente ao PRONAF foi criada uma política pública de amparo ao camponês assentado pela Reforma Agrária. O Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária - PROCERA era destinado a dar amparo a esses assentados e foi instituído pelo

[...] Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio do voto nº. 048/85, aprovado "*ad referendum*" em 31 de janeiro de 1986, em cumprimento às diretrizes fixadas no Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, aprovado pelo Decreto nº. 91.766, de 10 de outubro de 1985, visando estabelecer as condições de transferência de recursos para os agricultores, objetivando dar plenas condições para inserção dos mesmos no processo produtivo, conforme exposto no Programa Nacional de Reforma Agrária prevista para aquele período, no governo de José Sarney (GT/INCRA, 2003, p.4).

Com o objetivo de fornecer assistência e crédito para todos os camponeses assentados pelo programa da reforma agrária, ofereceu financiamento para o desenvolvimento de projetos que estruturasse a capacidade produtiva do assentado

e, com isso, alavancasse o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos, chegando até a sua completa emancipação junto aos programas do INCRA objetivando:

[...] aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, mediante financiamento de projetos para estruturação da capacidade produtiva e aproveitamento econômico das áreas de assentamento aprovadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, visando permitir a devida emancipação do produtor em relação à tutela governamental (GT/INCRA, 2003, p.5).

Há divergências interpretativas sobre o entendimento do financiamento agrícola para o camponês. Elas são bem destoantes da versão oficial e, na visão do MST, o assentado precisa produzir alimentos para a população. Como é comum que as terras destinadas à Reforma Agrária anteriormente eram exploradas na produção de monoculturas, o entendimento do Movimento é de que o assentado não deve dar continuidade à produção desse tipo de cultura em terras destinadas à Reforma Agrária. Nesse sentido:

Os agrônomos filiados ao MST incentivavam os assentados a cultivar lavouras de subsistência, frutas de alto valor para a venda e em mercados locais e criação de animais em pequena escala. Esses planos de produção eram transmitidos aos assentados por meio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária PROCERA, criado e financiado pelo governo federal. O PROCERA era um programa de crédito especial para todos os assentados pela reforma agrária do país, que oferecia financiamentos anuais de produção (conhecido como custeio), além de um financiamento único de investimento. Ambos os financiamentos eram administrados pelo Banco do Brasil. A quantia oferecida por esse financiamento variou ao longo dos anos. Em 1999, os assentados tiveram direito a um financiamento anual de 2.000 mil reais, bem como um financiamento único de financiamento de até 7.500 reais. Os assentados eram obrigados a pagar apenas a metade de todos os financiamentos subsidiados (WOLFORD, 2010, p.386).

Quando entrevistamos o camponês assentado do MST, ele disse que a carência dada pelo PROCERA era muito boa, proporcionando ao agricultor o tempo suficiente para completar todo o ciclo produtivo, que se estendia da plantação até o recebimento da venda da colheita daquilo que ele havia plantado, o que o PRONAF não dá. O entrevistado J também disse que:

O PROCERA foi na década de 80/90, no governo Sarney, e foi um programa especial para assentados pela Reforma Agrária e, no governo de

FHC, o ministro Jungmann acabou extinguindo. No PROCERA a gente tinha um rebate de 50% quando a gente pegava financiamento no banco, e tinha três anos de carência, mais sete. Seria 10 anos para terminar de pagar, e foi extinto devido a uma perseguição do governo daquela época, aos movimentos sociais (ENTREVISTADO J, assentado do MST, apêndice, entrevista concedida no dia 03 de agosto de 2017).

Acontece que o governo concedia o financiamento para a produção e o investimento não diretamente ao camponês assentado, mas sim, mediante a apresentação de um projeto que era elaborado por um grupo de três especialistas formados por funcionários estaduais ligados à reforma agrária, funcionários do banco ligados ao setor de financiamentos e os agentes da extensão rural ligados ao MST. Havia a tentativa de juntar em uma única situação três diferentes interesses: o banco que queria garantir a volta do seu dinheiro; o funcionário estadual interessado em garantir seu espaço político e o técnico da extensão interessado na expansão territorial do MST. Era evidente que os conflitos gerados nessa conjuntura viessem a recair totalmente sobre o assentado beneficiário final do financiamento (WOLFORD, 2010).

De fato, o que aconteceu foi que em 1999, no governo de Fernando Henrique tomou-se uma decisão unilateral de extinguir o PROCERA. Criou assim, novas diretrizes para esse público e aumentou a sua vulnerabilidade em relação ao acesso creditício, pois novas exigências surgiram, fazendo a incorporação desse agricultor ao PRONAF.

2.4 - A História por trás do surgimento do PRONAF

Temos então, no município de Lucélia, uma parcela de camponeses inseridos nas regras do programa Microcrédito Rural PRONAF B. Conversamos sobre a questão da distribuição das terras no Brasil e, para uma parcela considerável, perto de 2/3 dos nossos entrevistados, a reforma agrária é um assunto ligado aos movimentos sociais que, segundo pontos de vista, é coisa de “comunista”. Principalmente pelo momento político conturbado que estamos vivendo, essa ideia tem ganhado um espaço muito grande na agenda nacional, e na maior parte das vezes sendo apresentado de forma pejorativa, quase que criminosa. Inseridos nesta realidade, achamos importante abordarmos a questão fundiária sob o viés histórico,

já que ele está presente de forma bastante acentuada na construção da realidade deste momento que vive a Nação.

A questão da reforma agrária, a formação dos movimentos sociais e a luta pela posse da terra, no Brasil, começaram a aparecer de forma organizada e a se expandirem a partir do início do século XX. De acordo com Medeiros (2002) os posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, foreiros e colonos foram se mobilizando em torno de partidos políticos e movimentos sociais, reivindicando o direito à terra, sendo apoiados pelo então Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por uma ala da Igreja Católica, ambos com interesses políticos no processo de lutas. Assim, a reforma agrária foi:

Concebida, do ponto de vista das políticas públicas, no decorrer dos anos e em diferentes conjunturas, como medida necessária para promover o desenvolvimento econômico-industrial; como política de combate ao desemprego, à fome e à miséria; como política social para impedir a continuidade do êxodo rural e suas seqüelas; como sinônimo de resgate da cidadania para os trabalhadores do campo e condições para a democratização do país, a reforma agrária também já esteve historicamente associada aos temas da modernização da agricultura, mudança das relações de trabalho no campo, desapropriação massiva de terras, intervenção sobre áreas improdutivas, colonização das áreas de fronteira, assentamento de trabalhadores em terras públicas, criação de empresas agrícolas coletivas (MEDEIROS, 2002, p.09)

Pelo ano de 1945 tem início a formação das Ligas Camponesas¹⁶, período que marca o ocaso da ditadura militar de Getúlio Vargas. As Ligas surgiram em vários estados brasileiros e foram se fortalecendo, não obstante a violência promovida pelos fazendeiros, seus jagunços e pelo Estado, que em 1947, no governo de Eurico Gaspar Dutra, declara a ilegalidade do PCB e passa a perseguir violentamente os camponeses vinculados às Ligas. Isso não excluiu o debate sobre a reforma agrária do contexto político nacional e nem acabou com a luta, capitaneada pelos comunistas:

Esse processo que acabou por constituir a reforma agrária na principal demanda dos trabalhadores do campo, só pode ser pensado a partir das concepções e da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal mediação que então se colocava para as lutas (MEDEIROS, 2002, p. 16)

¹⁶ Para maior aprofundamento sobre esse tema, ver Fernandes 1999; Carter, 2010.

Ainda que a repressão fosse violenta, a luta continuou e seu fortalecimento foi se acentuando com o crescimento do movimento, até que em 1964 veio o golpe militar-civil acelerando a implantação da Revolução Verde na agricultura brasileira e o aniquilamento dos movimentos camponeses, provocando o maior êxodo rural da história do Brasil (FERNANDES, 1999; CARTER, 2010).

Apesar de todo o quadro de violência praticado contra os movimentos sociais camponeses, a ala progressista da Igreja Católica vinha se organizando desde o início dos anos 1960 com a criação das primeiras Comunidades Eclesiais de Base CEB's, tornando-se presente em todo o território nacional como um espaço onde eram debatidas as questões da violência do Estado, na cidade e no campo. Essas Comunidades tornaram-se um importante centro aglutinador das reivindicações dos camponeses que se orientavam pelos ensinamentos da Teologia da Libertação. Essa orientação culminou com a criação da Comissão Pastoral da Terra CPT, pela Igreja Católica no ano de 1975 (FERNANDES, 1999; CARTER, 2010).

Esse posicionamento da Igreja não foi aceito unanimemente, pois havia muitas vozes contrárias, enxergando nesta postura um desvio das finalidades eucarísticas da religião. A corrente conservadora dentro desse espectro não aceitou o que considerou um desvio dos propósitos cristãos, e ainda mantém uma visão crítica na atualidade.

A questão da terra continuou presente e a necessidade de uma reforma agrária ia se acentuando com os conflitos no campo surgindo em todo o território nacional. Os camponeses, sob a orientação da ala progressista da Igreja, e os interesses políticos na manipulação dessa massa de despossuídos, não desperdiçou as oportunidades para se estruturarem e se fortalecerem. Nesse cenário, um fator social começa a ganhar contornos políticos.

Carter aponta o momento embrionário que está na gênese da formação do MST como sendo a mobilização ocorrida por um grupo composto por cerca de 1.100 famílias de camponeses que foram expulsos no ano de 1978 pelos povos originais da Tribo dos Kaingang, de uma área que havia sido marcada como reserva indígena, localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul (CARTER, 2010).

Fernandes (1999) e Carter (2010) apontam o Rio Grande do Sul como sendo o estado vital para o surgimento e o desenvolvimento do MST a nível nacional, indicando que lá teve o início e conscientização da necessidade da luta pela terra. Mais do que isso, lá ocorreu o processo organizativo das ações necessárias para

que os camponeses ganhassem espaço dentro do cenário político. Segundo esses autores, a diferenciação entre o MST e os movimentos anteriores está nesse ponto crucial. A formação política de seus membros amplia a perspectiva de ação e mostra os caminhos pelos quais a luta pela Reforma Agrária pode ter um desenvolvimento muito efetivo.

As manifestações sociais de descontentamento com a realidade agrária brasileira trouxeram grandes preocupações para o Governo e a elite agrária, ambos lenientes com o descaso no trato dessa questão. O volume e a intensidade dos conflitos na luta pela terra geraram a reação do Estado, alertando o poder econômico e político sobre a necessidade de criar leis que atendessem, ainda que parcialmente, aos anseios dessa maioria desassistida.

Esse cenário conflitante acirrou as reivindicações dos movimentos sociais, os quais tiveram na Comissão Pastoral da Terra o seu grande fomentador das lutas pela posse da terra e por uma Reforma Agrária que fosse capaz de distribuir de forma justa os recursos e as terras. As lutas conduzidas pelos movimentos sociais organizadas a partir das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's) das pastorais sociais unificaram-se em 1984/5 culminando com a criação do Movimento dos Sem Terra (MST), que passou a organizar a ocupação dos latifúndios improdutivos e terras devolutas (FERNANDES, 2000; CARTER, 2010).

Os problemas sociais ligados à terra foram se avolumando e chegaram com força na Assembleia Constituinte instalada no ano de 1987, com a participação efetiva dos movimentos sociais pró e contra a reforma agrária. Mas, de fato, os governos que se sucederam após a promulgação da nova Constituição, apenas apresentavam paliativos para a questão fundiária e não enfrentavam essa questão. Esse comportamento só fortalecia as reivindicações dos movimentos pró reforma agrária, aumentando os conflitos no campo e a pressão social sobre os governos (FERNANDES, 2000; CARTER, 2010; SAMPAIO, 2010).

A pressão social teve desdobramentos. Era necessário que houvesse uma resposta por parte do governo e em 1996, o Governo Federal sob direção de Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do Decreto nº. 1.946/96, com o objetivo explícito de abrir linhas de crédito para a agricultura de base familiar.

Foi apenas a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso que, de fato, o tema ressurgiu, repercutindo a onda democratizante

daqueles anos, a abertura propiciada pelo governo federal e, sem dúvida, as pressões realizadas pelo MST e pela CONTAG. Assim foi iniciado o segundo capítulo dessa política na história brasileira, o qual persiste até os nossos dias (NAVARRO, 2015, p. 150).

Desejava-se que esse agricultor gerasse renda e deixasse o estado de pobreza que a questão agrária não resolvida e a falta que políticas adequadas agravaram. A lei refletia a orientação neoliberalizante do Governo Fernando Henrique Cardoso, pois as diretrizes orientadoras das ações do Programa visavam fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, para facilitar o seu acesso e permanência no mercado em condições competitivas, através do crédito. Essa orientação também recebia apoio financeiro externo do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, também conhecido como Banco da Terra (AGÊNCIA SENADO, 2019; CARTER, 2010).

Mas, o primeiro documento produzido oficialmente que instituiu, no âmbito do crédito rural, o PRONAF, veio pela Resolução nº. 2191, de 24 de agosto de 1995, do Banco Central do Brasil (BCB). Tinha como propósito prestar apoio financeiro para as atividades agropecuárias, cuja exploração estivesse sendo desenvolvida por meio do emprego direto da força de trabalho do agricultor e de sua família (BCB, 1995).

As condições para o acesso ao crédito foram determinadas nessa Resolução e que, posteriormente, embasou todas as outras normativas legais acerca desse tema. Os sujeitos candidatos ao financiamento deveriam:

- a) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- b) não manter empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;
- c) não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- d) no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual sejam provenientes da exploração agropecuária ou extrativa;
- e) resida no estabelecimento agropecuário ou em aglomerado urbano ou rural próximo (BCB, 1995).

Essa Resolução definiu os quesitos para a concessão do financiamento, o qual deveria ser devidamente comprovado mediante a apresentação da Declaração

de Aptidão ao PRONAF (DAP) por agentes credenciados pelo, na época, Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), o qual, no ano de 1999, foi desmembrado e criado o MDA, que encampou todas as atividades que tinham ligações diretas com o agricultor e a agricultura familiar, inclusive assumindo o gerenciamento do PRONAF. Fernando Henrique Cardoso ao instituir o PRONAF deu segmento a essa Resolução (MDA, 2017).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em sua primeira gestão (1995-1998), promoveu uma ampla política de assentamentos rurais para atender parcialmente as reivindicações dos movimentos camponeses que ocupavam terras em quase todo o país, principalmente o MST.

FHC acreditava que com o assentamento das famílias acampadas resolveria o problema fundiário. Todavia, o número de ocupações crescia na mesma proporção que o número de assentamentos. Como toda ação gera reação, o governo se mobilizou também e passou a editar leis para criminalizar as ocupações, forçando a queda no número e ritmo dessas manifestações (FERNANDES, 2014). As ocupações foram uma forma de chamar a atenção do governo para que dispensasse um tratamento diferenciado à questão agrária, um problema que não é recente, tão-somente é local, mas que deve ser encarado com muita seriedade.

Para focalizarmos o nosso sujeito de análise que será o camponês com perfil Pronafiano B, dentro da escala municipal, o ponto de partida é o Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, que criou o PRONAF. Inicialmente esse decreto não definiu as características do agricultor familiar e sim, criou os mecanismos jurídicos de financiamento para que a União, Estados e Municípios, juntamente com as entidades sindicais e privadas participassem da gestão dos recursos. Nele, foram definidas as responsabilidades a cada um dos agentes envolvidos na administração do programa, suas atribuições e competências. Também nesse Decreto, não ocorreu a conceitualização do sujeito beneficiado por essa política pública de financiamento rural, deixando subentendido que as condições estabelecidas anteriormente pela Resolução nº. 2.191 do BCB já o fizera.

De fato, o seu escopo estava em sistematizar as estratégias de parcerias entre os governos municipais, estaduais e o federal, conjuntamente com a iniciativa privada e os agricultores familiares por meio de suas organizações. São traçadas as diretrizes para cada um dos segmentos envolvidos no Programa, a coordenação e as competências do MAARA na gestão do Programa.

Em relação às incumbências do município para aderir ao Programa coube-lhe a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, com todas as responsabilidades sobre a elaboração, o acompanhamento e fiscalização das ações do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR. Ao CMDR também cabe celebrar acordos, convênios e contratos, aportar as contrapartidas de sua competência, promover a divulgação e a articulação do apoio político-institucional ao PRONAF.

Enfim, o Decreto nº. 1.946/96 estruturou todas as ações conducentes que os entes públicos e privados deveriam desenvolver para que o Programa fosse implantado nos municípios. O município de Lucélia elaborou o seu PMDR e instituiu o CMDR cujo presidente é também o presidente do Sindicato Rural, conforme ele mesmo nos confirmou na entrevista realizada no dia 07 de maio de 2018.

Mas foi somente por volta de 1997 que o programa passou a se consolidar como instrumento efetivo de desenvolvimento no campo e de geração de emprego e renda. Até então, as operações financeiras disponíveis se limitavam ao custeio e, nesse ano, passaram também a ser feitas para investimentos. Nesses 24 anos de existência até aqui, o PRONAF conseguiu desenvolver e transformar milhares de pequenos estabelecimentos agropecuários rurais do país - mais de 2,6 milhões, para ser mais exato. Ele fez isso tudo por meio do auxílio financeiro para a utilização de tecnologias e ampliação da área plantada, o que ajudou a gerar mais renda e também potencializar a mão de obra familiar (MDA, 2015).

A estratificação dos grupos de camponeses que passaram a acessar o PRONAF, só foi acontecer no ano de 1999, quando são criados os tipos A, B, C e D, baseando-se na renda e no emprego da mão de obra. Somente no ano de 2000 o governo criou o crédito de custeio para os assentados pela reforma agrária, o PRONAF A/C, reformulando o programa e ampliando os perfis que estavam sendo contemplados, portanto, novos sujeitos foram agregados e outras linhas de crédito para abranger um número maior de agricultores foram criadas, conforme exposto no subcapítulo 2.4 (p.112).

Uma das novidades surgidas foi a criação no ano 2000 do Microcrédito Rural PRONAF B, com o objetivo de atender ao público de menor renda, que era a grande massa excluída. O foco foi a ampliação da capacidade produtiva, a melhoria de renda e a erradicação da pauperização rural. Esta modalidade visou atender os agricultores familiares que nos últimos doze meses antecedentes à solicitação da

DAP, não atingiram renda bruta anual superior a R\$ 1.500,00¹⁷, não contrataram trabalho assalariado permanente, e que a mão de obra familiar participasse com a maior parcela empregada na produção, sendo assim classificados como Pronafianos B (MDA, 2015). Bem mais tarde, no ano de 2004, foi o PRONAF E, que acolheu o agricultor bem mais estruturado. Todas as linhas do PRONAF até então criadas foram reorganizadas mais tarde pelo governo (MDA, 2017).

Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº. 3559¹⁸, de 28 de março de 2008, informando que o Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 MCR 10. Uma alteração significativa ocorreu no item 10, extinguindo os grupos C, D, E do PRONAF, unificando-os em *agricultores familiares*, definidos pelos mesmos critérios estabelecidos e mantendo-os dentro na Lei da Agricultura Familiar.

Assim, o agricultor familiar caracterizado pela Resolução 3.559/2008 é aquele que está na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; reside no estabelecimento ou próximo dele; possui área de até quatro módulos fiscais; mínimo de 50% da renda familiar advinda da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; predominância do trabalho familiar na exploração do estabelecimento, eventualmente usando o trabalho assalariado, podendo manter empregados permanentes em número menor do que o número de pessoas da família ocupadas no estabelecimento; renda bruta familiar nos últimos doze meses anteriores à emissão da DAP, de até R\$ 360.000,00, excluindo benefícios sociais e proventos previdenciários. Atendendo a todas essas condições serão denominados de *agricultores familiares*, dentro do PRONAF (BCB, 2015).

Atualmente, o PRONAF estabelece que o Pronafiano do Grupo A seja aquele assentado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que não contrataram operações de investimento pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), ou não atingiram o limite de operações ou valores para a estruturação previstos pelo PRONAF.

¹⁷Valor referência para o biênio de 1999/2000.

¹⁸Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2008&numero=>

Os Pronafianos do Grupo A/C são aqueles assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que não tenham contratado a primeira operação no Grupo A; não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo A/C. Para o Pronafiano do Microcrédito Rural, também conhecido como PRONAF B, as condições de acesso ao crédito determina que sejam agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00 (2018). Essas três categorias são denominadas de “Agricultor Pronafiano”. Para os “agricultores familiares”, surgidos da junção dos antigos grupos C, D, e E, os critérios são os mesmos estabelecidos pela Lei da Agricultura Familiar, conservando-os dentro do PRONAF sob a denominação de agricultores familiares (BCB, 2015).

Para aprimorar o Programa foram criados vários documentos que são necessários apresentar quando o camponês se dispõe a adquirir o financiamento. A DAP é o instrumento que identifica quem são os produtores familiares que estão aptos ao financiamento rural. A entrega desse documento, portanto, é obrigatória para quem deseja ter acesso às linhas de crédito do PRONAF, sendo um dos seus requisitos mais importantes. Nesse sentido, podem ser beneficiários da DAP os mesmos profissionais que são beneficiários do PRONAF (MDA, 2015), a saber: agricultores familiares; pescadores artesanais; aquicultores; maricultores; silvicultura; extrativistas; quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária; beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Após obter o documento, a DAP é válida por até dois anos, mas pode ser renovada sempre que necessário, sem impedimentos. Para emití-la é preciso apresentar alguns documentos, como RG e CPF do agricultor e seu cônjuge. Todo o processo de emissão da DAP é gratuito. O mais interessante é que a DAP não facilita apenas a obtenção de linhas de crédito do PRONAF. Ela também é requisito para conseguir acesso a pelo menos outras quinze políticas públicas do governo federal: Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); Seguro da produção; Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Garantia-Safra; Comercialização da produção; Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB); Direitos e benefícios sociais; Beneficiário Especial da Previdência Social; Aposentadoria Rural (Funrural); Auxílio Emergencial Financeiro; Programa Minha Casa Minha Vida Rural; Plano Brasil Sem Miséria –

Rota da Inclusão Produtiva Rural; Cotas em Escolas Profissionalizantes (CEFET); Pronatec Campo (MDA, 2015).

Para ter acesso às linhas de créditos do PRONAF, o camponês precisa se enquadrar em alguma destas categorias: agricultores familiares; pescadores artesanais (desde que autônomos); aquicultores que exploram área de até 2 hectares de lâmina d'água ou, então, um tanque-rede de até 500 metros cúbicos; maricultores; silvicultores que promovam o manejo sustentável de florestas nativas ou exóticas; extrativistas (exceto garimpeiros e fiscoadores); quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária; beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (MDA, 2015).

O acesso às linhas de crédito do PRONAF está condicionado a algumas garantias. No entanto, elas não são padronizadas. Como podem originar de um acordo feito entre o agricultor e o governo federal, elas se ajustam à realidade do produtor, à natureza do contrato e também ao prazo do crédito. Elas ficam a critério da instituição financeira, mas são previamente acordadas com o financiado. Entre as alternativas estão: penhor agrícola; alienação fiduciária; hipoteca censual ou comum; um avalista (MDA, 2015).

Por outro lado, algumas situações específicas podem exigir uma garantia maior. Tudo vai depender da classificação do camponês dentro do PRONAF e também do tipo de investimento que ele fará. Além disso, também é permitido ao camponês receber apoio das cooperativas por meio de contratos coletivos. Nesse caso, é preciso manifestar essa vontade por escrito.

Ao oferecer crédito para o camponês, o PRONAF pretende contribuir com a promoção de uma política de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil Rural. Mas, além disso, promove a inclusão produtiva, a gestão da estrutura fundiária, a ampliação de renda e a permanência do camponês no campo. Dessa forma, o PRONAF consegue somar significativamente para fazer o país garantir sua soberania alimentar, sem que haja necessidade de depender de importações (MDA, 2015).

Em 2003, no início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foram criadas outras linhas de financiamento dentro desse programa, as quais ampliaram condições e oportunidades para a diversificação da produção agrícola e agroindustrial voltadas ao agricultor familiar (MDA, 2015).

O PRONAF ganhou 12 linhas de crédito, cada uma destinada a finalidades diferentes. É importante salientar que os limites de financiamento e as taxas de juros variam conforme cada categoria e também conforme o destino dos recursos financiados. Por isso, é preciso consultar os critérios e as características de cada uma dessas linhas de crédito (MDA, 2015):

- PRONAF Custeio: Destina recursos para custear os itens necessários para a rotina de produção, seja ela agrícola ou pecuária. Assim, é possível adquirir fertilizantes, sementes, defensivos, medicamentos veterinários e ração, só para citar alguns exemplos.
- PRONAF Mais Alimentos — Investimentos: Financia investimentos voltados à estrutura da produção e com foco no aumento da produtividade e rentabilidade da família.
- PRONAF Agroindústria: Financia os investimentos voltados à formação de estoque de insumos, matéria-prima, produto final e serviços de apoio à armazenagem, conservação e comercialização da produção para venda futura. Além disso, também apoia a exploração do turismo rural, por meio do extrativismo, artesanato e produtos florestais.
- PRONAF Agroecologia: Destina-se ao financiamento de sistemas de produção orgânicos ou agroecológicos. Estão incluídos nessa categoria de crédito não apenas os investimentos, mas também os custos de implantação e manutenção do empreendimento.
- PRONAF Eco: Essa linha de crédito financia investimentos em técnicas que buscam reduzir o impacto da atividade rural no meio ambiente utilizando de tecnologias ambientais, energias renováveis, pequenos aproveitamentos hidro energéticos e adoção de práticas de conservação e correção da acidez e fertilidade do solo, por exemplo.
- PRONAF Floresta: Financia projetos para sistemas agroflorestais, como planos de manejo, exploração extrativista sustentável, manutenção e recomposição de áreas de preservação permanente e recuperação de áreas degradadas.
- PRONAF Semiárido: Linha de crédito para projetos de convivência com o semiárido com foco na sustentabilidade. Os recursos devem ser destinados, prioritariamente, para infraestrutura hídrica.

- PRONAF Mulher: Financia projetos elaborados pela mulher agricultora, independentemente do seu estado civil.
- PRONAF Jovem: Financia propostas de crédito elaboradas por jovens agricultores que tenham entre 16 e 29 anos.
- PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: Linha de crédito voltada a agricultores, cooperativas ou associações para financiar custeio do beneficiamento ou da industrialização.
- PRONAF Cota-Parte: Financia a integralização de cotas-partes de agricultores familiares cooperados, cujo valor possa ser aplicado pela cooperativa em capital de giro ou custeio, por exemplo.
- Microcrédito Rural PRONAF B: Tem o objetivo de financiar atividades agropecuárias ou não de produtores de mais baixa renda, que tenham renda bruta familiar anual de até R\$ 23 mil, para o ano de 2018. Nesse caso, os créditos podem cobrir qualquer demanda da família que possa gerar renda.

Podem ser beneficiários dessas linhas do programa, camponeses com DAP ativa. Também é preciso ter uma renda bruta anual familiar de até R\$ 415.000,00, com exceção dos camponeses enquadrados como Pronafiano B, com o máximo de quatro módulos rurais de posse (MDA, 2015).

O intuito desse programa é, portanto, fortalecer as atividades desenvolvidas pelo camponês, integrando-o à cadeia produtiva da agricultura por meio do seu sistema produtivo. Com isso, o produto fabricado por ele passa a contar com um valor agregado, o que, no final, também refletirá em um aumento da renda familiar (BNDES, 2018).

Assim, a assistência financeira oferecida pelo PRONAF ocorre por meio de um financiamento destinado para atividades e serviços — sejam eles, agropecuários ou não —, desde que desenvolvidos em estabelecimento agropecuário ou em áreas comunitárias próximas. Para torná-lo possível e acessível à realidade dos agricultores, o PRONAF conta com as menores taxas de juros (0,5%) para financiamento rural do mercado (BNDES, 2018).

Os recursos financiados pelo PRONAF devem ser destinados sempre no desenvolvimento da produção e do estabelecimento agropecuário como um todo. Nesse sentido, os agricultores familiares podem optar por investir em: compra de máquinas agrícolas, colheitadeiras, tratores e animais; implantação de sistemas de

irrigação e de armazenagem; adequação e correção do solo; recuperação de pastagens; projetos de melhoria genética; tecnologia e modernização da estrutura de produção.

Outros produtores utilizam o recurso para financiamento de custeio das despesas básicas das atividades agrícolas e pecuárias. Isso inclui, por exemplo, aquisição de insumos, a produção de mudas e sementes, a oferta de ração e vacinas para os animais e outros tratamentos culturais. O financiamento ainda pode ser empregado para integralizar as cotas-partes em cooperativas de produção. Isso permite a tais cooperativas se capitalizarem por meio dos próprios beneficiários do PRONAF. Portanto, em qualquer um desses casos — seja o custeio, o investimento ou a própria integralização de cotas-partes —, o objetivo final deve ser sempre o desenvolvimento do estabelecimento agropecuário como um todo (MDA, 2015).

Apenas os agricultores que plantam e produzem fumo não podem receber financiamentos por meio do PRONAF. Isso ocorre por se tratar de um tipo de cultura muito específica, que costuma firmar contratos de parceria ou integração diretamente com as indústrias fumageiras. Nesse sentido, os produtores de fumo só poderão ser beneficiados com os créditos do PRONAF se destinarem os valores obtidos em outras culturas que não fumo, como no caso da entressafra, por exemplo. A ideia do PRONAF, com isso, é incentivar a diversificação das atividades rurais que podem gerar renda para a família (BNDES, 2018).

A Organização das Nações Unidas (ONU) já considerou o PRONAF um dos principais programas do mundo em favor da agricultura familiar. Segundo a instituição, ele se encontra no mesmo patamar de outros programas do governo brasileiro que, em comum, têm o objetivo de incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar. É o caso, por exemplo, do PGPAF, que garante descontos em contratos de financiamento para compensar redução na renda devido à queda nos preços dos produtos; SEAF, esse seguro cobre as despesas e a renda dos camponeses em caso de perda da produção agrícola devido a fenômenos climáticos; PAA, PNAE e outros, que têm como objetivo o acesso aos mercados públicos.

Por meio do PAA, os agricultores familiares vendem sua produção para instituições públicas sem a necessidade de licitação. O preço praticado não deve ser superior ao de mercado — alimentos orgânicos podem ter uma valorização de até 30%. Assim, atendendo a uma chamada pública, esses produtores abastecem

refeitórios universitários, hospitais, presídios etc. Já o PNAE promove uma aliança entre a agricultura familiar e a merenda escolar. Ele estabelece que 30% do recurso destinado ao Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) seja reservado para a compra de alimentos provenientes dessa modalidade de produção.

Foram sendo criados instrumentos jurídicos para auxiliar a correta aplicação deste programa. Assim,

[...] ano após ano, o PRONAF se consolidou como uma política de crédito efetiva em 4.963 municípios do Brasil, espalhados por todas as regiões. Além disso, já foram aplicados mais de R\$ 180 bilhões em quase 30 milhões de contratos firmados nas mais diversas modalidades. Um dado interessante é que a inadimplência é menor do que 1%, a mais baixa entre todos os sistemas de crédito do Brasil (MDA, 2015).

Isso mostra que o agricultor familiar gerencia seu pequeno negócio sempre com o objetivo de produzir com qualidade, obter sua renda e, acima de tudo, honrar seus compromissos.

Lamentavelmente, observamos que nos dias atuais, ocorre um esvaziamento desta importante política pública de financiamento agrícola. Em recente pesquisa no *site* do BNDES, na seção sobre o Microcrédito Rural B, tem a informação de que os juros cobrados para essa linha de financiamento está em 0,5% ao ano (a.a.), mas na primeira página há um alerta dizendo: “ATENÇÃO: O protocolo de pedidos de financiamento com taxa prefixada de até 4,6% ao ano encontra-se suspenso devido ao comprometimento total dos recursos disponíveis” (BNDES, 02/04/2019). Por falta de dinheiro toda a assistência que essa instituição financeira prestava ao Programa, está temporariamente suspensa. É como o nosso entrevistado D disse “É muito descaso com o agricultor familiar” (entrevista em 26/03/2018, Apêndices).

2.5 - O Camponês Pronafiano B no município de Lucélia/SP

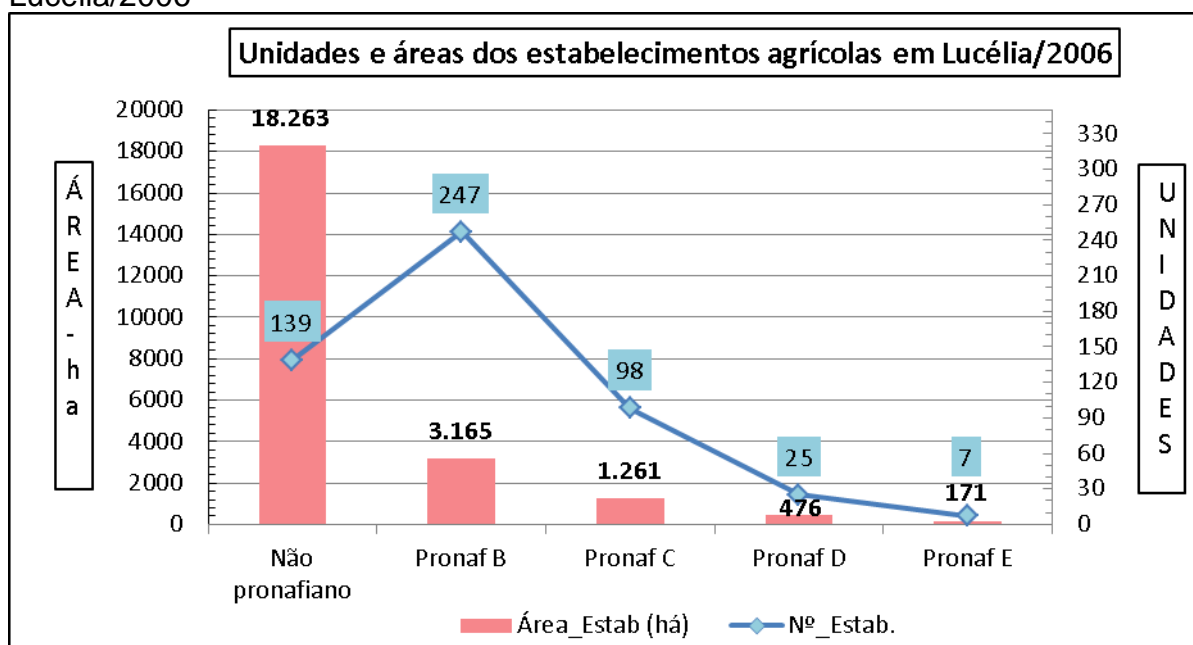
No município de Lucélia para as 377 famílias caracterizadas pelo Censo Agropecuário de 2006 como o público Pronafiano, o segmento Pronafianos B soma 247 estabelecimentos. Isso representa 47,87% do total dos estabelecimentos agropecuários do município e 65,5% dos estabelecimentos caracterizados dentro do PRONAF, quando a média para o Estado de São Paulo é de 34,4%. Mesmo representando uma grande parcela dos agricultores, a área que ocupam é muito menor, conforme podemos observar no quadro 10:

QUADRO 10: Distribuição por categoria do número e área dos estabelecimentos agropecuários em Lucélia/2006

CATEGORIA	Nº_Estab.	%	Área_Estab (ha)	%
Não pronafiano	139	26,94	18.263	78,26
Pronaf A	0	0	0	
Pronaf B	247	47,87	3.165	13,56
Pronaf C	98	18,99	1.261	5,41
Pronaf D	25	4,84	476	2,04
Pronaf E	7	1,36	171	0,73
TOTAL	516	100	23.336	100

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006-tab. 3321. **Org.** Edson Sabatini Ribeiro

Esses dados demonstram que na área rural do município de Lucélia, há uma significativa desigualdade socioeconômica e concentração fundiária. Quando a análise se restringe ao público tipificado pelas normas do PRONAF (todas as categorias), a representação dos Pronafianos B sobe para 65,52% desse total, quando a média paulista é de 53,6%.

GRÁFICO 5: Relação entre as categorias de agricultores na ocupação do solo em Lucélia/2006

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006-tab. 3321. **Org.** Edson Sabatini Ribeiro

Quando analisamos o quadro 11, percebemos a precarização das condições financeiras dos agricultores de Lucélia classificados como Pronafianos B. Eles estão representados por 64 estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas

diretamente com as atividades desenvolvidas, 34% (1/3) do total, mas a receita gerada por eles representa apenas 6,73% do total. Um dado a ser considerado sob a ótica da divisão social do trabalho, precarizado pelas relações desiguais do capital, em um espaço geográfico uno e múltiplo (SUERTEGARAY, 2001).

QUADRO 11: Estabelecimentos agropecuários que tiveram receita na agricultura familiar em Lucélia/2006

Pronafiano	Obtiveram receitas no ano (Unidades)	Valor_das_receitas_no_ano (Mil Reais)
Pronaf A	-	-
Pronaf B	64	95
Pronaf C	91	723
Pronaf D	24	609
Pronaf E	7	371
TOTAL	186	1.798

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006-tab.3307. **Org.** Edson Sabatini Ribeiro.

Na escala municipal de Lucélia, percebemos que dos beneficiados com financiamento, há uma maior parcela de estabelecimentos localizados na faixa de até 20 ha, onde se situa o Pronafiano B. São trinta e dois que representam 84,21% do total, conforme mostra a tabela 5. Ou seja, são estabelecimentos agropecuários que na maioria das vezes não chega a atingir o tamanho determinado por um módulo fiscal, que nessa região está definido como uma área de 20 ha.

TABELA 5: Área, unidades e valores financiados pelo PRONAF em Lucélia/2006

Área, nº. Estab. e valores financiados pelo PRONAF em Lucélia/2006				
Área do estabelecimento	Nº_Estab	%*	Valor (milR\$)	%*
De 1 a menos de 2 ha	X	X	X	X
De 2 a menos de 3 ha	1	2,63	X	X
De 3 a menos de 4 ha	1	2,63	X	X
De 4 a menos de 5 ha	3	7,89	11	4,15
De 5 a menos de 10 ha	12	31,58	104	39,24
De 10 a menos de 20 ha	15	39,47	103	38,87
Subtotal	32	84,21	218	82,26
De 20 a menos de 50 ha	4	10,53	47	17,74
De 50 a menos de 100 ha	2	5,26	X	x
Subtotal	6	15,79	47	17,74
Total Geral	38	100	265	100

*: valores calculados sobre os totais gerais

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006-tab. 4141 - PRONAF. **Org.** Edson Sabatini Ribeiro

No entanto, os valores financiados são proporcionalmente menores, de tal forma que o valor médio para cada um é de R\$ 6.812,50 enquanto que nos estabelecimentos rurais acima de 20 ha, que são seis, tiveram uma média de financiamento de R\$ 7.833,33.

2.6 – LEITE: importante fonte local de renda para o camponês

Neste recorte sobre o leite inserimos a participação da categoria “não Pronafiano”, para podermos realizar uma comparação com os Pronafianos (ver tabela 6, p.120 e gráfico 10, p.127). Consoante com os dados que pudemos auferir das entrevistas com os Pronafianos B, a produção leiteira é uma importante fonte de geração de recursos.

Muitos estabelecimentos Pronafianos B trabalham com o leite, porém, a sua comercialização é feita diretamente com o consumidor, seja com o leite *in natura*, seja em forma de queijo. Como há forte controle da vigilância sanitária sobre esses produtos, grande parte desses camponeses se protege escondendo as informações sobre esse comércio, com medo de sofrerem repressão e terem seu produto apreendido, ou sofrerem multas. É o mesmo fato que acontece com a comercialização de aves e suínos, que nos foi relatado nas conversas que mantivemos em nossas entrevistas.

TABELA 6: Relação entre o número total dos estabelecimentos agropecuários em cada categoria e aqueles que produziram leite em Lucélia/2006

Relação entre o número total de estabelecimentos e aqueles que produziram leite(Un)			
Categorias	Nº_Estab.	Estabelecimentos produtores(Un)	%*
Não pronafiano	139	34	24,46
Pronaf B	247	15	6,08
Pronaf C	98	36	36,73
Pronaf D	25	8	32,00
Pronaf E	7	3	42,86
TOTAL	516	96	

*: participação de cada categoria sobre o total dos estabelecimentos que produziram leite.

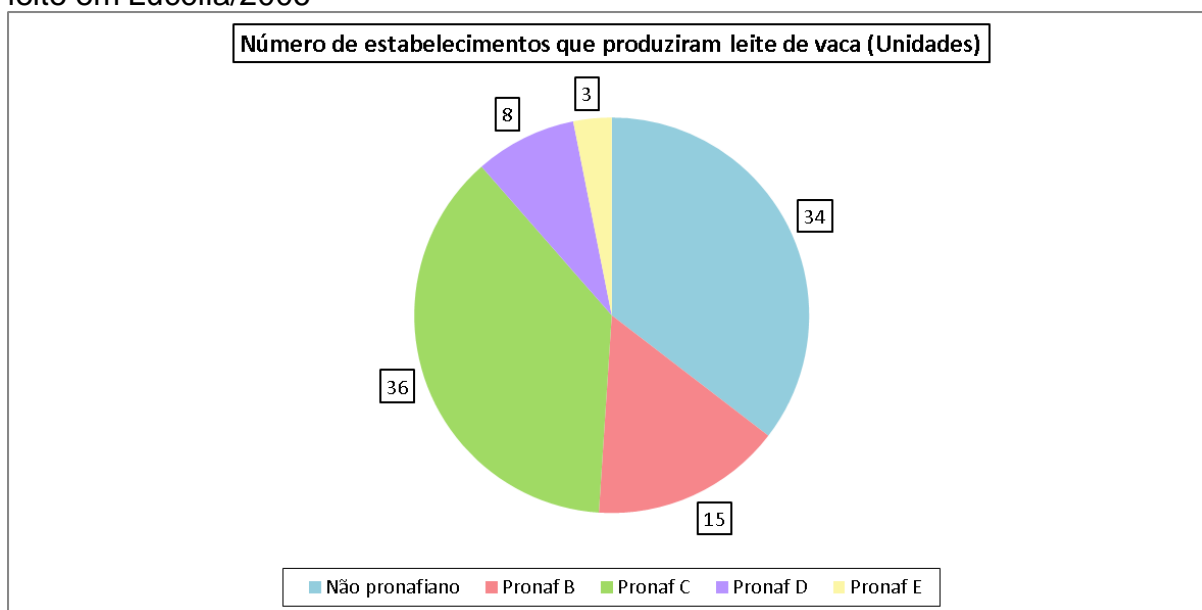
FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3064. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Olhando a tabela 6 podemos observar que mesmo sendo uma importante fonte de recursos, é baixa a participação do Pronafiano B no número de

estabelecimentos que produzem leite, apenas 6,08% representados por quinze famílias, entre duzentas e quarenta e sete estabelecimentos Pronafianos B.

Podemos observar pelo gráfico 6 como a produção leiteira no município de Lucélia está distribuída. Há que se atentar para as disparidades entre os totais de estabelecimentos rurais em cada categoria, pela tabela 6 e a participação de cada uma no total da produção retratada no gráfico 6.

GRÁFICO 6: Número de estabelecimentos e categoria de produtor que produziram leite em Lucélia/2006

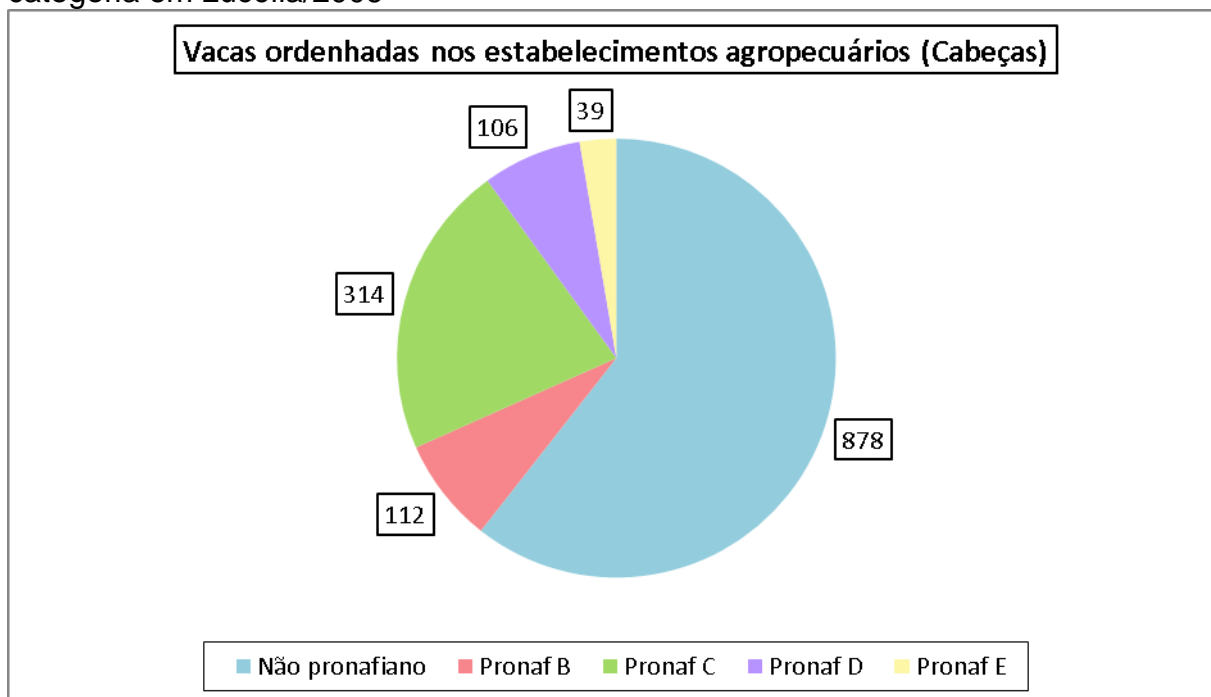


FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3064. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Quando tomamos a capacidade produtiva como uma vertente de análise, as disparidades se apresentam com maior destaque. Vários são os fatores que interferem no volume produzido por cada animal, começando por uma seleção de raça mais produtiva até a oferta de uma dieta balanceada que o Pronafiano B dificilmente tem como adquirir, seja pela falta de recurso ou pela falta de informação, conforme a própria gerente da carteira agrícola nos disse.

Há que se considerar que a maior produção leiteira dos agricultores não Pronafianos tem relação direta com o maior número de animais que essa categoria detém, aliado a uma assistência veterinária mais presente, conforme, conforme o gráfico 7 nos apresenta.

GRÁFICO 7: Número de vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários por categoria em Lucélia/2006



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3064. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

A assistência técnica prestada por veterinários particulares, ajuda a aumentar a produtividade *per capita*. Mas, o acesso aos meios técnicos que aumentam a produção não é barato, e o Pronafiano B não consegue dar a assistência veterinária necessária aos seus animais, uma das variáveis que podem interferir na produtividade, que resulta em baixos rendimentos, que se reflete na sua qualidade de vida.

A baixa produtividade leiteira também está associada à característica do animal que, nesta região, existe um misto entre as raças nelore e gir, que serve tanto para o leite, quanto a venda para o corte ou engorda, criando assim, um leque maior de opções para o camponês explorar comercialmente e aumentar sua renda.

FOTO 18: Plantel bovino pode atender o fornecimento de leite ou carne



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Dependendo das suas necessidades e também das épocas do ano ele organiza suas ações. É uma característica da pecuária nesta região formando assim, uma reserva para a utilização da maneira em que se fizer mais urgente. Quando o leite consegue satisfazer as necessidades econômicas do camponês, ele o mantém. Mas, se acontecer um imprevisto, ou se ele quiser fazer um investimento, pode vender o gado gordo (GIL, 2007).

A tabela 7 nos mostra essa relação entre a produção auferida e o número de animais ordenhados.

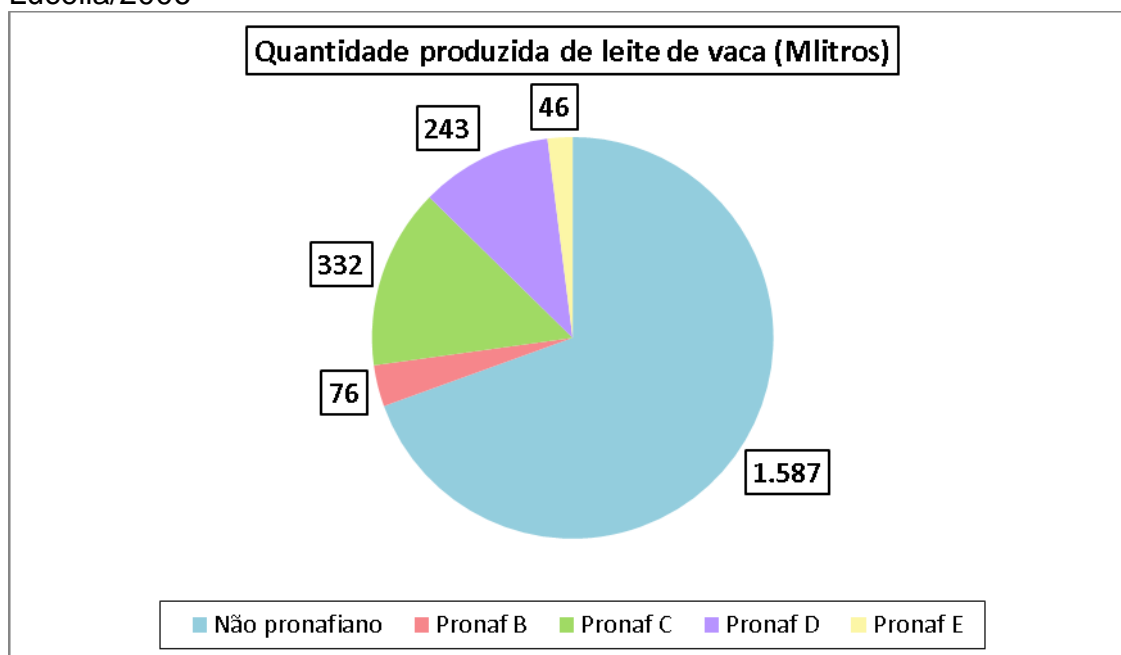
TABELA 7: Volume produzido de leite em relação ao número de vacas ordenhadas em Lucélia/2006

Categoria	Quantidade produzida de leite de vaca (Mil litros)			Per Capita (l)
	Volume(Mlitros)	%*	Vacas ordenhadas(cabeças)	
Não pronafiano	1587	69,48	878	18,07
Pronaf B	76	3,33	112	8,51
Pronaf C	332	14,54	314	10,57
Pronaf D	243	10,64	106	22,92
Pronaf E	46	2,01	39	11,79
Total	2284	100	1449	14,72(média)

*: participação de cada categoria sobre a produção total

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3064. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

A produção leiteira exige técnicas qualificadas para que o retorno financeiro seja compensatório, que cubra os custos de produção e gere renda ao produtor. No entanto, ao Pronafiano B de Lucélia, essa possibilidade está ausente nos estabelecimentos agropecuários que visitamos, seja pelo baixo preço de venda do leite para a COLELU, seja pela impossibilidade de aquisição de matriz específica.

GRÁFICO 8: Volume da produção leiteira por categoria de agropecuarista em Lucélia/2006

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3064. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Outro problema que afeta a produção é que há predomínio da exploração leiteira no “[...] sistema extensivo, com a utilização de animais pouco produtivos, pastejando em áreas de baixa fertilidade, com sistema de ordenha manual e produzindo em condições higiênicas insatisfatórias” (SEBASTIÃO, 2002, p.32).

Esses estabelecimentos são caracterizados por um baixo índice de adoção tecnológica, que reflete no volume produzido.

As variáveis que apresentamos nesse estudo referentes à produção leiteira em estabelecimentos agropecuários, com as características de agricultor familiar Pronafiano B, foram baseadas nos dados do Censo Agropecuário 2006, para o município de Lucélia. Mas, são realidades muito próximas àquelas que encontramos quando pesquisamos o quadro agrícola brasileiro, no tocante ao apoio financeiro oferecido pelas políticas públicas.

FOTO 19: Ordenha manual é uma realidade para o Pronafiano B em Lucélia/2018



FONTE: trabalho de campo em Lucélia. **AUTOR:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Nossa análise de caso é justamente para afirmar nosso posicionamento de que o PRONAF é uma política que financeirizou o crédito rural, para a agricultura familiar, se mostrando seletiva e excludente, conforme as várias menções teóricas citadas ao longo do nosso trabalho, mas também, empiricamente ancorada nos depoimentos dos camponeses que vivenciam esse distanciamento, bem como na entrevista realizada com a gerente da Carteira Agrícola do Banco do Brasil.

Para dar maior sustentação a essa constatação, apresentamos a tabela 8 com dados do IBGE sobre a receita que cada categoria social auferiu com a produção leiteira, no município de Lucélia.

Em uma rápida análise desses dados podemos perceber como as condições de acesso aos meios de produção que cada categoria detém, inclusive à informação, como alertou a gerente do BB, interferem na formação da renda.

TABELA 8: Participação da produção leiteira na receita, por categoria em Lucélia/2006

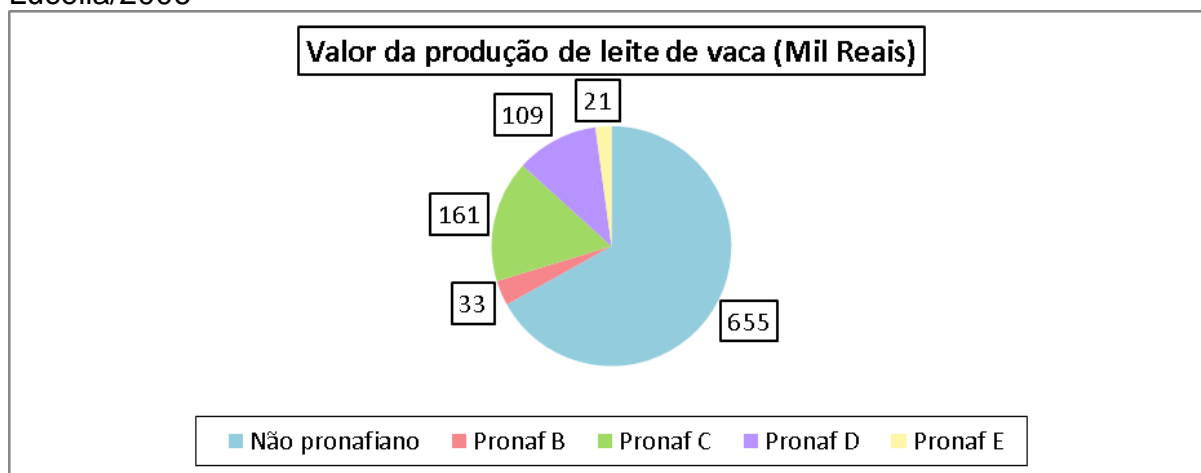
Valor da produção leiteira em Lucélia/2006 (Mil Reais)		
CATEGORIA	Valor (Mreais)	%_Partic.*
Não pronafiano	655	66,84
Pronaf B	33	3,37
Pronaf C	161	16,43
Pronaf D	109	11,12
Pronaf E	21	2,24
TOTAL	980	100

*: Participação de cada categoria sobre o valor total

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3064. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Isso significa que a renda é um importante parâmetro para aferir as interferências provocadas pelas políticas públicas, na viabilização da emancipação econômica para essa categoria. Para melhor visualização, apresentamos o gráfico 9 que dimensiona a participação do leite na formação da renda nas categorias sociais pesquisadas.

GRÁFICO 9: Distribuição da receita da produção leiteira por categoria em Lucélia/2006



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tab.: 3064. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Sintetizamos no quadro 12 as apresentações dos dados coletados no IBGE, de forma a nos possibilitar uma ampla visão sobre as realidades de cada uma das

categorias. Dessa forma, procuramos apresentar elementos que possibilitem entender como os estabelecimentos agropecuários projetam um perfil socioeconômico a partir da produção leiteira.

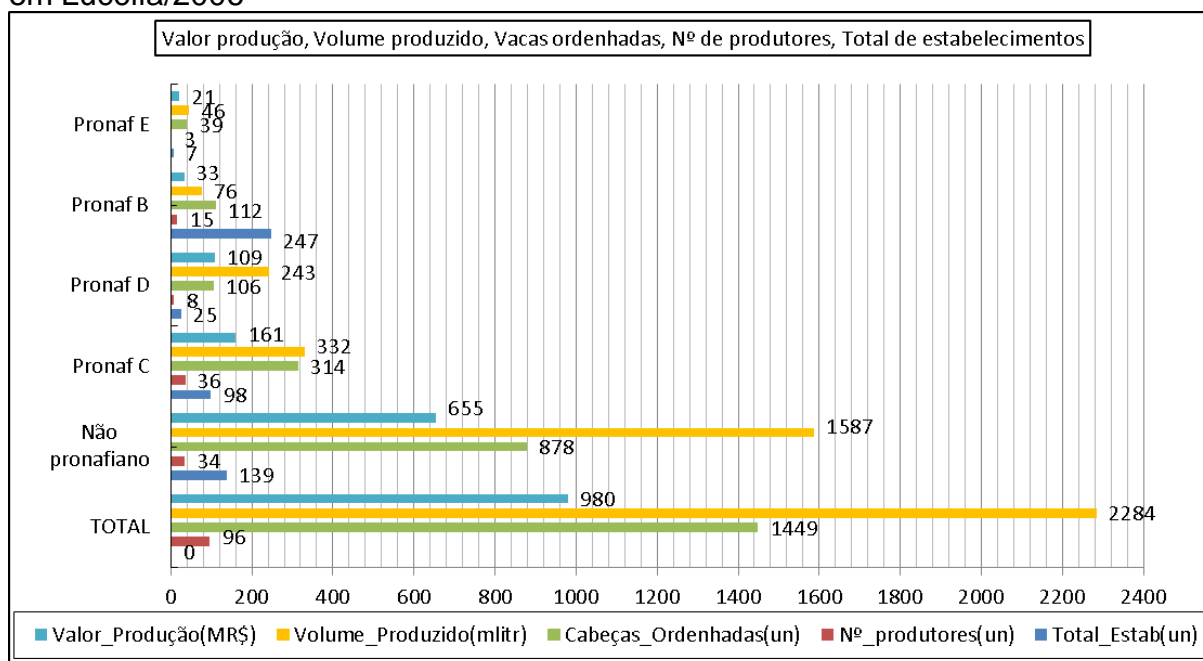
QUADRO 12: Total de estabelecimentos agropecuários, número de produtores, vacas ordenhadas, volume produzido de leite, valor da produção, em Lucélia/2006

Total de estabel., nº de produt., vacas orden., vol. produz.de leite, valor da prod._Lucélia/2006					
CATEGORIAS	Total_Estab(un)	Nº_produtores(un)	Cabeças_Ordenhadas(un)	Vol_Produzido(mlitr)	Valor_Produção(MR\$)
Não pronafiano	139	34	878	1.587	655
Pronaf B	247	15	112	76	33
Pronaf C	98	36	314	332	161
Pronaf D	25	8	106	243	109
Pronaf E	7	3	39	46	21
TOTAL	516	96	1.449	2.284	980

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário 2006. tab. 3064. Org.: Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Os dados demonstram essa diferenciação quando fizemos as comparações entre as categorias, de tal forma que essas classificações foram estabelecidas pelos rendimentos familiares, o que por si só já indica a estratificação do poder econômico que cada uma detém. Quando o Banco nega o financiamento sob a alegação de que as garantias ofertadas pelo camponês Pronafiano B não são suficientes, ele está reforçando o caráter excludente dessa política e promovendo a concentração de renda porque àquele agricultor que tem os bens necessários, portanto melhores condições econômicas vai conseguir o financiamento e ampliar seus rendimentos e acumular mais capital.

GRÁFICO 10: Comparativo entre as categorias nos estabelecimentos agropecuários em Lucélia/2006



FONTE: IBGE – Censo Agropecuário 2006. tab. 3064. Org.: Edson Sabatini Ribeiro, 2018

No gráfico 10 utilizamos o critério do valor da produção para efetivarmos a classificação. Ele possibilitou várias análises, por exemplo, os dados do Censo Agropecuário 2006 aponta a existência de 247 estabelecimentos agropecuários com as características do Pronafiano B, ou seja, 47,87% de todos os camponeses de Lucélia, mas somente 15 dessa categoria, 2,91% produzem comercialmente o leite. Esses números demonstram uma participação muito tímida na produção total.

Porém, contam com a certeza de que o leite estará lá para garantir um rendimento mensal ao camponês, seja por meio da venda direta ao consumidor, seja pela entrega na COLELU, ou àqueles que produzem queijos, ainda que estejam constantemente preocupados com os controles fitossanitários que os ameaçam e inibem a comercialização. Portanto, continuamos afirmando que o leite é um importante fator de geração de renda, apesar da sua comercialização informal não aparecer nos apontamentos dos órgãos oficiais.

Mas também nessa leitura não pudemos deixar de citar que os órgãos públicos de assistência técnica, como a ATER, que deveriam atender a todos, estão sucateados, com defasagem do número de funcionários e obrigados a desempenharem outras funções burocráticas, como foi o caso do engenheiro da CATI que nos atendeu e mostrou o que estava fazendo, ou seja lançando dados no Portal LUPA, quando deveria ter um funcionário administrativo para isso. Não só lá em Lucélia, mas também em Osvaldo Cruz, onde passamos apenas para retirar documentos.

O funcionário que nos atendeu, também nos revelou que aquele escritório deveria prestar assistência técnica, mas nem engenheiro agrônomo tem, considerando que o último se aposentou e ainda não houve reposição pelo Estado. São situações semelhantes de descaso do poder público que nos permite observar que há um relaxamento muito grande na manutenção dessas atividades, prejudicando principalmente os camponeses de menor poder aquisitivo que não podem contratar um profissional particular. Estamos citando apenas a área agrícola que tivemos contato, mas a imprensa veicula diuturnamente casos de abandono em outras áreas.

Colhemos depoimentos de camponeses que afirmam investir o financiamento do PRONAF na compra de gado leiteiro, mas como o valor financiado é baixo, uma das táticas empregadas por esses beneficiados é procurar um gado barato, que significa matrizes de baixa qualidade leiteira, acarretando baixa produtividade e

parcos rendimentos, pois essas limitações dificultam a proposta de emancipação econômica teorizada por Abramovay (1998).

2.7 - PRONAF: posicionamentos críticos a essa política de crédito

O PRONAF, como um programa que busca dar condições para o camponês poder produzir e se manter em seu estabelecimento de forma segura e gerando sua renda, tem recebido críticas. Afloram questionamentos sobre qual o objetivo real desse programa, ressaltando alguns pesquisadores que apontam ser somente um dissimulador das pretensões em tornar o camponês apenas um abastecedor do mercado e inseri-lo em “[...] um processo de produção monocultor e excludente no setor da produção familiar de forma semelhante àquele que ocorreu com a agricultura comercial tradicional em períodos anteriores” (MATTEI, 2005, p. 14).

Para uma vasta parcela dos camponeses, a realidade pouco mudou, pois, o PRONAF acabou privilegiando uma minoria formada principalmente pelos estados sulistas que possuía uma integração muito grande entre o agricultor familiar e a indústria e era inacessível aos camponeses que tinham menor capacidade técnica, pouco conhecimento da burocracia, nenhum acesso ao sistema bancário e carência de informações sobre o programa, principalmente para os camponeses do Nordeste Brasileiro (GUANZIROLI, 2007).

Algumas críticas a esse modelo surgem e são contundentes, apontando que não é de crédito que esses agricultores precisam, mas sim, de políticas sociais. Segundo Guanzirolí (2007), as políticas de crédito e de assistência técnica têm se mostrado caras e os seus resultados são bastante questionáveis, principalmente para aqueles camponeses classificados no grupo B do perfil montado pelo PRONAF. Ele acredita que “[...] esses grupos deveriam ser alvo de políticas agrárias e sociais e não de crédito” (GUANZIROLI, 2007, p. 6).

O foco unicamente na concessão de crédito pode ser um problema e não resolver a questão, pois não é garantia de renda mínima. Ações no sentido de garantir esta renda mínima poderiam ser desenvolvidas em paralelo, conforme questionamentos:

Uma política de crédito focalizada nos setores mais carentes do meio rural poderia ser um contra-senso, já que eles não têm atividade que sustente ou demande esse tipo de política. Seria o crédito o melhor instrumento para

modificar a realidade de exclusão social da agricultura? Qual é o sentido de dar crédito a quem não tem renda monetária? (Guanziroli, 2007, p. 310).

Essa pode ser uma crítica pertinente se ampliarmos o olhar. Desmarais (2013) acredita que um dos grandes problemas para a agricultura mundial, quando visa à exploração efetuada pelos agricultores familiares, é que os mecanismos de controle impostos pela OMC¹⁹ para atender os interesses das transnacionais se aliam à falta de vontade política dos estados para protegerem seus agricultores contra os baixos preços e o protecionismo, via altos subsídios, praticados pelos países ricos e desenvolvidos. Esses países conseguem produzir super safras e forçam a queda dos preços dos produtos nos mercados internacionais, atingindo diretamente a renda desses agricultores nos países em desenvolvimento (DESMARAIS, 2013).

Segundo o entendimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES sobre essa política pública de financiamento rural aos agricultores familiares mais carentes, ela tem o objetivo de elevá-los a patamares de produtividade que os deixem livres da necessidade de serem socorridos pelos recursos públicos, que eles consigam produzir e ter renda suficiente para não mais dependerem do auxílio do governo. Que eles consigam assim, sua emancipação econômica (BNDES, 2017).

Outra análise crítica que se pode abordar acerca da emancipação do camponês, segundo a ótica governamental, vem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na cartilha preparada para o VI Congresso Nacional do MST, há críticas sobre a divisão em categorias proposta pela lei, porque isso sugere ser eficiente ou não. Apresentando os dados do Censo de 2006, são identificados 4,8 milhões de estabelecimentos rurais com área menor que cem hectares, portanto, famílias que supostamente estão nas condições socioeconômicas de camponeses Pronafianos, mas que somente um milhão teria renda agrícola capaz de garantir a reprodução social da família e prover alguma poupança, vivendo do trabalho familiar e, esporadicamente, contratando trabalhadores avulsos assalariados. Essas famílias estão integradas ao mercado, produzindo para a agroindústria (MST, 2013).

¹⁹Organização Mundial do Comércio (tradução livre); define as regras do comércio mundial.

Críticas são importantes para mostrar as deficiências, limites e erros de uma determinada ação. No caso do financiamento do PRONAF às categorias mais excluídas do sistema produtivo agropecuário, surgem várias considerações que também apresentam possíveis soluções. Essa aparente contradição enriquece o debate e deve ser analisada sem estigmatizar nenhum posicionamento ideológico. Trata-se da necessária inteligência para perceber qual formato dará os melhores resultados àquele público-alvo.

Nessa linha de pensamento, Graziano da Silva (2015) externa sua leitura de forma contundente ao afirmar que, políticas de concessão de crédito a quem não conhece em sua plenitude os seus direitos enquanto pessoa humana para ser um cidadão e exercer a cidadania, receber educação e ter bom amparo na saúde, terá resultados desastrosos e está destinada ao fracasso, ainda que essa política esteja travestida de ação social propositiva.

Reforçando o seu entendimento, alega que os pequenos produtores rurais só serão fortalecidos quando houver uma decisiva política de Estado e aponta:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implantado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, deve ser radicalizado, ultrapassando seu viés financeiro e adentrando a luta pelo conhecimento, que leva à verdadeira emancipação. O crédito rural, mal utilizado, pode aumentar a dependência dos agricultores, endividando-os, mantendo uma espécie de clientelismo nas agências do capital. A motivação dos pequenos produtores, através da tecnologia e da organização rural, oferece o conteúdo de uma nova assistência técnica. Isso formata uma política de desenvolvimento rural, acoplada à política econômica (GRAZIANO DA SILVA, 2015, p. 159)

Outro posicionamento interessante desse autor e que se mostra muito coerente, é quando aponta a necessidade fundamental de uma política para a agricultura familiar não desprezar a enorme variedade de cenários rurais no contexto do amplo território nacional, afirmando que qualquer ação governamental que não considerar os vários públicos-alvo e a necessidade de adequar a ação a essas realidades, está fadada ao fracasso, e afirma que "[...] Não há maior pecado na economia rural que desprezar a complexidade do mundo agrário, com seus múltiplos agrossistemas, suas enormes disparidades regionais" (GRAZIANO DA SILVA, 2015, p.159).

Navarro já se coloca em um patamar crítico mais contundente ainda. Para esse autor, os critérios usados na elaboração da Lei da Agricultura Familiar pecou

muito visto que foram usados outros critérios não econômicos. Entende que ao definir que o agricultor familiar deve utilizar predominantemente a mão de obra familiar, e contratar uma pequena parcela esporadicamente priva tanto o produtor, quanto o mercado de trabalho, de se tornarem dinâmicos, considerando a capacidade espantosa de postos de trabalho no campo que podem ser abertos, se o agricultor familiar empregar perenemente essa mão de obra externa à família.

Acredita que se o camponês prosperar vai necessitar de uma força de trabalho que na família moderna já não possui mais as características de tempos remotos, onde o grande número de filhos por família visava essa mão de obra necessária à manutenção da terra.

Arremata esse pensamento criticando o emprego do termo "direção familiar" que consta na lei, porque acredita que todos os estabelecimentos agropecuários são dirigidos pelas famílias, seja ele grande, médio ou pequeno. Sua proposta é de que apenas os critérios econômicos, tamanho do estabelecimento agropecuário e a renda de cada família é que deveriam definir quem pode se beneficiar de um programa como o PRONAF (NAVARRO, 2015).

De igual natureza crítica surgem outras pontuações acerca da Lei da Agricultura Familiar, quanto aos critérios adotados para tipificar o estabelecimento, o agricultor e a origem da renda familiares. Começando pelos estabelecimentos agropecuários que teve como base para sua classificação, o tamanho da área ocupada delimitada em até quatro módulos fiscais.

Pois bem, o tamanho de um módulo fiscal é estabelecido por variáveis que impossibilitam de unificá-lo em uma única proporção, ou seja, ele pode abranger área menor do que 20 hectares quando está próximo de áreas mais urbanizadas, até 400 hectares, medida que é mais comum na região amazônica. Então, é de se perguntar como um estabelecimento agropecuário com 1.600 hectares pode ser considerada familiar? É relevante também destacar que no imaginário popular, o camponês é identificado como o "pequeno produtor", ou seja, aquele que tem um pequeno pedaço de terra, generalizando essa categoria:

No entanto, no caso brasileiro, esse critério respondeu, de fato, a um interesse sindical e foi o resultado de uma bem-sucedida operação capitaneada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), na primeira metade dos anos 1990. O principal objetivo nesse caso, de certa forma, foi "cercar" a base social da Confederação e suas federações e sindicatos, dessa forma se antecipando a uma futura ação

governamental (depois institucionalizada, quando nasceu o PRONAF) e dirigindo majoritariamente qualquer política governamental ao seu próprio público (NAVARRO, 2015, p.174).

Manifestamente são pontos de vista e modo de entender a questão agrária diferentes daquelas adotadas pelos movimentos sociais, mas é necessário conhecer os dois lados de um problema, para se posicionar de maneira consciente. Há razão e coerência em ambos, mas também posições paradigmáticas que são adotadas buscando a prevalência de suas ideias.

Alertas sobre a insustentabilidade do modelo de financiamento agrícola para uma categoria muito pobre, como é o caso do Pronafiano B, traz um questionamento sobre quais são, de fato, as benesses para o conjunto da sociedade como um todo, considerando que a agricultura, seja ela familiar ou patronal, necessita de recursos para ter bons resultados. Surge, então, uma questão social da maior importância, tendo em vista que os bancos não se sentem atraídos em realizar financiamentos a uma categoria que tem, em tese, um alto risco de inadimplência e baixo retorno (MAIA; PINTO, 2015), ficando majoritariamente mesmo com o governo a responsabilidade de oferecer ao sistema financeiro, as garantias para atrair a participação, pois:

Visto que as taxas de juros do crédito Pronaf podem ser insuficientes para a cobertura dos custos de operacionalização do Programa (que envolvem custos de captação de recursos, tributários e operacionais), o Pronaf só é viável porque a Secretaria do Tesouro Nacional – STN (Ministério da Fazenda) arca com a diferença entre as receitas e os custos do Programa, por intermédio de um procedimento conhecido como “equalização de encargos financeiros”. A STN define, a cada ano, para os distintos grupos do Pronaf, os montantes máximos passíveis de equalização para cada fonte de recursos: essas informações são divulgadas nas Portarias de Equalização da STN/MF (MAIA; PINTO, 2015, p.9).

No caso da lei estipular que a renda familiar deve ser formada com predominância nas atividades desenvolvidas no próprio estabelecimento, uma parte considerável de autores entendem que é uma limitação à própria expansão do nível de ganho da família:

Não obstante ser uma variável essencialmente econômica, a justificativa para esse critério, de fato, não se sustenta sob nenhum argumento econômico razoável. As experiências de sociedades onde a agricultura mais se desenvolveu indicam, pelo contrário, que as famílias rurais ampliaram as suas chances de prosperidade exatamente quando alguns de seus

membros diversificaram suas atividades, seja o trabalho não agrícola ou, até mesmo, quando ocuparam formas de trabalho não rurais, embora continuassem residindo com a família em áreas rurais. Tem sido assim em todas as regiões de diferentes países onde a prosperidade rural foi alcançada (NAVARRO, 2015, p.178).

Encaixamos todos esses argumentos dentro da realidade que vivenciamos com as entrevistas dirigidas aos camponeses. Grosso modo, podemos afirmar que as duas formas de ler o quadro atual da agricultura familiar tem suas razões e contrapontos, sendo indiscutível que a variável “módulo fiscal” adotada no dimensionamento das áreas, sofre distorções dentro de um território tão vasto como é o caso brasileiro, mas a uma família que está na condição de Pronafiano B, cuja renda bruta anual está definida em R\$ 23.000,00, ou cerca de R\$ 1.916,17 bruto mensal, o tamanho de sua área não é o fator mais importante para conseguir a tão almejada emancipação.

Neste caso, seria muito mais produtivo se ele tivesse garantia de acesso ao mercado e a segurança de preço mínimo para colocar seus produtos. Da mesma forma, o acesso ao crédito sem tantas barreiras impostas pelo banco, e uma assistência técnica, de fato, que o aproxime de um plano de manejo do solo e indique as culturas mais apropriadas para o tipo de solo de seu sítio, entre outras práticas, com certeza, isso seria muito importante para o seu crescimento.

Baseando-se em nossos trabalhos de campo, podemos contestar parte dessa argumentação afirmando que mesmo o PRONAF sendo destinado ao segmento dos camponeses mais excluídos, nem todos que se encaixam neste perfil têm acesso ao crédito. Discordamos de alguns desses críticos, considerando o viés político direcionando a produzir para o mercado que adotam para suas análises, o que nem sempre coadunam com o nosso entendimento e ponto de vista político acerca da necessidade de um apoio efetivo para o desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 3

3 - ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Todas as discussões teóricas e vivências neste trabalho nos direcionam para a Geografia, dado que ela proporciona uma visão holística que permite abordar o nosso objeto de estudo em múltiplas escalas, o acesso ou não a uma política pública de financiamento agrícola destinada ao camponês mais pauperizado, o Pronafiano B, possibilitando um encadeamento de causas e efeitos multidimensionais que se manifestam em escalas diferentes e extrapolam a realidade do lugar, embora suas interferências estejam presentes nele.

Destarte, é no espaço que serão executadas as políticas públicas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social. A partir do território, um conjunto de atividades elaboradas pelos homens interfere e remodela suas relações, promovendo o surgimento de realidades novas.

Porquanto, discutiremos o espaço geográfico, o território e o desenvolvimento segundo Milton Santos, Moreira, Ratzel, Raffestin, Fernandes, entre outros, buscando sua conceitualização que embasará a análise sobre o município de Lucélia. Desejamos assim, mostrar que dentro deste território, as relações sociais provocam uma contínua disputa por poder que, por sua vez, impele os sujeitos a conviverem em permanente conflito na busca por soluções.

Milton Santos afirma que “[...] o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que não podem ser considerados isoladamente, em razão de que é por meio desse quadro único que se constrói a História” (SANTOS, 2006, p.39). Isso permite reconhecer as diversas realidades que, por sua vez, faz surgir os recortes espaciais. Entre eles está o território e a escala que são empregados para analisá-los. Concomitantemente, se desenvolve a constituição do meio entre a tecnosfera e a psicofera, ou seja, a manifestação material do acúmulo de conhecimentos resultando em fixos e fluxos que, juntos, compõem a configuração peculiar a cada lugar. Para ele, o território é um conjunto de lugares e as escalas que são empregadas para o seu recorte, mostram a realidade de cada lugar e as práticas que lhes são inerentes, sempre observando o espaço/tempo em que ocorrem (SANTOS, 2006).

Na concepção de Moreira (1986), o binômio espaço e trabalho são a forma e a essência da Geografia, nessa conformidade, articulados, formam o espaço geográfico, em uma relação de aparência e essência. É por meio do processo de trabalho organizado, portanto da divisão social do trabalho, que o espaço geográfico se materializa. Assim, “[...] o processo de trabalho é a transformação da natureza em produtos úteis aos homens. Produzem-se meios de subsistência e meios de produção que se destinam a reproduzir homens vivos, isto é, a manter os homens vivos” (MOREIRA, 1986, p.86-87). Ao se aprofundar na busca por entender como o homem organiza o espaço natural e cria o espaço geográfico, propõe a existência de dois grupos espaciais que são organizados pela sociedade: o espaço organizado socialmente com base agrícola e o espaço organizado socialmente com base industrial (MOREIRA, 2015).

Uma das atividades que sofreram intensas investidas no seu processo de produção foi a agricultura. Com o surgimento dos insumos químicos e das máquinas que executavam muito mais eficientemente o trabalho braçal humano, o campo foi se tornando uma fonte de renda para a indústria, ao mesmo tempo em que ele foi ficando dependente dos equipamentos produzidos nas cidades.

O resultado dessa evolução foi um processo intenso de expulsão do homem do campo para as cidades, formando um enorme exército de mão de obra ociosa, o que só piorava a situação do proletariado, pois o material humano para a reposição na indústria era abundante. Foram dois processos interdependentes e concomitantes que provocou o esvaziamento do campo e o inchaço populacional das cidades: a necessidade de braços para trabalhar na indústria, e o interesse de transformar o campo em um consumidor dos produtos industrializados. Dado o elevado número de pessoas deslocadas para o meio urbano e a rapidez que isso aconteceu, a cidade não conseguiu se preparar para oferecer boa infraestrutura, provocando uma queda acentuada nas condições de vida dos cidadãos (HUBERMAN, 1981; GUZMÁN; MOLINA, 2013).

No Brasil também houve um processo de expulsão do homem do campo que, além dos fatores de modernização trazidos pela dita “Revolução Verde”, agregou as prerrogativas do Estatuto do Trabalhador Rural, que concedeu direitos e encarecia a mão de obra fixa, provocando reação na classe empregadora, assim explicado:

a acelerada modernização tecnológica, com base nos subsídios e incentivos fiscais, provocou um processo intenso de expulsão dos trabalhadores das fazendas e, portanto, de perda dos direitos. O novo tipo de trabalhador rural

que passou a ter, nesse contexto, seu crescimento intensificado foi o temporário (“volante”, “bóia-fria”, “clandestino”), que não tinha acesso a qualquer direito trabalhista, uma vez que a Lei nº 5.889/73 definia como empregado aquele que prestava serviço de natureza não-eventual (LAMARÃO; MEDEIROS, n.p., 2009).

Moreira (2015) partilha da mesma opinião de outros autores ao afirmar que foi por meio da agricultura que o homem começou a organizar o espaço natural, criando as sociedades rurais. Inicialmente de forma muito rudimentar, mas que foi se estruturando, produzindo excedentes e possibilitando o surgimento de outras atividades que não estavam ligadas à agricultura. A estratificação social, portanto, também foi um processo evolutivo e concomitante possibilitado pelo surgimento da agricultura.

Semelhante concepção também é defendida por Ratzel que afirma ter havido movimentações contínuas entre as populações, as quais se expandiam por fronteiras ou espaços vazios, tornando-se movimentos externos quando um novo pedaço de terra era ocupado, e o grupo se territorializava, ou quando esse grupo abandonava uma possessão anterior (RATZEL, 1990).

A Revolução Agrícola do Neolítico foi a engrenagem mais eficiente no desenvolvimento do processo civilizatório, na medida em que ela começou, de um lado, a libertar o humano da necessidade de mudanças constantes na busca de alimentos, sedentarizando-os. Após dominar o processo de produção de seu próprio alimento, outras necessidades vão surgindo provocadas pelo aumento populacional na aldeia, ou pelo ímpeto da conquista de outras aldeias e ampliação da dominação territorial.

Por outro lado, possibilitou a configuração de novas formações socioculturais na medida em que a agricultura produzia alimentos em quantidade suficiente para liberar uma parte da mão de obra utilizada em sua execução, para que ela desempenhasse outras funções diversas da agricultura. Essa realidade proporcionou, ao longo do tempo, a aglomeração de humanos que muito mais tarde desencadeou outra revolução: a urbana. (MENDRAS, 1978; RIBEIRO, 1978; KAUTSKY, 1980 [1898]; HUBERMAN, 1981; LAMARCHE, 1993).

A outra forma de constituição social proposta por Moreira (2015) é aquela que criou o espaço organizado das sociedades com base industrial. Seu grande diferencial das sociedades agrícolas está na dinâmica em relação ao tempo e ao espaço. Enquanto nas sociedades agrícolas, a produção obedece ao tempo da

natureza, nas sociedades de base industrial, o tempo está organizado pela sociedade, voltado ao processo produtivo que, inclusive, “[...] se sobrepõe a todas as formas de espaço agrícola no tempo, industrializando-as e a todos os pedaços de espaço do planeta” (MOREIRA, 2015, p.108).

Discordamos em parte dessa afirmação de Moreira, quando ele diz que em sociedades de base industrial a organização do tempo está *suleada*²⁰ pelo processo produtivo o qual, por sua vez, está sobreposto em todas as formas de se praticar a agricultura, considerando que na agricultura, conforme Kautsky (1980, [1898]) já afirmava, o tempo segue o ritmo da natureza onde o homem nada ou quase nada pode fazer e o capital não pode acelerar esse modo de produção.

A natureza tem seu próprio tempo e necessidades totalmente diferentes do tempo do homem, do tempo social. Ela não considera a marcação do tempo em dias santos, semanas, feriados, ou quaisquer outras formas que o homem cria para permitir ao seu corpo um descanso que recomponha suas energias, sua força física para continuar o trabalho.

De acordo com as ponderações feitas por Kautsky, a agricultura é um labor que exige cuidados constantes, mas não permite a mesma extração da mais-valia que a indústria possibilita, porque após o plantio, o uso da mão de obra no acompanhamento do seu desenvolvimento até o momento da colheita é mínimo.

Não é possível ao homem acelerar o crescimento das plantas, pois há um tempo demandado pela natureza sobre o qual, ele não consegue interferir para aumentar a produção, ou seja, todo investimento feito no campo chega a um momento que fica parado. As máquinas, os silos, os meios de transportes, o emprego mínimo da mão de obra ficam parados até o momento de iniciar a colheita. Inclusive a mão de obra fica liberada para ser empregada em trabalhos executados fora da propriedade, o que ajuda a reforçar os ganhos do camponês (KAUTSKY, 1980 [1898], p. 94, 95).

Não é prudente desconsiderar as realidades no tempo e no espaço quando queremos estabelecer a ocorrência de semelhanças. Condições próximas às estudadas por Kautsky no final do século XIX, encontramos em nossas pesquisas no

²⁰ Em 1991, o físico brasileiro Marcio D’Oliveira Campos publicou o texto “A Arte de *sulear-se*”, no qual, pela primeira vez, fez menção aos termos “*sulear-se*” e “*suleamento*”. Nessa publicação, Marcio Campos questiona a demarcação de certos espaços e tempos, períodos e épocas da História Universal e da Geografia que foi imposta pelos países considerados centrais no planeta, com o emprego do termo “*nortear*”, porque esses países se localizam no hemisfério norte.

município de Lucélia. À vista disso, pudemos observar que mudou a época, o local, as realidades. Permaneceram certas condições de produção no campo postas para o pequeno camponês, por exemplo: o acesso ao financiamento e às novas tecnologias. Ainda que tenha havido grandes progressos tecnológicos que estabeleceram padrões de produção bem mais adiantados, mas o tempo demandado pela natureza permanece muito próximo das observações de Kautsky.

Divergimos também das afirmações de Moreira (2015) quando ele refere à industrialização se impondo nos espaços agrícolas, pois na maneira expressada nos leva a crer que todo o campo está produzindo com o uso das máquinas, e sabemos que a realidade não é essa. As mudanças significativas, nesse sentido, advieram com o melhoramento pelas manipulações genéticas das sementes, novas técnicas de plantio que encurtaram o tempo de produção, ainda que minimamente, mas, mesmo assim, a ociosidade em determinado momento da cadeia produtiva agrícola força a adoção de outras práticas, às vezes não agrícolas, às quais o camponês precisa se submeter. No entanto, o acesso a essas tecnologias para o camponês Pronafiano B é extremamente dificultada, quando não impossibilitada

Por exemplo, no interior paulista há áreas que empregam alta tecnologia na produção agrícola. Geralmente são os estabelecimentos agropecuários envolvidos com a produção das *commodities*, cujo acesso ao financiamento de máquinas modernas é incentivado pelo Estado para conseguirem manter a produção dos enormes volumes. Para esses agricultores, grandes feiras tecnológicas são promovidas, com a participação dos bancos e das indústrias, como é o caso da “Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação Agrishow”, que terminou recentemente e foi sediada no município de Ribeirão Preto, uma das mecas do agronegócio paulista, que contou até com a presença do atual presidente do Brasil, com total apoio do governo paulista, via Secretaria da Agricultura, a qual justificou a feira dizendo:

As exportações do agronegócio paulista alcançaram US\$ 15,88 bilhões em 2015, o que representa 18% das exportações de produtos do agronegócio brasileiro. A agroindústria paulista também se destaca pela estreita observância aos regulamentos e normas sanitárias, ambientais e trabalhistas, fundamentais para a inserção e comercialização de produtos nos mercados consumidores nacional e internacional. A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sediada em São Paulo, é uma das maiores bolsas operando com commodities agropecuárias (SECRETARIA DA AGRICULTURA/SP, 2019, n.p.).

Mas nem toda a agricultura praticada nos municípios paulistas é um primor de industrialização. Nos estabelecimentos agropecuários que praticam a agricultura familiar, a exclusão ao acesso dos financiamentos públicos obriga o camponês pobre a adotar outro modo de produção. Encontramos em nossas visitas vários sítios onde não existe nenhum equipamento industrializado como tratores, grades, arados, ou quaisquer outros implementos que poderiam ser empregados pelo camponês para facilitar o seu trabalho.

Também encontramos estabelecimentos agropecuários familiares com algum equipamento, porém não são novos e nem são dotados de tecnologia de ponta. Nesse estrato produtivo há agricultura “industrializada”, mas são formas menos industrializadas. É uma questão de modelo. A agricultura de base familiar tende a ser menos industrializada, enquanto o produtor de *commodities* é compelido a investir e tem à disposição as mais avançadas tecnologias. Por meio da tabela 9 podemos observar a disparidade nessa realidade.

TABELA 9: Número de estabelecimentos agropecuários com máquinas e equipamentos em Lucélia/2006

Estabelecimentos agropecuários com máquinas e equipamentos em Lucélia/2006			
CATEGORIA	Estabelecimentos(un)	Veículos, tratores, máquinas, implementos, outros(un)	%*
Não pronafiano	139	74	53,23
Pronaf B	247	67	27,13
Pronaf C	98	63	64,29
Pronaf D	25	13	52
Pronaf E	7	4	57,14
Total	516	221	

* Relação entre posse de bens nos estabelecimentos em cada categoria

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Tab.: 3304. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Essa tabela indica a desproporção na posse dos bens técnicos que contribuem para melhorar a produção. Percebemos que o Pronafiano B é aquele que, proporcionalmente, sofre maior privação no acesso aos meios de produção que poderiam lhes dar melhores condições de produzir mais e com melhor qualidade. Uma realidade que nos foi permitida conferir *in loco* pelos nossos trabalhos de campo.

A título de exemplo: ao visitarmos o estabelecimento rural do entrevistado I, o encontramos com uma enxada nas mãos trabalhando a terra. Durante a nossa entrevista perguntamos se ele tinha algum maquinário para ajudá-lo nos trabalhos e a sua resposta foi de que “[...] eu não preciso de máquinas, só com a enxada eu

toco o sítio”. Ainda que consideremos ser uma enxada o produto da industrialização do ferro, mas é um equipamento básico, simples e com pouquíssima tecnologia.

Fatos semelhantes foram observados por nós em vários dos estabelecimentos rurais de Lucélia que visitamos, todos eles com perfil de Pronafianos B, segundo o programa do Microcrédito Rural. A presença de equipamentos produzidos pela indústria como os tratores, implementos agrícolas ou processos produtivos operando e tornando sob o ponto de vista econômico a produção mais rentável e atrativa, não acontece de modo generalizado nos estabelecimentos agropecuários por nós visitados, conforme demonstrado na tabela 9 (p.140).

Ratzel entende que o território é a materialização do poder no espaço, considerando o espaço como a base indispensável para a vida. O território é resultado de lutas entre o homem e o meio pela sobrevivência, e entre os homens como disputa por poder. Ao se apropriar de uma determinada parte da superfície terrestre, o grupo humano qualifica o território, dominando outras espécies animais e vegetais, tomando posse do território e atribuindo uma identidade a esse grupo, aonde a comunidade irá se desenvolver social e tecnologicamente. O crescimento desse território fortalece o Estado, e segue até o limite imposto por outro Estado (RATZEL, 1990).

Raffestin apresenta o território como uma construção humana que parte do espaço. Ensina que espaço e território não são as mesmas coisas, mas que estão contidos em ambos, o território existe no espaço e a partir dele. O espaço é “[...] a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Entende que o território e todas as ações desenvolvidas pelas classes sociais é a expressão de um campo do poder, e que qualquer representação no espaço é um controle, ainda que somente esteja limitado por um conhecimento, visto que revela as intenções dos agentes envolvidos e as formas das relações sociais (RAFFESTIN, 1993).

Fernandes (2008a) compreende que o território não é somente um espaço de governança, onde os territórios podem ser tipificados, atribuindo-lhes significados por meio de uma relação de poder que deve ser constantemente debatido. O território é a fragmentação do espaço e está repleto de intencionalidades e interesses que o definem como concreto, abstrato, material e imaterial, conforme os interesses das classes sociais e instituições que o dominam. Ele nos alerta que o

governo e as agências multilaterais não consideram as conflitualidades existentes dentro de um território, o que provoca a impossibilidade de uma análise multiescalar apontando que há uma ordem que vai da escala do local até a internacional (FERNANDES, 2008a).

Desenvolvendo mais essa visão analítica, esse autor considera que a realidade tem múltiplas dimensões e que essa multidimensionalidade permite entender o espaço como sendo o produtor e, ao mesmo tempo, o produto, o sujeito e o objeto caracterizando a indissociabilidade entre espaço, tipo e ação, porque são inseparáveis (FERNANDES, 2008c).

Como é possível perceber, esses pensadores apontam atributos ao território que se complementam, os quais ampliam as possibilidades de analisá-lo e entender melhor que é no território que se materializa a ação humana, e o torna tão complexo quanto maior for o desenvolvimento de uma sociedade, os conflitos nas disputas pelo território e o poder político, econômico, militar ou tecnológico que cada classe social detém.

Na análise mais pormenorizada sobre a produção do território, Fernandes apresenta sua concepção sobre os tipos de territórios que são produzidos em escalas variadas. Assim, a constituição de um Estado ocorre no território que, grosso modo, é o espaço de governança. Ele define esse espaço como sendo o primeiro território que pode ser lido na escala internacional, nacional, regional, estadual, municipal. É na escala municipal como primeiro território, onde surge o segundo território que se configura por meio da divisão territorial em lotes, os quais podem ser privados capitalistas ou privados não capitalistas (FERNANDES, 2008b).

Sendo assim, Fernandes afirma que:

O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Os estados, províncias, departamentos, município são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas dos espaços de governança. As propriedades também são frações do primeiro território, mas compõem o segundo território. Esta classificação tem como referências as relações praticadas pelas classes sociais. Elas produzem e organizam diversos territórios configurando o primeiro território. A eliminação da propriedade privada não elimina o segundo território. Mesmo em países onde a propriedade individual – familiares pertencem ao Estado, há um território – propriedade. A relação entre primeiro e segundo território é intrínseca (FERNANDES, 2008a, p.207).

Preocupamo-nos com a questão da tipologia dos territórios pelo motivo dela fazer muito sentido em razão do uso indiscriminado da palavra "*território*" nas mais

variadas situações, quase sempre sem se ter conhecimento do que representa o território. Vamos tentar clarificar nosso ponto de vista apresentando uma das realidades que vivemos em nossas entrevistas. Foi quando conversamos com o entrevistado G que possui uma área total de seis alqueires (14,52 ha). Ele fracionou o estabelecimento agropecuário deixando dois alqueires (4,84 ha) na parte frontal reservado para o lazer, mas não é o seu lazer e sim, uma área que ele preparou com muito cuidado e que ficou bastante aprazível, e aluga para festas de final de ano, confraternizações ou deleite de grupos de pessoas que queiram ter um contato maior com a natureza.

Ali, não há requintes de conforto, mas a instalação disponibiliza os meios necessários para as pessoas terem certa comodidade e se sentirem em um ambiente mais rústico, “se sentirem na roça”, conforme ele disse. Em suas palavras, “o pessoal gosta de vir aqui e eu consigo uns bons trocados que ajuda nas despesas da família.” A outra área de quatro alqueires (9,68 ha), ele destinou para a criação de gado, onde fez pastagem e plantou cana em uma área menor para fazer silagem para o gado.

Contudo, antes de implantar esse novo uso do território de seu estabelecimento agropecuário, ele disse que participou de uma política pública – o PAA, sendo inclusive elogiada por ele, mas fez uma denúncia de situações impostas por pessoas que eram responsáveis de serem o elo entre o produtor e o consumidor. Todavia, ele também tentou se servir de outra política pública – o PRONAF, que lhe foi negado sob a argumentação de que sua renda não seria suficiente para assumir a dívida.

3.1 - As relações de poder na configuração do território

À medida que amplia o volume de pessoas beneficiadas pelas políticas públicas, o Estado amplia seu poder e força de influência sobre essa camada da população. É necessário, pois, fazermos uma pequena reflexão sobre o poder, mais precisamente sobre o poder político que se fortaleceu na decisão do Estado em criar uma ordem jurídica, para disciplinar o acesso ao crédito agrícola a um estrato social que não tinha essa perspectiva. Logo, a incorporação de um novo público ao crédito rural possibilitou o governo atingir um número maior de pessoas e estabelecimentos desse estrato social, expandindo seu território de ação, controle e poder.

Segundo Arendt, o poder resulta da capacidade humana, não somente de agir ou de fazer algo, como unir-se a outros e atuar em conformidade com eles. O fenômeno fundamental do poder não consiste na instrumentalização da vontade alheia para os próprios fins, mas na formação de uma vontade comum, numa comunicação orientada para o entendimento recíproco:

Se o poder fosse algo mais que essa potencialidade da convivência, se pudesse ser possuído como a força ou exercido com a coação, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções, a onipotência seria uma possibilidade humana concreta. Porque o poder, como ação, é ilimitado; ao contrário da força, não encontra limitação física na natureza humana, na existência corpórea do homem (ARENDR, 2007, p. 213).

Mas, o poder também sofre ameaças quando essa maioria se une e exerce sua força, conforme a análise que Arendt faz. Assim, a autora mostra sua forma de entender e ver a configuração do poder como uma possibilidade de convivência entre os homens. Isso oportuniza nos posicionarmos pela concordância em relação a esse entendimento, tomando como exemplo a reunião que fomos convidados a participar entre o Sindicato Rural e trinta e seis agricultores familiares que estiveram presentes.

Em conversa mantida com o presidente do Sindicato, ele nos disse que a reunião estava marcada para fazer a apresentação de uma empresa que vende planos de saúde e que o interesse do Sindicato em promovê-la estava baseado na preocupação com a saúde dos camponeses sindicalizados, dado a faixa etária mais avançada em que a maioria se encontra. A reunião teve início com as apresentações de praxe, sendo concedido a oportunidade de nos apresentarmos e explicarmos sobre a nossa pesquisa, e aproveitamos o momento para pedir a todos que quisessem participar que nos procurasse ao findar a reunião.

Na sequência, o assunto foi o plano de saúde que, no nosso entendimento, despertou pouco interesse nos presentes. Transcorrida essa primeira fase foi dada a palavra a quem quisesse se manifestar ou se interessava em adquiri-lo. Não mais do que quatro pessoas falaram o que acharam sobre a proposta, mas sem demonstrarem intenção na aquisição daquele produto, o que nos chamou a atenção dado o fato de que a plateia era totalmente formada por agricultores com idade acima dos cinquenta anos, posteriormente essa nossa observação foi confirmada pelo presidente do Sindicato Rural.

Todavia, bastou um presente manifestar seu descontentamento sobre a assistência que o Sindicato vinha prestando em relação à produção no campo, que as manifestações de insatisfação foram se avolumando, tomando o rumo de cobrança e posicionamento acerca de providências vinculadas à produção, mas também à segurança dos proprietários, o que levou o presidente a prometer encaminhar a reivindicação em sua próxima reunião com seus superiores.

Contudo, o poder também promove a defesa de interesses atrelados à dominação territorial, de tal forma que os grupos que estão disputando o poder pela hegemonia sobre determinado território, tendem a utilizar-se de qualquer subterfúgio que possa lhes favorecer. Esse poder de interferir na configuração de um território é disputado também pelos movimentos sociais que buscam a emancipação econômica e a sua reprodução social. Daí a legitimidade das lutas por uma reforma agrária que promova o partilhamento territorial, dando a esses movimentos a oportunidade de contribuírem para a construção de um tecido social que possibilite melhor distribuição das riquezas produzidas.

Andrade (1998) alerta sobre a necessidade de não se deixar enganar por falsas “verdades” que são aventadas de tempos em tempos, por interesses dos mais variados, inclusive se estabelecendo nos meios sociais e defendidas como verdades supremas. Nessa perspectiva, as forças que disputam um território são capazes de empregarem quaisquer meios com o objetivo de aumentar seu poder, exemplificando que em meados do século XX o poder econômico, como uma força política, já se manifestavam com:

[...] as empresas motrizes controlando instalações e explorações em áreas as mais diversas do globo, eram muitas vezes mais importantes que as nações e o próprio Estado. Este fato é hoje comprovado com o processo de mundialização da economia, fazendo esmaecer a importância das fronteiras políticas e diminuindo a importância da soberania dos Estados. E a perda da influência e de expressão dos Estados é bem testemunhada com a desintegração da União Soviética [...] (ANDRADE, 1998, p.214).

Portanto, a ideia de poder está diretamente ligada à ideia de território ou gestão de uma determinada área, seja inerente ao poder público ou privado, seja ao poder corporativo que tem as grandes empresas as quais se estabelecem por várias áreas, mesmo sendo ao custo de se sobreporem às fronteiras políticas, enfraquecendo o Estado enquanto agente detentor do poder econômico e político (ANDRADE, 1998).

Segundo o entendimento de Castro (2005), há uma relação conflituosa entre quem exerce o poder e quem a ele tem que se submeter, sendo o território o meio em que vão ser desenvolvidas as estratégias que possibilitarão o exercício do poder. Assim, o poder acumula a probabilidade de um grupo social impor sua vontade sobre o outro, mas também há a possibilidade da não aceitação do submisso às regras impostas, a existência da resistência. Para a autora “[...]. O poder é, na realidade, relacional, não deve ser confundido com influência e ele incorpora a capacidade de estabelecer sanções” (CASTRO, 2005, p. 97).

Castro (2005) também afirma que ao conceituarmos o poder, jamais devemos esquecer que ele exige a ação, a capacidade de agir, seja em relação aos grupos sociais, seja em relação às coisas ou objetos que se pretende estabelecer. Para a autora, o poder político tem a capacidade de aproximar dois polos opostos, que é a sua forma despótica e a autoridade. Entende que o poder político é capaz de usar essas duas formas na busca do bem comum, criando assim um verdadeiro espaço público amparado pelo consentimento coletivo, buscando o bem comum e afastando as pretensões do bem privado por parte de quem exerce o poder político.

Não foi o caso recente das concessões dadas pelo governo Temer aos ruralistas em detrimento da agricultura familiar, e que foram citadas na entrevista de Entrevistado J, um representante do MST no Assentamento Gleba XV, localizado entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha, prejudicando enormemente o camponês. Esse governo usou o poder para efetivar cortes substanciais em algumas políticas públicas de grande importância, como o PAA, uma política realmente promotora de condições necessárias à permanência desse segmento produtivo no campo.

O nosso entrevistado J disse:

[...] nós mexemos na atualidade com o PAA, que é um programa que o governo que entrou (Temer) está acabando. Nós trabalhava com o PAA, agora nós não temos o PAA e nem tem previsão de ter o PAA, porque o orçamento do governo federal para o PAA, neste ano é de três milhões de Reais, uma vergonha! Em 2014 e 2015 foi cinquenta milhões para o Estado de São Paulo. Este ano, para o Estado de São Paulo é de três milhões de Reais. Dá para atender 39 entidades porque ainda são em torno de 10 a 15 famílias. Se as pessoas tivessem colocado 40 famílias, iria ter em torno de 10 CNPJ, de dez associações ou cooperativas. Então, o PAA é uma das frentes que a nossa associação vinha trabalhando com muita força. Agora diminuiu (ENTREVISTADO J, liderança do MST no Assentamento Gleba XV, em entrevista concedida no dia 03/08/2017, Apêndices).

Não é só o depoimento de um membro do MST que corrobora nossa alegação quanto ao uso do poder político em benefício de determinada classe social, reverberando negativamente em outra, nesse caso, o camponês Pronafiano B. Em outra das nossas entrevistas, o camponês entrevistado D fez seu desabafo contundente ao estender sua mão na direção de uma área plantada com mandioca, que ele já tinha intencionado a entrega para o PAA e disse:

[...] mas veja esta plantação de mandioca, ela vai para o gado porque o governo diminuiu muito a verba desse programa e as compras praticamente foram encerradas. Ainda bem que eu tenho o gado e posso alimenta-los com isso, senão, eu perderia tudo, ou teria que dar a um intermediário porque eles sabem da situação difícil do agricultor e oferecem o mínimo, quase não paga nem o trabalho da colheita, mas é assim, se quiser pega senão... Olha o meu caso, se eu tivesse pegado um financiamento para plantar a mandioca. Vem esse governo e corta as verbas, pára as compras e não quer saber do agricultor se ele tem dívidas ou não, vira as costas e você que se resolva. É muito descaso com o agricultor (Entrevistado D, em 26/03/2018, Apêndices).

O que está ocorrendo atualmente com as políticas públicas de financiamento e manutenção da agricultura familiar terá reflexos muito negativos na alimentação de milhões de brasileiros. Isso já podemos observar nos supermercados, em que o preço dos produtos agrícolas sofreram aumentos escabrosos, situação denunciada pelo agrônomo Luciano Mansor de Mattos, pesquisador da Embrapa e autor de um estudo sobre as consequências da austeridade sobre o segmento mais pobre no campo:

O desmonte das políticas para a agricultura familiar, iniciado com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário assim que Temer assumiu, seguiu com o fim da Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao INCRA, e atingiu ainda programas como os Territórios Rurais, Territórios da Cidadania, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, Programa Nacional de Reforma Agrária, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Programa Cisternas e Minha Casa Minha Vida Rural. As políticas destinadas ao financiamento e crédito da atividade de agricultura familiar também foram afetadas após o impeachment de Dilma Rousseff. Pela primeira vez, o Plano Safra da Agricultura Familiar (criado no primeiro governo Lula) terá estagnação orçamentária, em 2018/2019, e o crédito rural do PRONAF apresenta queda de 21% em relação à safra 2016/2017 e de 37% em comparação à safra 2017/2018 (MATTOS, 2017, n.p.) .

É nessa realidade que há uma confluência entre a teoria e a prática. Kautsky (1980 [1898]), no final do século XIX já apontava a existência dos conchavos entre a classe política, as oligarquias rurais e o sistema financeiro pela preferência na

concessão dos financiamentos de valores maiores, ou para proprietários que tinham garantias para oferecer ao banco, ou tinham fortes laços políticos, ou até mesmo exerciam a política.

3.2 – Paradigmas: disputa ideológica pelo território e poder

As disputas por um território ao qual se pretende desenvolver exigem um conjunto de ideias, conceitos, explicações e convencimentos para se efetivar, as quais são materializadas por meio das políticas públicas, na maioria das vezes defendendo os interesses do grupo que controla o poder.

Principiando pela perspectiva de que a construção de um paradigma tem como base a aceitação dos argumentos defendidos em uma teoria, transformando-a em um paradigma não há, implícita ou explicitamente, a necessidade dele oferecer uma explicação completa para todos os casos conhecidos de uma determinada realidade. Kuhn assevera que, “[...]. Para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada” (2013, p.80).

Outra leitura sobre a disputa ideológica pelo território e pelo poder que existe entre o agronegócio e o campesinato está na produção de seus paradigmas. As disputas paradigmáticas que são produzidas pelas partes interessadas (*stakeholders*), visam manter o controle sobre os territórios para aplicar seus modelos de desenvolvimento. Ambos têm o perfeito entendimento sobre o que são. Fernandes assim descreve a compreensão dos dois sujeitos:

Para as organizações do agronegócio e para o Ministério da Agricultura, o agronegócio é uma totalidade composta pelos sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico que contêm todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, o agronegócio e o “agronegócinho”. Para a Via Campesina, o agronegócio representa as corporações capitalistas que constituem um conjunto de sistemas para a produção de commodities, por meio do monocultivo em grandes escalas, principalmente para exportação, enquanto os camponeses organizam sistemas baseados na diversidade, pequena escala e mercado local, formando portanto, outra lógica (FERNANDES, 2014, p. 62).

Sendo assim, paradigmas são “[...] conjuntos de regras, explicações ou formulações, completos ou incompletos, que goze de unanimidade ou não. Um conjunto de diferentes teorias em suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação” (KUHN, 2013, p.61).

Em Lucélia, há uma disputa pelos territórios entre os dois modelos de agricultura, ou seja, a monocultura canavieira de um lado e, por outro lado, a agricultura familiar que produz alimentos para a população. Neste município, a realidade camponesa de limitações financeiras vividas pelos Pronafianos B, é frequentemente confrontada com as investidas do capital com ofertas de arrendamento para ampliar o espaço agroindustrial ocupado pela usina Bioenergia do Brasil de processamento de cana, conforme nos disse o entrevistado F. Os dois paradigmas que estão em disputa são o Paradigma da Questão Agrária – PQA, e o Paradigma do Capitalismo Agrário – PCA. Em sua tese, Campos (2012) observa que:

No PCA, a questão agrária não ocupa centralidade, tampouco a conflitualidade. Para este paradigma, a questão é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformações dos padrões estruturais. A solução se respalda na integração da organização camponesa ao sistema capitalista cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo. Por outro lado, o PQA orienta seus estudos no entendimento da problemática travada pelas lutas de classes, de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que buscam a superação do modelo excludente capitalista, uma vez que a conflitualidade é tratada como uma forma de desenvolvimento para o campo (p. 86).

A conflitualidade a que se refere Campos é produzida por objetivos e concepções opostos sobre o uso do território. Para o camponês, a terra é seu modo de vida, sua realização social de onde ele produz o que ele quiser tanto para sua família quanto para vender o excedente dessa produção. Na comercialização dos excedentes, o camponês pode vender diretamente ao consumidor, ou para uma empresa, ou pode negociar no mercado, conforme lhe for mais vantajoso.

Encontramos essa realidade em vários estabelecimentos camponeses de Lucélia das quais, em um deles, nosso entrevistado C, o casal produz maracujá. Quando os pontos de vendas locais – pequenos mercadinhos - estão pagando preços mais atraentes, a produção é vendida a eles. Quando, por excesso de oferta ou outras razões, os mercadinhos pagam preços menores, o casal de camponeses leva a mercadoria para feira-livre da cidade, onde possuem uma barraca e lá, ofertam o produto com preços mais baixos do que os oferecidos nos mercados, mas que ainda assim, são melhores do que se tivessem vendido diretamente a esses estabelecimentos comerciais.

Eles também têm a opção de vender parte da produção, quando essa for muito elevada, aos grandes comerciantes de cidades maiores, evitando com isso prejuízos de perda do produto. Essas realidades ocorrem também em plantações de verduras e leguminosas, em um movimento de independência quanto à prática da agricultura, somente possível quando o camponês tem a liberdade de decidir qual a forma mais compensadora para si, tanto em termo de emprego de mão de obra, quanto em benefício econômico e, principalmente, a escolha do que plantar. É a sua decisão que manda.

De mais a mais, é ele quem determina com quem vai negociar, portanto, sua autonomia de escolha lhe confere um maior grau de independência para negociar no mercado. Essa condição não existe quando o agricultor está integrado de forma especializada e produz um só produto para atender a demanda do mercado, ou quando passa a viver da renda da terra. Nesse contexto, pela leitura do PQA, ele deixa de ser um camponês e se torna um agricultor familiar, conforme o pensamento do capitalismo agrário entende que deve ser a agricultura moderna. No caso de arrendar a sua terra, deixa de ser um camponês e passa a viver de renda (FERNANDES, 2014).

A corrente paradigmática do PCA apresenta uma leitura diferente sobre o uso do solo, o modo de produção, o quê e a forma de comercializar sua produção, apregoando a necessidade da submissão do camponês aos interesses comerciais do mercado. Relembrando Kuhn (2013), em seus ensinamentos desmistifica a questão de um paradigma ao afirmar que ele se impõe quando há aceitação das ideias defendidas por uma teoria, ainda que ela não abarque totalmente os fatos.

Afora a aceitação, que entendemos ser a fase final de um paradigma enquanto teoria, há fases que se impõem antes dessa realização. Isso ocorre quando ele é concebido e tem avaliado os seus aspectos econômicos no sentido do volume monetário que retornará na forma do lucro e ainda, avaliado seu aspecto social no sentido de definir qual o público que participará e como será essa participação. Todo esse planejamento deve ser realizado até que a ideia seja divulgada, afirmada, recebendo a aceitação de um determinado público como sendo a ação mais indicada para certo problema.

Abramovay (1998) acredita que o termo *agricultor familiar* substitui o termo camponês, o qual é, em seu entendimento, o agricultor que adota um modelo de agricultura de subsistência, fora das regras do mercado moderno e incapaz de

progredir se ele não se adequar aos mecanismos exigidos pelo viés capitalista. Ele sugere que a produção agrícola deve ser adaptada para atender o mercado, produzindo assim, as *commodities*, utilizando-se de tecnologia para auferir grandes volumes voltados ao mercado interno e às exportações.

A produção agrícola de um só produto, que é a monocultura praticada em imensas áreas, não permite uma exploração de cunho familiar dada as dimensões tanto de área, quanto em volume, os quais necessitarão de muitas máquinas para viabilizar sua produção, contratando mão de obra externa e requerendo um montante de capital muito além de quaisquer condições que o camponês pode acessar. Esse é o cenário ideal defendido pela corrente paradigmática do PCA, onde o agricultor familiar entraria como mais um fornecedor de produtos para o mercado. A sentença expressada por Abramovay ao se referir à economia camponesa é determinante: cada segmento da sociedade será conhecido, em última análise pela maneira como se insere na divisão do trabalho:

[...] A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo o conduz fatalmente à autonegação; seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir. Sua definição é necessariamente negativa, ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Nesse plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente a sua extinção (ABRAMOVAY, 1998, p. 52).

Girardi (2008) rebate esse entendimento manifestando sua discordância quanto ao aspecto de imperfeição na economia camponesa e no modo de inserção ao mercado que o camponês adota. Em sua forma de ver as ponderações de Abramovay de que o camponês será extinto caso ele não se integre de forma especializada ao mercado, transformando sua base técnica e social metamorfoseando-se em agricultor familiar, para Girardi (2008), este pensamento não retrata a realidade, dada a generalização adotada por essa afirmação, a qual desconsidera a questão escalar.

Consoante com seu posicionamento, Girardi (2008) chama a atenção para a necessidade de se observar essa condicionante em um território de dimensões continental, como é o caso do Brasil, quando nesse vasto espaço há realidades tão díspares, que a tentativa de homogeneizar um modo de produção e reprodução de uma categoria social, pode induzir a uma falsa ideia, manifestando da seguinte forma o seu posicionamento:

Admitir a metamorfose do camponês em agricultor familiar é ignorar a diversidade de formas possíveis de serem assumidas pelo campesinato e as estratégias por ele desenvolvidas na interação com o modo de produção capitalista. Essa concepção pretende a homogeneização dos diferentes tipos de campesinato. Tal proposta é inexequível em um país tão diverso como o Brasil, em que cada região (e no interior delas) o campesinato apresenta formas de reprodução variadas. Essa diversidade está relacionada à também profunda diferença regional do país. Em escala mundial é igualmente impossível pensar em um campesinato homogêneo que tenha o mercado como único objetivo. Capitalismo e campesinato são diferentes. O capitalismo exige padrões; o campesinato é diverso por natureza. Cada espaço possibilita diferentes oportunidades e apresenta diferentes dificuldades à reprodução do campesinato. Aderir à metamorfose do camponês em agricultor familiar é acreditar na impossível homogeneização dos espaços (GIRARDI, 2008, p.104).

Nesse debate paradigmático reafirmamos nosso posicionamento sobre a impossibilidade da extinção do campesinato ou a ocorrência de sua metamorfose em agricultor familiar tal como o conceito é definido por Abramovay, dada a sua grande capacidade de adaptação às realidades que se apresentam. Sua forma de produzir consegue se acomodar ao capitalismo permitindo a continuidade do campesinato.

3.3 - O Camponês e o Agricultor Familiar: uma única realidade

Há várias linhas de pesquisas com fundamentação teórica que procuram definir o que é uma sociedade camponesa. Esse tipo de sociedade deve ser considerado em todas as suas dimensões; espacial, temporal, social, econômica, cultural e política. Somente dessa forma poderemos entender o que vem a ser o modo de vida camponesa, assim proposto:

Estou tratando, pois, de valores sociais; não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético. Essa tentativa se afasta, portanto, da tendência economicista que vê o campesinato como um modo de produção com sua lógica própria ou como o resultado de determinações impostas pela lógica do capital, mesmo porque, se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza (WOORTMANN, 1990, p.12).

Neste caso, o cuidado maior que devemos tomar é para não cairmos em um julgamento ou definição simplista, que se aproxime de uma concepção maniqueísta, pois não há como ser taxativo nesse contexto sobre o que é certo ou errado. Devido

à multiplicidade de realidades existentes nas quais o camponês está envolvido, o mais indicado é fazer uma análise baseada em segmentos, reforçando sempre a ideia de que a escala não fragmenta o real. Posto isso, tomando como ponto de partida as observações de Castro (2009), vamos adotar a escala municipal para apreendermos as realidades existentes no município de Lucélia, dado que é a maneira mais segura de nos aproximarmos do nosso objeto de análises e caracterizar as várias formas de desenvolvimento rural dessa sociedade.

Por conseguinte, as dimensões espaço-tempo, juntamente com a escala territorial, em nossa percepção, são fatores preponderantes, embora não de forma decisiva, na construção das sociedades camponesas. Historicamente, o surgimento da agricultura possibilitou ao homem produzir seu próprio alimento, libertando-o das incertezas que existiam quando ele vivia no sistema caça-coleta. Isso deu à humanidade uma nova perspectiva, pois, possibilitou a sedentarização dos grupos tribais apontando que era necessário dedicar certos cuidados até que a cultura chegasse ao momento da colheita (RIBEIRO, 1978; MENDRAS, 1978; LAMARCHE, 1993).

No início, a observação e a experimentação foram as formas de aprendizado, selecionando as tentativas que davam resultados mais positivos e adotando-as como rotina. Ratzel (1990) aponta que o desenvolvimento das sociedades só é possível quando o acúmulo de experimentações é apropriado pelo grupo e, a partir de seu domínio, permite avançar por meio de novas descobertas. Ele afirma que:

Mas assim como a essência da civilização consiste em primeiro lugar na acumulação de uma massa de experiências, depois na tenacidade com que sabemos conservá-las e, finalmente na capacidade de continuá-las e de multiplicá-las, assim se apresenta em primeiro lugar esta questão: como é possível ocorrer a primeira condição fundamental da civilização, vale dizer a acumulação do patrimônio de civilização em forma de habilidades práticas, de saber, de força e de capital? Há muito tempo se está de acordo sobre o fato de que o primeiro passo em direção a esta meta é a passagem da completa dependência daquilo que a natureza oferece espontaneamente à exploração consciente dos seus produtos mais essenciais para o homem por meio do trabalho, especialmente no campo da agricultura e da criação de gado. Essa passagem abre de súbito todas as possibilidades mais longínquas de civilização; [...] (RATZEL, 1990, p.130/131).

A forma de organização da produção e do corpo social que originou as aldeias, não ocorreu de maneira linear e nem em um tempo único, uniformemente. À medida que havia o crescimento populacional de uma tribo para além da capacidade

de produção do alimento, era comum haver uma divisão numérica entre seus membros de tal maneira que parte do grupo permanecia no lugar já estabelecido, e parte saía à procura de um novo lugar a fim de iniciarem uma nova aldeia. À partir do seu estabelecimento, essa tribo passava a desenvolver novos hábitos além daqueles que já carregava, porém, um traço muito semelhante a todas era a prática de produzirem seu próprio alimento, o uso da agricultura e também os cuidados com a defesa da aldeia. Com o passar do tempo, desenvolveram as atividades religiosas e criaram novas maneiras de se comunicarem, viabilizando linguagem própria àquele grupamento (RIBEIRO, 1978; MENDRAS, 1978; LAMARCHE, 1993).

Mendras (1978) afirma que esse tipo de organização no campo não tinha como objetivo o enriquecimento individual e a acumulação de riquezas ou poder, mas estava tão-somente voltada para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento de seus membros à comunidade. Nessa realidade, as pessoas construía um sentimento forte de uma sociedade comunal, onde todos tinham acesso aos bens que eram produzidos pela comunidade e a responsabilidade pela realização dos trabalhos também cabia a todos. Como nos alerta Ribeiro (1978), continua sendo imprescindível acautelarmo-nos para a conjuntura dessa evolução. Iniciada na aurora do Neolítico, a Revolução Agrícola não ocorreu de maneira linear no tempo-espaço.

Concomitantemente, surgiam esparsos núcleos urbanos, ainda organizados de modo incipiente, que evoluiu quando a burguesia, formada por comerciantes e, posteriormente, pelo judiciário e o corpo legislativo disputaram contra os nobres o controle do poder. Ao se impor como poder, a burguesia submeteu o camponês aos seus interesses econômicos. A partir da evolução dessa nova realidade surge o estabelecimento agropecuário particular, a moeda se estabelece definitivamente como meio de realização de uma nova forma de valoração do trabalho e dos produtos vindos do campo. A sociedade comunal que existia baseada na apropriação da produção para a sobrevivência da aldeia, se transforma em produtora de um bem vendável:

Dez séculos depois, o triunfo definitivo da sociedade industrial faz cessar essa coexistência de uma sociedade envolvente. Toda a autonomia das coletividades camponesas desaparece frente à sociedade urbanizada e industrializada, que não pode mais tolerar em seu seio uma população tão importante se mantenha marginal e conserve sua lógica de produção e de vida. A autarcia econômica, demográfica, social e cultural torna-se

incompatível como desenvolvimento de nossa sociedade. O camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é, ao mesmo tempo, "empreiteiro" e "trabalhador", proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza – ou só em pequena escala – mão-de-obra assalariada. O aldeão torna-se consumidor, da mesma forma que os cidadãos, já que chega mesmo a comprar seu pão, renúncia suprema para o camponês tradicional. A civilização urbana penetra na aldeia, a cultura chamada "de massa" oblitera a cultura camponesa. (MENDRAS, 1978, p.13)

O alimento ganha valor monetário no seio da sociedade camponesa. É uma realidade que remoldura toda uma forma social de produção e convivência ao transformar o aldeão em consumidor, a partir do momento em que começa a produzir para atender os interesses do mercado, ele deixa de produzir para a sua sobrevivência e a do grupo. Se na economia camponesa não havia um padrão monetário, a partir da transformação da terra em bem particular, da instituição de impostos e da necessidade de adquirir os produtos que ele já não produz mais em suas terras, ele será inserido em uma nova sociedade, a sociedade cujo padrão monetário determina a forma de produção (MENDRAS, 1978).

Em nosso entendimento, essa configuração não acabou com o campesinato, apenas forçou mudanças que a nova realidade exigiu. Ele ainda manteve a mão de obra familiar e a sua reprodução social, aliadas à autodeterminação sobre o quê plantar, conservando a sua identidade camponesa, sem a necessidade de se submeter à exploração de sua mão de obra, ou de explorar a de terceiros.

Partindo da ruptura do modo de sociedade camponesa tradicional, Mendras (1978) afirma que o camponês se transfigura em agricultor familiar, quando começa a produzir os produtos requeridos pelo mercado, abandonando a prática de algumas culturas das quais ele necessita e que irá adquirir de outros agricultores, no mercado:

[...] isso, não impede que o agricultor continue a produzir e mesmo a "se reencontrar aí" na sua lógica tradicional. Esse paradoxo da agricultura em uma economia capitalista não pode ser compreendido se não se faz referência à lógica da economia camponesa (MENDRAS, 1978, p.49).

Tais apontamentos nos permitem adotar um olhar geográfico e afirmar que nenhuma modificação nas estruturas sociais se dá por si só. Há uma causa anteriormente instalada que produzirá, posteriormente, um efeito o qual interferirá e provocará novas realidades, em um movimento que não cessa. Ainda assim, é muito importante salientarmos que neste entendimento as bases do desenvolvimento

capitalista da produção no campo já se encontram presentes. O camponês passa a ser o agricultor familiar, na perspectiva de um fornecedor para atender as demandas do mercado. Nesse ponto, Mendras (1978) aponta que a sociedade camponesa deixou de existir ao adotar o padrão monetário para incrementar seus relacionamentos, em detrimento do padrão comunitário existente nas sociedades camponesas tradicionais, em decorrência de uma evolução social que acompanhou a mudança tecnológica.

Discordamos dessa leitura que Mendras faz tendo em vista que a forma de como a sociedade camponesa por ele analisada, era organizada, se transformou conforme as realidades foram sendo alteradas. Contudo, o camponês não desapareceu; ele se adaptou ao longo dos tempos às novas formas de produção, reprodução social e comercialização dos seus produtos. Como um elemento formador do tecido social, o camponês acompanhou essas mudanças porque ele está inserido nessa sociedade, considerando que ele não vive isolado desse contexto. A resistência camponesa se manifesta de várias formas.

De acordo com LaMarche (1993), a transição do uso do termo camponês para agricultor familiar pode ser mais bem entendida quando observamos como foi sendo construído o termo “agricultura” e “agricultor familiar”. Ele explica ter surgido em decorrência de acomodações basilares processadas na estrutura agrária francesa, que já vinham se desenvolvendo desde a baixa Idade Média. No início do século XIX, a agricultura camponesa conseguiu sua emancipação ao se livrar do jugo dos senhores feudais e, em meados desse mesmo século, atingiu seu apogeu impulsionado pelo que ele chamou de “Revolução Agrícola”. Esta revolução consistiu na aquisição de equipamentos industrializados muito mais eficazes para trabalhar a terra e as colheitas (LAMARCHE, 1993).

LaMarche (1993) aponta que o progresso científico fundamentado na sociedade urbana, chegou mais intensamente até a sociedade camponesa francesa por meio dos seus filhos. Esses, por sua vez, ao retornarem para o campo, vindos da cidade para onde foram enviados com a finalidade de estudarem e aprimorarem seus conhecimentos trouxeram novas concepções também para a organização social, provocando mudanças nas estruturas sociais e produtivas de como, até então, os camponeses vinham se organizando e aponta que:

A modernização será realizada graças a um enorme esforço de educação e ao enquadramento técnico e sindical do campesinato, assim como graças a uma profunda vontade de certas camadas sociais camponesas de tomar para si a responsabilidade de seu futuro. Sendo por todos admitido que "a atividade agrícola pode e deve ser apreendida como todas as atividades" e que, para ser um bom agricultor, não seria mais suficiente ter nascido camponês, a difusão da inovação irá se impor progressivamente e inexoravelmente. Com efeito, aceitar o ensino e o enquadramento profissional seria mais ou menos colocar em questão a transmissão hereditária do saber, único modo de aprendizado até então praticado e reconhecido pelo campesinato francês (LAMARCHE, 1993, p.99).

Nessa perspectiva, não concordamos integralmente com essa assertiva. Vivenciamos em nossos contatos com alguns camponeses entrevistados, que mostraram um enorme conhecimento sobre a terra e as formas de conseguir uma boa produção. Afirmaram-nos que toda a sua experiência com a terra era fruto dos ensinamentos de seus pais. Essa gente nunca ocupou um banco escolar que lhe oferecesse o conhecimento técnico para produzirem. Disseram também que não se sentiam menos capacitados do que outros camponeses que frequentaram esse tipo de ensino, pois sua produção é tão eficiente quanto a deles. É o caso do *entrevistado A*, que nos relatou ter iniciado os trabalhos na roça quando ainda tinha catorze anos e o pai o levava para ensiná-lo como se plantava, o quê e em qual época isso deveria ocorrer (entrevista concedida em 28/02/2018).

Percebemos então, baseado em nossas entrevistas, que nascer camponês não é a causa da sua baixa produtividade. A ausência de políticas públicas promotoras das condições básicas para sua sobrevivência, como a garantia de fornecimento a mercados institucionais, formação e assistência técnica de fato e o apoio financeiro efetivo do Estado, isso sim são as necessidades do nosso camponês. Essas ações postas em prática, efetivamente, o auxiliaria a alcançar uma condição satisfatória de vida no mundo atual, conforme Girardi (2008) e Abramovay (1998) nos relatam sobre a existência dessas políticas na Europa, se tornando esse o grande diferencial entre o camponês de lá continuar no estabelecimento rural produzindo, e o nosso não ter perspectivas de continuidade.

Outra mudança muito importante que ocorreu e melhorou substancialmente o regime alimentar da população na Europa, segundo LaMarche (1993), deveu-se à nova forma de criação do gado. Teve início a cultura de forrageiras, que permitiu criar o gado em um sistema de produção intensiva sobre o qual ainda prevalecia a produção cerealista, que implantou uma orientação produtiva voltada às culturas que ajudavam a regenerar o solo e permitia cultivar toda a área, deixando o antigo

costume das três folhas para trás, resolvendo um velho problema que era a produção de alimentos para o gado durante o inverno, conforme Huberman descreve:

Onde antes o gado seria abatido e salgado para servir de alimento durante o inverno, era possível agora mantê-lo vivo. Além desse avanço as experiências em busca da melhoria genética das raças propiciou o surgimento de animais com peso maior e uma quantidade superior na produção leiteira, mostrando que a chamada criação científica de animais ajudava a aumentar o ganho do camponês e também ampliava a quantidade e a diversidade de produtos oferecidos pela indústria (HUBERMAN, 1981, p.186-187).

Essa nova realidade auxiliou sobremaneira o domínio do campesinato na sociedade rural, superando a sociedade feudalista e trouxe segurança ao campo, no sentido de possibilitar que o camponês se estruturasse, modernizasse e industrializasse sua produção, o que alterou profundamente o seu modo de vida (HUBERMAN, 1981). É necessário, contudo, reconhecer que a pecuária na Europa hoje é baseada na importação de soja produzida em outros países, de forma que não se sustenta sozinha.

Porém, essa mudança também trouxe o amargo fruto da ociosidade sobre a mão de obra e, conseqüentemente, o êxodo de parte da população rural, antes ativa, para o meio urbano, ocasionando a diminuição de braços para as explorações camponesas, justamente naquelas fases em que se empregava mais: na colheita e na preparação para o envio ao mercado. As mudanças afetaram mais os camponeses pobres, com áreas menores e pouco estruturados para acompanharem o ritmo, impedindo sua reprodução social. Ao abandonarem o campo e as terras, geralmente pequenas extensões, elas foram liberadas para aqueles que permaneceram (MENDRAS, 1978).

Até meados do século XX mais da metade dos estabelecimentos agropecuários franceses de até cinco hectares havia desaparecido sob incentivo tácito do Estado e das empresas agrícolas, já fortemente estruturadas e que tinham muito interesse em transformar a sociedade rural semi autárquica em um setor dinâmico de produção, mas também de consumo. Essa mudança levou a uma enorme crise de identidade do campesinato causada tanto pela perda do domínio da produção, da reprodução social e do controle sobre os meios de produção quanto à nova ordem estabelecida pelos camponeses mais jovens, que adquiriram

conhecimento técnico para maior desenvolvimento produtivo em suas terras, os quais já não queriam mais ser identificados como camponeses, mas sim, como agricultores familiares (LAMARCHE, 1993).

Como afirma Girardi (2008), na Europa ocidental e nos Estados Unidos esse equilíbrio entre demanda de mão de obra nas cidades e liberação de mão de obra no campo foi controlado pelo Estado, impedindo a formação de bolsões de miséria nas cidades. Isso não ocorreu no Brasil e nos demais países subdesenvolvidos, gerando sérios problemas sociais.

Outros autores também denunciam esse posicionamento cultural de desvalorização do camponês brasileiro, impingindo uma imagem de atraso e ignorância, valorizando somente o agronegócio como a parte da agricultura que dá certo, o que só dificulta mais ainda a vida do agricultor familiar:

Ter imagem positiva perante a opinião pública é fundamental. Esse é o segredo da agricultura europeia, onde a sociedade valoriza e defende o produtor rural, sabendo que sua permanência na terra é condição fundamental para a segurança alimentar. Mais que isso, manter a população no campo significa menos disputa por emprego na cidade. Na Europa, bem como nos EUA, quem protege o campo é a cidade. Infelizmente, aqui ocorre quase o contrário. Ao invés de defender, a urbe desdenha do campo. Às vezes, o massacra. O preconceito urbano continua impingindo ao homem rural o estigma de caipira, quase um disfarce para não o considerá-lo ignorante ou atrasado. Pior que isso, imputa ao trabalhador rural uma condição de inferioridade na escala social. É lamentável (GRAZIANO DA SILVA, 2015, p. 164).

No entanto, o próprio LaMarche alerta para as singularidades decorrentes dos processos de campenização em outras regiões. A sua observação inicial se realiza baseada no estudo do campesinato francês. Em relação ao caso do Brasil, ele aponta que tivemos a formação de um campesinato do tipo colonial, na qual as relações senhor/escravo foram determinantes para sedimentar um processo de servidão, que fragiliza o camponês e o torna dependente social e politicamente do aparato estatal. Quando essa dependência não se afirma pela autoridade política, ela se impõe pela autoridade econômica (LAMARCHE, 1993).

Surgiu a oportunidade de confrontar essa assertiva em nossas entrevistas com os camponeses de Lucélia que tivemos acesso. Quando perguntamos sobre o apoio que o município, a Casa da Agricultura, ou algum outro órgão público lhes prestavam no sentido de terem orientações técnicas capaz de melhorar sua produção, invariavelmente a resposta era: *nenhum*. Logo em seguida, apontavam o

banco como um local em que poderiam buscar algum tipo de ajuda, mas que ela é cara e nem sempre está disponível da forma que lhes interessa.

Imprescindível é, portanto, esclarecermos que os camponeses que entrevistamos não são simplesmente caudatários de uma realidade ditada pelo mercado, ou pelas forças políticas, mas, conforme aponta Wanderley: “Em outras palavras, inclusão social para os próprios agricultores significa o reconhecimento de sua condição de agricultor, de suas formas de trabalhar e produzir, cujas potencialidades devem ser apoiadas pelas políticas públicas” (2014, p. S039), o que no caso que pesquisamos com o camponês Pronafiano B, no município de Lucélia, este apoio não se efetivou como deveria ser e afronta as afirmações de LaMarche, não obstante as enormes dificuldades enfrentadas por esses camponeses, eles continuam produzindo.

Como o planejamento e a aplicação das políticas públicas frequentemente procuram atender os interesses econômicos de uma elite conservadora que busca manter e, até mesmo ampliar seus privilégios, há um esforço para apagar quaisquer lembranças de ocorrências que lhes sejam desfavoráveis. Tais manipulações têm por objetivo legitimar seu poder e domínio. Em decorrência dessa necessidade, observamos que no discurso do Estado há uma completa ausência dos termos “camponês” e “agricultura camponesa”. Em nenhum documento legal ou discussões oficiais eles são citados, mas em todas as ocasiões em que a discussão está assentada sobre esse personagem, deliberadamente, o termo empregado é “agricultor” ou “agricultura familiar” (WANDERLEY, 2011).

Embora considerando que as relações sociais, de produção e os sujeitos sejam os mesmos, a conjunção desse lapso oficial tem raízes históricas. O termo camponês traz à memória um conteúdo histórico-político de lutas camponesas pela posse da terra, a Reforma Agrária, a solidariedade, as relações sociais dos laços de parentesco e um forte sentimento de comunidade, além dos problemas da questão ambiental. Guzmán e Molina afirmam que “[...] ao se destruir a sociedade baseada nos laços de parentesco, surge em seu lugar a sociedade organizada pelo Estado” (2013, p.11).

Medeiros (2002) esclarece que o uso do termo "camponês" foi introduzido no Brasil quando os intelectuais do PCB passaram a adotar a concepção da “Internacional Socialista” em relação ao que identificavam com um sentido pejorativo para o termo "latifúndio", que se referia aos enormes estabelecimentos rurais. Dentro

dessa visão, o termo “camponês” era considerado sinônimo de dominação e espoliação aplicados pela elite agrária sobre os trabalhadores do campo.

O PCB entendia que havia no campo brasileiro fortes resquícios da sociedade feudal europeia e a forma que o trabalhador era organizado impedia que um maior número de trabalhadores se tornassem proprietários, pois havia também a exigência de um pagamento pelo uso da terra para produzir a subsistência de sua família, o que impedia que as forças produtivas se desenvolvessem:

Dessa ótica, uma enorme diversidade de categorias sociais tais como "arrendatários", "parceiros", "meeiros", "moradores", "ocupantes", "sitiantes", "colonos", passou a ser politicamente referida como "as massas exploradas do campo" ou, mais comumente, "camponeses". Os proprietários de terra, independentemente do tipo de produto cultivado (café, cana, algodão, cacau, pecuária etc.) ou do uso dado à terra (plântio para exportação, para mercado interno, pecuária e/ou especulação), eram classificados como "latifundiários" e principal força a ser combatida (MEDEIROS, 2002, p.18).

Ademais, o camponês também se caracteriza pelo vínculo entre produção-consumo-mercado, equilíbrio entre produção e consumo para o grupo familiar, o tipo de negociação mais autônoma em relação ao mercado, a luta por sua reprodução social e a prática frequente da policultura. Mesmo com importante papel social, a pobreza atinge um número significativo de pessoas neste grupo, demandando políticas públicas que auxiliem na criação de renda e de serviços públicos eficientes (WANDERLEY, 2011).

Para Guzmán e Molina (2013) o campesinato não acabou, mas evoluiu no tempo e no espaço, acompanhando as novas formas de produção no campo, mas mantendo seus “[...] traços basilares, que tem no emprego da mão de obra familiar e a autonomia camponesa que lhe dá uma enorme vantagem adaptativa aos mais diversos cenários, a convergência do ideário camponês” (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.18).

De acordo com esses autores, e apesar da imensa celeuma surgida durante os anos 1970, em que foram brotando diversas correntes ideológicas de tendência marxista que expressavam seus interesses apresentando a conceituação do campesinato, segundo suas interpretações, afirmam que:

Em definitivo, tratava-se de encontrar o termo mais correto para denominá-los: se este era o camponês, agricultor familiar, ou pequeno produtor de mercadorias, entre outras propostas conceituais. E quais poderiam ser as diferenças substantivas entre tais denominações. Para nós, a questão

camponesa baseada nesses termos é um falso debate [...] (GUSMÁN; MOLINA, 2013, p.75).

Esses autores consideram que o mais indicado é a adoção de uma perspectiva agroecológica. Em suas interpretações o campesinato está além de “[...] uma categoria histórica ou sujeito social” (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.76), na medida em que as particularidades de cada realidade nos mais diversos pontos de um território, aliado ao conhecimento local são condicionados pelo nível tecnológico de que dispõe e qual o acesso a essas tecnologias que o camponês tem alcançado. Essa realidade local é que vai gerar variados graus de “campesinidade” (2013, p.76).

Compactuamos totalmente com esses autores porque vivenciamos várias experiências em nossos contatos a tal ponto de chegarmos a determinado momento, que ao ouvirmos os relatos dos nossos entrevistados sobre a enorme variedade de formas, que se ajustavam para resolverem os problemas que surgiam, nós nos autoquestionamos em qual categoria poderíamos distingui-los dado ao enorme número de formas de atividades que desenvolviam, são camponeses, mas também são agricultores familiares, se nos pautarmos pelas conceituações das correntes paradigmáticas do PQA e do PCA.

Logo, Guzmán e Molina jogam lume nessa questão apresentando o seguinte apontamento:

Foi precisamente Shanin, referindo-se ao campesinato num texto bastante conhecido (1979), quem chamou a atenção sobre o absurdo de definir com precisão ou exatidão um grupo social que havia existido desde sempre. E na advertência, plenamente justificada não deu lugar, sem dúvida, a uma clarificação conceitual sobre a qual haja um acordo mais ou menos geral, de tal maneira que ainda segue existindo uma confusão considerável sobre as categorias que se devem utilizar (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p.76).

Em oposição ao termo camponês adotado pela corrente paradigmática do PQA, o termo agricultor familiar é utilizado pela outra corrente paradigmática que é o PCA. Todavia, há contestações dentro dessa corrente sobre a leitura paradigmática do agricultor familiar feita por alguns de seus teóricos. Afirmam que ele constitui a camada de agricultores capaz de se adaptar às tecnologias exigidas pelo mercado, sendo essa característica um diferencial dos demais agricultores de base familiar que se mostrariam incapazes de assimilar essas modificações. Esta interpretação não é uma leitura que tem a unanimidade dentre os autores que utilizam o conceito de agricultor familiar.

Por exemplo, Wanderley (1996) contra-argumenta esse posicionamento afirmando que a figura do agricultor familiar não é nova na sociedade contemporânea, muito menos ainda que ele seja uma conformação das políticas públicas de modernização acionadas pelo Estado e que esteja desvinculado do seu passado camponês. Contraditoriamente, o agricultor familiar é portador de elementos de ruptura com seu passado camponês, mas ao mesmo tempo em que preserva algumas continuidades.

A autora aprofunda o debate explicando que:

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que estão inseridos em mercados modernos e são influenciados pela sociedade englobante e pelo Estado (WANDERLEY, 1996, p.48)

É interessante observar essas ponderações que Wanderley faz sobre esse personagem. Ela mostra como ambos formam o mesmo ator social participando da construção de um projeto de sociedade. Os apontamentos feitos por essa autora, nós conseguimos apreender *in loco* em nossas pesquisas de campo e podemos dizer que, em cada um dos nossos entrevistados existe uma dupla referência, ainda que pareçam antagônicos, à continuidade e à ruptura. Melhor explicando, as pessoas com as quais convivemos estão preocupadas em produzir e sobreviver.

3.4 - ESCALAS: a compreensão da natureza das realidades

Alargando o debate paradigmático acerca das realidades que podemos observar na escala local, qualificamos a *escala* como uma das nossas categorias de análise. Dependendo da natureza do objeto a ser analisado, pode induzir a informações distorcidas sobre esse objeto, considerando que a observação dos fenômenos sob diferentes escalas pode causar significativas alterações na sua interpretação e na sua forma de representação, bem como pode revelar outras realidades para entender um mesmo problema.

A escala nos permite limitar espacialmente, tanto o interesse por um determinado fenômeno e pesquisá-lo dentro do recorte adotado, quanto estabelecer ligações com outros pontos espaciais, ampliando, assim, os horizontes para entendermos sua materialização. A ocorrência dos fenômenos pode então ser analisada na micro, meso ou macro escala, porém, seja qual for a escala escolhida, nunca podemos desprezar o fato que tal fenômeno ocorre dentro dessas limitações, mas não está restrito somente a ela. A escala muda ao mudarmos nosso enfoque de análise, mas o objeto de análise não se fraciona, ele mantém suas características.

Por exemplo, as várias dificuldades que o camponês encontra para o acesso, ou não, aos programas de apoio financeiro, estão disseminadas por todo o território nacional, conforme os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstram, seja em qualquer escala que se tome para análise, como podemos observar na tabela 10, que nos fornece maiores dados comparativos entre a escala local e a nacional.

TABELA 10: Motivos em escala nacional e municipal dos estabelecimentos agropecuários familiares que não acessaram financiamento em 2006

Número de estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram financiamento (Un)				
Motivo da não obtenção do financiamento	Brasil	%	Lucélia	%
Falta de garantia pessoal	68.921	1,92	x	x
Não sabe como conseguir	56.199	1,57	x	x
Burocracia	301.039	8,40	9	2,64
Falta de pagamento do empréstimo anterior	116.814	3,26	1	0,29
Medo de contrair dívidas	783.596	21,86	40	11,73
Outro motivo	462.606	12,90	6	1,76
Não precisou	1.795.807	50,09	285	83,58
Total	3.584.982	100,00	341	100,00

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006. tab. 1119. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Na tabela 10 estamos comparando duas escalas: a do território nacional e a do território municipal. Sobre os dados da escala nacional, só podemos reproduzi-los conforme estão sistematizados no IBGE. Mas na escala local, além de apresentarmos os dados oficiais, podemos apresentar algumas leituras baseadas em nossas entrevistas, sempre observando o nosso volume de depoimentos, que foram nove, em relação ao número total de Pronafianos B existentes no município.

O principal dado que destoa muito dos números apresentados pelo IBGE, está na linha daqueles que declararam não ter necessitado se socorrerem do financiamento. Nenhum dos camponeses que entrevistamos alegou esse motivo.

Ouvimos deles problemas relacionados à burocracia, à necessidade de um fiador, à falta de garantia pessoal ou ainda, certo receio de contraírem dívidas. A nossa leitura sobre os dados levantados no IBGE, nas duas escalas representadas é de que essas mesmas dificuldades perpassam os dois ambientes, mas em nossa pesquisa, não encontramos nenhum que alegou não precisar.

Essas pequenas considerações que fazemos são para mostrar o quanto a questão das escalas é importantes e não pode ser renegada a um segundo plano, considerando a manifestação da gerente do Banco do Brasil, ao afirmar que as regras são para todo o território nacional. Tal abrangência traz problemas quase intransponíveis pra o camponês Pronafiano B, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, onde a miséria é maior e as condições socioeconômicas, produtivas e fundiárias são acentuadas. Dificilmente esse camponês consegue atender as exigências feitas pelo sistema bancário, situação que obrigou a criação de uma nova estratégia aplicada pelo Banco do Nordeste (BN), que criou um novo programa:

O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do (a) agricultor (a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja operacionalização conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (Inec). Tem como característica a presença nas comunidades rurais por meio dos Agentes de Microcrédito e atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores (as) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com exceção dos grupos A e A/C. A metodologia inovadora do Agroamigo impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo, a inclusão financeira dos (as) agricultores (as) familiares e a redução de desigualdades. As melhorias introduzidas pelo Programa abrangem:

- Conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial.
- Atender aos clientes na própria comunidade, por meio do Agente de Microcrédito.
- Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente.
- Agilizar o processo de concessão do crédito.
- Promover a inclusão financeira do (a) agricultor (a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do Banco.
- Sensibilizar os (as) agricultores (as) familiares quanto à importância da educação financeira.
- Conscientizar os (as) agricultores (as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

A experiência exitosa do Agroamigo Crescer no atendimento a agricultores familiares com renda bruta familiar anual de até R\$ 23 mil, motivou o Banco a ampliá-la para os clientes enquadrados em grupos do Pronaf de renda mais elevada, sendo criada a modalidade Agroamigo Mais na contratação de operações de crédito do Pronaf de valor até R\$ 15 mil. Os resultados, na posição de agosto de 2019, registram que o Agroamigo aplicou mais de R\$ 16,4 bilhões desde a sua criação, compreendendo 4,98 milhões de

operações contratadas. Com uma carteira ativa de R\$ 4,59 bilhões, contando com mais de 1,26 milhão de clientes ativos (BN, 2019, n.p.).

A estratégia desse banco está inserida em um esforço internacional de redução da miséria no campo. Sendo esse banco um acelerador do desenvolvimento regional, está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Seus objetivos se estendem à erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; igualdade de gênero; trabalho decente e crescimento econômico; redução das desigualdades; consumo e produção responsáveis. Foram traçadas metas para a superação da melhoria da qualidade de vida das pessoas e igualdade de direitos, que vão muito além da concessão de uma concessão de crédito (BN, 2019).

Nesse contexto, resgatamos os apontamentos de Castro (2009), para quem a escala está incorporada no Geógrafo, e se torna uma categoria de análise crucial para o desenvolvimento dos estudos geográficos. Ela alerta para a dificuldade e certa confusão existente até mesmo entre os geógrafos, sobre as dimensões da escala quando é empregada na leitura cartográfica em que a prática geográfica tem a escala como um raciocínio analógico com a cartografia, onde o raciocínio matemático amplia ou reduz o real para dar visibilidade aos espaços representados.

A autora nos ensina que a mudança de tamanho que ocorre na escala cartográfica como algo estático, não ocorre na escala geográfica porque os fenômenos quando são analisados na escala microscópica se comportam de uma maneira e quando são analisados em uma escala macroscópica tem comportamento totalmente diferente, conforme esclarece:

Assim, três pressupostos podem ser estabelecidos: 1º - não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas; 2º - a escala de percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido. Para a filosofia este seria o macro fenômeno, aquele que dispensa instrumentos; 3º - a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão, mas a realidade continua sendo a sua base de constituição, continua nela (CASTRO, 2009, p. 132).

Na visão de Haesbaert (2002), as escalas na Geografia são indissociavelmente formadas por um binômio que é tempo-espço. Para esse Geógrafo, o tempo significa o histórico e o espaço significa o geográfico. Ambos são sociavelmente instituído/incorporado e necessitam da análise das suas partes para se conhecer suas múltiplas escalas. Dessa forma, a indissociabilidade entre tempo e

espaço é o elemento fundamental para a compreensão da realidade, que pode ser expressa por uma abordagem materialista, histórica e dialética.

Isso posto, a Geografia comporta duas escalas: a escala cartográfica que demonstra uma relação de área entre o mapa e a realidade, uma quantidade; e a escala geográfica expressando uma ordenação espacial dos fenômenos que não pode ser analisada por uma delimitação física da área. Ela precisa criar um conteúdo conceitual que lhe dê um caráter dinâmico para as dimensões do político, econômico, cultural, e possibilitando interagir em outras escalas, afastando o caráter estanque (HAESBAERT, 2002).

Haesbaert faz uma análise muito interessante sobre o modo como surgem algumas interpretações da escala, em que se tenta reduzi-la a um espaço e tempo absolutos e homogêneos, tornando-a apenas uma dimensão física e imutável do real. Chama a atenção que esse tipo de visão é muito reducionista das próprias possibilidades que se pode ter para entender as diversas relações que ocorrem nas várias escalas possíveis, e propõe que:

Para diferenciarmos a interpretação geográfica da simples descrição cartográfica, devemos conceber um “conteúdo”, um caráter minimamente conceitual (e não puramente descritivo) a esta escala – inserir, como veremos adiante, o caráter da dinâmica (política, econômica, cultural) [...] o que exclui a definição de limites estanques para a escala e nos obriga a entender sua interação com outras escalas (HAESBAERT, 2002, p. 104).

Nosso entendimento sobre essas duas definições de escala considera que estão claras quanto à necessidade de ser estabelecida a diferenciação entre escala cartográfica e escala geográfica. Conforme Castro alerta, o termo escala é polissêmico, portanto, tem uso disseminado para múltiplas realidades, das mais diversas áreas do conhecimento. No entanto, na Geografia, a clareza sobre qual a escala a que se está referindo quando desenvolvemos uma discussão sobre determinada realidade, faz toda a diferença.

Dessa maneira, a escala pode ser apresentada como uma visão estanque, limitada, ou descobrir e explorar as possibilidades que se mostram quando adotamos a escala geográfica que nos permite explorar a pluralidade dos fatos, da multiescalaridade e da multidimensionalidade, propiciando apontar e discutir as realidades que estão ocultas na escala cartográfica.

Por outro lado, Melazzo e Castro (2007) afirmam que a palavra *escala* por ser um termo polissêmico acabou sendo incorporado por diversas ciências, cada uma conceitualizando-a segundo seus interesses e necessidades. Também foi adotado pelo senso comum para uma infinidade de situações, e isso banalizou a palavra e todas as possibilidades de ser usada na leitura crítica das realidades. Esses autores assumem uma postura ácida quando apontam a superficialidade em que se transformou o termo, inclusive censura a desatenção dada pela Geografia:

Isso fez da escala geográfica uma noção não problemática, não sujeita a investigações mais rigorosas na medida em que se constituía, sempre, em fronteiras hierarquizadas de espaços de diferentes dimensões, conduzindo a um uso acomodado do termo (MELAZZO; CASTRO, 2007, p.134).

Esses autores também destacam a mobilidade que o conceito de escala geográfica permite quando se quer investigar uma realidade. Admitem que há uma liberdade para escolher a forma mais adequada, aquela que melhor vai expressar a realidade investigada, e que nem sempre essa condição significa que seja a escala apropriada, mas possibilita tecer relações de causa e efeito. É a autonomia do pensamento do pesquisador sobre possíveis verdades estabelecidas, que permite mostrar outros ângulos de análise para um mesmo fenômeno (MELAZZO; CASTRO, 2007).

Assim, a multiescalaridade e a pluridimensionalidade do PRONAF B vai além do município de Lucélia quando, por exemplo, os nossos entrevistados B e I nos disseram que vendem seus produtos em municípios limítrofes, ou quando o entrevistado C envia seus maracujás para serem comercializados no CEAGESP de Presidente Prudente e seu urucum acaba indo para o Estado da Bahia.

Secchi (2017) nos ensina que as políticas públicas surgem para auxiliar no conhecimento e tratamento dos problemas públicos, e seus fundamentos adquirem uma multidimensionalidade que vai imiscuindo-se por todo o tecido social, de tal forma que quando se procura atingir determinado problema, acaba interferindo em outros, dado o caráter holístico próprio do poder público: “[...] políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e de processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2017, p. 1).

O planejamento de uma política pública embute em seu âmago os objetivos explícitos em relação à escala em que ela será aplicada. Assim, a escala municipal

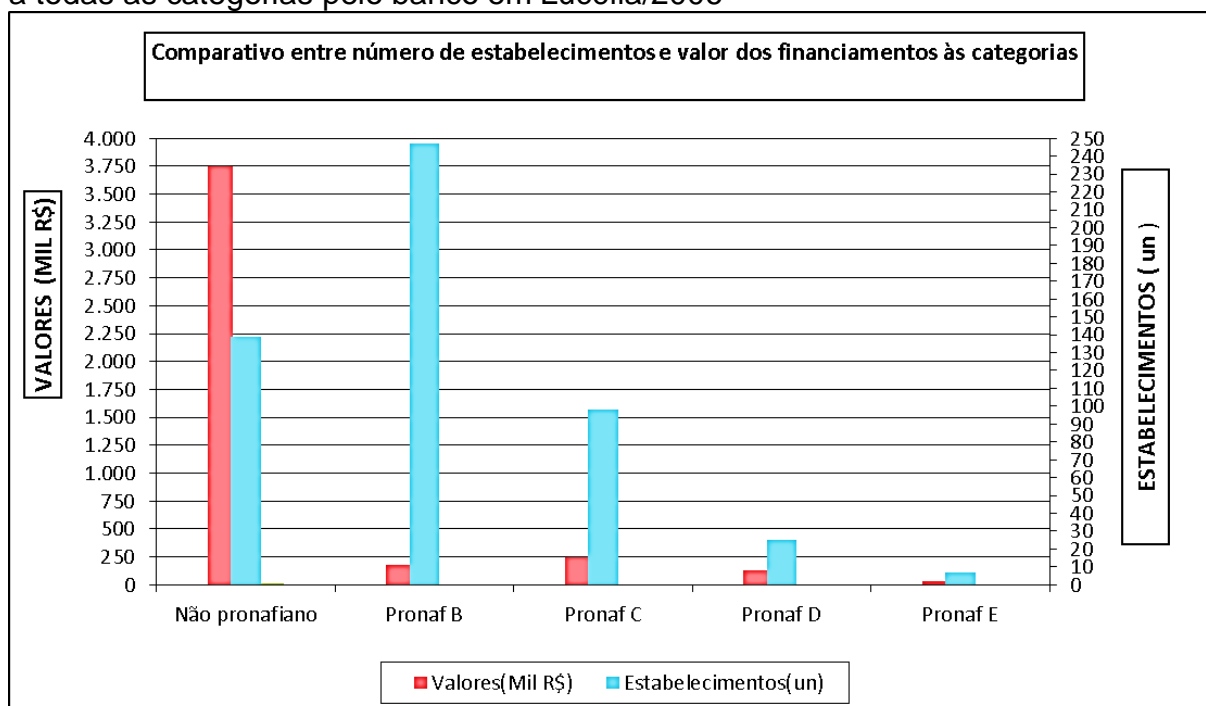
só tem autonomia para elaborar leis válidas apenas dentro do seu território, da mesma forma com a escala estadual e a federal que abarca todo o território nacional.

Dentro dessa perspectiva multiescalar foi pensada a lei que criou o PRONAF. Ela definiu quais são as obrigações e direitos da União, Estados e Municípios. Todos estão envolvidos em razão do problema comum ser a dificuldade que um determinado estrato social encontra para acessar o crédito público, realizar a produção de alimentos e conseguir sustentar a sua família por meio dessa produção (DELGADO, 2010)

Esse é o problema central a ser abordado em escala nacional. Todavia, na escala regional ele apresenta certas peculiaridades àquele território, que não estão presentes em outros, por exemplo: a seca da região Nordeste não é o problema da região Sul. Da mesma forma, os problemas de escoamento da produção na região Centro-Oeste não são idênticos aos problemas da região Sudeste que, por sua vez, não tem os mesmos problemas gerados pelo desmatamento na região Norte, ainda que sofra as consequências.

Apesar disso, em qualquer uma dessas regiões o Pronafiano B tem muita dificuldade em acessar o financiamento. Essa realidade está presente na microescala municipal de Lucélia:

GRÁFICO 11: Comparativo entre número de estabelecimentos e valores financiados a todas as categorias pelo banco em Lucélia/2006



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Tab.: 3318. Org.: Edson Sabatini Ribeiro, 2018

E a nossa entrevista do Banco do Brasil arremata:

[...] o Banco do Brasil está inserido na lógica do sistema financeiro e, como tal, a segurança necessária estabelecida pelas exigências para a concessão de um financiamento busca a garantia de que o Banco não terá prejuízo ao fazê-lo. Por mais que o Banco se apresente como um instrumento do governo para promover o desenvolvimento rural, mas tem acionistas e o mercado quer saber de resultados positivos (Gerente da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, em entrevista no dia 25 mai 2018).

Nossa entrevistada também afirma que as regras seguidas pela agência local são as mesmas para todo o território nacional.

TABELA 11: Relação entre as categorias que obtiveram o financiamento em Lucélia/2006

Número de contratos concedendo financiamento por categorias em Lucélia/2006					
CATEGORIA	Estabelecimentos(un)	Contratos	%*	Valores(Mil R\$)	%**
Não pronafiano	139	26	18,7	3.750	86,4
Pronaf B	247	16	6,48	179	4,12
Pronaf C	98	28	30,43	248	5,71
Pronaf D	25	8	32,00	131	3,2
Pronaf E	7	3	42,86	32	1
TOTAIS	516	81		4.340	100

*: porcentagem entre total de contratos assinados e total de estabelecimentos
 **: porcentagem de cada categoria sobre o valor total do financiamento agrícola

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Tab.: 3318. **Org.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2018

Quando o financiamento é concedido, engendra uma dinâmica para além do território municipal, o qual é concebido como uma escala adequada de ação para implantar políticas públicas diferenciadas. Porém, para que ocorra o desenvolvimento territorial e as políticas públicas sejam territorializadas, é necessário direcionamento da dimensão administrativa, uma desconcentração aliada à dimensão política, materializada pela descentralização.

Implica em dizer que, políticas públicas de financiamento agrícola voltadas ao atendimento de um público específico, como é o caso do Pronafiano B, não lograrão êxito se "[...] não observarem seus recortes horizontais, articulação de políticas públicas setoriais incidentes sobre uma mesma região e verticais; articulação de esferas diferenciadas de poder – nacional, regional, estadual, territorial e local" (LEITE, 2010, p.107).

Imprescindível, pois, que se faça um arranjo das instituições governamentais e não-governamentais, envolvendo o público-alvo a quem é destinada tal política, provocando e condicionando este programa à capacidade gerencial do governo, na busca do desenvolvimento territorial, conforme Leite aponta:

Vale lembrar que as políticas territoriais foram estruturadas com o propósito de oferecerem soluções inovadoras com respeito às políticas setoriais, frente aos novos ou antigos desafios da sociedade e da economia nacional, tais como pobreza, a desigualdade regional, ou ainda, a emergência da questão ambiental e sua compatibilidade com o desenvolvimento econômico e social (2010, p.107).

As dimensões administrativas e políticas interferem no desenvolvimento do território a partir da concessão de um financiamento para a agricultura familiar, considerando as possibilidades de atuação dos órgãos administrativos, auxiliando no direcionamento das ações do camponês quanto ao processo produtivo, mas também na sua comercialização, como é o caso específico do PAA, que objetiva solucionar um dos maiores, senão o maior gargalo que estrangula o camponês, que é no momento de vender a sua produção.

Podemos então inserir a perspectiva da sua comercialização como um problema que, no atual momento da nossa realidade política, despreza essa trava que há e o governo promove cortes substanciais nos recursos destinados a esse programa. O que podemos afirmar nos pautando pelas entrevistas que realizamos é de que o poder público negligencia uma de suas responsabilidades fundantes; o apoio do Estado para o desenvolvimento social e econômico, e a redistribuição da riqueza produzida por todos os segmentos sociais.

3.5 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Todas essas mazelas acabam interferindo negativamente no desenvolvimento do município. Partindo da característica polissêmica do termo *desenvolvimento* que é empregado para descrever vários processos evolutivos, ou mudanças das múltiplas realidades que estão presentes na sociedade, apontamos que uma das referências mais acentuadas quando ouvimos essa palavra é de imediato, ligá-la ao desenvolvimento econômico, que estabelece níveis de crescimento econômico, o qual é realizado quando se faz acompanhar por modificações na estrutura produtiva do país, de uma região ou lugar, por meio de um processo de industrialização que

vai proporcionar a reconfiguração sócio produtiva, conforme nos ensina Ferreira (2004). Porém, o desenvolvimento traz em si uma configuração multidimensional que pode ser abordado pelo viés social, cultural, territorial, permitindo o acesso, apropriação, utilização e compartilhamento sobre os benefícios advindos do empenho social para a produção, que é o resultado do trabalho coletivo.

Dessa maneira, definimos que o desenvolvimento territorial será uma das categorias de análise proposta sobre as realidades encontradas no município de Lucélia. Vamos efetuar várias partições do todo, neste caso, o território municipal e suas particularidades. Melhor dizendo, uma ideia sobre o que ele tem em si, conceituando-o segundo a ótica de alguns autores para, ao longo deste capítulo, conseguirmos expandir nosso entendimento e discutirmos alguns aspectos que, conjuntamente com a nossa conceituação, permitirá entendermos a presença, ou não, de um processo desenvolvimentista neste território.

Antes, faremos uma reflexão para lembrar Castro (2009) de que, na escala do lugar, a realidade não está nem fragmentada e nem desconectada das realidades semelhantes, mas que se desenvolvem em outras escalas. Porém, todas elas permanecem contextualizadas naquele determinado lugar. Essa noção em relação à escala é muito importante e não nos deixa guiarmo-nos pelo senso comum, o qual toma a realidade local como própria a ele, e não consegue ver o todo, muito menos fazer as relações entre o local e o global.

Nessa perspectiva, Santos (1998) com sua inteligência e objetividade ímpares, nos ensina que há uma relação local-global da qual não nos permite particularizar algumas ocorrências sobre as quais não atinamos e, portanto, não conseguimos enxergar as ligações, por exemplo: nos questionários que aplicamos a todos têm a seguinte questão: “Qual a relação, no seu entendimento, entre o camponês, seu trabalho e seu modo de vida, com a usina de cana do município?” Invariavelmente a resposta foi: “nenhuma”.

Em outro momento, no nosso rol de perguntas há uma que pede para o camponês expor algumas dificuldades que ele vive no seu dia a dia, quando trabalha a lavoura, cuida do gado ou desenvolve algum serviço de manutenção no sítio. As respostas – sempre respeitando as peculiaridades de cada entrevistado – continham um mesmo problema, isto é, o custo da mão de obra para tocar a cultura em determinadas épocas do ano, tanto no plantio, quanto no momento da colheita e na lida diária com o gado.

É uma das dificuldades comum a todos, pois está nos relatos e conversas que mantivemos. Segundo alguns entrevistados, para exemplificarmos essa realidade, na cultura do café que já foi um produto fortíssimo do desenvolvimento regional e até mesmo do próprio Estado de São Paulo, e hoje está ausente em boa parte dos estabelecimentos agrícolas familiares, o custo da mão de obra necessária para a colheita do café está muito alto, isso quando se encontra pessoas dispostas a desenvolver esse trabalho.

Em pesquisa realizada no Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o preço da mão de obra de um diarista a seco²¹ para a região do EDR de Tupã, no qual está Lucélia custa em média R\$ 57,98 para o mês de abril, e de R\$ 59,47 para o mês de novembro, que são os dois períodos-base para a coleta desses dados (IEA, 2019).

FIGURA 1: Média salarial de diarista na região do EDR/Tupã, em 2018

<u>Produto</u>	<u>Unidade</u>	<u>Região</u>	<u>Ano</u>	<u>Mês</u>	<u>Menor</u>	<u>Maior</u>	<u>Médio</u>
Diarista a seco	R\$/dia	Tupã	2018	04	40,00	80,00	57,98
Diarista a seco	R\$/dia	Tupã	2018	11	38,13	80,00	59,47
							1

FONTE: Instituto de Economia Agrícola IEA. **ORG.:** Edson Sabatini Ribeiro, 2019

Baseando nos depoimentos que colhemos, quando o camponês encontra alguém que aceite trabalhar, a discussão sobre o preço da mão de obra é acirrada e quase sempre o preço acertado acaba sendo o que o trabalhador quer, dada a necessidade do camponês em realizar sua colheita dentro do tempo certo para não perder a produção. É uma dificuldade para os dois lados, pois se é caro para o camponês pagar pela mão de obra externa, ao trabalhador que vende essa mão de obra ela é barata. No entanto, a negociação dessa disputa por preços se estabiliza quando chega no limite das possibilidades de quem vai pagar e quem vai receber.

Os dados do IBGE apontam que uma parte dessa mão de obra ausente na lavoura camponesa está empregada na usina de cana do município, principalmente

²¹ **Diarista a seco:** compreende o trabalhador residente ou não no imóvel rural que realiza tarefas rotineiras, mediante pagamento diário de quantias pré-estabelecidas, em moeda corrente, e destituídas de encargos e benefícios sociais, ou seja, "diarista a seco" (IEA, 2019).

a mão de obra masculina. É de conhecimento amplo que essa usina produz açúcar para o mercado externo e o álcool para o mercado interno, mas o camponês não consegue fazer a ligação entre a dificuldade em alocar a mão de obra para sua lavoura, e a empregabilidade dessa mão de obra na usina e no setor terciário, conforme demonstrado na tabela 1 (p.40).

Impulsionado pelas demandas da usina, que oferece mais atrativos, como um salário fixo maior do que aquele ofertado no campo, em torno de 1,7 salários mínimos segundo dados do IBGE, apresentado em nosso quadro 1 (pág. 37), segurança social e uma regularidade no recebimento do salário, atraem parte da mão de obra que poderia ser empregada no campo. É mais vantajoso se empregar na indústria, ainda que não seja totalmente garantida a permanência, porque há cortes de pessoal empregado pela empresa, conforme forem as demandas do mercado e a sua necessidade.

Devemos considerar a existência de um setor terciário que oferece serviços dos mais variados tipos. Muitos estão ligados diretamente às atividades produtivas da usina, como as oficinas mecânicas que prestam manutenção para os caminhões canavieiros e tratores empregados no plantio e transporte da cana do campo para a moagem na usina. Essas oficinas, borracharias, autoelétricos, usinagens de peças, soldagem e outras atividades são desenvolvidas majoritariamente por mão de obra masculina, parte dela, inclusive, pelos próprios filhos dos camponeses, que encontram nessas atividades uma forma mais segura para constituir e manter a família, além de registro formal em carteira que lhes dá garantias salariais as quais, dificilmente teriam se estivessem trabalhando na agricultura, seja em terras de terceiros, seja naquela pertencente à família.

O Pronafiano B não consegue perceber que essa relação de disputa por mão de obra e as desvantagens existentes com o trabalho no campo, em relação ao poderio econômico e organizacional exigidos por outra dinâmica, cria uma relação conflituosa a ele desvantajosa. Conscientemente não atina como isso interfere em seu modo de vida que é diretamente atingido por fatores que lhe fogem do controle, mas que são causados por uma realidade que está muito além da sua vivência diária. As escalas em que as mudanças acontecem e as diretrizes que são definidas estão muito acima da sua capacidade de interferência. Elas ligam o local ao global e o camponês, como a porção menos estruturada, seja financeiramente ou politicamente, é quem vai ser mais duramente atingido.

Foi o caso que encontramos no estabelecimento do nosso entrevistado E, onde o filho mais velho está empregado na usina como caminhoneiro. Seus planos são de, após a aposentadoria, ir morar e cuidar do pequeno sítio da família, onde seus pais vivem e ainda conseguem cuidar do gado, mas plantam apenas para o próprio sustento dada a idade avançada de ambos, o que os impossibilita a praticarem uma agricultura voltada ao fornecimento de alimentos para a comercialização. O filho mais novo do casal mudou-se para outra distante cidade onde se casou e trabalha na força policial, sem planos de voltar a viver no sítio.

São mazelas locais ligadas aos mercados globais, expostas por Santos:

A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas. Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território) (1998, p.19).

Santos nos oferece assim, a compreensão de uma relação direta entre o local/global, território/escala de tal forma que, embora o camponês não consiga perceber as influências de uma grande planta industrial em seu cotidiano, elas estão atuando em tempo integral sobre sua vida, seja diretamente ao empregar pessoas que poderiam dispor sua mão de obra no desenvolvimento dos trabalhos no campo, seja indiretamente no setor terciário desenvolvendo atividades variadas, algumas ligadas à necessidade da indústria canavieira, neste caso, que também participa da drenagem da mão de obra rural.

Sobre o território muito se tem produzido, falado, escrito e debatido, surgindo conceituações conforme seja a necessidade do pesquisador, para expor uma determinada realidade que se quer entender e demonstrá-la. Parece-nos, portanto, que a escala apropriada para conceituar o que é território pode ser tão vasta quanto toda a superfície da Terra e, se isso não for observado, impossibilitará uma análise concisa.

O que ensejamos é apresentar as nossas vivências ocorridas nos momentos em que partilhamos amigavelmente com nossos entrevistados. Queremos entender como uma política pública elaborada para dar atendimento a uma parcela importante

da população está efetivamente atingindo seus objetivos, ou não, no município de Lucélia.

O fracionamento do território municipal em propriedades cria, quase que automaticamente, uma relação de forças entre os estratos sociais que estão envolvidas na disputa pelos novos espaços, sejam eles privados ou públicos. A relação de forças que organiza a disputa pelas áreas se estabelece pela posse dos meios de produção de um estrato social, e essa condição lhe dá o poder de interferir na divisão territorial da forma que melhor atender seus interesses. A configuração dessas áreas é a materialização da disputa pelo poder e pela detenção dos meios de produção de um estrato social (FERNANDES, 2008a).

Nessa concepção, o território-propriedade carrega em si uma multidimensionalidade composta pela história do lugar e pelo histórico dos estratos que se apropriam ou não dessas áreas, na qual a intencionalidade como um atributo subjetivo tem grande influência na decisão sobre o uso delas.

Asseveramos que em nossas entrevistas com os camponeses, ouvimos várias narrativas que refletem esse pensamento e o materializa por meio das ações que cada um planeja e aplica em suas terras, ilustrando melhor “[...] o território usado, o uso do território” (SANTOS, 1998, p.19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores que pesquisamos e citamos neste trabalho apontam que o PRONAF é uma política das mais relevantes no âmbito das políticas públicas direcionadas ao meio rural brasileiro, e se transformou no apoio mais efetivo à agricultura familiar. Até a criação do programa, praticamente nenhuma política pública nacional havia sido criada especificamente para os agricultores familiares. É necessário também lembrar que, além do PRONAF, o PNAE e o PAA, complementaram o apoio em prol da agricultura de base familiar. Houve significativo aumento na quantidade de estabelecimentos agropecuários atendidos e no montante de recursos destinados a essa categoria produtiva desde a criação desses programas.

É inegável que o PRONAF foi uma evolução na maneira do governo tratar os assuntos relativos ao campo/camponês que não está, necessariamente, integrado ao mercado ou participando da cadeia agroexportadora.

Neste trabalho procuramos abordar algumas características do programa sobre uma parte do seu público-alvo. Dessa forma, buscamos informações e dados sobre o quadro nacional para dar amplidão sobre essa política pública, e fizemos uma análise localizada em um pequeno município, no caso, Lucélia, buscando, nesse recorte territorial, conhecer qual é o alcance desse programa, para a categoria mais excluída do quadro agropecuário nacional, ou seja, o público atendido pelo Microcrédito Rural Pronaf B, conhecido como Pronafiano B. Sabemos da enorme heterogeneidade da agricultura familiar, e percebemos, em nosso contato com os camponeses, o quão é complexa essa questão. O PRONAF não considera as especificidades dos lugares, o que entendemos ser um problema, porque acaba afastando dos seus benefícios uma enorme quantidade de possíveis contemplados.

Após realizarmos vários trabalhos de campo, conversar com os camponeses, feirantes e agentes de algumas instituições ligadas à área agrícola, pudemos perceber as dificuldades dos órgãos administrativos e das pessoas com quem convivemos. Não foi nosso objetivo apontar culpados por eventuais desvios de qualquer natureza que tenhamos referenciado ao longo do nosso texto, decorrentes desses contatos que, para nós, foi intenso e muito produtivo. Mas a característica holística de uma política pública, como é o PRONAF, faz aflorar além dos possíveis

benefícios, também as possíveis instabilidades inerentes a um quadro conflituoso que se estabelece entre o beneficiado e o beneficiador, ou seja, entre o Pronafiano B e o estabelecimento bancário, que irá ou não permitir acesso aos recursos financeiros.

Assim, a partir do momento que decidimos estudar essa política pública, elaboramos os nossos procedimentos metodológicos que nos orientou durante todo o desenvolvimento desta pesquisa, e quando já estávamos adiantados no processo de pesquisa pudemos organizar um fluxograma de como os nossos contatos ocorreram. Caracterizamos o município no qual desenvolvemos nossos trabalhos de campo, apresentando dados concernentes a sua economia e, dentro desse viés, fizemos uma pequena abordagem sobre a presença do agronegócio ligado à produção de bioenergia e açúcar. Esse interesse se mostrou autêntico pelos resultados dos dados que conseguimos levantar pelas pesquisas que desenvolvemos com os dados do IBGE e do CNAE 2.0 (p. 37; 40) sobre a economia local, os quais estão demonstrados em tabelas, gráficos e quadros. Corroboraram nossa percepção de que a presença do capital globalizado atua de maneira incisiva na economia local. Inclusive quando idealizamos questionar nossos entrevistados acerca desse fator, estávamos balizados por duas proposições, primeira, a presença dessa estrutura é que sustenta o desenvolvimento econômico local.

Segundo, que essa realidade interfere decisivamente na vida do camponês, embora ele não consiga estabelecer as ligações. A manifestação dessa realidade pode ser observada pelo uso do solo, com os imensos canaviais plantados nessa região, pelos empregos oferecidos na usina e, por extensão, na cidade com seu comércio e serviços, dos quais boa parte, são para atender as necessidades dessa indústria, constatado pelos dados apresentados neste trabalho, seja pelo atrativo dos salários e seguridade social que o segmento da agricultura familiar não consegue prover, dadas as suas especificidades.

Nessa região, o processo de ocupação territorial ocorreu nos moldes capitalistas, isto é, houve fracionamento do território em lotes, que foram vendidos aos chamados colonos, assim definidos pela ideia de que era necessário colonizar o oeste paulista, marcando o avanço do capital sob o viés da produção cafeeira, em um território até então inexplorado, o que acabou conformando propriedades com áreas menores, as quais boa parte ainda se conserva assim, semelhante àquelas que visitamos. Também em decorrência dessa forma de aquisição, pela compra,

quase todos os nossos camponeses entrevistados são proprietários dos seus estabelecimentos. Encontramos apenas dois deles que estão ocupando em regime de comodato. Essa realidade também foi a causa da não existência de assentamentos neste território.

A característica mais marcante dos camponeses pesquisados, com exceção de um único camponês, é a faixa etária em que se encontram, bem próximos dos sessenta anos, ou já passaram esse limite, decorrendo dessa realidade que as aposentadorias mantêm parte significativa dos camponeses em seus estabelecimentos agropecuários.

Percebemos também que o PRONAF enquanto política pública é um emaranhado de interesses que se impõe pela força daqueles que estão em condições econômicas mais avantajadas, e o sistema bancário acaba impulsionando uma competição pelos recursos públicos alocados por essa política, de tal maneira que, sendo o Pronafiano B possuidor de poucos recursos não consegue atender as exigências feitas pelo banco, quando vai tentar um financiamento. Isso dificulta bastante para esse público, conforme apontado nos vários diálogos dos entrevistados, ao mesmo tempo em que privilegia aqueles mais abastados, ou seja, replica uma realidade de permanência do pobre como pobre, com poucas oportunidades para seu crescimento.

O PRONAF foi instituído para atender condições históricas que se impuseram devido a um quadro de pobreza e descaso do governo em relação a um elevado número de camponeses que foram muito prejudicados pelas mudanças políticas e econômicas, quando na década dos anos 1990, o Estado desregulamentou o setor agropecuário e abriu o mercado para os produtos importados. Nossa abordagem sobre esses fatos que estão bem detalhados no capítulo 2; subcapítulo 2.4, pretendeu mostrar que o poder das mobilizações sociais para mudar um quadro desvantajoso para uma grande massa de camponeses resultou na criação do PRONAF. Mas seus benefícios não chegaram a todos que necessitavam. Tanto que em 1999/2000, o governo teve que criar o programa Microcrédito Rural PRONAF B exclusivamente para atender o camponês de baixa renda, que continuou às margens do acesso aos financiamentos,

Essa realidade no município de Lucélia está presente nos dias atuais e conferimos esse quadro pelos camponeses que entrevistamos, os quais têm baixos rendimentos e muitas dificuldades para acessarem o crédito do PRONAF B.

Ademais, se uma política pública é planejada para promover o desenvolvimento socioeconômico a uma parcela de produtores, espera-se que surgirá como efeito da sua aplicação o desenvolvimento territorial. Mas, quando essa parcela tem vários obstáculos para se beneficiar, todo o processo acaba se apequenando e privilegiando determinados setores e excluindo os demais, via de regra, os mais fragilizados.

Ouvimos dos nossos entrevistados, confirmações de que vários deles já havia acessado o financiamento do PRONAF, destinado ao custeio de seus estabelecimentos, mas nenhum revelou pretensão em tentar novamente, seja por medo de contrair dívida, seja pelas dificuldades impostas pelo banco, por meio das exigências que são feitas para poder efetivar o financiamento. Entendemos ser importante frisar que nenhum nos disse que não precisava do financiamento.

Isso, pudemos confirmar quando estivemos entrevistando a funcionária da agência do Banco do Brasil, no município de Lucélia. Em determinado momento ela nos disse que essa instituição bancária é bastante seletiva, não que seja diferente das demais, são todas assim, mas isso está ligado à necessidade de apresentar resultados muito positivos aos acionistas.

Dessa forma, o camponês que não tem muitas garantias para oferecer ao banco, quando tenta tomar um financiamento, fica quase sempre excluído dos benefícios dessa linha de crédito rural que, em tese, está lá para ajudá-lo. Só cerca de 10% conseguem. Pudemos vivenciar que os camponeses que disseram ter conseguido o financiamento, o fizeram para o custeio e investimento na compra de gado, a maioria leiteiro. Alguns compraram gado para engordar. De forma muito objetiva, o crédito concedido melhorou suas condições, mas não alterou significativamente a vida de nenhum deles.

Fundamentado em todos os relatos que ouvimos, pelos resultados das pesquisas teóricas que realizamos e pelos levantamentos de dados nos órgãos públicos, acreditamos que a hipótese lançada por nós se mostrou bastante verossímil, ou seja, o PRONAF B enquanto política pública pensada para atender o segmento mais excluído do setor agropecuário nacional, não efetivou plenamente seus objetivos pois é materializado em um ambiente financeiro, e obedece as regras de um sistema que prioriza o lucro.

Percebemos que a situação é muito grave e que o crédito, ainda que subsidiado, não é uma solução. Nosso posicionamento é de que sejam necessárias

políticas que apoiem e forneçam conhecimento técnico sobre as atividades que são desenvolvidas e, políticas de formação de mercado para essa produção, considerando que o PAA e o PNAE, no momento político atual, estão sob intensa demonstração de descaso. A questão é que a política agrícola no Brasil é baseada quase exclusivamente no crédito, via sistema financeiro.

Afirmamos, portanto, que o PRONAF B como uma totalidade é mais uma política de financeirização da agropecuária e está inserida na lógica do mercado capitalista financeiro. Dos camponeses que nos disseram já terem usado esse financiamento, pudemos testemunhar em seus estabelecimentos agropecuários, que tiveram alguma melhoria, mas não conseguiram grandes avanços na produção, que criasse condições para seus filhos permanecerem no estabelecimento agropecuário e continuarem com as atividades agrícolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec. 1998.

ALMEIDA, R. A. de. **PROCERA versus PRONAF: vejo o futuro repetir o passado...** Geografia - Londrina, v. 9, n. 1, p. 83-87, jan./jun. 2000.

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. *In*: **TERRITÓRIOS, GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO**. 4 ed. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Massacre de Eldorado dos Carajás: 20 anos de impunidade e violência no campo**. Disponível em <<https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>>. Acesso em 26 ago 2018.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. (Trad.) Roberto Raposo 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **Categorias**. (Trad.) J. V. T. da MATA. Goiânia: Ed. UFG/Alternativa, 2005.

Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Lucélia. **Lucélia: sua história**. Disponível em <<http://www.lucelia.sp.gov.br/conheca-lucelia/>>. Acesso em 01 jul 2017.

Banco do Nordeste. **PROGRAMA AGROAMIGO**. Disponível em <<https://www.bnb.gov.br/agroamigo>>. Acesso em 22 out 2019.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. **Circular SUP/AOI nº. 16/2017-BNDES**. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>>. Acesso em 01 jun 2017.

_____. **Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares para investimento em sua estrutura de produção e de serviços**. Disponível em <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/PRONAF-mais-alimentos>>. Acesso em 02 abr 2019.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. (Trad.) Beatriz Medina. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BIOENERGIA DO BRASIL. Disponível em <<http://www.biobrasil.com.br/Default.aspx>>. Acesso em 01 set 2016.

BRASIL – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico – 2010**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/asp>>. Acesso em 21 jun 2017.

_____ – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 06 mai 2018.

_____ - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PORTAL DE MAPAS**. Disponível em <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>>. Acesso em 30 set 2019.

_____ – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Manual de Estrutura detalhada e notas explicativas da CNAE 2.0**. Disponível em <https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Subclasses_NotasExplicativas.pdf#page=336&zoom=auto,-82,810>. Acesso em 26 out 2019.

BRASIL. **Decreto nº. 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, Brasília, Vol. 6, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Relatório de Gestão PROCERA: Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Lei da Agricultura Familiar: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, p. 1-3, jul 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/Secretaria Especial de Agricultura Familiar. **Pequenos e médios agricultores terão mais R\$ 6 bilhões para financiamento**. Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2019/02/>>. Acesso em 08 ago 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília. 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Bancos autorizados a operar PRONAF**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_611/Bancos%20autorizados%20a%20operar%20PRONAF.pdf>. Acesso em 25 fev 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/SEAF. **Crédito Rural**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/>>. Acesso em 23 jul 2017.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em <<http://dados.gov.br/organization/ministerio-do-desenvolvimento-social-mds>>. Acesso em 16 ago 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Pequena propriedade e agricultura familiar**. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/infograficos/pequena-Propriedade-e-agricultura-familiar>>. Acesso em 20 jun 2019.

BUAINAIN, A. M. et al. A Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n.01-16, jun, 2003.

CAMPOS, J. F. de S; COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M (Orgs.). **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

CAMPOS, J. F. **Leitura dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo**. Tese. Presidente Prudente: UNESP, 2012.

CAMPOS, M. D.. A arte de Sulear-se. *In*: SCHEINER, Teresa Cristina (Coord.). **Interação museu-comunidade pela educação ambiental**. Rio de Janeiro: UNIRIO/TACNET (mimeo), 1991. p. 56-91. Disponível em <<http://sulear.com.br/beta3/wp-content/uploads/2017/03/CAMPOS-M-D-A-Arte-de-Sulear-1-1991A.pdf>>. Acesso em 02 mai 2019.

CARTER, M. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. *In*: **COMBATENDO A DESIGUALDADE SOCIAL: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Miguel Cartes (Org.). (Trad.) Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. *In*: **COMBATENDO A DESIGUALDADE SOCIAL: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Miguel Cartes (Org.). (Trad.) Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, J. B. de; PANOSSO, A. R.; SABBAG, O. J.; TARSITANO, M. A. A. **Desempenho da produção agropecuária dos municípios pertencentes ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Andradina, SP, Brasil**. Revista Interações. vol. 18 nº. .2 Campo Grande Apr./June 2017.

CARVALHO, H. M. de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 304 p.

CASTRO, I. E. de. O Problema da escala. in **Geografia: conceitos e temas**. Iná Elias de Castro; Paulo César da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009, 352p.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. **Migrantes: êxodo forçado**. Coord. Luiz Bassegio; Isabel de Carvalho. São Paulo: Edições Paulinas, 1980. 107 p.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. 62 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. (Trad.) Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974. 342 p.

_____. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In: CHAYANOV E O CAMPEPINATO*. CARVALHO, H. M. (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2014. 304p.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Que é filosofia?** (Trad.) Bento Prado Jr.; Alberto Alonso Munhoz. Eletrônico, 2017.

DESCARTES, R. **Discurso del método**. (Trad.) M. García MORENTE. Eletrônico: ePub, v.10: Horus, 2012.

DESMARAIS, A. A. **A via campesina: a globalização e o poder do campesinato**. (Trad.) Carlos A. S. N. Soares. São Paulo: Cultura Popular; Expressão Popular, 2013.

Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA. **O QUE É O MÓDULO FISCAL**. Disponível em <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em 01 fev 2019.

FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Disponível em <<http://www.agencia.cnptia/novoretrato.pdf>>. Acesso em 08 jun 2016.

_____. Programa de Cooperação Técnica. **Apoio à modernização do setor público para o melhoramento da segurança alimentar e a redução da pobreza nas áreas rurais**. Santiago: Oficina regional da FAO para América Latina e Caribe, 2005.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, B. M. **CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO CAMPEPINATO BRASILEIRO: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST (1979 – 1999)**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – FFLCH, Departamento de Geografia, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Movimentos sócio territoriais e movimentos sócio espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera. Ano 8, nº. 6, jan/jun 2005.

_____. **QUESTÃO AGRÁRIA: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. *In: Buainain, A. M. (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005a.

_____. Sobre a tipologia dos territórios. in SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. Entrando nos territórios do território. in PAULINO, E. T.; PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (Orgs.). **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

_____. **Por uma educação do campo**. Clarice Ap. dos Santos (Org.). Brasília: Incra; MDA, 2008c.

_____. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M. et al. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Debate Séries, n. 2. Roma: International Land Coalition-ILC, 2012.

_____.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **O Uso da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. Ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, R. M. **A definição de Pequeno Estabelecimento agropecuário: a indefinição legal e o entendimento dos tribunais**. <<http://fjradvogados.jusbrasil.com.br/noticias/126322854/a-definicao-de-pequena-propriedade-rural>>. Acesso em 19 jun 2015.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e terra, 1975.

GALEANO, E. **As veias abertas da América latina**. Col. Estudos latino-americanos. Vol. 12. (Trad.) Galeno de Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GIRARDI, E. P. FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M. et al. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GIRARDI, E. P. **Proposição Teórico-metodológica de uma geografia crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista-Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2008.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**.

Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, Xico. O Drama dos com-terra. *in* **Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**. Brasília, v.45, n. 2, p. 16-32, abr/jun, 2007.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. (Trad.) Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: Eduff/Contexto, 2002.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. (Trad.) Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Urbanismo y desigualdad social**. (Trad. Espanhol). Marina Gonzalez Arenas. Madrid: Siglo XXI de España Editores. 1977.

HÉLIO DA SILVA, J.; VALÉRIO, V. O. J. **Um perfil da expansão canavieira na Alta Paulista**. Revista Pegada. Presidente Prudente. vol. 10 n.1, p. 46, jun 2009.

HUBERMAN, L. **HISTÓRIA DA RIQUEZA DO HOMEM**. (Trad.) Waltensir Dutra. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IEA - Instituto de Economia Agrícola. **Tabela de salários**. Disponível em < http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/precorsalarios.aspx?cod_tipo=6&cod_sis=13>. Acesso em 10 set 2019.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. (Trad.) C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. (Trad.) Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LACOSTE, Y. **OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS**. (Trad.) Diva Benevides Pinho. 6. Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. **GEOGRAFIA: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. (Trad.) Maria Cecília França. 2. Ed. Campinas: Papyrus, 1989.

_____. **CONTRA OS ANTITERCEIROS MUNDISTA E CONTRA CERTOS TERCEIROS MUNDISTAS**. (Trad.) Márcia Nogueira de Albuquerque. São Paulo: Ática, 1991.

LAMARÃO, S.; MEDEIROS, L. S. de.; **ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>> Acesso em 03 jan 2020.

LAMARCHE, H (Coord.). **A Agricultura familiar**. (Trad.) Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LENIN, V. I. **Obras escogidas**. (Trad.) V. Uribes. Tomo I. Moscú: Editorial Progreso, 1975.

MAIA, G. B. da S.; PINTO, A. de R. **AGROAMIGO: UMA ANÁLISE DE SUA IMPORTÂNCIA NO DESEMPENHO DO PRONAF B**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 9-20, jul., 2015.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da terra**. 9. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MATTEI, L. **IMPACTOS DO PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: MDA; Nead, 2005.

MATTOS, L. M. **Temer esvazia programas para o campo e põe em risco a merenda escolar**. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/temer-esvazia-programas-para-o-campo-e-poe-em-risco-a-merenda-escolar/>>. Acesso em 15 mar 2019.

MEDEIROS, L. S. de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ e UNRISD, 2002.

MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A. **ESCALA GEOGRÁFICA: noção, conceito ou teoria?** Revista Terra Livre. Ano 23, v.2. n.29. Presidente Prudente: ago/dez/2007.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. (Trad.) Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIRANDA NETO, M. J. **A Nova economia mundial e as crises**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-VIP, 1985.

MOREIRA, R. **O Que é Geografia**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O Pensamento geográfico brasileiro**. Vol. 1. 2 ed. 3 reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

MOVIMENTO SEM TERRA. VI Congresso Nacional do MST. **Cartilha do Programa Agrário do MST**. Brasília, 2013.

NAVARRO, Z. Agricultura familiar e a nova fase da agricultura brasileira. *in* **Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

_____. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? *in* **O MUNDO RURAL NO BRASIL DO SÉCULO 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. A. M. Buainain; E. Alves; J. M. da Silveira; Z. Navarro (e.t.). Brasília: Embrapa, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULILO, M. A. S. **A PESQUISA QUALITATIVA E A HISTÓRIA DE VIDA**. Serviço Social em Revista. Ano 1, v. 2, n.1. Londrina: Jan./Jun/1999

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCÉLIA. **Cidade é pioneira na região**. Disponível em <<http://www.lucelia.sp.gov.br/conheca-lucelia/>>. Acesso em 20 jul 2016.

RAFFESTIN, J. C. **POR UMA GEOGRAFIA DO PODER**. (Trad.) Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Essência, origem e difusão da civilização. *In*: **Ratzel: Geografia**. Org. Antonio C. R. de Moraes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RECLUS É. **Geografia**. (Trad.) B. F. Ramiz Galvão. Org. Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Ática. 1985.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**. São Paulo: Editora Vozes, 1978.

SAATH, K. C. de O.; FACHINELLO, A. L. **Crescimento da Demanda Mundial de Alimentos e Restrições do Fator Terra no Brasil**. Vol. 56, Nº 02, p. 195-212, Abr./Jun. 2018. Piracicaba: RESR Impressa em Julho de 2018.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHIAVON, E. O. **PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: Conselho Regional de Desenvolvimento Rural; Escritório de Desenvolvimento Rural de Tupã**. Disponível em < www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_cr/39_23_11_2010_PRDRSTupaV1.doc>. Acesso em 18 mar 2019.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo agropecuário 2006**. Brasília: IPEA, 2014.

SEBASTIÃO, L. F. T. **DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA FAMILIAR: AVALIAÇÃO DE UM PROJETO DE INTERVENÇÃO**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2002.

Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo – SAP. **Quadro de distribuição das unidades prisionais**. Disponível em <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html#>>. Acesso em 28 fev 2019.

Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. **Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow)**. Disponível em <<https://agricultura.sp.gov.br/>>. Acesso em 04 mai 2019.

SILVA FILHO, J. B. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF**. Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em 17 mai 2016.

SOARES, L. **Financiamento ou Financiamento: qual a diferença?** Disponível em <<https://jurosbaixos.com.br/conteudo/emprestimo-ou-financiamento-o-que-e-melhor-qual-diferenca/>>. Acesso em 15 fev 2019.

STOLF, R. **Metodologia de avaliação de falhas nas linhas de cana-de-açúcar**. STAB, Piracicaba, v. 4, n. 6, p. 22-36, jul./ago. 1986.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. Revista Electrónica de Geografía y ciencias sociales. n. 93. Universidad de Barcelona, Barcelona, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A.; PONTE, K. F. da; ALVES, J. **Geografia e trabalho no século XXI**. Vol. 6. Presidente Prudente, 2011.

VELOSO, F. **POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS (SP): O PRONAF E O PAA**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista-UNESP, Faculdade de Ciência e Tecnologia, campus de Presidente Prudente/SP. 2011.

VILAR, I. **Imposto sobre lucros e dividendos geraria R\$ 43 bi ao ano**. Disponível em <[https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Imposto-sobre-lucros-e-dividendos-geraria-R\\$-43-bi-ao-ano/7/34522](https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Imposto-sobre-lucros-e-dividendos-geraria-R$-43-bi-ao-ano/7/34522)>. Acesso em 01 abr 2019.

WANDERLEY, Maria de N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. **O CAMPESINATO BRASILEIRO: uma história de resistência.** Revista de Economia e Sociologia Rural. V. 52. Supl.1 Brasília, 2014, p. 25-44.

WOLFFENBÜTTEL, A. **O que é? - Spread Bancário.** Revista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. Ano 1. ed. 5 - 2004.

WOLFORD, W. Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência. *In: COMBATENDO A DESIGUALDADE SOCIAL: o MST e a reforma agrária no Brasil.* Miguel Cartes (Org.). (Trad.) Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo.** (Trad.) Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia: O Camponato como ordem moral.** Anuário Antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

WUTKE, E. B., *et al.* **Relatos de Ocorrência de Animais Silvestres e de Danos Causados em Culturas de Interesse Comercial no Estado de São Paulo.** Disponível em <http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/publicacoes_online/pdf/Documentos%20IAC%20110.pdf>. Acesso em 28 set 2018.

APÊNDICE 1

Transcrições de todas as entrevistas realizadas

Passamos a qualificar as pessoas que entrevistamos, tomando a cautela de não expormos seus nomes, nem a localização de seus estabelecimentos agropecuários, pois foi um compromisso ético assumido por nós e que repassamos a todos eles, salvo aqueles que nos autorizaram a fazê-lo.

O presidente da ASSORURAL foi o primeiro contato para iniciarmos o nosso trabalho de campo. Ligamos e marcamos uma entrevista na sede. Foi ele quem nos indicou a feira-livre que se realiza na praça da matriz, às quartas-feiras, a partir das 16h se estendendo até por volta das 21h.

Entrevistado A: No dia 28/02/2018, às 18h fomos para Lucélia, onde ocorreu essa nossa primeira entrevista com um camponês. Iniciamos às 18h25 e às 20h45 encerramos. Ela aconteceu na feira-livre onde ele tem uma barraca que vende legumes e frutas, alguns produzidos no sítio de seis alqueires (14,52 ha) que ficou com sua mulher, filho e nora. Ele tem 57 de idade, é desquitado e convive com sua atual companheira na cidade, mas continua trabalhando a terra em outros estabelecimentos rurais, inclusive aquele onde estão seus familiares, como temporário. Explica a sua formação de trabalhador rural da seguinte forma: *comecei a trabalhar na roça quando tinha quatorze anos, quando terminei o ensino fundamental e meu pai me dava pequenas tarefas e me fazia trabalhar no sítio que a família tinha arrendado. Ele me ensinava tudo o que sabia sobre a plantação e isso me ajudou muito.* De cor parda, bem educado e fala mansa, a sua religião acompanhou a de seus pais que eram católicos. Casou-se aos vinte anos, mas atualmente é desquitado. Quando era casado trabalhava com seu sogro nas terras da família e quando se separou da primeira mulher, ela, juntamente com os três filhos homens e uma mulher permaneceram morando lá já que a recebeu em herança, Ele se relaciona bem com a ex-mulher e vai ao sítio plantar ou colher alguns produtos como hortaliças, frutas e legumes para revender na feira-livre e de porta em porta, repartindo o que ganha nessas vendas com ela. Disse também que costuma plantar feijão quando percebe que o preço estará bom. Atualmente, só um filho após se casar permanece com a mãe no sítio, portanto, *três pessoas moram e trabalham a terra. Eles que estão lá também produzem leite e entregam na ASSORURAL e com o leite conseguem mais ou menos uns 70% do dinheiro do mês. Os demais foram embora para a cidade e não querem trabalhar na roça. Ganha mais na cidade.* A sua renda familiar mensal bruta está entre um a dois SM e ela é composta pela venda que faz diretamente ao consumidor, na feira com alguns produtos agrícolas da roça que mantém em conjunto com sua ex-mulher e filho e outros produtos que adquire com um intermediário. Eles não contratam mão de obra externa e possuem um trator, arado, pulverizador dorsal. Fazem uso regularmente de sal para o gado, vacinas e veneno nas plantas para acabar com as pragas. Disse que não tem nenhum apoio técnico, seja do município, da CATI, ou da ASSORURAL e que nunca entregou nenhum produto para os programas do governo, mas que conhece o PRONAF e que já utilizou desse financiamento por uma vez. O valor

financiado na época foi de seis mil reais, na modalidade de custeio²² e serviu para se manter até a colheita e venda do que plantou. No banco foi dada como garantia *parte do gado que tinha lá no sítio, mas eu não voltaria a usar novamente pois os juros estão altos, a carência é pequena e o rebatimento muito pouco, além do banco estar pedindo um avalista para dar os financiamentos, e é aí que a coisa enrosca. As pessoas têm medo de você não pagar, e o banco sequestrar o estabelecimento. Isso dificulta muito para o pequeno.* Em relação às possíveis melhorias que ele teve quando conseguiu o financiamento foi categórico e afirmou que *as melhorias que consegui com o financiamento foi em relação à produção que deu uma subida no sentido de eu ter conseguido melhores sementes, no caso eu estou falando do feijão e do algodão. Mas também serviu para dar uma arrumadinha na casa e na propriedade, melhorar a cerca e isso fez me sobrar um pouquinho de dinheiro daquilo que eu conseguia vender e comprei novos utensílios domésticos e alguns eletrodomésticos.* Quando perguntamos se ele planta café respondeu que *não por usar muito mão de obra e ela está muito cara, além de ser difícil de encontrar.* Em relação à sua percepção sobre a existência da usina e as possíveis ligações entre o agricultor familiar e ela, de pronto respondeu que não via nenhuma aproximação. Para finalizar o questionário perguntamos quem deverá assumir o estabelecimento quando já não existir mais condições físicas do casal tocar o trabalho e ele respondeu *que será o filho que já está morando no sítio, conhece o serviço e dá conta dado que ainda é novo.* Terminada a entrevista, permanecemos em sua barraca na feira, participando e ajudando nas vendas, conversando muito com os clientes e com ele. Retornamos outras vezes para conversarmos e vivenciar o movimento de seus negócios e sua forma de se relacionar com o público. Percebemos então ser ele uma pessoa que conhece e é muito conhecido pela população local, no que ele explicou que *a gente mora aqui há muitos anos e como a cidade é pequena, e eu trabalhando no comércio, é natural que as pessoas me conheça.* Agradecemos imensamente a ele porque foi por meio desse seu conhecimento que tivemos contato com muitos outros agricultores dos quais entrevistamos alguns. Ele se mostrou bastante colaborativo e ofereceu a nos acompanhar e apresentar vários outros agricultores, indo conosco e permanecendo em alguns sítios por todo o tempo que realizávamos as entrevistas. Encontramo-nos outras vezes quando visitamos a cidade de Lucélia e passamos horas conversando, pois assunto não falta. É uma pessoa muito agradável e disponível e foi com quem aprendemos que os agricultores familiares dessa região não falam em hectares quando se referem ao tamanho dos estabelecimentos rurais, mas somente em alqueires, o que nos obrigou a aprender rapidamente a converter mentalmente esse jeito de dimensionar as terras, para as referências que aprendemos na Academia²³.

Entrevistado B: Ocorrida no dia 12/03/2018, com início às 09h10 e encerrada às 10h30. Esta foi uma pessoa que nos surpreendeu muito positivamente desde o

²² Vamos utilizar o conceito de *custeio* segundo o PRONAF. Para o Programa é: custeio agrícola financia o pagamento das despesas com o preparo do solo, plantio, adubação, tratos culturais e colheita (MDA, 2017, n.p.).

²³ A título de esclarecimento, há várias medidas quando se refere a alqueire. Dependendo do Estado em que se encontra ele tem um tamanho. Neste trabalho, sempre estaremos nos referindo ao alqueire paulista que mede 24.200m², equivalente a 2,42 ha. O hectare tem uma única medida em todos os estados, ele mede exatamente 10 mil metros quadrados (10.000 m²).

momento em que nós o avistamos no meio da sua roça de quiabos, onde fazia a colheita para ir vender. Nesse sítio o entrevistado A acompanhou e apresentou-nos como pesquisadores da UNESP, e nós também nos identificamos apresentando a carteirinha de estudante fornecida pela Universidade. Como não queríamos atrapalhar seus afazeres, acompanhávamos a sua colheita enquanto conversávamos. O entrevistado A durante todo o tempo da entrevista, que durou uma hora e vinte minutos, ajudou a colher os quiabos e entre brincadeiras e depoimentos criamos um clima de cooperação. Já na chegada ao sítio dele vimos que era uma pessoa nova, o que comprovamos com o início da nossa conversa quando ele disse que tinha 37 anos. De cor branca revelou que sua religião é evangélica, o que nos surpreendeu de novo considerando que a nossa concepção religiosa sobre o homem do campo é de que seriam invariavelmente todos católicos. Continuamos a conversa e lhe perguntamos sobre a sua formação escolar e ele revelou que *eu estudei até o curso técnico em agricultura pela Escola Técnica Estadual ETEC de Adamantina*. Outra surpresa pois imaginávamos que encontraríamos pessoas somente com o ensino fundamental. Nesse sentido não estávamos totalmente errados, e veremos essa realidade em outras entrevistas. Ele nos disse que seu estado civil é casado e que a condição em que mora no sítio é *de comodato, explicando que, a área pertence à família e meu pai e meus irmãos concordaram que eu ficasse aqui até que a herança seja repartida e seja destinado um pedaço de terra para cada um. Atualmente, o tamanho do sítio que ocupo é de dez alqueires (24,200 hectares), mas já foi bem maior*. Perguntamos-lhe há quanto tempo é agricultor, no que respondeu em tom de brincadeira que *desde que eu nasci porque isso ocorreu na fazenda do meu pai, então como eu já estava na roça, foi só crescer um pouquinho. Mas trabalhar a terra, desde os onze anos eu mexo com isso, só tirava o tempo de estudo e quando eu chegava da escola ia ajudar na roça e depois, à noite quando escurecia, o pai me colocava para fazer as lições*. Em relação ao número de pessoa que residem no sítio, disse ser *três: a mulher, um filho de três anos e eu*, a renda familiar gira em torno de um SM e *a composição da renda familiar é formada pela venda do leite na ASSORURAL e os produtos que a gente cultiva aqui. A venda do leite forma aproximadamente 70% da renda mensal*. Não contrata mão de obra externa à família e possui um trator. Faz uso de insumos agrícolas como *ração e produtos para o gado, veneno para a plantação e adubo industrial*. Não recebe nenhum apoio técnico do município ou da Casa da Agricultura, mas, *como tenho uma formação voltada para essa área, eu me viro com meus conhecimentos técnicos*. Sobre o que produz e como comercializa (participação em programas de fornecimento de alimentos): *o leite eu entrego na ASSORURAL e os produtos que planto eu comercializo de porta em porta*. Disse que nunca participou de programas governamentais e *nem quer participar por causa da enorme burocracia. Conheço o PRONAF e já utilizei por uma vez. Na época o valor financiado foi de sete mil Reais, na modalidade de investimento e veio integral, sem nenhum desconto. Eu usei o dinheiro no cercamento da área e também foi usado na compra de gado. Como garantia dada ao banco eu empenhei um pouco do gado que tinha, mas eu não voltaria a usar novamente. Acho que os juros são altos e tem pouca carência. Se eu usar para comprar novilhas para a reprodução e produção do leite, terei que começar a pagar o financiamento antes que esse investimento comece a dar retorno, o que dificulta muito a situação*. Em relação às melhorias que o financiamento trouxe em sua vida afirma que *melhorou o rendimento familiar e possibilitou dar melhores condições à família, pois adquiri as coisas que faltavam ou troquei algumas por mais novas, como uma TV*. O

entrevistado B também disse que não planta café, *dá muito trabalho e a mão de obra está muito cara, além de um longo tempo para começar a produzir e retornar o investimento. Se eu pegar um financiamento para fazer o plantio do café, antes dele me dar um retorno, eu terei que começar a pagar as mensalidades e aí, com que dinheiro?* Em relação ao agricultor familiar e a existência da usina de cana, também afirmou que *não vejo nenhuma ligação já que ela é muito grande e produz açúcar para exportação. Mas eu não arrendo a terra para plantar cana senão, eu fico nas mãos deles e eles querem toda a terr., Como eu sustento o meu gado? E vou morar onde? Quero a minha independência para plantar e vender e acredito que é assim a minha realização enquanto proprietário e a agricultura é melhor.* À pergunta sobre quem deverá assumir a rotina quando já não existir mais condições físicas do casal tocar o trabalho, ele foi taxativo e respondeu com firmeza: *eu ensino o meu filho que isso é dele e ele é quem vai tomar conta.* Ao nos despedirmos fomos contemplados com uma sacolinha cheia de quiabos, que depois dividimos com o entrevistado A.

Entrevistado C: Realizada no dia 22/03/2018, iniciando às 08h40 e terminando às 10h. Um casal extremamente simpático e receptivo que nos foi apresentado pelo entrevistado A, na feira-livre, onde eles mantêm uma banca e vendem os produtos que cultivam em seu sítio. Ele tem 61 anos e ela tem 55, são de cor branca e a religião que professam é a adventista, mais uma surpresa. A escolaridade de ambos é ensino fundamental incompleto sendo que ela, de forma descontraída, insistiu para que anotássemos que *naquela época os pais diziam que as mulheres não precisavam estudar, era só saber cuidar da casa e do marido que ele dava tudo o que a gente precisava e mesmo assim, eu ainda consegui estudar até o quarto ano.* Nós já tínhamos percebido que ela era muito descontraída e afirmativa, pois na feira era quem organizava toda a barraca, colocava os preços, conversava com os clientes, cobrava e fazia o troco. O marido conseguiu estudar *até o sétimo ano, quando eu abandonei a escola para ajudar o pai na roça.* Ele é mais retraído e fala pouco, somente o que era perguntado. Eles são casados há *trinta e seis anos e a propriedade foi comprada há trinta.* É um sítio de cinco alqueires (12,10 ha) e são agricultores desde pequenos, mais de quarenta anos. No estabelecimento rural moram quatro pessoas; o casal, uma filha, e um velho conhecido que ajuda a executar os serviços rotineiros da roça. É uma mão de obra externa que *já faz parte da família, brinca a esposa. Os outros dois filhos, um homem e uma mulher se casaram e foram morar em outras cidades, trabalhando em serviços diferentes da roça. A minha filha que mora com a gente está estudando Direito, e trabalha na cidade em um escritório de revenda de seguros.* Segundo o casal a *renda familiar mensal está entre dois a três SM, excluindo o salário da filha porque aquele é dela para conseguir estudar.* A composição da renda familiar é formada pelas vendas *de tudo o que é produzido aqui na roça. Só não trabalhamos com o leite.* Além dessas pessoas que residem no estabelecimento, eles disseram que contratam esporadicamente *mais quatro pessoas para ajudar na plantação e cuidados com a cultura de urucum. Hoje a gente planta perto de dois alqueires, mas estamos pensando em dobrar essa área, pelo motivo do urucum estar dando um bom retorno. A gente deixa um pedacinho de terra para formar pasto para o gado que é pouquinho e produz pouco leite, somente para o consumo da família e o que sobra a gente vende para alguns conhecidos na cidade.* Nesse ponto da conversa questionamos se não é arriscado apostar em uma única cultura já que vimos vários sítios nesta região que também estão plantando o urucum, o que poderia causar uma superprodução e baixar muito os preços, como ocorreu com a mandioca e

outras culturas. Mas ela disse que *isso é difícil de ocorrer, segundo o comprador que é da Bahia e já disse que a procura está muito grande e falta o produto no mercado, principalmente para a indústria de tingimento*. Na continuidade da nossa entrevista perguntamos se eles têm a posse de máquinas ou implementos agrícolas, e ela disse que sim. Eles têm um trator, um tombador e uma grade, inclusive em uma das nossas visitas ao sítio, a encontramos arando a terra com o seu trator e brincamos depois dizendo que achávamos um trabalho pesado no que ela respondeu que *se a gente não mete as caras não sai nada e é perigoso dar a máquina nas mãos de qualquer um e eles não têm cuidado e quebra as peças*. Também admitiram o uso de veneno para *controlar as pragas, principalmente com o maracujá*. Nesse tipo de cultura, além do veneno é necessário o uso de proteção contra os roedores, neste caso especificamente, *contra os lebrões que roem os caules e são capazes de destruir em uma noite apenas, toda a plantação de maracujá*. *A gente tem perto de meio alqueire com o maracujá. Hoje o preço não está bom porque tem muita oferta, mas ajuda a trazer um dinheirinho. Às vezes o preço do mercado é bom, ou quando ele abaixa muito, a gente vende na feira que também é bom, ou para o intermediário. A gente vende para quem pagar mais*. Quando nós perguntamos se recebiam alguma assistência técnica por parte dos órgãos municipais ou por meio da Casa da Agricultura, a reação da entrevistada foi uma enorme gargalhada, e disse que *isso é como cabeça de bacalhau, todo mundo sabe que existe, mas ninguém nunca viu*. Depois ela pediu desculpas pela brincadeira e explicou que *o pessoal da CATI é somente para mexer com os papéis deles, a tal burocracia e de vez em quando, para os proprietários que tem ligações políticas ou grandes fazendas. A gente sabe disso pois conhece muita gente, conversa e ouve as histórias que são contadas na cidade*. Confirmou que a sua produção está centrada, no momento, em maracujá, legumes e urucum. A comercialização é como já vimos, na feira, em mercadinhos e algumas vezes com os intermediários que levam o maracujá para a CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), em Presidente Prudente. Algumas vezes ela também faz vendas porta em porta. Disse que nunca participou de nenhum programa do governo para o fornecimento de alimentos, mas que conhece o PRONAF, que já utilizou desse financiamento por duas vezes. Que os valores financiados foram de cinco mil Reais de cada vez e que os financiamentos foram na modalidade de custeio e investimento e serviu para a manutenção da família e alguma melhoria na cerca, na roça e na casa. Falou que nas duas vezes o banco aceitou o seu trator como garantia, mas que antes insistiu em um avalista. Afirmou que *ainda a gerente liga para oferecer o financiamento, mas não quero fazer mais já que é uma preocupação permanente se vai dar para pagar*. Perguntamos quais foram as melhorias que o financiamento trouxe em sua vida, e ela afirmou que *serviu para comprar umas coisinhas para a casa e pôr outras coisas que estavam faltando no sítio, como refazer a cerca*. Andamos pelo sítio e não vimos pés de café, mesmo assim perguntamos se já plantou, no que ela disse que não. Falta gente para trabalhar e quando acha é muito caro, pois alguns conhecidos que plantaram disseram que os ajudantes pedem salários altos, além de ser uma cultura que demanda um grande tempo para dar retorno e os preços que pagam variam muito. Quando fizemos a pergunta sobre qual a relação entre o agricultor familiar e a usina de cana que eles poderiam apontar, ambos responderam que não viam nenhuma relação e ela arrematou: *eles lá e a gente aqui*, afirmando também que já vieram fazer proposta, mas *não queremos arrendar as terras para a plantação de cana porque a usina vem, arruma o terreno de acordo com as necessidades deles e*

*quando a gente não quer mais arrendar, eles viram as costas e deixa a terra de qualquer jeito, suja, com a cana plantada e é a gente que tem de limpar. Falo isso pois tenho alguns conhecidos que arrendaram e tiveram esses problemas, arrematou ela. Para finalizarmos a entrevista, perguntamos quem deverá assumir o estabelecimento rural quando já não existir mais condições físicas do casal tocar o trabalho. Pensativa ela respondeu: *não sabemos, talvez algum filho, ou eles vendem tudo e dividem o dinheiro*. Ao nos despedirmos ela pediu para esperarmos um momento, saiu e voltou com uma sacolinha cheia de maracujás que produzem, nos entregou e disse que era para fazermos suco, no que agradecemos e fomos embora.*

Entrevistado D: Concretizada no dia 26/03/2018, com início às 09h14 e término às 10h15. Esse entrevistado nos foi indicado pela entrevistada C, pois os sítios são vizinhos. Tempos depois, em outras entrevistas comentamos sobre essa indicação e ficamos sabendo que esses vizinhos já haviam discutido e não tinham um bom relacionamento, porque o gado de ambos já havia invadido os sítios, estragando as plantações. Como de costume, nesse estabelecimento rural os primeiros anfitriões que nos receberam foram seis cães que cercaram nosso veículo e, por precaução, não saímos até que a camponesa apareceu e os afastou, nos conduzindo até uma varanda onde nos acomodamos em cadeiras de madeira, em volta de uma mesa também de madeira. Logo em seguida chegou o proprietário que se assentou ao nosso lado. A proprietária se retirou e só retornou quando nos despedíamos para irmos embora. Aqui o entrevistado A não nos acompanhou, fomos sozinhos. Fizemos as apresentações pessoais e os propósitos da nossa visita. Contando com a anuência do proprietário iniciamos a entrevista com a identificação do casal. Ele tem 60 anos e ela também tem 60; são de cor branca e professam a religião católica. Ele estudou até o segundo ano do EM, ela estudou até a sétima série do EF, ambos nasceram no Estado de São Paulo. É membro da ASSORURAL, do Sindicato e cooperado da COLELU de laticínios local. É o proprietário do sítio que adquiriu por meio de compra, e o tamanho é de cinco alqueires (12,10 ha). Disse que embora sua origem seja na roça, nem sempre trabalhou no campo. Teve uma época em que foi para a cidade arrumar um emprego, mas que não conseguiu se acostumar com aquele tipo de vida e voltou, arrumando serviço em fazendas, onde era empregado em atividades administrativas dada à sua formação educacional mais adiantada e, com isso, foi angariando dinheiro até que há dezenove anos, conseguiu comprar o sítio em que moram atualmente. Assim, disse que *já trabalho na roça há trinta anos. Temos dois filhos. Todos moram e trabalham em cidades, ambos são servidores públicos estaduais. Aqui na propriedade vive eu e a patroa somente*. Segundo declarou, *a renda mensal da família gira em torno de dois SM, sendo que essa renda é composta pela aposentadoria da esposa e pelo leite que eu entrego na COLELU, o que dá uns 70% do total. Eu ainda não preciso contratar mão de obra externa à família pois está muito cara e difícil de achar e estou dando conta do serviço*. Fez uma observação interessante que tínhamos ouvido semelhante de outros agricultores, quer seja: *parece que ninguém mais quer trabalhar na roça. Dizem, que ganha pouco e o serviço é pesado*. Afirmou que não tem máquinas ou implementos agrícolas e que quando precisa para revirar o pasto, pega na ASSORURAL. *Só uso o sal mineral para o gado e as vacinas. Quando eu preciso de assistência técnica contrato um particular em razão do município e a Casa da Agricultura não ter ninguém que possa me auxiliar nessa necessidade. Eu acho que tanto o Sindicato quanto a ASSORURAL deveriam abrir canais para a venda dos*

*produtos do agricultor, por exemplo, um box na CEAGESP de Presidente Prudente. Também esclareceu que atualmente só produz o leite e entrega na cooperativa existente no município, mas que já participou do PAA. Nesse momento, ele estendeu sua mão e mostrou uma área plantada com mandioca e disse *mas veja esta plantação de mandioca, ela vai para o gado e o governo diminuiu muito a verba desse programa e as compras praticamente foram encerradas. Ainda bem que eu tenho o gado e posso alimenta-los com isso, senão, eu perderia tudo, ou teria que dar a um intermediário. Eles sabem da situação difícil do agricultor e oferecem o mínimo, quase não paga nem o trabalho da colheita, mas é assim, se quiser pega senão...* Quando perguntamos sobre o PRONAF, ele respondeu que conhece o programa, mas que não utilizou e esclareceu: *nunca quis vez que é uma dívida que a gente assumi e tem que pagar. O banco não quer saber, ele quer o dinheiro dele de volta, de um jeito ou de outro. Olha o meu caso, se eu tivesse pegado um financiamento para plantar a mandioca. Vem esse governo e corta as verbas, pára as compras e não quer saber do agricultor se ele tem dívidas ou não, vira as costas e você que se resolve. É muito descaso com o agricultor.* Perguntamos sobre o café, se ele já plantou e a resposta foi: *já plantei. Não planto mais pois dá muito trabalho e não tem gente para trabalhar, quando acha é muito caro que nem chega a compensar. E mesmo pagando caro pela mão de obra, o sujeito faz um serviço ruim, precisa da gente ficar em cima olhando senão, deixam os grãos caírem no chão, ou não colhem todos os galhos. Mas o café, com o tempo que leva para produzir e o preço que muda no mercado, não compensa porque se pegar um financiamento, o banco quer receber logo e é uma cultura que demora anos até retornar algum dinheiro. Até isso acontecer, você precisa de um dinheiro para se manter e os bancos não te dão esse prazo.* Em relação à existência da usina de cana no município ele acha que entre o camponês e a usina de cana não tem nada a ver, *cada um com o seu negócio.* Quando a pergunta foi sobre quem deverá assumir o estabelecimento quando já não existir mais condições físicas do casal tocar o trabalho, ele ficou pensativo por algum tempo e respondeu *não sei. Os filhos já têm seus empregos e não vão querer deixar a cidade para vir morar na roça. Lá ganham mais.* Quando já nos despedíamos a sua esposa se aproximou, serviu um cafezinho, depois pegou alguns abacates que estavam em cima da mesa e nos deu. Esse foi um dos poucos momentos em que ela apareceu e ele disse *esses abacates eu plantei para vender, mas não tem quem colha, os intermediários querem levar as caixas praticamente de graça então, eu pego e consumo aqui em casa, ou então ponho na ração do gado que eles gostam, ou dou para os amigos.**

Entrevistado E: Efetuada em 30/04/2018, às 08h00 e encerrada às 11h25. Esse entrevistado nos foi indicado por um colega que nasceu nesse bairro rural de nome oficial GUATAPORANGA, conhecido muito pelo nome popular de MIL ALQUEIRES, pois antigamente a fazenda que existia lá tinha esse tamanho, segundo as histórias que ouvimos. E foi para onde nos dirigimos. Ele nos acompanhou e apresentou esse entrevistado. Rodamos cerca de dez quilômetros por uma estradinha de terra até esse sítio e quando lá chegamos, o casal que nos recebeu não se lembrou de imediato do nosso acompanhante porque fazia vinte anos que ele tinha se mudado para a cidade e não retornado mais. Ele começou a perguntar e citar as pessoas que antes de sua partida residiam em sítios próximos, se identificando como filho de um antigo morador do local. Daí sim veio a lembrança do casal sobre a família do nosso acompanhante. Passado esse momento, fomos muito bem recebidos e convidados a adentrar na casa, onde nos sentamos em cadeiras de balanço

colocadas na varanda. Fizemos uma breve explanação pessoal e sobre os nossos objetivos para, logo em seguida, iniciarmos a nossa entrevista. Tanto o proprietário quanto a proprietária foram muito amáveis. Ela falava muito mais do que ele, mas ambos queriam conversar e responder as perguntas que eram feitas, até que, passados muitos minutos, chegou um dos filhos do casal, visto que eles têm dois. Um deles mora em outra cidade trabalhando em outras atividades diferentes da agricultura. Ficamos sabendo então, após as apresentações, que esse rapaz trabalha na usina como mecânico de manutenção. Ele está próximo da sua aposentadoria e quando isso acontecer pretende ir morar no sítio e tocar a roça. Mas faltam seis anos para isso ocorrer. Iniciamos a nossa entrevista e identificamos o proprietário que nos disse ter setenta e quatro anos de idade e a sua esposa tem sessenta e oito. Ambos são brancos, de religião católica e costumam ir à capelinha que foi construída em um terreno doado pelo antigo proprietário de toda a gleba, há muitos e muitos anos. Disse-nos que *antes quando nós éramos mais novos e a família estava junta, íamos todos os domingos à missa, mas agora, com a idade e os problemas de saúde, a gente quase não sai de casa. Fica eu e a mulher tocando o trabalho. Quando algum vizinho convida a gente vai junto, mas isso é quando esse vizinho também está bem de saúde.* Ele disse que aqui *quase só tem as pessoas mais idosas. Os mais jovens saíram em busca de trabalho e melhores oportunidades nas cidades. Tem um ou outro que resolveu ficar e trabalhar com os pais, ou é dono de um pedaço de terra, mas bem poucas pessoas mais novas ainda moram por aqui.* Restaram pouquíssimas pessoas vivas desde que a família desse nosso colega foi embora. Em relação à escolaridade dos nossos entrevistados, ele disse que *estudei até o terceiro ano do EF e minha esposa estudou até completar o EF.* São casados há mais cinquenta anos – *cinquenta e dois* - corrigiu a esposa e o seu sítio foi uma partilha de herança ocorrida há quinze anos, da qual coube a ele dois alqueires (4,84 ha). Revelou que *nasci aqui na antiga fazenda e sou agricultor há setenta e quatro anos, desde que nasci. Comecei a andar em baixo dos pés de café,* segundo suas palavras. *Aqui no sítio mora eu e a esposa, e nossa renda familiar gira em torno de dois SM, já que tem as aposentadorias. A venda do leite que dá mais uns 40% do total da nossa renda, mas a gente só conta mesmo é com as aposentadorias.* Dado ao tamanho e a produção que tem disse que *não existe a necessidade de contratar mão de obra externa, mas se isso fosse necessário nós teríamos muitos problemas considerando que não há pessoas que moram por aqui e tem força para o trabalho pesado que é a roça, e para vir alguém de fora é muito custoso por causa da distância da cidade em que estão os sítios.* Em relação à máquina ou implementos agrícolas disse que *não tenho e não uso nenhum, mas que para o gado eu costumo dar o sal, as vacinas e alguma ração industrializada, quando o pasto está baixo.* Também confirmou o que já se sabe: *nem aqui e nenhum dos outros agricultores daqui recebemos apoio técnico seja da prefeitura, ou da Casa da Agricultura. Só de vez em quando aparecem os fiscais da vigilância sanitária, procurando pés de citros para cortar, alegando ser para o controle do cancro cítrico, mas que todos sabem que é para não haver produção e concorrência com os grandes laranjais da região de Campinas, Bilac e José Bonifácio.* Mostrou-nos sua horta onde produz legumes e verduras para o consumo da família e conhecidos. Também vimos muitas galinhas pelo terreiro, em frente à casa e fomos até o mangueirão onde são criados alguns porcos, também para o consumo familiar. Avistamos algumas vacas leiteiras que pastavam ao longe e ele nos confirmou que eram algumas daquelas que estão produzindo o leite. Disse que entrega o leite na ASSORURAL, mas que *nunca participei dos programas do governo de fornecimento*

de alimentos, porém, conheço o PRONAF e já utilizei desse financiamento por três vezes, peguei em cada vez a quantia de três mil Reais, na modalidade de microcrédito para investimento. Todas as vezes que consegui usei para comprar mais gado leiteiro. As garantias que o banco exigia era parte do gado que eu tinha, sempre em quantidade suficiente para garantir o dinheiro deles, mas no valor que eles dizem ser o de mercado. Ou então pediam um avalista, neste caso, nunca consegui nenhum porque as pessoas têm medo de você não pagar e sobra para elas. Afirmou que com o financiamento houve um ganho maior e por isso, trocaram as coisas de casa (móveis, eletrodomésticos, carro). Questionamos então se ele voltaria a usar o financiamento novamente e ele foi taxativo em afirmar que *hoje não mais por causa da idade e o banco está exigindo um avalista*. Perguntamos se planta café e a resposta foi *não, pois não tem mão de obra para trabalhar na colheita e o retorno é demorado*. Em relação à percepção sobre alguma relação entre o camponês e a usina de cana, respondeu que não vê nenhuma relação. Quanto ao destino que o estabelecimento terá quando já não existir mais condições físicas do casal tocar o trabalho, disse com certa satisfação em seu semblante que o filho, atualmente trabalhando na usina, quando se aposentar virá morar e trabalhar no sítio. Desse sítio não saímos com nenhuma sacolinha, embora houvesse um pé de jabuticabas em frente à varanda e eles nos ofereceram, mas nós não quisemos e nem podíamos ficar mais tempo, considerando que essa entrevista demorou mais de três horas e as lembranças vieram em aluvião. Só tomamos o cafezinho.

Entrevistado F: Materializada em 21/05/2018, com início às 09h07 e concluída às 11h. A primeira propriedade que visitamos nessa fase foi a de um casal muito simpático e educado em que o proprietário tem sessenta e quatro anos, e a sua esposa setenta anos. Foi o único caso que encontramos em que a mulher tem mais idade do que o homem. De cor branca ambos, disseram que professam a religião católica e a escolaridade do casal é de EM completo, inclusive o homem insistiu que anotássemos que ele fez até um curso de agricultura orgânica voltado à olericultura pela escola agrícola do município de Adamantina, cidade próxima à Lucélia. São casados há mais de quarenta anos e possuem dois filhos que estão longe, em outras cidades onde trabalham em atividades não agrícolas. A mulher é muito ativa e nos contou que inclusive já foi eleita vereadora pela cidade, mas que se desencantou com a política e se afastou. Hoje é aposentada e vive só para o marido e o sítio. Ele também é aposentado e antes de comprarem a propriedade, tinha outras funções que não eram ligadas à área da agricultura, mas os dois sempre tiveram vontade de possuir um pedacinho de terra e plantar. O tamanho é de 2,76 alqueires (6,68 ha), não possuem nenhum gado, *só criamos as galinhas para o nosso consumo. Quando dá vontade de comer é só correr atrás de uma, matar, limpar e cozinhar, ou levantar antes delas e pegar no galinheiro que é bem mais fácil. Ter as galinhas soltas pela área é bom para espantar as cobras. Nós somos agricultores familiares há quatro anos, que foi quando compramos a terra. De início a gente ia chamar de sítio, mas resolvemos chamar de estância porque é pequena e mais para a gente se distrair*. Lá mora somente o casal e disseram que *a renda da família está por volta de dois SM que são as duas aposentadorias, e mais a venda de alguns produtos do sítio como abóbora, mandioca, limão, mas é pouca coisa e a gente vende somente a quem vem procura ou, algum conhecido da cidade que pede*. Em relação às máquinas ou implementos agrícolas disse que *possuímos uma grade roçadeira mecânica e um pulverizador costal para jogar veneno no café, e mais alguns insumos agrícolas como o adubo industrial, agrotóxicos e calcário*.

Quanto ao apoio técnico por parte do município ou da CATI, disse que *nem conhecemos ninguém desses lugares* e a sua esposa reforçou essa afirmação lembrando que *o município não tem nem mesmo uma secretaria da agricultura que pudesse dar alguma assistência. A gente produz essas coisinhas mais mesmo para a casa. Às vezes alguém da cidade pede, então a gente planta aí umas verduras, frutas, mandioca, abóbora e feijão é mesmo muito mais para o consumo da família.* Explicou o proprietário que *plantou dois mil pés de café e já tem a sua produção negociada com a CASUL (Cooperativa Agropecuária de Parapuã). Eles que prestam alguma assistência técnica somente para esse produto.* Nunca participou ou quis participar de programas governamentais para o fornecimento de alimentos e acha que *as coisas do governo dão só dor de cabeça e preferimos manter distância disso. Não temos vínculo com a ASSORURAL, só com o Sindicato Rural e a CASUL.* Em relação ao PRONAF afirmou que *conhecemos o programa. No início da plantação dos pés de café, cheguei a ir conversar com a gerente do Banco do Brasil sobre essa possibilidade de financiar a plantação. Quando a gerente pediu as garantias e a comprovação da renda, nós só tínhamos as aposentadorias e não conseguimos pois ela achou que o sítio não gerava renda suficiente. Ela queria pelo menos algumas notas fiscais de vendas dos produtos do sítio e mais um avalista ou algum bem que pudesse ser penhorado em garantia do financiamento. Mas a gente estava começando e não tinha nada disso então, deixamos de lado e assumimos as despesas do negócio por conta própria, com algumas economias que a gente tinha.* Disse que resolveu plantar o café, *porque é uma lavoura que não dá trabalho, é só capinar as ruas e deixar crescer os pés. A gente vai plantando legumes nas ruas de café que ajuda a não deixar o mato crescer. Quando precisamos de alguma orientação conversamos com o pessoal da CASUL. Lá mesmo já fizeram um alerta que em época de colheita a mão de obra é cara e difícil de contratar, mas acreditamos que dará certo.* Perguntamos então se ele via ou fazia alguma relação entre o camponês e a usina de cana. Após alguns minutos pensando respondeu que achava que não havia nada entre os dois, e a esposa ainda disse que era *eles lá e a gente aqui tocando a nossa vidinha*, mas que não arrendariam a terra para o plantio da cana por dinheiro nenhum. Aquele lugar era deles para viverem até a morte. Foi quando perguntamos sobre quem deverá assumir o estabelecimento rural quando já não existir mais condições físicas do casal tocar o trabalho. Um virou-se para o outro e ambos, sem nenhuma certeza responderam que *talvez algum filho queira vir morar, mas como estão longe e estabelecidos, já disseram que não têm interesse.* Nesta propriedade também tomamos o cafezinho e eles nos deram limões, abóboras, acerolas e ainda queriam que levássemos alguns mamões, o que não quisemos e explicamos que em casa temos alguns pés deles.

Entrevistado G: Esse foi o segundo entrevistado que conseguimos agendar na reunião do Sindicato. Havíamos terminado de efetuar a visita ao entrevistado F, e como o sítio deste entrevistado se localiza na mesma estrada de terra, adiante uns dez quilômetros, resolvemos aproveitar o tempo e realiza-la. Chegamos à propriedade às 11h20 do dia 21/05/2018, concluindo às 13h15 e seu proprietário estava limpando o mato em volta da casa. Trata-se de um camponês cuja idade é de 59 anos e a sua esposa tem 55. Ambos são de cor branca. Ele nos disse que não tem religião nenhuma, que acredita em Deus, mas não precisa ir a lugar nenhum por causa disso e que sua esposa é evangélica. Que estudou até o 4º ano do EF e sua esposa também. Ele precisou largar os estudos para ir ajudar o pai na roça e faz

cinquenta e três anos que mexe com a terra. Que é casado há quase quarenta anos e *comprei esta propriedade há oito anos, porém a família não quis ficar aqui e resolveu morar na cidade. Eu gosto daqui e venho quase todos os dias para o sítio cuidar dos animais e das coisas que eu planto*, confirmando que é sindicalizado, mas não pertence à ASSORURAL. *Quando preciso de alguma ajuda contrato alguém e pago por dia, além disso, quando preciso de trator para virar o pasto, alugo uma máquina que já vem com o maquinista e ele faz o serviço necessário. A gente só orienta.* Disse que tem três filhos; *dois homens e uma mulher. Os homens trabalham com outras coisas, longe da roça e em outras cidades e a minha filha ainda está estudando e morando com a mãe na cidade, mas eu venho e fico aqui o dia inteiro, de vez em quando até durmo por alguns dias no sítio.* Falou que com as atividades desenvolvidas no sítio, *a renda da família por mês fica 2 a 3 SM. A gente tem a venda do leite na ASSORURAL, de legumes, milho, feijão, mandioca, algumas frutas da época para alguns intermediários que aparecem, mas essas coisas também ajudam na alimentação do gado.* Falou também que *é difícil de eu usar veneno porque já sofri envenenamento e quase morri. Quando preciso acabar com alguma praga, faço os "mexidos" que a gente conhece, usando ervas, urina do gado e mais alguma coisinha.* Em relação à assistência técnica afirmou que *isso não existe aqui, não tem nenhuma, seja do município, Casa da Agricultura, ou de qualquer outra forma. Quando preciso de alguma coisa nesse sentido, procuro com os conhecidos que eles sempre ajudam.* Disse que *já entreguei legumes, milho, mandioca, abóbora coco, batata doce e verduras para o PAA, mas que agora com esse governo novo, eles cortaram o dinheiro do programa e não entrego mais nada.* Em tom de desabafo fez uma denúncia, mas pediu para não ser identificado pelo motivo de que não tinha como provar, já que a documentação que era preparada estava dentro dos conformes da lei. Ele alegou que *quando eu participava do PAA, entregava em mercadorias 20% a mais para a pessoa que tomava conta do negócio entre o agricultor e o beneficiário final dos produtos, mas eu não recebia nada por essas entregas e eles falavam para a gente que era para pagar o trabalho com os papéis. A gente não é besta e sabe das coisas e entre as conversas com os outros fornecedores, eles falavam que também era exigido deles esse negócio e diziam que era com todos que forneciam para o programa, que beirava algo próximo a 130 agricultores. Fazer o quê, né? A gente é pequeno e fraco. É sem dúvida, uma denúncia grave, mas como não há documentos para comprovar, fica tão somente em seu desabafo e revolta contra esse tipo de procedimento por parte de pessoas que deveriam se empenhar para que tudo transcorresse sem máculas. Mesmo assim, ele fez uma avaliação muito positiva sobre o PAA dizendo que *foi o único programa que eu vi o governo fazer e que tinha como objetivo ajudar de fato o agricultor familiar.* Retomando às nossas questões, a área tem seis alqueires (14,52 ha), dos quais dois alqueires (4,84 ha) iniciando pela porteira de entrada e avançando até onde começa a área de pastagem, estão destinados ao lazer. Nessa área, a grama está bem aparada e cobre praticamente toda a frente, as cercas feitas com tábuas de vinte centímetros de largura estendidas na horizontal em cinco linhas paralelas que chega a uma altura de 1,50cm, estão pintadas em branco. O terreno tem uma caída pouco inclinada para a direita e dá para ver um pequeno lago há aproximadamente duzentos metros abaixo, e distante duzentos e cinquenta metros da cerca divisória da estrada. Essa frente está toda cercada com altas árvores beirando a estrada. Seguindo o caminho da entrada feito com concreto em duas paralelas separadas pela grama aparada, aproximadamente uns cento e cinquenta metros à esquerda há um galpão construído com madeira e coberto com telhas de*

barro que serve para acomodar todos os apetrechos usados na manutenção do sítio. Nessa área ligeiramente mais elevada na qual o terreno não é plano, por trás desse galpão há um pequeno pomar, com mangueiras, abacateiros, mexeriqueiras, laranjeiras e acerola e ao lado do galpão há uma pequena área com alguns canteiros plantados legumes e verduras. Cerca de vinte metros mais adiante e onde termina o caminho concretado está uma casa toda pintada de verde escuro. Ela tem mais de vinte metros de extensão com uma varanda que se estende por toda ela e avança oito metros para frente das várias portas que estão voltadas nessa direção. É uma área muito agradável, com vários bancos de madeira e uma mesa enorme que fica bem ao lado de uma churrasqueira e uma pia de cozinha, onde nós permanecemos durante toda a nossa conversa. Do lado direito dessa construção, na parte da frente há outro caminho revestido com pedras que desce direto para o lago, onde ele disse que *tem alguns peixinhos ali no lagunho que é mais para alegrar o povo que aluga a casa*. Essa área toda, desde a entrada até a divisória do pasto, nos explicou que é reservada para o lazer. Ele aluga essa parte do seu sítio para as pessoas passarem finais de semana, feriados e no final de ano para as festas. Disse também que com isso consegue algum dinheiro a mais para manter a família. Ahamos importante fazermos essa descrição porque é uma forma diferente de uso do solo, que nós não encontramos em nenhuma outra que visitamos e, em algumas delas havia uma configuração paisagística natural bem apropriada para essa finalidade. O restante da propriedade, quatro alqueires (9,68 ha) estão destinados para a formação de pasto e criação de gado leiteiro. De onde nós permanecemos foi possível avistar uma pequena área plantada com cana, o que nos levou de imediato a perguntar se ele arrendava a terra para a usina. Ele explicou que *olha, eu já fui procurado para isso, mas não quero. A usina só quer usar o terreno e depois vira as costas e vai embora*. Abrimos um parêntese neste ponto para esclarecer que a usina, quando arrenda uma área, promove um nivelamento no terreno, não totalmente, mas o possível para facilitar a colheita com as máquinas. Nesse movimento ela remove a camada superficial - o horizonte A, depois cava sulcos de 25 a 30 cm, em linha horizontal e paralela, os implementos utilizados para a sulcação também são capazes de efetuar a adubação, simultaneamente. Nessa etapa pode-se efetuar, também, a aplicação de defensivos, como, por exemplo, inseticidas (STOLF, 1986). Disse que *eu uso a cana para ajudar na alimentação do gado, Quando é época de muita seca, é quando a cana está boa para o gado comer. Não tenho muitos animais, são só vinte cabeças, mas apenas dez estão produzindo e fornece de sessenta a sessenta e cinco litros de leite por dia, o que dá seis litros por animal já que as outras estão no "descanso"*. Como não sabíamos o que era isso, perguntamos e ele disse que *isso é um tempo de aproximadamente três meses que tem de dar para a próxima enxertiação, para que o boi cubra a vaca e a deixe prenha novamente. Só que isso não pode ser uma coisa feita sem respeitar o tempo do animal, a gente tem que esperar entre setenta e noventa dias a contar da data do nascimento do bezerro. Então, quando uma vaca "seca" (para de produzir o leite), entre sessenta e setenta dias a gente já sabe que mais alguns dias pode deixar o boi enxertar novamente e a produção do leite não pára pois está com outras produzindo*. Uma breve pesquisa em alguns artigos científicos que lemos para certificar quais são as orientações técnicas recomendadas, percebemos que os conhecimentos dele adquiridos de maneira empírica, pela sua experiência de vida e os ensinamentos que outros criadores repassaram, estão bem próximos daqueles que a ciência define como as técnicas apropriadas para esses procedimentos. Quanto à produção leiteira ser considerada de baixa *per capita*, há que se observar

vários fatores que interferem aumentando ou diminuindo essa produção, por exemplo, estivemos no mês de maio fazendo a entrevista. É um mês que nessa região de Lucélia tem baixo índice pluviométrico, o que resulta em pastagens mais ressecadas e mais rasteiras, por conseguinte, menos alimento para o gado que fica mais magro, portanto, a produção cai. Outro fator que também interfere na quantidade de leite que cada animal produz está relacionado com a linhagem da matriz, tanto macho quanto fêmea, dependendo da espécie do gado ele produz maior ou menor quantidade de leite. Também a questão dos suplementos alimentares e vitaminas que o agricultor fornece ao gado tem relação direta com a produção. Todos esses apontamentos o nosso entrevistado sabe, conhece e, ao seu modo nos falou e tem consciência disso, mas disse que é pequeno e não tem os recursos necessários para dar uma assistência satisfatória, mas que do jeito que está, dando para ganhar um dinheirinho para sustentar o sítio e a família, já está satisfeito. Acredita que o leite contribui com 80% da renda familiar mensal. Em relação ao PRONAF, disse que *conheço o programa, mas não consegui pegar vez que não tinha como provar a renda. O banco queria as notas fiscais das vendas que eu disse que fazia, mas eu só vendia sem nota e o valor recebido do governo quando participava do PAA não era suficiente para o banco*²⁴. Todavia, disse que ainda tenta pois tem a carência e os juros são baixos, não obstante o banco impor muitas dificuldades porque é um valor pequeno que precisa. Diz ainda que o *agricultor familiar sabe como produzir, mas o Estado precisa dar a assistência técnica e também ter uma política de crédito agrícola como tem no estrangeiro. Lá o governo paga para os agricultores plantar. Ele sabe que a comida é assunto muito sério e ele dá a garantia de preço. Aqui no Brasil, nem assistência técnica ele dá. Se a CATI tivesse técnicos para apoiar, orientar haveria maior segurança para o agricultor familiar que poderia produzir muito mais. Eu tenho vontade de plantar o café, mas para isso preciso de financiamento e de prazo para pagar, pois é uma cultura que demora quatro, cinco anos para dar retorno*. Também é de opinião que não há nenhuma relação entre o camponês e a usina de cana. Sobre quem deverá assumir o sítio quando já não existir mais condições físicas dele tocar o trabalho, foi taxativo: *ninguém assumirá. Os filhos não querem e a mulher não sabe nada e também já tem idade que pesa*, e em tom desolador afirmou que *a tendência é ser vendida para o grande fazendeiro*. Agradecemos muito a ele pelo tempo que dedicou-nos e fomos embora, sem nenhuma sacolinha.

Entrevistado H: Chegamos neste sítio às 08h10 do dia 23/05/2018 e saímos às 10h. É o terceiro agricultor que conseguimos agendar durante a reunião no Sindicato Rural. Ele tem setenta e três anos de idade e é desquitado da primeira mulher, com quem teve três filhos, um homem e duas mulheres, todos já casados e residindo em cidades distantes, com profissões que não estão ligadas ao campo. De vez em quando alguém vem fazer-lhe uma visita. Sua atual companheira tem sessenta e um anos e tiveram um filho com problemas mentais que necessita de acompanhamento constante, o que a impede de ajudá-lo nos trabalhos da roça. Ambos são de cor branca e seguem a religião católica, mas que já faz tempo que não vão à missa por falta de transporte e a igreja é longe do sítio. A escolaridade dele foi até o 4º ano EF e sua atual companheira não chegou a estudar. A condição em que estão ocupando

²⁴ Em 2017 o valor anual de vendas permitida foi de R\$ 8 mil por agricultor (MDA, 2019, n.p.).

a área é a de comodatário. O sítio pertence à família e está em situação indefinida em relação aos herdeiros. Nós fizemos um acerto e eles me deixam morar e produzir na terra, sem precisar repartir nada com ninguém. Esse sítio tem oito alqueires (19,36 ha), mas eu desenvolvo a lavoura há sessenta e cinco anos. Só nesse sítio já estamos morando há trinta e nove anos. A renda familiar mensal bruta é dois SM, sendo composta basicamente pelas aposentadorias que representam 100% e a venda do gado para o corte. Produzo aqui os legumes, verduras, algumas frutas para o consumo da família. Planto milho para fornecer para o gado. Eu estou com vinte e cinco cabeças de gado, mas só eu toco tudo, não pego ninguém de fora para me ajudar porque eles querem ganhar muito e trabalhar pouco. Não tenho dinheiro para isso. Eu tenho só aquele trator ali (indicando com a mão uma máquina parada em um canto do sítio). Só que agora não posso usar pois está quebrado há algum tempo e não tenho dinheiro para arrumar. Também não uso nenhum insumo agrícola, e aqui, até hoje, não apareceu nenhum técnico do município ou da Casa da Agricultura. Quando eu tinha mais condições físicas para trabalhar a terra eu plantava e entregava feijão para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), mas fui obrigado a parar devido as dificuldades de saúde para trabalhar pesado, especialmente o serviço da roça que é pesado, não é para qualquer um. Disse também que conhece o PRONAF e já peguei desse financiamento por três vezes, e os valores financiados foram de R\$ 5.000,00 cada vez. Faz muito tempo que consegui o financiamento foi para investimento e, na época, eu investi na compra de gado para corte e desviei uns trocados para a compra de móveis, utensílios e eletrodomésticos para a casa e também plantei café em um pedacinho de terra. Para o banco me dar o financiamentos as garantias que ele quis foi o gado e o trator. Se eu pudesse eu voltaria a usar novamente o financiamento, mas agora tenho essas dificuldades por causa das exigências do banco, que não vai aceitar o trator quebrado. Eles querem mesmo um avalista. O banco não perde nunca, e também pela minha idade que já está avançada. Quando eu consegui o financiamento o dinheiro que veio ajudou a melhorar a qualidade de vida da família. Eu reservei um pouquinho e comprei algumas coisinhas que precisava para a casa. Todo mundo faz isso, e eu não faria? O dinheiro também ajudou na espera do feijão e café até que começassem a produzir, já que o feijão eu plantei nas ruas do café e ele é cultura que dá rápido, produz primeiro. Só tem que vender e esperar para receber e até que isso acontecesse, o dinheiro do financiamento foi sustentando a família e o estabelecimento rural. Naquela época que a gente tinha saúde para trabalhar de manhã até à noitinha, eu ia plantando e vendendo legumes, verduras, fornecendo e recebendo do PNAE até as vendas do café se iniciarem. Hoje, se eu pudesse não plantaria o café por causa do preço baixo, não tem mão de obra e quando acha, ela está muito cara e a minha idade já não permite trabalhar muito. Olha, eu acredito que não tem nada entre o agricultor familiar e a usina de can., Eles são ricos e grande, têm muito dinheiro, mas acho que ela é boa, dá emprego e salário para as pessoas. Não sabe quem deverá assumir o sítio quando já não existir mais condições físicas dele desenvolver os trabalhos. Talvez até lá já tenha resolvido o problema da partilha e a área seja vendida. Os filhos moram na cidade, têm seus empregos e não querem vir para a roça porque não conseguem sustentar as famílias com o que se ganha aqui, além de não acreditarem que ela permanecerá com os herdeiros, quando essa situação for resolvida. Quando nós terminamos e já estávamos nos dirigindo para o carro, passamos por uma pequena plantação de mandiocas e ele pediu para esperarmos um pouco, foi lá e puxou um dos pés, pôs em uma sacolinha e disse que era presente de roça, mas era de coração.

Entrevistado I: Quando saímos do sítio do entrevistado H, resolvemos fazer a entrevista naquele mesmo dia com o último dos quatro agricultores que conseguimos agendar na reunião do Sindicato. Chegamos até ele às 10h16 e encerramos às 13h48, do dia 23/05/2018. Localizamos o sítio e entramos, mas só os cachorros vieram nos receber. É incrível, mas em todos os estabelecimentos rurais que visitamos tinha pelo menos dois. Primeiro fizemos amizade com os cães dando-lhes alguns biscoitos que estávamos consumindo e depois, nos dirigimos até a casa onde chamamos e batemos na porta, mas ninguém apareceu. Esperamos por cerca de dez minutos e já íamos desistindo quando vimos saindo do meio de um bambuzal mais distante da casa, a pessoa com quem havíamos conversado e agendado. Esta área está localizada em um terreno mais acidentado e termina em um fundo de vale então, descemos até onde ele estava, nos cumprimentamos, conversamos algumas amenidades e iniciamos a nossa entrevista. Ele tem sessenta e um anos de idade e a sua esposa tem cinquenta e oito anos, embora ela não estivesse em casa, motivo de estar fechada. São de cor branca e evangélicos. A escolaridade dele foi até o 4º ano EF e a esposa completou o EF. São casados *tem pra mais de quarenta anos*, segundo as palavras dele, são sindicalizados e não são associados. *Compramos a propriedade tem dez anos e só eu trabalho na terra. A esposa inclusive não se encontra em casa porque ela saiu para fazer as entregas de repolhos que é o nosso forte na produção. É ela quem faz os contatos, as vendas e o gerenciamento do dinheiro. Ainda não somos aposentados. Além do repolho que você vê e está bonito, a gente produz algumas hortaliças, legumes, mandioca, abóbora, que a gente vende para os mercados de Lucélia e de outras cidades próximas. Mas também serve para a nossa alimentação. Além dessas coisas que a gente planta, temos algumas cabeças de porcas, na verdade são dez criadoras para criar leitões que a gente vende tudo nas festas de fim de ano. Pudemos observar muitas galinhas soltas pelo terreiro em frente à casa, que vimos quando chegamos e contamos cinco vacas com bezerros. Ele explicou que todas elas estão produzindo leite. Uma parte do leite a gente entrega na COLELU e ajuda com uns troquinhos. A minha esposa também produz queijo e ela também faz as entregas. Às vezes eu mesmo entrego nas casas de alguns consumidores da cidade. A gente sabe que esse tipo de negócio é proibido por lei e que tem um monte de exigências estabelecidas pela vigilância sanitária, e isso é muito pesado contra o agricultor familiar fazer a comercialização. A gente também sabe que o interesse de quem faz a lei é de obrigar o pequeno a fornecer o leite para os laticínios²⁵. É para que eles ganhem muito e façam doações para os políticos. Agora veja só se pode uma coisa dessa, o laticínio paga para o produtor um valor muito baixo, dependendo da época não sai nem por R\$ 0,80 o litro, e ele revende para o mercado, que revende ao consumidor por um preço que chega a ser até quatro vezes mais do que pagam aqui na origem. O queijo caseiro, ou conhecido como frescal, a gente vende a R\$ 15,00 o quilo e tem boa aceitação. A gente sabe que essa comercialização é proibida, mas sempre tem um jeito e só tivemos problemas com a fiscalização uma única vez. Tempos depois ficamos sabendo que foi o laticínio da cidade quem fez a denúncia. O sítio aqui é de quatro alqueires (9,68 ha) e foi comprado há dez anos. Metade está com o pasto formado para o gado. A outra metade eu divido com os legumes, as hortaliças e os outros*

²⁵ Nesta referência, laticínio se refere à Cooperativa local.

animais. Eu trabalho na terra desde os dez anos de idade, tem pra mais de cinquenta anos. Aqui nós moramos em três pessoas, eu, a esposa e uma das filhas já que ela está estudando e vai se formar brevemente em nutrição. A outra é casada e mora na cidade. O nosso rendimento mensal está na faixa dos dois a três SM, e essa renda é formado pelas vendas de tudo o que a gente consegue produzir no sítio. Falávamos e íamos andando pela área pois ele queria mostrar sua plantação de repolhos, que realmente estava muito bem cuidada e dava para perceber onde havia sido colhido recentemente. Ele repetiu que a esposa havia saído com quatro caixas para fazer as entregas em alguns mercados de Lucélia e de outras cidades próximas. Fez questão de nos explicar que dependendo do tamanho de cada cabeça de repolho, a gente consegue pôr até dez em cada caixa o que é normal, a caixa é vendida por quilo e os repolhos têm em média 1,700 a 2,000kg, então a caixa acaba tendo próximo a vinte quilos. Continuamos andando até o chiqueiro e pudemos perceber que também era um local que recebia bons cuidados, com as divisões para separar as porcas que estavam amamentando das demais. Afirmou que não contrato mão de obra externa pelo motivo de que não trabalho com produtos que precisem de gente para cuidar. Eu sozinho consigo dar conta das tarefas, e com a mulher ajudando nos afazeres fora da propriedade, a gente toca o sítio tranquilamente, não que não dá trabalho, mas estamos acostumados. Não possui trator ou implementos agrícolas, só com a enxada eu toco o sítio, segundo suas palavras. Não costuma usar adubos ou venenos, mas quando precisa de alguma coisa, vou até a loja de produtos para a agricultura, explico o problema e os vendedores dão orientações porque, ele foi contundente nessa afirmação, se eu depender de apoio técnico do município, ou da Casa da Agricultura eu estou perdido, perco toda a minha produção. Eles não têm ninguém pra fazer esse serviço de ir até o estabelecimento, ver o que está acontecendo e orientar a gente. Nunca participou dos programas governamentais de aquisição de alimentos. Já nos estendíamos por mais de uma hora nessa entrevista e estávamos caminhando em direção à casa, quando a sua mulher chegou e veio nos cumprimentar, ficando também para a nossa conversa. Retomamos nossas perguntas, que pela ordem por nós estabelecida era sobre o PRONAF. Ele nos disse que conheço o PRONAF, eu tentei por uma única vez utilizá-lo, porém o banco impôs tantas exigências, como a nota fiscal, avalista, garantias das quais eu não tinha como atender e resolvi deixar de lado. Nesse momento sua mulher tomou a palavra e começou a dizer que o banco só se interessa por quem já tem dinheiro e que o pobre não é considerado como um bom negócio, mesmo dentro dos programas do governo que são feitos para ajudar essa gente. Muitas vezes o que o governo faz é somente para dar um cala boca em uma situação que já ficou tão feia e grave que a única saída é criar alguma lei que aparenta estar enfrentando o problema, mas que de fato é só fachada. Ela passou a contar alguns casos que são conhecidos na cidade como, por exemplo, tem alguns grande fazendeiros, não são todos e isso é bom a gente também falar, que costumam pegar os financiamentos do PRONAF, que cobram juros baixinhos e passa a emprestar esse dinheiro a juros elevados. São agiotas que se aproveitam da boa-fé das pessoas necessitadas e roubam o Estado, segundo suas palavras que exteriorizava muita indignação. Também tem casos que a gente conhece de proprietários de fazendas que pegam o financiamento para investir em máquinas e equipamentos para a agricultura, mas trocam os carros da família inteira e pagam os juros baixos do Programa. Todo ano estão de carro zero. Ela também falou sobre as dificuldades que eles têm em relação aos produtos que elaboram e vendem na cidade: veja o caso dos queijos que a gente produz; nós tomamos todos

os cuidados com a higiene, o nosso gado recebe as vacinas e o local da ordenha está bem limpo. Mesmo assim eles não dão autorização para gente e diz que é para vendermos o leite na COLELU. Lá eles têm o resfriador. No banco a gente não consegue financiar um. Eles dizem que a nossa produção de leite é pequena e não há garantias de que haverá receita para pagar o investimento. Não tem um avalista pois as pessoas ficam com medo de que a gente não conseguirá pagar e nesse caso, eles serão chamados a pagar. As notas fiscais que o banco pede para comprovação de renda a gente não tem. Vendemos em pequenas quantidades e os impostos que o Estado cobra, pra gente que é pequeno, fica pesado. Então é uma roda que proíbe a gente de tentar crescer e ao mesmo tempo, joga nas mãos de quem tem mais dinheiro. A sua manifestação nos deu a impressão de que é ela quem sabe organizar a rotina produtiva, tem visão de negócio e observação crítica em relação à realidade do camponês, possuidor de uma pequena propriedade e limitado legalmente pelo poder econômico, por isso ela é a mais habilitada e responsável pelos contatos externos. Quanto ao plantio do café afirmou que não planta porque o retorno do investimento é demorado e não tem como se sustentar até que isso ocorra. A entrevistada falou também que o pai dela era um grande cultivador de café, mas devido à geada de 1975 que arrasou o cafezal, a família se afastou dessa cultura e nunca mais plantaram. Essa experiência da família me trouxe uma lição de vida importante e eu sempre converso com ele (o marido) e a gente se entende para que no sítio haja sempre ter outras culturas, pois em caso de uma praga ou qualquer outro problema que acontecer e prejudicar uma plantação temos outros cultivos sendo produzidos que permitirão nossa sobrevivência. Partimos então para a questão que faz referência à existência da usina de cana em sua vida no sítio. Da mesma forma que os outros entrevistados responderam ele disse que não vejo nenhuma relação entre a gente e a usina de cana. Inclusive a esposa passou a enaltecer a existência da usina: ela dá emprego para muita gente, do município e de fora, e a nossa filha, quando se formar, vai tentar uma vaga de nutricionista lá. Sobre o sucessor para assumir o estabelecimento quando já não existir mais condições físicas do casal desenvolver o trabalho, lançando um olhar perdido disse com muito desalento que provavelmente ela será vendida, pois as duas filhas não irão assumir e nem sabem desenvolver os trabalhos exigidos pela agricultura. E a esposa concluiu essa vida de roça é muito sofrida, pesada, acaba com a gente e não temos nenhuma proteção por parte do governo, não temos assistência técnica que poderia ajudar a produzir mais, o município, a ASSORURAL ou o Sindicato poderiam ajudar na formação de uma rede de comercialização dos produtos que produzimos, porque estamos nas mãos dos intermediários. Se a gente não faz nossa própria venda e depender deles, os preços que oferecem pelas nossas mercadorias, muitas vezes não cobrem nem os custos. Mas fazer o quê? Se não vender perde tudo e o prejuízo é maior. Essa foi uma entrevista bastante longa que demorou quase quatro horas de conversa, lembranças, lamentações e esperança que as coisas mudem para melhor para o homem do campo. Também nessa propriedade, saímos com sacolinhas cheias de repolhos, e abóboras. Quase ficamos para o almoço diante da insistência do casal, mas, infelizmente, não foi possível.

Entrevistado J: esta entrevista foi realizada no dia 03/08/2017, iniciando às 09h20 e terminando às 09h55, portanto antes de iniciarmos o nosso trabalho de campo em Lucélia. Foi uma sugestão do Prof. Dr. Bernardo M. Fernandes para o desenvolvimento da disciplina *Teoria dos Territórios e da Questão Agrária*.

Decidimos utilizá-la na nossa dissertação dada a confluência de propósitos, problemas e dificuldades que se revelaram semelhantes àquelas apontadas pelos camponeses que posteriormente entrevistamos. Esta entrevista ocorreu nas dependências do campus da UNESP de Presidente Prudente com um camponês militante no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, um dos organizadores e também participante da feira de produtos agrícolas que ocorre também nas dependências da UNESP, a cada quinze dias, com os produtos produzidos por algumas das famílias de assentados pela Reforma Agrária, no assentamento conhecido como Gleba XV. Entendemos ser importante conhecer a forma como um camponês que está engajado em um movimento social de lutas pela terra e pela Reforma Agrária, observa, analisa e, principalmente, sofre as mazelas dessa nossa realidade tão conflitante quando se trata do apoio financeiro governamental a esse estrato social muito discriminado pelo poder público, pela mídia e por parte da população. São utilizados todos os ardis para caracterizá-los como *vagabundos que tomam as terras dos outros*, principalmente por grande parte dos meios de comunicação que estão a serviço da manutenção dessa realidade fundiária tão perversa existente em terras brasileiras, que nesses dias atuais de extrema conturbação política, assentou um governo ilegítimo no poder, provocando o acirramento dessa luta. Esse assentamento se localiza no município de Rosana, no extremo oeste do Estado de São Paulo, na confluência dos rios Paraná e Paranapanema, divisa com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Trata-se do agricultor de nome Entrevistado J, com quarenta e cinco anos de idade, casado, branco, de religião católica e pai de duas filhas. Ele nos autorizou gravar a entrevista, citar o seu nome e localização do seu lote. Pedimos então que nos falasse um pouco sobre a questão do financiamento agrícola voltado ao camponês. Decidimos transcrevê-la *ipsis verbis* neste espaço.

PERGUNTA: Você conhece ou ouviu falar do PROCERA?

RESPOSTA: *Sim. O PROCERA foi na década de 80/90, no governo Sarney, e foi um programa especial para assentados pela Reforma Agrária e, no governo de FHC, o ministro Jungmann acabou extinguindo. No PROCERA a gente tinha um rebate de 50% quando a gente pegava financiamento no banco, e tinha três anos de carência, mais sete. Seria 10 anos para terminar de pagar, e foi extinto devido a uma perseguição do governo daquela época, aos movimentos sociais.*

PERGUNTA: A perseguição seria de qual governo?

RESPOSTA: *Uma perseguição do governo de FHC, do ministro Raul Jungmann que era o ministro da Reforma Agrária, porque esse programa do PROCERA, além de investir no teto 1, que era o teto individual de cada assentado, tinha o teto 2. Eu poderia pegar o meu teto 2 e repassar para alguma cooperativa que eu fosse filiado, ou que eu quisesse repassar, mas era até R\$ 1.500,00, e a forma de pagamento era a mesma, com 50% de rebate. Então, era um crédito especial para assentado da Reforma Agrária e o governo começou com aquela história de pedágio, que o MST cobrava o chamado 2% que não poderia, e nós sempre argumentamos que toda organização, seja política, religiosa, esportiva, existe uma taxa de contribuição. Então, esses 2% era para bancar principalmente o MST e a luta dos assentados, na hora de ir buscar um crédito, na hora de aumentar ou de prorrogar as dívidas, e o governo entendeu que o PROCERA fortalecia os movimentos sociais, então acabou extinguindo esse programa.*

PERGUNTA: Você chegou a utilizar esse crédito?

RESPOSTA: *Sim. Eu sou assentado desde 1996, na Fazenda São Bento, primeiro assentamento meu. Eu peguei o PROCERA. Peguei R\$ 7.500,00 e repassei mais*

R\$ 7.500,00 para a COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentamentos de Reforma Agrária do Pontal). *É uma cooperativa que a gente é sócio, para poder financiar as máquinas, os caminhões, etc.*

PERGUNTA: Bom, o PROCERA acabou em 1999 e em 1996 o governo já havia elaborado o PRONAF. Você conhece esse programa? O que você acha do PRONAF?

RESPOSTA: *Conheço o PRONAF. Ele é um recurso diferenciado do PROCERA. Ele não é um recurso especial, então, sai fora (sic) do especial. O grande problema do PRONAF é que o rebate é menor, e outro problema gravíssimo é que não está disponível para todos os assentados. Hoje, segundo uma pesquisa que a gente elaborou perante as agências de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha e Porto Primavera, quem tem acessado o PRONAF é em torno de 10% dos assentados, até porque exige também avalistas e garantias do bem. Então, conforme a quantidade de recursos que você acessa, exige garantia. Se você pega até R\$ 25.000,00, o próprio vizinho seu pode ser seu avalista, se ele se colocar à disposição, e se o nome dele estiver adimplente, ele pode ser seu avalista. Passando de R\$ 25.000,00, você tem que colocar bens como garantia. Uma casa, um caminhão, ou gado. E, além do bem, precisa ter um avalista para garantir esse recurso, e o grande problema não é nem tanto isso, mas a quantidade de recursos disponibilizados nos últimos anos para assentados pela Reforma Agrária, ou para a Agricultura Familiar, que tem sido insuficiente e fica em torno de 10%, quem acessa esse recurso. Os 90% fica a ver navio.*

PERGUNTA: Você conhece alguém que se beneficiou, conseguiu acessar o PRONAF? Assim, o PRONAF, em 2008, teve uma alteração do BC que manteve como PRONAF as categorias A; A/C e B, e as demais categorias; C, D, E, que faziam parte do PRONAF, passaram a ser denominados unicamente de Agricultores Familiares. Então, na categoria de *Pronafianos*, vamos chamá-los assim, do A, A/C e B, você conhece alguém que se beneficiou desse financiamento?

RESPOSTA: *Eu mesmo me beneficiei. Peguei o A, o B e agora, nesse ano consegui pegar o E, que é um recurso que peguei para comprar matriz leiteira e para a reforma da pastagem. Só que ao mesmo tempo em que peguei na agência de Porto Primavera, eu pude observar vários assentados tentando acessar esse recurso e muitos deles não conseguiu. Eu peguei, o meu vizinho Gilmar também acessou esse recurso do PRONAF, um absurdo. Antes era três anos de carência, hoje é de um ano de carência. Eu peguei para pagar com um ano de carência, diminuiu devido a uma exigência do BC, alegando que as novilhas não servem como garantia. Eles têm umas explicações que não convencem. É uma perda de direito da gente, perder de pagar o PRONAF com carência de três anos, que é um período em que você compra a vaca, a filha daquela vaca que você comprou, ela vai estar tendo outra cria, você já terá a novilha, e quando vence você poderia estar vendendo essa novilha e pagando a dívida. E com o leite, sabe que não paga a dívida com ele. É a subsistência dos assentados, do agricultor, da família. Entra o recurso do leite, nós estamos vivendo do leite no assentamento, então a gente vende o leite para se alimentar, fazer compras pagar energia, o gás, etc. Os filhos dessa vaca, o objetivo nosso é pagar a dívida. Com essa proposta de redução de três anos para um ano, têm impactos, mas o nosso objetivo, a nossa orientação do MST é orientar e conscientizar o agricultor assentado para estar fazendo o pagamento desses financiamentos. É assim: se eu não pagar, cria uma inadimplência no banco e os outros, que gira em torno de 10%, não conseguem acessar também.*

PERGUNTA: Você precisou dar alguma garantia para conseguir pegar o

financiamento?

RESPOSTA: *Eu consegui. Tive que arrumar alguém do assentamento que tivesse adimplente para ser o meu avalista, no caso o próprio Gilmar Aparecido dos Santos e, ao mesmo tempo, eu tive que deixar algumas vacas que eu já tinha adquirido lá no passado como garantia. Então, em torno de quinze vacas eu não posso estar vendendo, enquanto eu não quitar a última parcela do PRONAF que eu acessei. É um programa que os juros, acho que é de 4.5% ao ano, então é bom o juros, portanto, o que pesa um pouco é essa carência do governo em diminuir para um ano, e o que pesa também é essa questão de diminuir o rebate. Nós entendemos que todos os países por aí, os EUA, por exemplo, e outros países, eles buscam formas de estar incentivando e financiando o agricultor para que ele fique no campo, produzindo alguma linha específica. Aqui no Brasil, não. É ao contrário. Você pega R\$ 20.000,00 e tem que pagar os vinte mil e mais um juro. Então, deveria ser especial mesmo para a Reforma Agrária, esse financiamento.*

PERGUNTA: Entrevistado J, o que você produz na sua terra?

RESPOSTA: *Olha, nós mexemos na atualidade com o PAA, que é um programa que o governo que entrou (Temer) está acabando. Nós trabalhava com o PAA, agora nós não temos o PAA e nem tem previsão de ter o PAA. O orçamento do governo federal para o PAA, neste ano é de três milhões de Reais, uma vergonha! Em 2014 e 2015 foi cinquenta milhões para o Estado de São Paulo. Este ano, para o Estado de São Paulo é de três milhões de Reais. Dá para atender 39 entidades. São em torno de 10 a 15 famílias. Se as pessoas tivessem colocado 40 famílias, iria ter em torno de 10 CNPJ, de dez associações ou cooperativas. Então, o PAA é uma das frentes que a nossa associação vinha trabalhando com muita força. Agora diminuiu. Uma parceria com a UNESP aqui em Presidente Prudente, através dos grupos de pesquisas, que tem CEGET (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), o NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), CEMOSI (Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical), então nós estamos com as mesmas famílias que estavam no PAA, está se envolvendo neste projeto das cestas agroecológicas. Nós estamos entregando a cada quinze dias, aqui na UNESP, em torno de trinta a trinta e cinco cestas, em torno de doze a catorze quilos e os professores, estudantes e alguns sindicalistas, eles têm adquirido estas cestas em torno de R\$ 50,00. Tem sido uma das formas para manter as mulheres, as companheiras que precisam de uma rendinha lá no assentamento, está recebendo a cada quinze dias, estes produtos que a gente traz aqui na universidade. Então, nós também produzimos, no nosso caso, eu, a minha esposa e as minhas filhas, nós produzimos a mandioca amarelinha e produzimos o couve, duas atividades, duas produções. Os vizinhos já produzem lá a abobrinha, a banana, então, cada família produz em torno de dois produtos para entregar nessas cestas. Além disso, nós temos devido a esse recurso que nós pegamos do PRONAF, nós estamos produzindo leite. Seis vacas produzindo leite e seis vacas descansando. Nós temos cerca de setenta litros de leite por dia. A minha esposa que faz a ordenha desse gado. E temos também a plantação de mandioca para poder fazer fécula e poder fazer a farinha para ser comercializada nas feiras ou na agroindústria do Paraná, ou aqui na região do Paranapanema. Essa é a nossa produção.*

PERGUNTA: Quantas pessoas da sua família trabalham com você na lavoura?

RESPOSTA: *Olha, as pessoas estão desaparecendo, no bom sentido. Era eu, a minha esposa e as duas filhas. As filhas estão fazendo a universidade. A mais nova faz matemática aqui na UNESP, está ficando por aqui. A mais velha está terminando o curso de auxiliar de enfermagem. Também não tem tempo de contribuir e ajudar*

na lavoura. No caso está eu e a minha esposa. Eu tenho outras tarefas fora. Dou aulas algumas vezes. É mais a minha esposa e eu que pega no batente, mais ela do que eu. Duas pessoas na atualidade.

PERGUNTA: *Nós temos observado através de pesquisa e estudos que a juventude tem se afastado do campo. Lá no assentamento onde você está, esse fenômeno está ocorrendo? Com qual intensidade? Ou não ocorre? Como que é isso?*

RESPOSTA: *É com bastante intensidade. No nosso assentamento são três mil pessoas, 571 famílias. Três mil pessoas que moram lá no assentamento pega dois municípios: Rosana e Euclides da Cunha, e a juventude está buscando outros caminhos. Mas caminhos bons. Uma parcela está indo buscar estudos, lá não dá para estudar. Você mora sete quilômetros da pista para pegar o ônibus que vem para Rosana. O pessoal tem ido morar na cidade, aluguel ou moradia da UNESP. Então, uma pequena parcela está estudando, poucos. Assim, aqueles que o pai consegue tirar um leite, consegue uma aposentadoria, ou tem outro serviço fora, para dar a condição para esse filho estudar. Uma parcela. Uma outra parcela está indo atrás das barragens. Como está em crise as barragens, estão indo agora atrás das cidades, dos polos menores, tipo Maringá. Tem ido muitos jovens trabalhar em Maringá e também em Nova Andradina/MS. Dá cem quilômetros. Estão indo trabalhar na construção civil, ou COHAB (Companhia de Habitação Popular) como servente geral, ou pedreiro e buscando formas de complementar a renda. O leite, por si só, não é suficiente para manter a família grande. Não que não produz, mas porque não tem políticas públicas, principalmente o PRONAF e o PAA. Quero deixar bem claro que é 10% que pega o PRONAF. Então, não tem políticas públicas de governo voltadas para gerar renda para os assentados e um gargalo nosso é essa questão da comercialização. Então, hoje, nós estamos jogando alface para os porcos. Assentado está dando feijão andu para o gado, pois o assentado não tem onde vender a sua produção. Então, quanto mais plantar, quanto mais vai jogar fora, já que o PAA quase acabou. As cestas que nós temos aqui é uma experiência simbólica e pequena, em torno de doze a quinze famílias que estão envolvidas. E os demais vão vender a sua produção onde? As feiras nos pequenos centros também vendem muito pouco. Nós estamos trazendo agora, 10/08/2017, uma feira aqui para o Galpão da Lua, que fica no centro de Presidente Prudente, para trazer as verduras para pôr na feira-livre, para tentar comercializar para tentar gerar renda para que as famílias possam viver com mais dignidade no campo. Então, a ausência de políticas públicas, no geral, é o principal gargalo, e a ausência do mercado para a gente fazer a nossa comercialização.*

PERGUNTA: *Além de políticas públicas que pudessem facilitar a comercialização, o MST, em si, não tem nenhuma política de comercialização do que se produz nos assentamentos?*

RESPOSTA: *Olha, nós temos nossa cooperativa, mas está mais na região sul do país. No Estado de São Paulo, no caso, nós não temos agroindústria que possa pegar a matéria prima, industrializar, empacotar e entregar nos grandes centros. Nós não temos. Agora, nos últimos anos que começou uma busca para industrializar a nossa produção. Então, os projetos da Micro bacia, através da CATI, está trazendo algumas agroindústrias para os assentamentos, e nós devido ter quebrado a cara lá atrás, com algumas experiências frustradas, estamos conseguindo fazer algo com o pé no chão, para poder pegar a matéria prima dos assentados para industrializar e mandar para os grandes centros. Então, o Movimento tem tido algumas iniciativas, uma delas é essa cesta agroecológica que está dentro do setor de produção do MST. A ideia nossa é avançar para as cidades pequenas porque tem professores,*

sindicalistas, a classe média nas cidades pequenas que possa estar adquirindo estas cestas. Uma outra ideia é a feira aqui em Prudente, incentivar as feiras em menor escala, nas localidades por feiras-livres para vender esses produtos, e uma outra experiência é construir um entreposto próximo à grande São Paulo para poder, tipo a farinha que nós temos, possibilidades de estar industrializando a farinha, estar mandando para esse entreposto e o Movimento lá, coloca no mercado institucional, seja no PNAE, que em São Paulo tem uma demanda grande, ou seja, na loja que hoje tem um armazém do campo, que fica em São Paulo, que também faz a comercialização desses produtos. Mas tudo isso ainda é insuficiente. O nosso objetivo era ter uma inserção maior de agroindústria para poder pegar a poupa, por exemplo, a poupa de acerola, o maracujá, a manga que nós perdemos todos os anos, industrializar, empacotar e colocar no mercado comercial, para vender e gerar renda. Isso como o Rio Grande do Sul faz com quase um milhão de litros de leite, com o suco em Veranópolis, mais de um milhão por mês que exporta principalmente para a Venezuela, o café que nesse ano foi exportado dois milhões de toneladas para a Venezuela, o arroz também está sendo exportado e colocado nos grandes mercados. A região sul tem uma cultura de cooperatividade, uma cultura de trabalhar as coisas cooperadas, diferenciada daqui de São Paulo, que estamos sofrendo. Uma região distante dos grandes centros, segundo o IBGE, o Oeste é a região mais pobre do Estado de São Paulo. Aqui só tinha a monocultura, só tinha gado e hoje nós estamos trazendo essa diversidade. Produzir é um desafio, sem veneno e sem os agros da vida.

PERGUNTA: Você entende que o PRONAF é uma política de emancipação ou de subordinação? ela dá condições ao agricultor de caminhar com as próprias pernas, ou ela submete esse agricultor ao agronegócio, à agroindústria, ela deixa o agricultor na submissão? Qual é a sua visão?

RESPOSTA: Olha, emancipação é tudo aquilo que emancipa na totalidade. O PRONAF é um programa importante, isso não podemos negar. Ele é insuficiente porque o recurso destinado para o orçamento da agricultura familiar é periferia em relação aos recursos colocados para o agronegócio, sendo que a produção do pequeno chega a 70% do consumo da população, seja da cidade ou do campo, e a monocultura que tem todo esse recurso à disposição, agora mesmo foi dado um perdão a eles de cinco bilhões, via COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e esse monte de recursos não dão para os pequenos. Então, ela não emancipa nunca, ela deixa a gente cada vez mais dependente e brigando. Todo dia nos bancos está cheio de assentados. O Movimento quando vai à luta e ocupa os bancos é com esse objetivo, todo dia é uma disputa lá na mesa da carteira agrícola do banco, estamos querendo recursos, e eles olham assim para você e diz "Você pega, você não pega". A assistência técnica tem culpa no cartório. Aqui no caso de São Paulo é o ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), muitas vezes a seleção de quem pega ou não o financiamento é pelo próprio técnico quem diz. O técnico do ITESP tem que emitir para você o projeto, e eles fazem o projeto para você, mas se ele achar que você não vai pagar, se ele achar, então ele diz que não vai fazer. A Assistência Técnica e o banco andam em conjunto e eles mesmo, o próprio ITESP já faz a seleção e quando chega ao banco, a seleção é mais apurada ainda e há um problema de solo dessa região porque lá atrás, por ser uma região difícil de produzir, já que a terra foi muito desgastada, muito explorada pelo latifúndio e nós recebemos essa terra pobre, essa terra carente de nutrientes, arenosa, uma terra que até hoje não conseguimos corrigir. Deveria ter calcário, fósforo, até hoje não conseguimos pois o governo não liberou um fomento,

como eles falam, para a correção desse solo, então ele está pobre. Então, você planta e a produção é baixíssima e depois não consegue fazer o processo de industrialização para agregar valor. Então, você vende caminhões e caminhões de mandioca para o Paraná para fazer a fécula. Aqui não se consegue fazer o processo de industrialização, mais próximo de sua casa, de forma cooperada para agregar valor. Então as políticas públicas hoje do PRONAF, ela direciona, ela tem um público direcionado, e na minha visão quem mais pega, eu peguei, é quem detém o conhecimento, ou algumas condições melhores do que o outro. Aquela pessoa desses 90% que não pega, ou tem problema de inadimplência, ou não consegue hoje ter a garantia do gado para dizer "vou pegar, pois tenho um gado para deixar como garantia", ou tem que arrumar alguém para avalizar para ele e ninguém quer ser avalista porque acha que ele não vai ter como pagar, já quebrou a cara lá atrás. Não é culpa dele, na nossa visão, é culpa do sistema. Nós pegamos sete mil Reais lá atrás. Muitos não conseguiu dar um salto de qualidade, teve que vender, se virar senão passaria fome. Então, eu vejo que deixam você muito amarrado ao PRONAF. Ele é bom se ele fosse para todos. O próprio banco diz: "Quem pega tem que pagar para os outros ir pegando". Então ficou no ciclo de 10%. Um dia, talvez, todo mundo pegue o PRONAF. Um dia.

PERGUNTA: Inclusive, uma das políticas do PRONAF é cortar o financiamento para o município onde alcança 15% de inadimplência. Vocês têm esse tipo de problema lá na Gleba XV?

RESPOSTA: *Olha, inadimplência, como eu estava falando, foi muito maior nos assentamentos, mas devido às lutas do MST, podemos dizer que conseguimos salvar muita gente. Muitos deviam para o PROCERA, então nós conseguimos fazer uma luta no Governo Lula de pagar 10%. Então, eu devia lá dez mil Reais. Com mil Reais eu quitaria minha dívida. Abril uma possibilidade, facilidade das pessoas virar novamente adimplente. Portanto, teve muita gente que antes de cair essa negociação fez algum acordo com o Banco do Brasil, tipo assim: se eu devia dez mil Reais, fosse lá e falava "faz quatro mil que eu vou pagar", o Banco aceitava, porém, nunca mais você pode acessar recurso público do Banco. É uma briga que nós tem feito com o BB e eles não tiram, dizem que você não é um bom pagador. Agora, quem pagou com 90% de rebate, o BB abril essa possibilidade devido a uma negociação com o próprio Movimento. Aí você pode acessar outros recursos entendem que não foi uma negociação individual sua e do Banco, foi uma negociação coletiva que o Banco abril para todo mundo. Então, aqueles que não conseguem pegar, ou negociou CDC (Crédito Direto ao Consumidor) do banco, ou negociou cartão, ou negociou o próprio PROCERA ou o próprio PRONAF, e ficou lá uma restrição.*

PERGUNTA: O Movimento tem uma proposta que seja de interesse do assentado?

RESPOSTA: *Olha, no nosso entendimento, como nós não temos uma assistência técnica sob o nosso controle, sob o nosso comando, ficou difícil da gente avançar nessa questão de financiamento e de uma autonomia. O que a gente faz, são algumas ações que também não consegue atender e sem atingir a todos a demanda nos assentamentos que são, por exemplo, nessa parte da comercialização. É alguma coisa nessa questão das feiras ter ajudado bastante, principalmente a Feira Nacional da Reforma Agrária, que acontece uma vez por ano em São Paulo. Tem massificado bem essa questão. Mas nós não encontramos, a não ser através do próprio governo, através de política pública, é uma massificação de financiamento para o assentado. O que nós estamos querendo buscar agora é uma proposta nossa para atender duzentas famílias, somente duzentas em um raio de seis mil, é que nós*

temos o laticínio em Teodoro Sampaio que vamos colocar para funcionar. Nós estamos buscando uma emenda parlamentar através de quatro deputados ligados à Reforma Agrária, em Brasília, eles vão estar fazendo uma emenda de bancada em torno de três milhões de Reais e esse dinheiro nós estamos querendo - não é ratear, mas é, ou melhorar a pastagem de quem já tem bastante matriz leiteira, e aqueles que não tem nós vamos comprar umas três matrizes de qualidade e estar repassando para essas pessoas e essas famílias em torno está devolvendo o leite, vendendo o leite para a nossa cooperativa, no caso a COCAMP, que fica em Teodoro Sampaio. Então, é um mecanismo para atender duzentas famílias, de início, e o nosso objetivo com o processo a cada cinco ou seis meses, ir aumentando, chegar a quatrocentas famílias, até chegar a mil famílias que tenham essa pertença e possa estar entregando leite para o nosso laticínio, e esse laticínio possa cada vez mais financiar o gado e a pastagem de qualidade. A nossa ideia é também fazer uma casa de ração porque os produtos agropecuários tem matado nós. Nós temos recebido nos assentamentos um pacote das grandes empresas e esse pacote nós queremos diminuir e fazer uma ração de qualidade e que nós tenha a nossa própria matéria prima para estar fazendo essa ração, e isso é possível. É um projeto nosso para começar logo e já estamos conversando com os parlamentares para começar com duzentas famílias e é um processo que vai aumentando devagar.

PERGUNTA: Entrevistado J, eu te agradeço bastante e você gostaria de falar alguma coisa a mais sobre políticas públicas, ou você acha que já conseguimos avançar bastante nessa questão?

RESPOSTA: *Olha, eu vejo que com esse Governo Temer algumas políticas públicas que nós tínhamos conquistado, ou por ações públicas que estavam em andamento, eles vem se encerrando, desaparecendo. Isso é ruim, por exemplo, enquanto se liberou mais de dois milhões de Reais para comprar votos de deputados, liberou três milhões para o PAA. Então, é uma vergonha uma coisa dessa. Se todos os assentados acessarem o PRONAF hoje, e conseguirem entregar no PNAE, não precisava mais nada. Estaria resolvido o problema da cesta básica, da luz, do gás dos assentados. Então, essa é uma política que deveria ser fortalecida. Se você tivesse mil Reais por ano para produzir, entregar e receber esse recurso durante um ano, e mais os vinte mil do PNAE, se todo mundo tivesse, a renda dos assentados estaria resolvida. Não precisava de mais nada. Então, quem deve fazer isso é o governo, mas acho que esse governo que está aí ele não faz e o Movimento Social também não faz, não tem condições, não tem poder, o recurso. O que podemos fazer é brigar para isso, mas entendemos que só no próximo governo. Muito obrigado.*

Abaixo serão transcritas as entrevistas que efetuamos com as pessoas dos órgãos que estão diretamente ligados com a agricultura familiar. De igual modo aos relatos que expusemos das entrevistas realizadas com os agricultores familiares, iremos também apresentá-las justapondo nossas observações e detalhes que nos chamaram a atenção. Entendemos que é um público com um nível de informação diferenciada daquela que possui o agricultor. A formação e a informação desse pessoal estão mais ligadas à burocracia e ao aspecto legal que, em suas funções,

devem conhecer e aplicá-las no amparo do agricultor e, jamais, são melhores ou mais importantes daquelas funções desenvolvidas pelo homem do campo. São diferentes.

Inicialmente vamos traçar os caminhos que percorremos na definição e elaboração do que queríamos saber, quem poderia nos viabilizar as informações, e como faríamos os contatos com essas pessoas. Para o caso dos agricultores essa etapa acabou sendo naturalmente estruturada. Tivemos várias indicações e acompanhamentos de conhecidos dos camponeses, inclusive por algumas pessoas pertencentes a este grupo de entrevistados.

Isso nos facilitou bastante porque o agricultor nos pareceu muito conservador e desconfiado com o principiar de um relacionamento que, de certa forma, queria saber sobre questões ligadas à segurança de cada um que é o caso da pergunta sobre o rendimento mensal. Outra questão que ingeria em sua segurança está na revelação de quantas pessoas moram no estabelecimento. Mesmo com um conhecido deles ao nosso lado, não podemos ignorar o medo sobre a sua segurança, vez que em todos os nossos contatos com os camponeses pudemos observar que são casais de pessoas idosas e solitárias. No máximo reside com eles uma filha, que também está fora o dia todo. Somente no caso do entrevistado B era uma pessoa jovem, mas também trabalhava sozinho, às vezes com sua esposa e um filho pequeno.

Essa desconfiança e prevenção é amplamente compreensíveis, considerando vivemos uma época de muita insegurança e os furtos e roubos nas áreas rurais é uma trágica realidade que levou os Estados a tomar medidas mais enérgicas, criando um destacamento específico chamado de Patrulha Rural. É uma missão muito difícil para esses policiais e o agricultor sabe disso. Na maioria dos casos, somente depois de consumada a agressão é que são chamados e para o homem do campo, passar algumas informações a um estranho pode representar a perda da segurança sua e da família. É uma verdade que não podemos desconsiderar.

Continuando com o nosso planejamento sobre como e quem deveríamos procurar para obtermos as respostas que queríamos, pesquisamos e assimilamos os ensinamentos que recebemos durante as aulas que tivemos tanto na graduação, quanto na pós. Nesse último estágio de estudos todas as disciplinas que frequentamos foram importantes, mas uma se destacou. Foram as aulas com o Prof. Dr. Nécio Turra, na disciplina *Metodologia de Pesquisa Qualitativa para a Geografia*,

pois ela trouxe um tipo de conhecimento específico para o nosso caso e que nos orientou durante todo o processo de coleta de depoimentos, principalmente na questão dos limites éticos enquanto pesquisador.

Também destacamos o excelente trabalho elaborado por Fernando Veloso, em sua dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Geografia, na UNESP de Presidente Prudente, cujo título é *Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA*. Por indicação do nosso orientador desde a graduação, Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi, o trabalho de Veloso se tornou um porto seguro que nos socorreu esplendorosamente na elaboração do questionário, na sugestão dos órgãos a serem consultados, em boa parte da bibliografia que pesquisamos e também nos ajustes metodológicos que percebemos serem necessários para o aprimoramento das nossas pretensões.

Entrevista na ASSORURAL: Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais de Lucélia - ASSORURAL Presidente: Pedro Alves, conhecido como Pedrinho, com cinquenta e dois anos de idade, de cor branca e professando a religião evangélica, eleito em 2016 para comandar a ASSORURAL por um período de quatro anos, podendo ser reeleito. No dia 16/02/2018, às 14h, conforme agendamento via telefone, estávamos lá para o nosso encontro, que começou de maneira bastante formal. As instalações são simples e se encontram em um terreno com 1500m² que pertence à própria ASSORURAL. Após nos identificarmos como pesquisadores da UNESP, apresentando a carteira de estudante, procedimento que foi adotado em todas as entrevistas com os agricultores e com os responsáveis dos órgãos que visitamos, fomos surpreendidos pela atitude de Pedrinho que começou a nos mostrar alguns papéis sobre a situação financeira e diretiva da ASSORURAL, explicando e falando seguidamente sem nos dar a oportunidade de expormos os nossos propósitos. Disse que a atual diretoria ao tomar posse reorganizou toda a sua estrutura administrativa, inclusive a sua mulher que trabalhava lá foi despedida porque ele não quer ter nenhum problema com a justiça e casos de nepotismo. Afirmou que todos os impostos são recolhidos e todos os documentos que comprovem a administração transparente dos recursos da ASSORURAL, estão amplamente disponíveis. Ele ia falando e colocando pastas e papéis em cima da mesa e nos repassando para que olhássemos todos e confirmássemos o que dizia. Quando finalmente conseguimos ser ouvidos e explicamos detalhadamente sobre o que seria a nossa entrevista, percebemos uma mudança acentuada em seu comportamento indo de uma postura solícita e acessível, para um comportamento distante, reservado e restritivo em relação ao fornecimento de respostas às nossas perguntas. Mesmo assim, continuamos com a entrevista. Perguntamos então, qual o número de associados cadastrados, obtendo como resposta que há 118 agricultores cadastrados. Passo seguinte, questionamos se as atividades desses agricultores estão restritas aos seus sítios, e obtivemos como resposta que a grande maioria trabalha em sua própria terra, mas que alguns ainda fazem trabalhos externos para ajudar na renda mensal, mas não soube nos dizer quantos estavam nessa condição. Perguntamos qual o órgão que presta assistência técnica aos agricultores. Ele

respondeu que Lucélia não tem uma secretaria da agricultura, mas que a CATI atende aos pedidos nessa área, Em relação ao tamanho do módulo fiscal do município disse que são vinte hectares e que a base econômica municipal é a agricultura. Segundo ele, os produtos mais cultivados são as verduras, legumes, frutas e o leite que existe em cerca de 90% dos estabelecimentos agropecuários e representa aproximadamente 60% da renda mensal do camponês. Explicou que a produção leiteira é pequena nos sítios, mas no total dá um volume bom e ajuda nas despesas do sítio. Que parte desse leite é comercializada com a ASSORURAL pelos associados, outra parte é comercializada com a Cooperativa dos Produtores de Leite da Região de Lucélia – COLELU com quem, frisou muito, não tem nenhuma ligação. A comercialização de olerícolas e frutas já é mais variada. Parte dos agricultores vende diretamente nas residências, outros costumam comercializar na feira-livre, entregam em mercados locais e da região e vendem para alguns intermediários Disse que a ASSORURAL também ajuda o agricultor que quer participar no fornecimento de alimentos para os programas governamentais, como o PAA. Nesse caso, são feitos os documentos exigidos e os contatos com os beneficiados, sendo que a entrega ocorre na própria ASSORURAL que coloca os dois lados para acertarem as condições de fornecimento e recebimento. Que os serviços prestados tanto no PAA, quanto no fornecimento do Documento de Aptidão ao PRONAF – DAP, não é cobrado, mas que quando o agricultor precisa usar algum equipamento da ASSORURAL, ele paga uma diária para cobrir os custos de operação, o qual tem o valor mais baixo do que o mercado. Também esclareceu que todos os associados pagam uma mensalidade que é para manter as atividades da ASSORURAL. Entramos na área do PRONAF e perguntamos sobre o número de associados que requerem o financiamento. Como resposta nos disse que girava em torno de sessenta por ano, mas que especificamente ao número de contratos no Microcrédito Rural, ele não tinha esse apontamento, porém, que ele é muito baixo, talvez 10% do total, ou um pouco menos. Em relação ao apoio que a ASSORURAL fornece aos agricultores para o aprimoramento e melhoria do seu conhecimento na produção de alimentos, ele nos respondeu que a ASSORURAL promove alguns cursos de capacitação mais ligados à outras áreas como por exemplo, cursos de eletricitista de autos e residências, mecânica de automóveis e veículos pesados, hidráulica. Segundo suas observações, é preciso dar alternativas ao agricultor e, principalmente aos seus filhos para poderem fichar na usina de cana, ou irem para cidades maiores e conseguirem um bom emprego, com mais segurança e um salário fixo. O trabalho na roça é muito inseguro, não consegue dar rendimentos que permita aos filhos sustentarem as suas famílias. Conforme já foi citado acima, a ASSORURAL também emite o DAP, documento exigido pela lei para que o banco conceda o financiamento em uma das linhas do PRONAF, mas afirmou que a linha do Mais Alimentos é a que tem maior número de propostas para o financiamento e apontou que uma das maiores dificuldades para o agricultor conseguir o financiamento está nas exigências que o banco faz para garantir que ele será quitado. Também alegou que não tinha como saber o volume de financiamentos concedidos por meio da ASSORURAL, porque isso é com o Banco do Brasil. Em relação ao número de contratos na linha do Microcrédito Rural PRONAF B encaminhados pela ASSORURAL, o presidente disse que não tem esse apontamento, mas que o valor máximo para esse caso é de R\$ 7.000,00, porém, dentro do PRONAF em todas as linhas, foram encaminhados sessenta contratos no ano de 2017. *O PRONAF B, dentro do total de contratos, fica próximo aos 10%, mas em termos de filiação à ASSORURAL o número total dos associados com características desse público é muito maior, chegando próximo a*

75%. Complementou essa informação dizendo que *a maioria tem medo de pegar o financiamento, não conseguir pagar e ficar com o nome sujo* (negativado). Ele disse que pode apontar com toda certeza que em todas as linhas, inclusive o microcrédito, os financiamentos para investimentos são, em 90% dos casos, para a aquisição de gado, seja ele leiteiro ou para engorda. Também nos revelou que o tamanho das terras cujos proprietários conseguem o financiamento fica na média de quatro alqueires (9,68 ha) e que o uso de mão de obra externa ao núcleo familiar é muito pouco, apenas em épocas de colheita e quando for uma cultura que necessite como a do café, feijão, algodão ou mandioca. Mas ela é cara e tem pouca gente para os serviços. Para encerrarmos essa entrevista, perguntamos se ele vê alguma relação entre o camponês e a usina de cana. A sua resposta foi emblemática ao afirmar que a usina é boa, dá emprego para os filhos dos agricultores, por isso que a ASSORURAL oferece cursos de capacitação, e traz mais dinheiro para o comércio e impostos para a prefeitura. Terminamos essa entrevista com a sensação de que fomos barrados na obtenção de dados muito importantes, inclusive ele insistiu que deixássemos as folhas com as questões para poder respondê-las com mais calma, o que fizemos e retornamos diversas vezes para resgatá-las e não mais foram localizadas, mas foi útil no sentido de nos conhecermos e sobre a dica da existência da feira-livre, que foi onde nos encontramos novamente e ele nos apresentou o entrevistado A.

Entrevista na CATI: nosso próximo encontro com responsáveis por órgãos representativos foi na Casa da Agricultura do município de Lucélia, (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI). Encontramos o número do telefone pela internet, ligamos, nos identificamos, informamos que a nossa localização estava próxima a ele pelo fato de residirmos em Osvaldo Cruz e agendamos uma entrevista para o dia 05 de abril de 2018, às 07h50 e às 08h20 estávamos nos retirando. Ao chegarmos no escritório, notamos que os corredores e as salas estavam abertos, porém, vazios, mas pudemos ouvir sons de risos e conversas, pelos quais nos guiamos até onde isso estava ocorrendo. Chegamos a uma sala aparentemente preparada para ser o refeitório, onde estavam sentados um homem e uma mulher, ambos muito descontraídos, conversando animadamente em volta de uma mesa posta com café e vários alimentos. O rapaz pediu para entrarmos e nos aproximarmos. Se identificando como a pessoa com quem havíamos conversado pelo telefone, nos ofereceu educadamente um café e, educadamente recusamos, pedimos desculpas pelo inconveniente causado por atrapalhar o seu jejum, mas se pudéssemos conversar em local mais apropriado, seríamos bem objetivos e rápidos. Foi quando ele nos encaminhou até sua sala e ocorreu a conversa relatada a seguir. Ele se identificou como engenheiro Jonatan Oliveira, rapaz jovem de trinta e seis anos, solteiro, branco e católico, muito educado e atencioso. Fizemos as apresentações de praxe, esclarecendo que estávamos desenvolvendo uma pesquisa sobre políticas públicas de financiamento à agricultura familiar, especificamente, políticas voltadas a amparar o agricultor mais pauperizado, aquele que está enquadrado nas regras do Microcrédito Rural PRONAF B. Ele nos disse que também se formou em engenharia agrônoma na UNESP de Jaboticabal, que está na CATI há dois anos e onze meses e que o grande problema que enfrentam é com a falta de funcionários. Inclusive ele fez questão de nos mostrar a tela de seu computador onde observamos que acessava a página do *Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 2016*, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, que ele precisava lançar os

dados e não tinha ninguém para fazer isso, já se encontrando atrasado em relação ao calendário fixado pela Secretaria, e as atividades burocráticas lhe tomam um tempo precioso que poderia ser empregado em visitas aos estabelecimentos rurais. Desculpou-se por não podermos conversar mais calmamente e nos dar maior atenção, mas que estava disposto a responder nosso questionário, sugerindo que se deixássemos as folhas com ele, faria isso o mais rápido possível e nos ligaria para retirarmos posteriormente. Evidentemente percebemos que não haveria uma entrevista presencial, sabe-se lá os motivos além daqueles alegados. Deixamos as folhas e ele prometeu nos entregar na semana seguinte, mas que não precisávamos nos dirigir até Lucélia somente para retirá-las. Ele poderia deixar com outro técnico da CATI do município de Osvaldo Cruz, onde residimos, e ficaria mais fácil para nós, no que concordamos, mas desconfiando que teríamos problemas. De volta à Osvaldo Cruz, nos dirigimos até a CATI local, nos identificamos e procuramos pelo nome que Jonatan nos forneceu. Fomos então informados que ele não trabalhava lá, mas em Tupã e que sua passagem pelo estabelecimento ocorria uma vez por semana somente para saber dos problemas e encaminhá-los, porque não havia nenhum engenheiro naquela unidade há aproximadamente dez meses, desde a aposentadoria do titular. Pedimos que fosse repassado o recado a essa pessoa, e que entraríamos em contato com essa unidade para retirarmos o nosso documento quando ele fosse deixado lá. De fato isso ocorreu, mas somente após seis semanas da data prevista, no entanto não podemos saber se houve o atraso na retirada das folhas no escritório da CATI de Lucélia e posterior depósito em Osvaldo Cruz, ou se foi demorado o seu preenchimento. De posse das folhas, passamos a transcrever as respostas que, acreditamos, tenham sido escritas pelo engenheiro agrônomo da CATI de Lucélia. Iniciamos perguntando se a CATI presta alguma assessoria técnica ao camponês e a resposta foi de que *sim, nós prestamos essa assessoria*. Seguindo, perguntamos sobre qual o tipo dessa assessoria e a resposta foi de que *orientação técnica visando as melhores aquisições de acordo com o seu porte/expectativa de produção, em relação ao controle de pragas, melhor época para o plantio e a melhor maneira de plantar o que desejarem. O agricultor escolhe o que quer plantar e a CATI fornece todas as informações a respeito*. Na sequência perguntamos se a CATI promove cursos de atualização de conhecimento sobre novas técnicas de plantio e a resposta foi *sim; olericultura e fruticultura*; sobre o manuseio da terra *sim, pecuária leiteira/olericultura/fruticultura*; sobre o manuseio do gado leiteiro ou de corte *sim, leiteiro*. Partimos então para a questão do fomento por parte da CATI, para que o agricultor participe dos programas governamentais de fornecimento de alimentos e apresentamos como opções o PAA, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social PPAIS e o PNAE e a resposta recebida foi *sim, de todos*. Quisemos saber quais os produtos que são comercializados para esses programas e a resposta foi *olerícola (sic) e algumas frutas*. Depois, quisemos saber se sem esses programas o camponês continuaria produzindo e para quem *sim, vendas indiretas (intermediários)*, e neste caso, se a CATI costuma orientar o agricultor sobre a necessidade de diversificar a sua produção, a resposta foi *sim*. Entramos na questão do Microcrédito Rural PRONAF B e na nossa primeira pergunta pedimos uma avaliação da CATI sobre o financiamento pelo Microcrédito Rural PRONAF B *baixo valor ofertado em um momento o qual o agricultor necessitaria de apoio para estruturar/incrementar a sua atividade*. Quisemos saber segundo a visão desse órgão, quais são as maiores dificuldades de acesso ao programa que o camponês enfrenta: *necessidade de comprovação de posse ou propriedade sobre a terra; falta de critério do banco no momento de apresentar a*

garantia. Pedimos então que apontasse o que precisava ser repensado no programa *inclusão de crédito fundiário; uniformização de critérios; desburocratização*. Passo seguinte, sugerimos que a CATI traçasse um perfil do agricultor que acessa exclusivamente o Microcrédito Rural PRONA B, quanto à posse e tamanho da área: *posseiro, comodatário*; à utilização da mão de obra *estritamente familiar*; ao perfil de produção *pecuária leiteira, olericultura e fruticultura tropical*; ao perfil de comercialização *no caso do leite, venda direta em conjunto (associação)*. *Demais, venda indireta (intermediário, varejo)*; ao perfil sócio educacional *ensino médio*; à composição da renda familiar *produção na propriedade e trabalhos externos*. A título de confrontação entre as realidades do agricultor conceituado no Microcrédito Rural PRONAF B e aquele que não tem esse perfil, inserimos uma questão que pede apontamentos para os mesmos critérios avaliativos entre essas duas realidades. Assim, sobre quem não se adequa às regras do Microcrédito Rural PRONAF B recebemos as seguintes respostas: em relação à posse e tamanho do estabelecimento: *proprietário, arrendatário*; à utilização da mão de obra: *contratada*; ao perfil de produção: *pecuária de corte*; ao perfil de comercialização: *venda direta para a indústria*; ao perfil sócio educacional: *ensino médio/superior*; à composição da renda familiar: *trabalhos externos*. Atendida essa exceção sobre o não Pronafiano B, retornamos com nossa entrevista exclusivamente ao público do Microcrédito Rural PRONAF B e quisemos saber, segundo a avaliação da CATI, quais os pontos positivos para a economia do município com a concessão desse financiamento: *aquecimento do comércio local, maior arrecadação de impostos municipais*. Inquirimos sobre qual é a importância do camponês para a economia municipal e a resposta foi *fortalecimento da agricultura local, melhor qualidade de produtos*. Também quisemos saber qual é a participação do camponês no PIB municipal: *não possuímos esta informação*. Quisemos saber quais os pontos positivos na qualidade de vida do agricultor após receber o financiamento e a resposta apontou: *elevação da autoestima (sic), inclusão na economia local, acesso a bens materiais*. Da mesma forma perguntamos sobre os pontos positivos na produção sendo apontado o: *aumento de produtividade/tecnologia*. Quanto ao motivo do financiamento: *investimentos*, e detalhando a destinação do investimento: *estruturação da atividade, compra de equipamentos*. Duas perguntas aplicadas que, entendemos, se completam, mas as respostas dizem realidades opostas foram: a CATI tem uma planilha de quantos agricultores acessaram o Microcrédito Rural? *não*; a CATI emite a DAP para o Microcrédito Rural? *sim*. Pretendemos analisar as contrariedades nessas duas respostas, em capítulo mais adiante. Por fim, perguntamos qual a leitura sobre o tipo/comportamento que a CATI faz do camponês, quanto à continuidade da família na terra, em relação à reposição da mão de obra por membros da própria família e a resposta foi *a continuidade é pequena devido à falta de expectativa do trabalho na zona rural*. Assim, encerramos a entrevista com o funcionário da CATI.

Entrevista no Sindicato Rural: Fizemos contato telefônico e agendamos uma entrevista para o dia 07 de maio de 2018, às 09h, que se estendeu até às 11h30. Ele se identificou com o nome de Dejair Fiorini, sessenta anos de idade, branco, católico, ensino médio e curso técnico em agronomia, ambos completos. Antes de começarmos a aplicar o questionário, ele fez questão de falar que o Sindicato é forte e tem uma retaguarda oferecida pela poderosa Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo FAESP, enaltecendo a pessoa de Fábio Meirelles que a preside há mais quarenta anos. Falou bastante sobre os propósitos do Sindicato

quanto ao fortalecimento da agricultura familiar, principalmente para essa região oeste, dada a sua base econômica ser sustentada pela agricultura e pecuária. Também disse que neste ano o Skaf vai ganhar as eleições e se tornar o governador do estado, que ele é o mais capacitado e tem toda a estrutura empresarial de São Paulo a apoiá-lo²⁶. Sabíamos que indo ao Sindicato Rural estaríamos em *território inimigo*, o que se confirmou desde as primeiras palavras, considerando que nosso posicionamento político/ideológico refuta ideais positivista de que o camponês necessita de uma estrutura onipotente, onipresente e onisciente materializada em uma personalidade que dará solução aos seus problemas, mas mesmo assim achamos muito interessante conhecer como pensa o *lado de lá*, considerando que as pessoas e instituições por ele citadas representam o conservadorismo que está arraigado em nossas elites e são avessas às proposições progressistas, principalmente quando estão relacionadas ao campo, onde o importante são os aportes bilionários dos governos para sustentar o agronegócio em contraposição à agricultura familiar que recebe uma pequena fração para produzir o alimento que está na mesa do brasileiro, à *mão de ferro* nas negociações com sindicatos dos trabalhadores, além de se apoderarem do aparato político e aparelha-lo conforme seus interesses. Terminada essa primeira fase de *reconhecimento do terreno*, desenvolvida dentro de um ambiente muito descontraído e não hostil, partimos para a aplicação do questionário. Nossa primeira pergunta foi quanto ao número de filiados que o Sindicato tem e ele respondeu dizendo que *hoje nós temos cento e quarenta e sete filiados e todos são agricultores familiares*. Quisemos saber se o município contava com uma Secretaria da Agricultura. Sua resposta foi de que *já houve, mas por questões políticas locais ela foi desmobilizada e todas as suas atribuições ficaram com a CATI, que é a responsável pela assistência técnica e extensão rural*. Perguntamos se de fato essa assistência técnica existia e ele, politicamente, respondeu que *essa resposta eu desconheço, somente com o engenheiro da Casa da Agricultura*. Passo seguinte, questionamos qual é a base econômica do município e como resposta ele disse que *é o campo, porque somos um município pequeno, não temos indústrias fortes, só a usina*. Quisemos então saber qual é o tamanho médio dos estabelecimentos rurais e ele respondeu que *dos filiados no Sindicato fica entre cinco a dez alqueires (12,10 ha a 24,20 ha), e todos eles são donos com escrituras das terras*. Outra questão que apresentamos é sobre o número de componentes da família que trabalham no estabelecimento rural. Com certo desalento respondeu que *infelizmente só o casal proprietário, às vezes alguém contrata um de fora para ajudar, mas não é tão corriqueiro assim*. Quanto ao rendimento médio das famílias com as atividades agrícolas, alegou que *não sei te dizer, em razão de não termos esse controle*. Mas quando perguntamos quais são os produtos mais cultivados pelo camponês, de pronto ele falou que *é o leite em primeiro lugar, depois vem os hortifrutigranjeiros e o gado de engorda para o corte*. Na pergunta seguinte quisemos saber como o agricultor comercializa essa produção e ele respondeu que *uma parte é por meio do PAA, o restante cada um tem seu jeito de vender que eu desconheço*. Sobre o apoio técnico e de mercado que o município presta ao camponês, respondeu que *há apoio técnico, mas não sei te dizer como isso ocorre e quanto ao apoio de mercado para os produtos dos agricultores,*

²⁶ Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, político filiado ao MDB, concorreu às eleições de 2018 para o governo do Estado de São Paulo, por esse partido, ficando em terceiro lugar no primeiro turno.

infelizmente o município não tem nenhuma política nesse sentido. Perguntamos então, qual é o apoio que o Sindicato oferecia ao agricultor na produção e comercialização, no que respondeu que o Sindicato não pode ofertar esse tipo de serviço. O que podemos e fazemos é em relação aos cursos para a capacitação do agricultor sindicalizado, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR promove com frequência cursos de capacitação do agricultor quanto às novas técnicas de plantio, manejo do solo, cultivares apropriados à região, técnicas de comercialização, implantação de feiras-livres, produção de queijos, embutidos e toda uma estrutura produtiva das mais variadas vertentes agrícolas para ajudar o agricultor a sobreviver. Eu destaco essas atividades e formação visto que isso é importante em razão de ser a produção do homem do campo que sustenta a economia municipal. Chegamos ao momento de falar sobre o Microcrédito Rural PRONAF B e quando iniciamos, ele nos cortou dizendo que essa parte poderíamos pular vez que o Sindicato não mexe com o PRONAF e nem com qualquer tipo de financiamento. De certa forma isso nos frustrou por termos imaginado que conseguiríamos um bom número de informações. Todavia, insistimos e perguntamos sobre o PRONAF-INFRAESTRUTURA que não está diretamente ligado ao agricultor, embora ele seja o beneficiário final, mas fornece apoio financeiro ao município para a implantação dos serviços básicos e, principalmente, a infraestrutura da mobilidade às quais devem ter as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, órgão implantado pelo município como uma das condições para que ele receba os repasses para o financiamento pelo PRONAF. Para essa questão ele tinha a resposta e revelou que o Sindicato detém a presidência do CMDR, por meio da minha pessoa. Eu sou o presidente do Conselho. Quisemos saber como são escolhidos os conselheiros e qual era a participação do camponês. Esclareceu que o CMDR é aberto à participação de todas as entidades do setor e a quem se interessar. A participação do agricultor familiar é livre e no atual Conselho são dez agricultores participando. Todos os membros são escolhidos por votação dos interessados, a maioria são os próprios agricultores que indicam, mas há indicações de outros setores da sociedade civil local. Arguimos que o CMDR é o responsável pela elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR e perguntamos se ele existia. A resposta de Dejair foi que sim, ele existe e está disponível na internet, o que verificamos posteriormente que realmente a informação é verdadeira e baixamos o arquivo para eventual consulta. Falamos sobre a usina de cana e se ele via alguma relação com o camponês, ele pensou e disse que já houve, no passado quando alguns agricultores com o apoio da Assorural fazia doces e fornecia para ela como sobremesa para os seus funcionários, mas isso deixou de existir e não sei o porquê. Após essa experiência que eu via como muito boa, hoje não vejo nenhuma ligação entre eles. Como imaginamos que era uma realidade inexistente dentro do Sindicato, não elaboramos nenhum questionamento acerca do problema da continuidade das atividades agrícolas nas terras. Mesmo assim, como a conversa estava animada e ele disposto a nos mostrar o quanto o candidato Skaf era o mais preparado para assumir o governo paulista, fizemos a pergunta sobre a continuidade das atividades do camponês devido à falta de reposição familiar nos estabelecimentos agropecuários. Segundo ele, esse é um problema seríssimo que não atinge somente o agricultor familiar. Recentemente tivemos uma reunião na FAESP e eu presenciei um grande pecuarista revelar com certa tristeza, que não estava vendo o futuro do seu negócio com o leite, pois nenhum filho queria dar continuidade. Todos eles estudaram e foram para áreas diferentes. Não queriam nem saber de pecuária, ou

sobre o que era desenvolvido na sua fazenda. Dejour arrematou dizendo que os grandes estão envelhecendo e os mais novos se distanciando da atividade agrícola. Eu não sei o que vai acontecer com a produção do nosso alimento do dia a dia. Para finalizar a nossa entrevista quisemos saber o que é preciso para que o camponês produza mais alimentos. Sua resposta foi de que o governo tem que apoiar no sentido de liberar mais recursos financeiros, garantir um preço mínimo e garantir também um mercado consumidor com programas como o PAA, PPAIS, mas também com muito auxílio ao setor de exportação em razão do Brasil ser forte nele e é quem mantém a balança comercial. Terminamos a entrevista, mas não a conversa que se estendeu até a hora do almoço. Foi muito proveitoso o nosso encontro e teceremos alguns comentários em outros capítulos, de resto como aqui não tinha nenhum alimento para oferecer, ele nos deu uma camiseta do SENAR, que tem sido bastante usada quando ficamos em casa, ou para dormir pelo motivo de ser bem leve.

Entrevista com a gerente da carteira agrícola do Banco do Brasil: apresentamos esta entrevista em último lugar posto que, além de organizamos em ordem cronológica conforme fomos realizando-as, nos pareceu que nesse órgão público poderíamos confrontar as informações que colhemos em todas as outras. Era o ponto de convergências e divergências. A forma como conseguimos chegar até essa pessoa foi muito facilitada porque temos convivência regular com uma pessoa, cujo irmão é um dos gerentes do Banco do Brasil na agência de Lucélia. Inicialmente havíamos conversado com ele para fazermos a entrevista, mas depois, ele nos indicou a outra gerente porquanto ela está diretamente relacionada com a área que estamos pesquisando. Feitos os contatos telefônicos, agendamos a entrevista para o dia 25/05/2018, às 16h, se estendendo até às 18h15. No dia e horário marcados chegamos ao banco, ela estava prestando outros atendimentos e ficamos por último. Depois ela explicou que nos deixou para o fim do expediente. Assim, poderíamos conversar sem interrupções, o que de fato ocorreu. Seu nome é Teresinha Fred, branca, com cinquenta e um anos de idade, de religião católica, funcionária do Banco do Brasil há vinte e nove anos, atualmente ocupando o cargo de gerente de relacionamento da carteira agrícola do banco. Nesta função *estou há oito anos, somente na agência da cidade de Lucélia*. Já passou por outras agências em função semelhante. Pessoa muito educada e obsequiosa, de fala mansa e olhar penetrante, enquanto aguardávamos o atendimento pudemos observar que ela tratou todos da mesma forma e observamos a presença de pessoas que, aparentemente, tinham melhores condições e outras que se apresentavam de forma mais simples. Não foi diferente conosco. Identificamo-nos, expusemos os nossos objetivos e ela disse que *eu também cursei a pós-graduação em educação na UNESP de Presidente Prudente, porém fui somente até o mestrado*. Disse que conhece a Professora Doutora Isabel Castanha Gil, citando a sua tese de doutorado e nos deu uma sugestão para também falarmos com ela já que está desenvolvendo um projeto com sementes crioulas na FAI²⁷. Agradecemos a indicação e iniciamos a entrevista perguntando-lhe quais os provimentos legais adotados pelo banco para a concessão de um financiamento no Microcrédito Rural PRONAF B. Sua resposta foi de que *deve seguir as normas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA e aquelas referentes ao crédito rural expedidas pelo Banco Central do Brasil*

²⁷ Atualmente Centro Universitário de Adamantina - UniFAI, anteriormente Faculdades Adamantinenses Integradas – FAI.

BCB. Como o MDA deixou de existir, criou-se a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário SEAD, agregada à Casa Civil da Presidência da República, mas ainda nada foi alterado na legislação em relação ao financiamento da agricultura familiar. Normalmente, quem faz alterações na questão do financiamento é o BCB por meio de resoluções, portarias, normativas, ordens de serviços e outros documentos que costumam editar. Seguindo com nossa conversa, perguntamos para além dos critérios estabelecidos por lei, quais eram os outros que o banco adota para a concessão do financiamento agrícola nessa linha do Microcrédito Rural. Explicou que o banco faz uma análise de crédito onde é avaliada a capacidade de pagamento, se as atividades desenvolvidas são compatíveis para essa linha de crédito, e como o agricultor organiza a sua produção e venda, principalmente, a viabilidade da proposta de produção em relação ao mercado. Em relação às garantias que o banco exige para a concessão, segundo suas explicações, no PRONAF B é excluída a possibilidade de hipotecar a propriedade, no máximo o banco faz a penhora de bens como um trator ou implementos mais sofisticados, quando existir, animais também podem ser dados em penhora. Há casos em que o banco concede financiamento em fidúcia, mas são raros. O mais comum são os casos de apresentar um avalista para afiançar o projeto. Essa pessoa que se dispõe a afiançar também passa por um critério semelhante de consulta sobre suas possibilidades de cumprir com os pagamentos, em caso de inadimplência do titular. Seguimos então aproveitando o assunto da inadimplência e perguntamos qual o nível que ela alcança entre os agricultores no município de Lucélia. Ela nos explicou que se chegar a 2% do volume total destinado à agência para essa linha de financiamento, o próprio banco corta o crédito da agência e não tem mais dinheiro até que a situação seja restabelecida. Mas para o caso de Lucélia, em uma escala de 0 a 10, o nível de inadimplência está próximo a 2, portanto, dentro de uma margem de segurança confiável. Perguntamos sobre a existência de casos em que o banco fica com o estabelecimento rural porque o agricultor não cumpriu com os pagamentos quando foi financiado no Microcrédito Rural. Ela foi taxativa e disse que não, isso é ilegal. O pequeno estabelecimento agropecuário trabalhado pela família é protegido por lei contra quaisquer formas de penhora, ou arrestada por qualquer agente financeiro. Perquirimos as questões relativas a alguns números. A nossa primeira questão foi direto sobre o número de contratos assinados na linha do Microcrédito Rural PRONAF B. Ela respondeu que quarenta contratos foram assinados dentro de todos os subprogramas do PRONAF no ano de 2017, que são agroindústria, mulher, agroecologia, eco, mais alimentos, jovem, microcrédito rural e cotas-partes, mas eu não saberia dizer quantos foram assinados em cada uma dessas linhas, já que trabalhamos com um montante total, porém, ressalto que especificamente para o Microcrédito Rural PRONAF B o volume de recursos não se aproxima de 1/3 do total de todos esses subprogramas. Com segurança posso afirmar que a linha do Mais Alimentos é a que tem o maior público. Por exemplo: em Lucélia para todo o PRONAF foram destinados R\$ 864.850,39 para o custeio. Para o investimento foram destinados R\$ 2.990.512,69, chegando ao valor total de R\$ 3.855.363,08, com trezentos contratos assinados, mas esses valores, reafirmo, foram para todo o Programa PRONAF, inclusive os subgrupos, as categorias A, A/C, Microcrédito Rural PRONAF B e Agricultor familiar, o que dá uma média de R\$ 12.851,21. Esses cálculos são apenas para estatística, mormente o Pronafiano B não conseguiria esse montante. Acho importante esclarecer essa questão considerando que a Resolução do BCB nº 3.559 do ano de 2008, extinguiu as categorias C, D e E que estavam na Lei nº 11.326/2006, essa mesma que

conceituou o entendimento oficial sobre a Agricultura Familiar e unificou essa três categorias doravante em Agricultores Familiares, mas mantendo essa categoria dentro do Programa, e restringiu o termo PRONAF especificamente para o público A, A/C e o Microcrédito Rural PRONAF B. O programa continuou existindo e todos eles permaneceram como público-alvo, mas dividido entre Pronafianos e Agricultores Familiares, com regras e valores diferentes para o acesso ao financiamento. Em relação ao número de contratos assinados para a agricultura familiar com a finalidade de custeio foram cento e setenta e seis, e para o investimento foi de oitenta e quatro, no entanto, podemos observar que os valores para cada um é inversamente proporcional ao número de contratos, dada a peculiaridade dos objetos adquiridos nos investimentos. Como é necessária a apresentação de um projeto que normalmente é elaborado por empresas especializadas e custa caro, o próprio agricultor pode fazer um memorial descritivo que o banco aceita, mas sobre o valor liberado não há nenhuma cobrança extra, com exceção do Imposto Sobre Operações Financeiras IOF. Expos que na modalidade custeio dos contratos positivados, 90% são destinados à manutenção da pecuária e os 10% restantes aplicados em manutenção da propriedade, cercas, pastos. Na modalidade investimentos os recursos são destinados à compra de gado leiteiro ou de corte, compra de máquinas e implementos agrícolas, poços semi ou artesianos. Indagamos se o banco tem indicativos de melhorias na produção do estabelecimento rural após o financiamento e a resposta foi que o Banco do Brasil não faz um acompanhamento específico nesse sentido, mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE elabora tabelas que indicam melhorias tanto no volume da produção quanto na qualidade do que está sendo produzido quando o agricultor familiar recebe o financiamento, mas fez uma ressalva: desde que aplique o recurso com a atividade que propôs, porque sabemos informalmente que nem sempre isso acontece, porém o banco não dispõe de um departamento que investigue a destinação dada ao dinheiro. Ele só quer receber as mensalidades e ter o retorno do financiamento. Na sequência, quisemos saber se o banco tem indicadores que apontem melhorias na qualidade de vida dos agricultores após o financiamento e ela disse que não tem, mas é possível por meio de observação e também por comentários de conhecidos sabermos que na maioria das vezes o financiamento é desviado para benfeitorias na moradia, troca de veículo ou de bens como eletrodomésticos, roupas, algum tratamento dentário e muitas outras formas de desviar a finalidade do dinheiro concedido. Essa é a principal razão quando chega o momento de pagar as mensalidades, o financiado não tem dinheiro. Se ele tivesse gastado com o que disse no projeto, dificilmente teria problemas para quitar as mensalidades. No tocante às três principais dificuldades para a concessão de financiamento na linha do Microcrédito Rural PRONAF B, falou que não há uma ordem hierárquica na graduação dessas dificuldades, sobretudo a existência de qualquer uma delas já é o suficiente para não aprovar a ficha do pretendente, mas que as garantias pedidas, a capacidade de pagamento cujo modo de aferição está na emissão das notas fiscais de venda dos produtos obtidos no estabelecimento rural e a restrição financeira, a negativação do nome do solicitante no serviço de proteção ao crédito - a inadimplência - são as três maiores justificativas para o banco não conceder o financiamento. Essas regras também servem para o avalista. Perguntamos ainda quais são as fontes que abastecem o PRONAF; de onde vem o dinheiro e ela respondeu que o dinheiro disponibilizado para o Programa vem do Governo Federal, por meio do orçamento da União que já prevê a quantia que será destina ao financiamento agrícola. São duas linhas: aquela que destina muito

dinheiro para o grande agricultor, a agricultura de exportação, as commodities, e a linha de financiamento para a agricultura familiar, que tem um montante muito menor. Quisemos saber se em sua visão haveria uma relação entre o Pronafiano B e a usina suco energética que há no município e a resposta dela foi de que entende não haver nada. Finalizamos a entrevista perguntando a visão do banco sobre o que é necessário para que o Pronafiano B produza mais alimentos e ela falou que o conhecimento técnico e sobre as linhas de financiamento que ele tem ao seu dispor, como buscar isso, ter informações com certeza ajudaria muito no aumento da produção e também na qualidade de vida dele. Ao término dessa nossa proposta, ficamos conversando e trocando impressões sobre a agricultura e as várias problemáticas existentes nessa área. Em determinado momento ela tocou em um ponto que nós tínhamos imaginado distante deste ambiente. Ela disse que um grande problema para o campo está na questão sucessória, principalmente o processo sucessório está prejudicado em todas as camadas, seja para o pequeno o médio ou o grande agricultor. O êxodo rural dificulta essa reposição. É generalizado. Mesmo com o grande produtor a média de idade está acima dos cinquenta anos. O grande agricultor tem dinheiro e quer ver seus filhos estudados, o que de fato acontece e eu sei disso quando um deles vem até mim, a conversa gira em torno do financiamento que ele veio buscar, as reclamações em relação ao mercado para alimentos e as conquistas que os filhos têm conseguido em suas carreiras profissionais. Ainda que esses filhos estejam ligados à agricultura, mas é na engenharia agrônômica, ou no direito ligado ao campo, ou no comércio exterior e todas as funções que demandam uma formação superior. Esses caras não sabem plantar de fato, eles têm a informação, o dinheiro e gente que faz o trabalho pesado para eles, mas ele mesmo não vai ao campo para executar essas funções, vamos chamar assim, "menos nobres". É uma reclamação que tenho ouvido bastante de todos os agricultores. Já passava das 18h e encerramos a conversa porque senão teríamos estendido ainda mais. Foi uma ótima entrevista e muito esclarecedora em nosso ponto de vista.

A título de ampliarmos o volume de informação, segundo Schiavon, o microcrédito é viabilizado pelo Banco do Povo Paulista, presentes nos municípios, através de convênios entre a Secretaria de Estado do Emprego e das Relações de Trabalho e Prefeituras Municipais. As propostas são protocoladas na unidade local e analisadas pelo Comitê de Análise de Financiamentos composto por representantes da sociedade civil e órgãos públicos: “A operação bancária é feita pelo Banco do Brasil. Foi levantado que apenas 11,9% das upas utilizam crédito rural para produção agropecuária e 2% utiliza seguro rural, segundo dados fornecido pelo LUPA para o ano de 2008” (SCHIAVON, 2010, p.03).

APÊNDICE 2

1 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CAMPONESES

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS CAMPONESES NO MUNICÍPIO DE LUCÉLIA ENTREVISTA Nº.

IDENTIFICAÇÃO E ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS

ENTREVISTA REALIZADA EM: ____/____/____ INÍCIO: _____
 TÉRMINO: _____
 NOME: _____ IDADE: _____ RELIGIÃO: _____
 ESCOLARIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____
 NOME DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: _____
 LATITUDE: _____ LONGITUDE: _____
 BAIRRO RURAL: _____ MICROBACIA: _____

QUESTÕES

1. É ASSOCIADO: ASSORURAL SIM (); NÃO (); SINDICATO SIM (); NÃO (); COOPERATIVA SIM (); NÃO ();
2. HÁ QUANTO TEMPO POSSUI OU RESIDE NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?;
3. QUAL É A CONDIÇÃO DO PRODUTOR: PROPRIETÁRIO () ARRENDATÁRIO () COMODATÁRIO () OUTROS () QUAL?
4. SE PROPRIETÁRIO, COMO ADQUIRIU O ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: COMPRA (); HERANÇA (); OUTRAS (). QUAL?
5. EM A DOCUMENTAÇÃO DE LEGALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
6. SE ARRENDATÁRIO, QUAL O TEMPO DE DURAÇÃO DO CONTRATO?
7. QUAL O TAMANHO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
8. PAGA ALGUM TIPO DE IMPOSTO PELO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO (POR EXEMPLO; ITR)? () NÃO; () SIM. QUAL?
9. PAGA ALGUM TIPO DE IMPOSTO PELA PRODUÇÃO (POR EXEMPLO; ICMS)? () NÃO; () SIM. QUAL? _____
10. POSSUI OU DESTINA ÁREA ARRENDADA OU EM PARCERIA? SIM () NÃO (). SE SIM, QUANTOS ALQUEIRES: _____ HECTARES _____. COM QUAL ATIVIDADE AGROPECUÁRIA?
11. RESIDE NA ZONA: () RURAL () URBANA
12. QUANTAS PESSOAS RESIDEM NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
13. RENDA MÉDIA FAMILIAR ORIGINADA EM ATIVIDADES NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO (BASE SM R\$ 954,00, JAN/2018): () MENOS DE UM SM; () DE UM ATÉ 3SM; () DE 4 A 6 SM; () DE 7 A 10SM; () MAIS DE 10 SM
14. COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR: () PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA; () APOSENTADORIA; () TRABALHO DO PROPRIETÁRIO FORA DE CASA; () TRABALHO DOS FILHOS FORA DE CASA; () ARRENDAMENTO DE TERRAS; () ALUGUEL DE CASA
15. A MANUTENÇÃO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO ACONTECE COM A RENDA OBTIDA PELA PRODUÇÃO, SENDO A APOSENTADORIA SOMENTE PARA COMPLEMENTAR, OU ESSE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO É A BASE PARA A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
16. QUANTOS FILHOS TÊM: HOMEM: _____; MULHER _____
17. RESIDEM NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO? NÃO () SIM (). QUANTOS?
18. OS FILHOS AJUDAM OU TRABALHAM NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO? _____ QUANTOS?
19. HÁ QUEM TRABALHA FORA DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO, MAS RESIDE NELA?
20. A RENDA DELA AUXILIA NA MANUTENÇÃO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
21. HÁ TRABALHADORES CONTRATADOS NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO? _____. QUANTOS SÃO?

22. EM QUAIS PERÍODOS DA PRODUÇÃO ELES SÃO CONTRATADOS?
23. COMO É COMBINADO O PAGAMENTO PARA ESSES TRABALHADORES?
24. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO PARA A COMERCIALIZAÇÃO NA: _____ ÁREA DA LAVOURA: _____
 _____ ÁREA DE PASTAGEM: _____ HA. Nº. DE CABEÇAS
 NA PECUÁRIA BOVINA: () CORTE _____ () LEITE _____ PRODUZ _____ LITROS P/
 DIA. COM QUEM COMERCIALIZA?
25. TEM TANQUE DE RESFRIAMENTO NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO? A QUEM PERTENCE?
26. PAGA PELA SUA UTILIZAÇÃO? QUANTO?
27. UTILIZA A ORDENHA MECÂNICA, OU MANUAL? SE NÃO, POR QUÊ?
28. COMO FOI ADQUIRIDA?
29. FORMAS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO LAVOURA E PECUÁRIA: () CAMINHÃO PRÓPRIO; () CAMINHÃO FRETADO; () CAMINHÃO DO LATICÍNIO; () TRATOR PRÓPRIO; () VEÍCULO PRÓPRIO; () CARROÇA; OUTROS MEIOS:
30. OUTROS TIPOS DE REBANHOS:
31. QUAIS PRODUTOS SÃO MAIS CULTIVADOS NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO PARA A COMERCIALIZAÇÃO?
32. COMO É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO? VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR (); INTERMEDIÁRIOS (); () LATICÍNIOS; () ASSOCIAÇÃO; () AGROINDÚSTRIA; () SUPERMERCADOS; () FEIRANTES; () FEIRAS-LIVRES ()
33. TEM DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO: () SIM; () NÃO. QUAIS?
34. QUAIS INSUMOS SÃO UTILIZADOS NA LAVOURA: () AGROTÓXICOS; () DEFENSIVOS; () ADUBO INDUSTRIAL; () ADUBO NATURAL; () CALCÁRIO; () SAL MINERAL; () VACINAS/MEDICAMENTOS
35. QUAIS OS PRODUTOS QUE SÃO CULTIVADOS PARA A ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA?
36. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA A TERRA?
37. QUAL TIPO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA UTILIZA?
38. QUEM PRESTA ESSA ASSISTÊNCIA?
39. QUAIS OS MEIOS DE PRODUÇÃO ESTÃO DISPONÍVEIS NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: () TRATOR; () ARADO MECÂNICO; () GRADE/ROÇADEIRA MECÂNICA; () PULVERIZADOR COSTAL; () DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO; () SEMEADEIRA () OUTROS
40. QUAL O APOIO É PRESTADO PELO MUNICÍPIO?
41. QUAL O APOIO PRESTADO PELA CASA DA AGRICULTURA?
42. PARTICIPA () OU PARTICIPOU () DE ALGUM PROGRAMA GOVERNAMENTAL PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS? () PNAE; () PAA; () PPAIS; () OUTROS () SIM; () NÃO
43. QUAIS PRODUTOS ENTREGA (OU)?
44. QUAL A SUA AVALIAÇÃO DESSES PROGRAMAS?
45. JÁ UTILIZOU O FINANCIAMENTO DO PRONAF? EM QUAL SUBPROGRAMA? PRONAF AGROINDÚSTRIA (); PRONAF MULHER (); PRONAF AGROECOLOGIA (); PRONAF ECO (); PRONAF MAIS ALIMENTOS (); PRONAF JOVEM (); PRONAF MICROCRÉDITO (GRUPO B) (); PRONAF COTAS-PARTES ().
46. QUANTAS VEZES? QUAL O VALOR FINANCIADO?
47. PARA CONSEGUIR O FINANCIAMENTO, UMA DAS EXIGÊNCIAS É A APRESENTAÇÃO DE UM PROJETO INDICANDO ONDE OU PARA O QUÊ OS RECURSOS SERÃO APLICADOS. QUEM FAZ ESSE PROJETO? QUANTO CUSTA? QUEM PAGA?
48. O VALOR LIBERADO NA CONCESSÃO DO EMPRÉSTIMO CHEGOU INTEGRALMENTE, OU SOFREU ALGUM DESCONTO?
49. QUAIS SÃO OS DESCONTOS?
50. QUAL TIPO DE ATIVIDADE EMPREGOU O FINANCIAMENTO? CUSTEIO (); INVESTIMENTOS (). DISCRIMINE O INVESTIMENTO:
51. QUAIS AS DIFICULDADES PARA ACESSAR O PRONAF: () EXCESSO DE DOCUMENTAÇÃO; () DIFICULDADES POSTAS PELO BANCO; () FALTA DE INFORMAÇÃO; () FALTA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA; OUTRAS:
52. POR QUE NÃO UTILIZOU: DESCONHEÇO O PROGRAMA (); NÃO UTILIZEI E NÃO TENHO INTERESSE (); NÃO, MAS TENHO INTERESSE EM UTILIZAR (); OUTROS:
53. QUAIS OS PONTOS POSITIVOS NA PRODUÇÃO APÓS O FINANCIAMENTO?
54. QUAIS OS PONTOS POSITIVOS NA QUALIDADE DE VIDA FAMILIAR COM O FINANCIAMENTO?

55. CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR DE ALGUM AGRICULTOR QUE TENHA PERDIDO SEU ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO POR CAUSA DA INADIMPLÊNCIA COM O BANCO APÓS FAZER O FINANCIAMENTO DO PRONAF? SIM (); NÃO (); QUANTOS CASOS?
56. O QUE O AGRICULTOR PRECISA PARA PRODUIR MAIS ALIMENTOS?
57. NO SEU ENTENDIMENTO, COMO DEVE SER A POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA?
58. HÁ PLANTAÇÃO DE CAFÉ NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO? () SIM; () NÃO. POR QUÊ?
59. HÁ UMA RELAÇÃO ENTRE O PRONAFIANO B E A USINA SUCROENERGÉTICA?
60. VOCÊ É UM CAMPONÊS? SIM (); NÃO (). POR QUÊ?
61. QUANDO AS SUAS CONDIÇÕES FÍSICAS NÃO MAIS PERMITIREM O TRABALHO NA LAVOURA, QUEM ASSUMIRÁ O ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
62. ALGUM PONTO / IDEIA QUE DESEJA EXPRESSAR?

2 - QUESTIONÁRIO APLICADO NA ASSORURAL

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA DIRIGENTES RURAIS: ASSORURAL. RUA PREFEITO JOÃO GARCIA MALDONADO, 172. LUCÉLIA. TEL.: 18-3551.3719

ENTREVISTA REALIZADA EM ____ / ____ / ____ ÀS: _____
 NOME _____
 IDADE: _____ SEXO: _____ RELIGIÃO: _____
 LATITUDE: _____ LONGITUDE: _____

QUESTÕES

1. QUANDO FOI FUNDADA A ASSORURAL?
2. QUANTOS ASSOCIADOS TÊM HOJE?
3. TODOS SÃO CAMPONESES? SIM (); NÃO ();
4. QUAIS OUTRAS FUNÇÕES EXERCEM?
5. LUCÉLIA TEM UMA SECRETARIA DA AGRICULTURA? SIM (); NÃO ();
6. QUAL ÓRGÃO PÚBLICO PRESTA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM LUCÉLIA?
7. QUAL O TAMANHO DO MÓDULO FISCAL DO MUNICÍPIO?
8. QUAL É A BASE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO?
9. QUAIS AS REGRAS PARA CONCEDER O FINANCIAMENTO NO PRONAF B?
10. APONTE AS DIFICULDADES PARA TER O FINANCIAMENTO NO PRONAF B;
11. QUAL O VOLUME DE FINANCIAMENTOS DO PRONAF B EM LUCÉLIA?
12. QUAL O VALOR MÁXIMO DE FINANCIAMENTO NO PRONAF B (ANO 2017/2018)?
13. QUANTOS CONTRATOS PARA O PRONAF B (2017) FORAM ENCAMINHADOS PELA ASSORURAL?
14. NA MODALIDADE INVESTIMENTOS, QUAIS AS FINALIDADES DO FINANCIAMENTO?
15. QUAIS OUTRAS LINHAS DO PRONAF FORAM ACESSADAS PELOS CAMPONESES ASSOCIADOS?
16. O ASSORURAL TEM UMA PLANILHA DE QUANTOS CAMPONESES ACESSARAM O MICROCRÉDITO RURAL? () SIM; () NÃO
17. SE SIM, COMPLETE A TABELA:

ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:
ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:

18. QUAL O PERFIL DO CAMPONÊS QUE UTILIZA OS RECURSOS DO PRONAF MICROCRÉDITO QUANTO À:
 - POSSE E TAMANHO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: (PROPRIETÁRIO; ARRENDATÁRIO; COMODATÁRIO; PARCEIRO, ETC.)
 - UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA: (FAMILIAR E CONTRATADA)
 - PERFIL DE PRODUÇÃO (QUAIS PRODUTOS)
 - PERFIL DE COMERCIALIZAÇÃO: (VENDA AUTÔNOMA; INTERMEDIÁRIO; SUPERMERCADOS; INDÚSTRIA)

PERFIL SÓCIO EDUCACIONAL: (FORMAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL)

COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR: (PRODUÇÃO NA ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO; TRABALHOS EXTERNOS; APOSENTADORIAS) QUAL O PERFIL DO CAMPONÊS QUE NÃO UTILIZA O FINANCIAMENTO DO MICROCRÉDITO RURAL PRONAF B:

POSSE E TAMANHO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: (PROPRIETÁRIO; ARRENDATÁRIO; COMODATÁRIO; PARCEIRO, ETC.)

UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA: (FAMILIAR E CONTRATADA)

PERFIL DE PRODUÇÃO (QUAIS PRODUTOS)

PERFIL DE COMERCIALIZAÇÃO: (VENDA AUTÔNOMA; INTERMEDIÁRIO; SUPERMERCADOS; INDÚSTRIA)

PERFIL SÓCIO EDUCACIONAL: (FORMAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL)

COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR: (PRODUÇÃO NA ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO; TRABALHOS EXTERNOS; APOSENTADORIAS)

19. HÁ CASOS EM QUE O CAMPONÊS PERDE O ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO POR INADIMPLÊNCIA? SIM NÃO DESCONHEÇO

20. QUANTOS CAMPONÊSES ASSOCIADOS UTILIZAM O PRONAF B?

21. QUAL A AVALIAÇÃO DA ASSORURAL PARA OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO RURAL?

22. A ASSORURAL ELABORA A DAP SOMENTE PARA ASSOCIADOS? SIM NÃO

23. QUAL O TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS?

24. O CAMPONÊS É O DONO LEGALIZADO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?

25. QUAIS PRODUTOS SÃO MAIS CULTIVADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR?

26. COMO É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO DESSES PRODUTOS PELO CAMPONÊS?

27. QUAL É O APOIO (TÉCNICO; MERCADOS) DO MUNICÍPIO PARA O CAMPONÊS?

28. QUAL O APOIO DA ASSORURAL AO ASSOCIADO NA PRODUÇÃO E NA COMERCIALIZAÇÃO?

29. É DESENVOLVIDO OU PROMOVIDO CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA O ASSOCIADO?

30. QUAL A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DO CAMPONÊS NA ECONOMIA MUNICIPAL?

31. QUAL O APOIO QUE A CASA DA AGRICULTURA PRESTA AOS ASSOCIADOS?

32. HÁ UMA RELAÇÃO ENTRE O PRONAFIANO B E A USINA SUCROENERGÉTICA?

33. QUAL O PONTO DE LIGAÇÃO/HIPÓTESE ENTRE ESSES DOIS ELEMENTOS?

34. OS ASSOCIADOS SÃO CAMPONESES? SIM; NÃO.

35. POR QUÊ

3 - QUESTIONÁRIO APLICADO NA CASA DA AGRICULTURA

ROTEIRO DE PERGUNTAS CASA DA AGRICULTURA/CATI: COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL, LUCÉLIA: (18) 3551.1298; LAO MACEDO, JONATHAN. (RUA RICIERI PERNOMIAN, 1250) PRAÇA PADRE FRANCISCO MHAR, Nº. 1250, LUCÉLIA/SP. CEP 17780-000

IDENTIFICAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ENTREVISTA REALIZADA EM: ____/____/____ INÍCIO: _____ TÉRMINO:

NOME: _____

IDADE: _____ RELIGIÃO: _____ ESCOLARIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____ FUNÇÃO: _____

TEMPO NO CARGO: _____

LATITUDE: _____ LONGITUDE: _____

QUESTÕES

1. QUAL A AVALIAÇÃO DA CATI SOBRE O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PRONAF MICROCRÉDITO RURAL (PRONAF B)?

2. NA VISÃO DA CATI, QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES PARA O AGRICULTOR FAMILIAR ACESSAR O FINANCIAMENTO DO PRONAF MICROCRÉDITO RURAL (PRONAF B)?

3. O QUE PRECISA SER REPENSADO NELE?

4. A CATI TEM UMA PLANILHA DE QUANTOS CAMPONESES ACESSARAM O MICROCRÉDITO RURAL? SE SIM, COMPLETE A TABELA:

ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:
ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:	ANO: QTDE:

5. QUAL O PERFIL DO CAMPONÊS QUE **UTILIZA** OS RECURSOS DO PRONAF MICROCRÉDITO QUANTO À:

POSSE E TAMANHO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: (PROPRIETÁRIO; ARRENDATÁRIO; COMODATÁRIO; PARCEIRO, ETC.)

UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA: (FAMILIAR E CONTRATADA) PERFIL DE PRODUÇÃO (QUAIS PRODUTOS)

PERFIL DE COMERCIALIZAÇÃO: (VENDA AUTÔNOMA; INTERMEDIÁRIO; SUPERMERCADOS; INDÚSTRIA)

PERFIL SÓCIO EDUCACIONAL: (FORMAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL)

COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR: (PRODUÇÃO NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO; TRABALHOS EXTERNOS; APOSENTADORIAS) QUAL O PERFIL DO CAMPONÊS QUE NÃO UTILIZA O FINANCIAMENTO DO PRONAF MICROCRÉDITO:

POSSE E TAMANHO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: (PROPRIETÁRIO; ARRENDATÁRIO; COMODATÁRIO; PARCEIRO, ETC.)

UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA: (FAMILIAR E CONTRATADA)

PERFIL DE PRODUÇÃO (QUAIS PRODUTOS)

PERFIL DE COMERCIALIZAÇÃO: (VENDA AUTÔNOMA; INTERMEDIÁRIO; SUPERMERCADOS; INDÚSTRIA)

PERFIL SÓCIO EDUCACIONAL: (FORMAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL)

COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR: (PRODUÇÃO NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO; TRABALHOS EXTERNOS; APOSENTADORIAS) QUAIS PONTOS POSITIVOS HÁ NA ECONOMIA MUNICIPAL COM O FINANCIAMENTO DO MICROCRÉDITO?

6. QUAL A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DO PEQUENO CAMPONÊS RURAL NA ECONOMIA DO MUNICÍPIO?

7. QUAL A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO CAMPONÊS NO PIB MUNICIPAL?

8. QUAIS PONTOS POSITIVOS NA QUALIDADE DE VIDA DO CAMPONÊS APÓS O FINANCIAMENTO NO MICROCRÉDITO?

9. QUAIS PONTOS POSITIVOS NA PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO APÓS O FINANCIAMENTO NO MICROCRÉDITO?

10. QUAL A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS NO MICROCRÉDITO?

11. PARA QUAL TIPO DE INVESTIMENTO É MAIS SOLICITADO O FINANCIAMENTO NO MICROCRÉDITO?

12. A CATI PRESTA ASSESSORIA AO PRONAFIANO B QUANTO AO MELHOR INVESTIMENTO?

13. QUE TIPO DE ASSESSORIA É FORNECIDO?

14. HÁ PERDA DE ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO CAUSADA PELA INADIMPLÊNCIA? () NÃO; () SIM;

15. QUEM FICA COM ELA?

16. A CATI EMITE A DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP? () NÃO; () SIM

17. A CATI PROMOVE CURSOS DE ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE NOVAS TÉCNICAS DE PLANTIO: () NÃO; () SIM

18. SOBRE O MANUSEIO DA TERRA: () NÃO; () SIM

19. SOBRE O MANUSEIO DO GADO LEITEIRO OU DE CORTE: () NÃO; () SIM

20. A CATI FOMENTA OU ORIENTA OS PEQUENOS CAMPONESES A PARTICIPAREM DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, COMO O PAA, PPAIS E O PNAE: () NÃO; () SIM. QUAIS?

21. QUAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS TÊM SIDO COMERCIALIZADOS PELAS COMPRAS PÚBLICAS?

22. SEM ESSES PROGRAMAS, O PEQUENO AGRICULTOR CONTINUARÁ PRODUZINDO PARA QUEM?

23. A CATI ORIENTA OS CAMPONESES A DIVERSIFICAREM SUA PRODUÇÃO?

24. QUAL A LEITURA SOBRE O TIPO/COMPORTAMENTO QUE A CATI FAZ DO PEQUENO CAMPONÊS QUANTO À CONTINUIDADE DA FAMÍLIA NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO, EM RELAÇÃO À REPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA PELOS MEMBROS DA PRÓPRIA FAMÍLIA?

4 - QUESTIONÁRIO APLICADO NO SINDICATO PATRONAL RURAL

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA: **SINDICATO PATRONAL RURAL DE LUCÉLIA** - PRAÇA MELVIN JONES, 110 - VILA CAYRES – (18) 3551-1493/1694 - DJAIR – LUCÉLIA/ SP, 17780-000.

ENTREVISTA REALIZADA EM: _____ / _____ / _____ ÀS: _____
 NOME: _____
 IDADE: _____ SEXO: _____ RELIGIÃO: _____
 LATITUDE: _____ LONGITUDE: _____

QUESTÕES

1. QUANDO FOI FUNDADO O SINDICATO RURAL DE LUCÉLIA?
2. QUANTOS SINDICALIZADOS TÊM HOJE?
3. TODOS SÃO CAMPONESES? SIM (); NÃO ()
4. QUAIS OUTRAS FUNÇÕES SÃO EXERCIDAS?
5. LUCÉLIA TEM UMA SECRETARIA DA AGRICULTURA? SIM (); NÃO ()
6. QUAL ÓRGÃO PÚBLICO PRESTA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM LUCÉLIA?
7. QUAL É A BASE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO?
8. QUAIS AS REGRAS PARA CONCEDER O FINANCIAMENTO NO PRONAF B?
9. QUANTOS CONTRATOS PARA O PRONAF B (2017) FORAM ENCAMINHADOS, VIA SINDICATO?
10. APONTE AS DIFICULDADES PARA TER O FINANCIAMENTO NO PRONAF B;
11. QUAL O VALOR MÁXIMO DE FINANCIAMENTO NO PRONAF B (ANO 2017/2018)?
12. NA MODALIDADE INVESTIMENTOS, QUAIS AS FINALIDADES DO FINANCIAMENTO?
13. QUAIS OUTRAS LINHAS DO PRONAF FORAM ACESSADAS PELOS CAMPONESES SINDICALIZADOS?
14. O SINDICATO TEM UMA PLANILHA DE QUANTOS CAMPONÊSES ACESSARAM O MICROCRÉDITO RURAL? () SIM; () NÃO
15. QUAL O PERFIL DO CAMPONÊS QUE UTILIZA OS RECURSOS DO PRONAF MICROCRÉDITO QUANTO À:
POSSE E TAMANHO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: (PROPRIETÁRIO; ARRENDATÁRIO; COMODATÁRIO; PARCEIRO, ETC.)
UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA: (FAMILIAR E CONTRATADA)
PERFIL DE PRODUÇÃO (QUAIS PRODUTOS):
PERFIL DE COMERCIALIZAÇÃO: (VENDA AUTÔNOMA; INTERMEDIÁRIO; SUPERMERCADOS; INDÚSTRIA)
PERFIL SÓCIO EDUCACIONAL: (FORMAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL)
COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR: (PRODUÇÃO NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO; TRABALHOS EXTERNOS; APOSENTADORIAS)
16. QUAL O PERFIL DO CAMPONÊS QUE NÃO UTILIZA O FINANCIAMENTO DO PRONAF MICROCRÉDITO:
POSSE E TAMANHO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO: (PROPRIETÁRIO; ARRENDATÁRIO; COMODATÁRIO; PARCEIRO, ETC.)
UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA: (FAMILIAR E CONTRATADA)
PERFIL DE PRODUÇÃO (QUAIS PRODUTOS):
PERFIL DE COMERCIALIZAÇÃO: (VENDA AUTÔNOMA; INTERMEDIÁRIO; SUPERMERCADOS; INDÚSTRIA)
PERFIL SÓCIO EDUCACIONAL: (FORMAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL)
COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR: (PRODUÇÃO NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO; TRABALHOS EXTERNOS; APOSENTADORIAS)
17. HÁ CASOS EM QUE O CAMPONÊS PERDE O ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO POR INADIMPLÊNCIA? () SIM; () NÃO; () DESCONHEÇO
18. QUAL A AVALIAÇÃO DO SINDICATO PARA OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO RURAL?
19. QUAL O TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS?
20. O CAMPONÊS É O DONO LEGALIZADO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
 SIM (); NÃO ()

21. QUANTOS COMPONENTES DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
22. QUANTOS COMPONENTES DA FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHAM NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
23. QUAL A RENDA MÉDIA FAMILIAR ORIGINADA EM ATIVIDADES NO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO?
BRUTA: () MENOS DE 1 SM; () DE 1 A 3 SM; () DE 4 A 6 SM; () DE 7 A 10 SM; () MAIS DE 10 SM
LÍQUIDA: () MENOS DE 1 SM; () DE 1 A 3 SM; () DE 4 A 6 SM; () DE 7 A 10 SM; () MAIS DE 10 SM
24. QUAL A RENDA MÉDIA FAMILIAR DE ORIGEM EXTERNA?
() MENOS DE 1 SM; () DE 1 A 3 SM; () DE 4 A 6 SM; () DE 7 A 10 SM; () MAIS DE 10 SM
25. QUAIS PRODUTOS SÃO MAIS CULTIVADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR?
26. COMO É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO DESSES PRODUTOS PELO CAMPONÊS?
27. QUAL É O APOIO (TÉCNICO; MERCADOS) DO MUNICÍPIO PARA O CAMPONÊS?
28. QUAL O APOIO DO SINDICATO AO CAMPONÊS NA PRODUÇÃO E NA COMERCIALIZAÇÃO?
29. TEM DESENVOLVIDO OU PROMOVIDO CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA O CAMPONÊS SINDICALIZADO? QUAIS?
30. QUAL A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DO CAMPONÊS NA ECONOMIA MUNICIPAL?
31. QUAL O APOIO QUE A CASA DA AGRICULTURA PRESTA AOS CAMPONESES?
32. O PRONAF-INFRAESTRUTURA FORNECE APOIO FINANCEIRO AO MUNICÍPIO PARA IMPLANTAR OS SERVIÇOS BÁSICOS E A INFRAESTRUTURA, QUE DEVE TER AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – CMDR.
33. QUAL A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO NO CMDR?
34. COMO SÃO ESCOLHIDOS OS CONSELHEIROS PARA FORMAR O CMDR?
35. COMO É A PARTICIPAÇÃO DO CAMPONÊS NO CONSELHO MUNICIPAL (CMDR)?
36. O MUNICÍPIO DE LUCÉLIA ELABOROU O PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL? SIM () NÃO ().
37. ONDE ELE ESTÁ DISPONÍVEL PARA O ACESSO DO CAMPONÊS?
38. HÁ UMA RELAÇÃO ENTRE O PRONAFIANO B E A USINA SUCROENERGÉTICA?
39. QUAL O PONTO DE LIGAÇÃO/HIPÓTESE ENTRE ESSES DOIS ELEMENTOS?
40. O QUE É PRECISO PARA O CAMPONÊS PRODUZIR MAIS ALIMENTOS?
41. OS SINDICALIZADOS SÃO CAMPONESES? () SIM; () NÃO. POR QUÊ?

5 - QUESTIONÁRIO APLICADO NO BANCO DO BRASIL

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA: BANCO DO BRASIL: AVENIDA INTERNACIONAL, 1773 - CENTRO, LUCÉLIA - SP, 17780-000; TELEFONE: 18-3551 1356. **TEREZINHA** (RESPONSÁVEL PELA ÁREA RURAL). E-MAIL: AGE0279@BB.COM.BR

IDENTIFICAÇÃO

ENTREVISTA REALIZADA EM: ___/___/___ INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____
 NOME: _____ IDADE: _____
 RELIGIÃO: _____ ESCOLARIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____
 FUNÇÃO: _____ TEMPO NO CARGO: _____
 LATITUDE: _____ LONGITUDE: _____
 BAIRRO: _____

QUESTÕES

1. QUAIS AS LEIS, DECRETOS, NORMAS, RESOLUÇÕES E OUTROS PROVIMENTOS LEGAIS QUE ATUALMENTE ESTÃO EM VIGÊNCIA QUE ORIENTAM A CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO PARA O MICROCRÉDITO RURAL (PRONAF B)?
2. ALÉM DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS POR LEI, QUAIS OUTROS QUE O BANCO ADOTA PARA A CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO AGRÍCOLA PARA A LINHA DO MICROCRÉDITO RURAL?

3. QUAIS AS GARANTIAS QUE O BANCO EXIGE PARA A CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO NESTA LINHA?
4. QUAL FOI O VOLUME DE RECURSOS EMPRESTADOS, NO ANO DE 2017, PARA OS SUBPROGRAMAS: PRONAF AGROINDÚSTRIA; PRONAF MULHER; PRONAF AGROECOLOGIA; PRONAF ECO; PRONAF MAIS ALIMENTOS; PRONAF JOVEM; PRONAF MICROCRÉDITO RURAL; PRONAF COTAS-PARTES.
5. QUAL FOI O NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS, NO ANO DE 2017, PARA ESSES SUBPROGRAMAS: PRONAF AGROINDÚSTRIA; PRONAF MULHER; PRONAF AGROECOLOGIA; PRONAF ECO; PRONAF MAIS ALIMENTOS; PRONAF JOVEM; PRONAF MICROCRÉDITO RURAL; PRONAF COTAS-PARTES
6. PARA CONSEGUIR O EMPRÉSTIMO, UMA DAS EXIGÊNCIAS É A APRESENTAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO ELABORADO POR UMA INSTITUIÇÃO QUE SEJA RECONHECIDA PELO BANCO. HÁ POSSIBILIDADE DO PRÓPRIO CAMPONÊS FAZER UM MEMORIAL DESCRITIVO UTILIZANDO SEUS CONHECIMENTOS SOBRE A TERRA E O ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO E SER ACEITO? () SIM () NÃO. HÁ CASOS CONCRETOS? () SIM () NÃO
7. QUAL FOI, NO ANO DE 2017, O NÚMERO DE CONTRATOS APROVADOS PARA O FINANCIAMENTO: COM CUSTEIO; COM INVESTIMENTOS.
8. NA ÁREA DOS CUSTEIOS, QUAIS AS FINALIDADES QUE SÃO CITADAS PARA O EMPREGO DO FINANCIAMENTO?
9. NA ÁREA DOS INVESTIMENTOS, QUAIS AS FINALIDADES QUE SÃO CITADAS PARA O EMPREGO DO FINANCIAMENTO?
10. QUAIS AS TRÊS PRINCIPAIS DIFICULDADES OU ENTRAVES PARA CONCEDER UM EMPRÉSTIMO NA LINHA DO MICROCRÉDITO RURAL (PRONAFIANO B)?
11. O BANCO TEM INDICATIVOS DE MELHORIAS NA PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO APÓS O EMPRÉSTIMO PARA O AGRICULTOR CLASSIFICADO COMO MICROCRÉDITO RURAL?
12. ONDE HOUE A MELHORA (MAIOR QUANTIDADE, MELHOR QUALIDADE, AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS, USO DE FERTILIZANTES, ETC.)?
13. O BANCO TEM INDICADORES PARA APONTAR MELHORIAS NA QUALIDADE DE VIDA FAMILIAR DO PRODUTOR APÓS A CONCESSÃO DO EMPRÉSTIMO NA CONDIÇÃO DE MICROCRÉDITO RURAL?
14. QUAIS AS MELHORIAS PERCEBIDAS, OU RELATADAS PELO BENEFICIÁRIO (AQUISIÇÃO DE BENS DURÁVEIS E DE CONSUMO, TRATAMENTO DENTÁRIO OU DE SAÚDE, INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS, VIAGENS DE LAZER, REFORMA NA RESIDÊNCIA, ETC.)?
15. HÁ CASOS NA LINHA DO MICROCRÉDITO RURAL EM QUE O BANCO ADQUIRE O ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO PORQUE O FINANCIADO NÃO QUITOU O SEU DÉBITO? QUANTOS CASOS?
16. EM UMA ESCALA DE ZERO A DEZ, QUAL O NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA?
17. O VALOR LIBERADO NA CONCESSÃO DO EMPRÉSTIMO CHEGA INTEGRALMENTE AO AGRICULTOR FAMILIAR, OU SOFRE ALGUM DESCONTO?
18. QUAIS SÃO OS DESCONTOS?
19. QUAIS OS NÚMEROS CORRESPONDENTES DE CONTRATOS ASSINADOS EM CADA UMA DAS MODALIDADES: PRONAF AGROINDÚSTRIA____; PRONAF MULHER____; PRONAF AGROECOLOGIA____; PRONAF ECO____; PRONAF MAIS ALIMENTOS____; PRONAF JOVEM____; PRONAF MICROCRÉDITO RURAL____; PRONAF COTAS-PARTES____.
20. COM A PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO nº. 3.559/2008 – BACEN FORAM EXTINTAS AS CATEGORIAS C, D, E DO PRONAF E AGRUPADOS EM UM ÚNICO SUJEITO DENOMINADO DE AGRICULTOR FAMILIAR, MANTENDO AS MESMAS CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO E DO SOCIAL ANTERIORMENTE ESTABELECIDAS. AS CATEGORIAS A, A/C E B, CONTINUARAM SENDO DENOMINADAS DE PRONAFIANOS, EMBORA OS AGRICULTORES FAMILIARES TENHAM PERMANECIDO DENTRO DO PROGRAMA. NESSA CONFIGURAÇÃO ATUAL É POSSÍVEL APONTAR O MONTANTE DOS RECURSOS CONCEDIDOS, NO ANO DE 2017/2018, NO MUNICÍPIO DE LUCÉLIA PARA:
- PRONAF GRUPO A: R\$ _____
- PRONAF GRUPO A/C: R\$ _____
- PRONAF GRUPO B (MICROCRÉDITO RURAL) R\$ _____
- PRONAF AGRICULTOR FAMILIAR R\$ _____
21. QUAIS AS FONTES QUE, ATUALMENTE, FINANCIAM O PRONAF?

22. NA VISÃO DO BANCO, HÁ UMA RELAÇÃO ENTRE O PRONAFIANO B E A USINA SUCROENERGÉTICA? SIM; NÃO
23. QUAL É ESTA RELAÇÃO?
24. NO CASO DO PRONAFIANO B, O QUE É NECESSÁRIO PARA O AGRICULTOR PRODUZIR MAIS ALIMENTOS?